



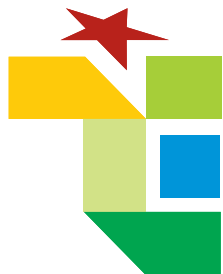
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO ACRE 60 ANOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO ACRE 60 ANOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

PARTE IV
ASPECTOS
SOCIODEMOGRÁFICOS
DO ACRE



Realização:



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE**

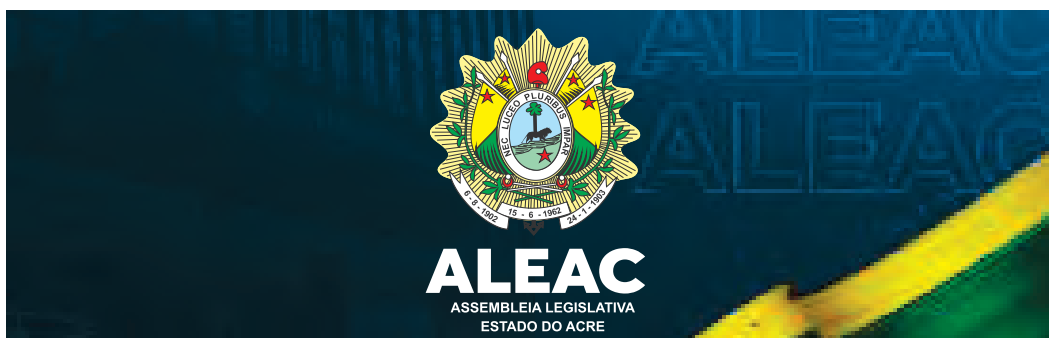


**GOVERNO DO
ACRE**

Trabalho para cuidar das pessoas



Cedeplar
UFMG



APRESENTAÇÃO

O trabalho que ora se apresenta é fruto de um convênio entre o Tribunal de Contas, o governo estadual e a Assembleia Legislativa, todos do Estado do Acre, com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar-UFMG), e o Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (IPEAD-FACE-UFMG).

O diagnóstico o mais abrangente possível sobre a realidade acreana é oportuno e relevante, tanto por buscar mapear as características estruturais do estado, isto é, a identificação dos elementos típicos da realidade regional, quanto pelo decisivo papel que o conhecimento dessas realidades tem no enfrentamento das questões nacionais e regionais.

Pretendeu-se oferecer um quadro geral, desde referências históricas e conceituais, que permitem a compreensão da formação histórica do Acre, até uma análise minuciosa sobre a dimensão demográfica, educacional, da saúde, agropecuária, regional, industrial, da inovação do Estado. Ademais, o estudo também introduz questões relacionadas ao financiamento verde e suas possibilidades no cenário do financiamento no Brasil e no mundo. Trata-se, portanto, de um amplo diagnóstico e, quando possível, de sugestões para o desenvolvimento do Estado.

Importante ressaltar que este estudo não seria possível sem o apoio e dedicação de diversas pessoas, tanto do Tribunal de Contas do Estado do Acre, quanto da Secretaria do Planejamento do Governo e da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Mais do que isto, foi o financiamento conjunto dessas instituições que possibilitou a elaboração do estudo.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO DO ACRE: POPULAÇÃO E ESTIMATIVAS	13
Composição da população.....	13
Evolução da população.....	13
Concentração Populacional	17
Distribuição etária e por sexo	18
Razão de dependência.....	21
Projeção de população	24
Mortalidade	30
Taxa de mortalidade infantil.....	30
Causas de morte	31
Padrão etário da mortalidade.....	33
Fecundidade.....	37
Migração	41
Pobreza e assistência social.....	42
EDUCAÇÃO	48
Escolas.....	49
Alunos e desempenho	56
Indicadores de professores.....	70
SAÚDE NO ACRE: DIAGNÓSTICO E DESAFIOS	78
Leitos.....	80
Leitos clínicos e cirúrgicos.....	80
Parâmetros de oferta dos leitos gerais.....	83
Leitos UTI	86
Parâmetro de oferta dos leitos de UTI	89
Recursos humanos	91
Médicos.....	91
Equipes de saúde da família Estratégia Saúde da Família - ESF)	93
Equipamentos	96
Mamógrafos.....	96
Parâmetros de oferta de equipamentos de mamografia.....	98
Tomografia computadorizada	100

Parâmetros de oferta de tomógrafo computadorizado	101
Ressonância magnética.....	102
Parâmetros de oferta de ressonância magnética.....	104
Epidemiologia e morbidade:.....	105
Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAPS)	105
Malária	106
Dengue	109
Cobertura vacinal.....	111
Estrutura da rede de saúde	116
MERCADO DE TRABALHO	122
Caracterização geral do emprego no Acre	125
Principais setores empregadores	129
Renda média dos trabalhadores.....	132
Escolaridade dos trabalhadores.....	136
Referências.....	139
Anexos.....	142

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Média de alunos por turma: Educação Infantil, Fundamental e Médio, 2009 e 2020	58
Tabela 2 ☒ Média de alunos por turma das redes pública e privada em 2020	59
Tabela 3 ☒ Número de horas anuais de ensino	61
Tabela 4 ☒ Distorção idade-série	62
Tabela 5 ☒ Taxa de distorção idade-série nas redes públicas e privadas	63
Tabela 6 ☒ Taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental e Médio, 2009 e 2019.	64
Tabela 7 - Municípios e Estado do Acre: Notas das Avaliações de Português e Matemática para o 5º e 9º Ano do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio, 2019	66
Tabela 8☒ Percentual de professores com Formação Superior na Educação Infantil, Fundamental e Médio (juntei três tabelas aqui	70
Tabela 9☒ Adequação da formação docente na Educação Infantil, Fundamental e Médio ☒ segundo categorias de adequabilidade, 2020.....	72
Tabela 10☒ Indicador de esforço docente	75
Tabela 11 ☒ Média de horas-aula diária na rede pública	77
Tabela 12☒ Leitos clínicos e cirúrgicos do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)	81
Tabela 13 - Definição dos parâmetros da Portaria 1.631/2015 para leitos gerais.....	84
Tabela 14☒ Leitos de UTI do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)	87
Tabela 15- Definição dos parâmetros da Portaria 1.631/2015 para Leitos de UTI	90
Tabela 16☒ Médicos do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)	91
Tabela 17 ☒ Equipes de Estratégia Saúde da Família por 10 mil habitantes (2010-2020)	95
Tabela 18 ☒ Equipamentos de mamografia no SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)	97
Tabela 19 - Definição dos parâmetros da Portaria 1.631/2015 para mamógrafos.....	98
Tabela 20 - Equipamentos de tomografia computadorizada no SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)	100
Tabela 21 - Equipamentos de ressonância magnética SUS por 10 mil habitantes	103
Tabela 22 ☒ Internações por CSAP por 10 mil habitantes (2010-2020)	106
Tabela 23 - Índice parasitário anual da malária (2015-2019).....	107
Tabela 24 ☒ Cobertura vacinal ☒ BCG (2010-2020).....	111
Tabela 25 ☒ Cobertura vacinal ☒ Pentavalente (2013-2020)	112
Tabela 26 ☒ Cobertura vacinal - Tríplice viral (2010-2020).....	114
Tabela 27 - Cobertura vacinal ☒ Poliomielite (2010-2020)	115
Tabela 28 ☒ Remuneração média dos trabalhadores formais em dezembro ☒ Em salários mínimos correntes.....	135
Tabela 29 ☒ Percentual de trabalhadores formais com ensino superior	138
Tabela 30 ☒ Leitos clínicos e cirúrgicos por mil habitantes	142
Tabela 31 ☒ Leitos de UTI por mil habitantes	143
Tabela 32 ☒ Salário médio dos trabalhadores formais da Agricultura ☒ Em salários mínimos correntes	144

Tabela 33 - Salário médio dos trabalhadores formais do comércio ☐ Em salários mínimos correntes	145
Tabela 34 - Salário médio dos trabalhadores formais da construção civil ☐ Em salários mínimos correntes	146
Tabela 35 - Salário médio dos trabalhadores formais da Indústria ☐ Em salários mínimos correntes	147
Tabela 36 - Salário médio dos trabalhadores formais dos serviços ☐ Em salários mínimos correntes	148
Tabela 37 ☐ Percentual de trabalhadores formais com Ensino superior na agricultura	149
Tabela 38 - Percentual de trabalhadores formais com Ensino superior no comércio .	150
Tabela 39 - Percentual de trabalhadores formais com Ensino superior na construção civil	151
Tabela 40 - Percentual de trabalhadores formais com Ensino superior na indústria ..	152
Tabela 41 - Percentual de trabalhadores formais com Ensino superior nos serviços..	153

Lista de Figuras

Figura 1 - Geolocalização das cinco maiores estimativas de população por município, Acre, 2021	18
Figura 2 ☒ Número de escolas em atividade por município	54
Figura 3 ☒ Aprendizado com equidade socioeconômica	68
Figura 4 ☒ Aprendizado com equidade de raça	69
Figura 5 - Leitos clínicos e cirúrgicos SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)	82
Figura 6 ☒ Oferta de leitos clínicos e cirúrgicos SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)	85
Figura 7 - Leitos de UTI do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020).....	88
Figura 8 - Oferta de leitos UTI SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)	90
Figura 9 ☒ Médicos por dez mil habitantes que atendem no SUS (2010-2020)	92
Figura 10 - Oferta de equipamentos de mamografia SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030).....	99
Figura 11 - Oferta de equipamentos de tomografia computadorizada SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030).....	102
Figura 12 - Oferta de equipamentos de ressonância magnética SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030).....	104
Figura 13 ☒ Índice parasitário anual de malária (2015-2019).....	108
Figura 14 - Incidência de dengue por mil habitantes (2015-2019).....	109
Figura 15 - Microrregiões de saúde do estado do Acre (2022)	117
Figura 16 ☒ Fluxos de internação gerais - 2010	117
Figura 17 ☒ Fluxos de internação geral - 2019	118
Figura 18 ☒ Fluxos de internação geral - 2020	119
Figura 19 ☒ Fluxos de internação de UTI ☒ 2010.....	120
Figura 20 ☒ Fluxos de Internação de UTI ☒ 2019.....	120
Figura 21 ☒ Fluxos de internação de UTI - 2020	121
Figura 22 - Evolução do emprego formal no Acre	125

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição populacional por setores urbano, rural e total, Acre, 1970-2010.....	14
Gráfico 2 - Taxa de crescimento intercensitária, Acre, 1970-2010	14
Gráfico 3 - Taxa de crescimento intercensitária, região Norte, 1970-2010	15
Gráfico 4 -Taxa de crescimento intercensitária, Brasil, 1970-2010.....	16
Gráfico 5 - Distribuição percentual da população por setores urbano e rural, Acre, 1970-2010	16
Gráfico 6 - As cinco maiores estimativas de população por município, Acre, 2021	17
Gráfico 7 - Pirâmide etária do Acre e região Norte, 1970 ▯ 2010	20
Gráfico 8 - Distribuição de população, Acre, 1970 ▯ 2010	22
Gráfico 9 - Distribuição de população, Brasil, 1970 ▯ 2010.....	22
Gráfico 10 -Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Acre, 1970 ▯ 2010	23
Gráfico 11 -Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Brasil, 1970 ▯ 2010.....	24
Gráfico 12 -Projeção de população, Acre, 2010 - 2060	25
Gráfico 13 -Pirâmide etária projetada do Acre, 2020 ▯ 2060.....	26
Gráfico 14 - Distribuição de população, Acre, 1970 ▯ 2060	28
Gráfico 15 ▯ Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Acre, 1970 ▯ 2060.....	28
Gráfico 16 ▯ Distribuição de população, Brasil, 1970 ▯ 2060	29
Gráfico 17 ▯ Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Brasil, 1970 ▯ 2060	29
Gráfico 18 ▯ Taxa de mortalidade infantil, Acre, região norte e Brasil, 1990 - 2019	30
Gráfico 19 - Taxa de mortalidade infantil, estados da região norte, 2019.....	31
Gráfico 20 - Principais causas de óbito, Acre e região norte, 2019.....	32
Gráfico 21 ▯ Principais Causas de óbito, Acre e região norte, 2012.....	32
Gráfico 22 - Taxa específica de mortalidade por grupo etário, ambos os sexos, Acre, 2010-2060	33
Gráfico 23 ▯ Taxas específicas de mortalidade por sexo, Acre, 2010-2060	34
Gráfico 24 ▯ Razão entre as taxas específicas de mortalidade masculina e feminina, Acre, 2010-2060	35
Gráfico 25 ▯ Expectativa de vida ao nascer, Acre e região norte, 2010-2060.....	36
Gráfico 26 ▯ Expectativa de vida ao nascer, sexo masculino e feminino, Acre e região norte, 2010-2060	37
Gráfico 27 ▯ Taxa de fecundidade total, Acre e região norte, 2010 ▯ 2060.....	38
Gráfico 28 ▯ Idade média da fecundidade, Acre e região norte, 2010 ▯ 2060.....	39
Gráfico 29 ▯ Contribuição percentual por idade para a TFT, Acre, 2010 - 2060	40
Gráfico 30 ▯ Taxa específica de fecundidade por idade, Acre, 2010 - 2060	41
Gráfico 31 - Saldos migratórios, Acre, 1960-2030	42
Gráfico 32 - Proporção de extremamente pobres, Acre, 2016-2017	43
Gráfico 33 - Proporção de pobres, Acre, 2016-2017	44
Gráfico 34 - Proporção de vulneráveis à pobreza, Acre, 2016-2017	44
Gráfico 35 - Índice de Gini, Acre, 2016-2017	45
Gráfico 36 - Número de famílias beneficiárias, municípios do Acre, 2021	46
Gráfico 37 ▯ Número de famílias beneficiárias e população, municípios do Acre, 2021.....	47

Gráfico 38 - Número de escolas por situação.....	49
Gráfico 39 -Número de escolas em atividade por rede de ensino	50
Gráfico 40 ☒ Percentual de escolas em atividade por rede de ensino	51
Gráfico 41 ☒ Número de escolas paralisadas por rede de ensino	51
Gráfico 42 ☒ Percentual das escolas das redes municipal e estadual em atividade por características selecionadas de infraestrutura básica	52
Gráfico 43 ☒ Percentual de escolas das redes municipal e estadual em atividade por espaços pedagógicos	53
Gráfico 44 ☒ Percentual de escolas em atividade das redes municipal e estadual por características relacionadas a alimentação escolar.....	53
Gráfico 45 ☒ Classificação das escolas analisadas no indicador de nível socioeconômico	55
Gráfico 46 ☒ Número total de alunos	56
Gráfico 47 ☒ Número de alunos por rede de ensino	57
Gráfico 48 ☒ Média de alunos por turma por rede de ensino	60
Gráfico 49 - Notas do SAEB português e matemática 9ª série ensino fundamental: Brasil, Acre e região norte	65
Gráfico 50 - Notas do SAEB português e matemática 3ª série ensino médio: Brasil, Acre e região norte	65
Gráfico 51 - Indicadores de adequação da formação docente	73
Gráfico 52 - Indicador de esforço docente no ensino fundamental ☒ Acre, Brasil e média dos estados do norte	76
Gráfico 53 - Indicador de esforço docente no ensino médio ☒ Acre, Brasil e média dos estados do norte	76
Gráfico 54 ☒ Variação percentual do emprego ☒ Acre, Brasil e região norte.....	126
Gráfico 55 ☒ Composição setorial do emprego formal no Acre	128
Gráfico 56 - Quinze setores com maior número de empregos em 2006	130
Gráfico 57 ☒ Quinze setores com maior número de empregos em 2010	131
Gráfico 58 ☒ Quinze setores com maior número de empregos em 2015	131
Gráfico 59 ☒ Quinze setores com maior número de empregos em 2020	132

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar uma caracterização sociodemográfica do estado, levando-se em consideração três dimensões: população, educação e saúde. Trata-se de uma radiografia do estado, nos últimos 20 anos, a partir, principalmente, de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); dados relativos à educação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da secretaria Estadual de Educação; dados de saúde da Secretaria Estadual de Saúde; do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) e outras fontes relevantes, com vistas a mapear seus desafios e potencialidades.

As 5 microrregiões de planejamento do estado serão importantes para entender a dinâmica diferenciada da população acreana. A análise levará em consideração variáveis como raça, gênero, perfil etário, dentre outras características demográficas que serão essenciais para a caracterização de aspectos ligados aos indicadores de educação e saúde dessa população.

Este trabalho está estruturado em quatro partes, quais sejam:

- i) caracterização populacional do estado do Acre, procurando abranger a dinâmica contemporânea e o perfil populacional do estado. Essa análise possibilitará compreender e identificar a dinâmica populacional das regiões do estado;
- ii) caracterização e análise do perfil educacional da população acreana, buscando dimensionar e caracterizar a força de trabalho e seu perfil educacional;
- iii) levantamento das principais características e desafios de saúde e educação da população acreana por diferentes perfis etários. O objetivo é compreender quais os gargalos e desafios de curto, médio e longo prazo para a saúde e o bem-estar da população acreana;
- iv) discussão do perfil do mercado de trabalho da população acreana, procurando identificar seus maiores gargalos e desafios.

Para a primeira parte, serão avaliados aspectos gerais acerca da dinâmica demográfica do estado. Dessa forma, serão utilizados, preferencialmente, dados secundários do IBGE para construir uma fotografia atual e abrangente da evolução demográfica no estado, com foco em sua trajetória recente. Dados acerca da estrutura etária da população estadual, suas taxas de natalidade e mortalidade e expectativa de vida serão considerados, bem como sua tendência e projeções de longo prazo das variáveis referidas.

Ainda na parte demográfica, a dinâmica espacial da população local, considerando sua distribuição no território local e a sua mobilidade inter e intraestadual será avaliada. Esta seção tem como propósito caracterizar, regionalmente, a população acreana, com base na dinâmica de seus 22 municípios e em outras regionalizações possíveis. Do mesmo modo, é importante compreender os fluxos migratórios entre os municípios do estado, avaliando o grau de mobilidade da população internamente.

A segunda parte do produto terá como foco a análise de aspectos ligados à educação da população do estado, buscando a sua caracterização para analisar o mercado de trabalho, avaliando aspectos como o nível de escolaridade, média salarial, distribuição espacial e o nível de informalidade. A partir dessa análise, serão identificadas as potencialidades e/ou gargalos para o desenvolvimento local, considerando as características educacionais da população acreana e indicando possibilidades de investimento educacional e oportunidades, à luz da estrutura econômica do estado.

A terceira parte foca em compreender os principais desafios e gargalos, no que diz respeito à saúde da população acreana. Será apresentado um diagnóstico geral com relação a essa pauta, buscando identificar como as alterações demográficas a serem observadas na população acreana irão refletir em mudanças e demandas por serviços de saúde distintos a médio e longo prazo.

Finalmente, tendo em vista a caracterização e análise do perfil e dinâmica da população, dos seus indicadores de saúde e dos seus indicadores educacionais, será realizada uma avaliação do perfil e dos desafios relacionados ao mercado de trabalho no estado do Acre. Essa análise é essencial, tendo em vista que consiste na ponte analítica entre o perfil sociodemográfico do estado e a análise do perfil e da dinâmica produtiva e regional do estado, que será realizada em outro produto.

É importante ressaltar que a caracterização e análise das variáveis de interesse nas diferentes dimensões citadas acima serão realizadas levando em consideração dois outros conjuntos de informações. Em primeiro lugar, na medida em que as bases de dados permitam, os dados do estado do Acre serão cotejados com os relacionados à sua macrorregião e com aqueles do conjunto do país. Em segundo lugar, a análise dos dados secundários será complementada, quando possível, com informações de ações e informações providas pelas secretarias de estado, relevantes em cada uma dessas dimensões, que serão oriundas das reuniões realizadas ao longo do projeto.

2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO DO ACRE: POPULAÇÃO E ESTIMATIVAS

2.1. Composição da população

2.1.1. Evolução da população

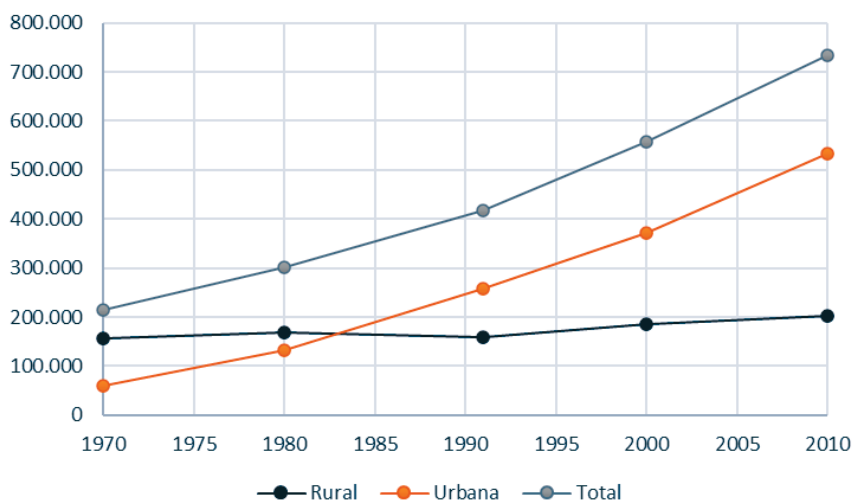
De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população total do Acre era de 734 mil pessoas, o que representava cerca de 0,4% da população brasileira naquele ano. Com um território de 164,17 mil quilômetros quadrados, que corresponde a 1,8% do território brasileiro, o estado possui uma das mais baixas densidades populacionais do país. Em termos de sua distribuição, 71% da população habitava em áreas urbanas, o que representa, no ano de 2010, 532 mil pessoas. O restante, cerca de 30% da população, residia em áreas rurais¹. Essa taxa de urbanização inferior à média nacional esconde uma difícil separação que envolve um debate cada vez mais complexo e uma integração socioespacial com características e particularidades.

O crescimento experimentado pelo estado, ao longo de 40 anos, entre 1970 e 2010, foi bastante expressivo. Nota-se um aumento significativo da população urbana do estado, em termos relativos. Por outro lado, diferentemente de outras regiões e/ou territórios que perderam população rural em números absolutos, o Acre experimenta uma estabilidade da sua população rural ao longo do tempo. Em termos absolutos fala-se de um crescimento de 500 mil pessoas no período todo, o que significa, em termos relativos, mais de 200% em 40 anos. Chama a atenção o acelerado processo de urbanização, cujo impulso só ocorre a partir de meados da década de 1980, se consolidando no Censo Demográfico de 1991, quando a população urbana ultrapassa a população rural do estado (Gráfico 1).

No período analisado, observa-se uma taxa de crescimento intercensitária variando entre 3,4%, em 1970/1980, a 3,3%, em 1991/2000, portanto, praticamente estável (Gráfico 2). Entretanto, ela sofre uma queda acentuada no decênio 2000/2010, indicando um crescimento da população acreana a taxas decrescentes.

¹ A classificação urbano/rural seguiu o definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em cada um dos respectivos anos.

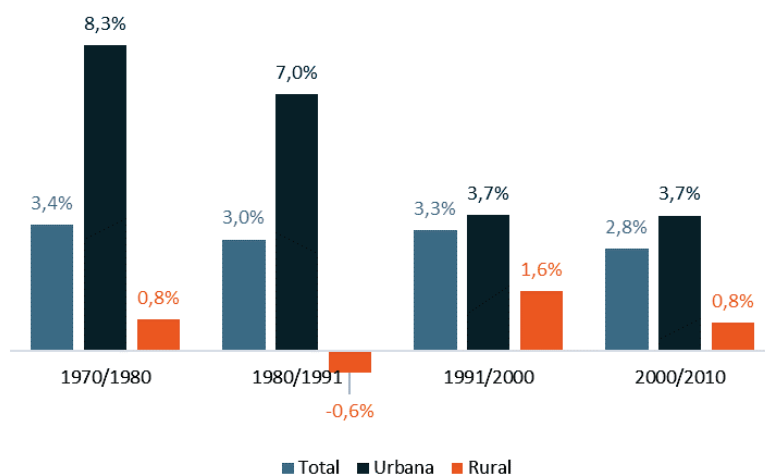
Gráfico 1 - Distribuição populacional por setores urbano, rural e total, Acre, 1970-2010



Fonte: IBGE [?] Censos Demográficos do Brasil.

Essa taxa de crescimento estável não se reflete na desagregação por área urbana e rural. Enquanto a população rural é praticamente constante, entre 1970-2010 (Gráfico 2), inclusive apresentando um leve declínio entre 1980/1991, de -0,8%, na zona urbana, as taxas são sempre positivas e representativas. Nos decênios 1970/1980 e 1980/1991, observou-se um crescimento de 8,3% e 7,0%, respectivamente, resultado do processo de urbanização do estado. Nos decênios subsequentes, a taxa é menos expressiva (3,7%), mas superior ao total do estado (2,8%).

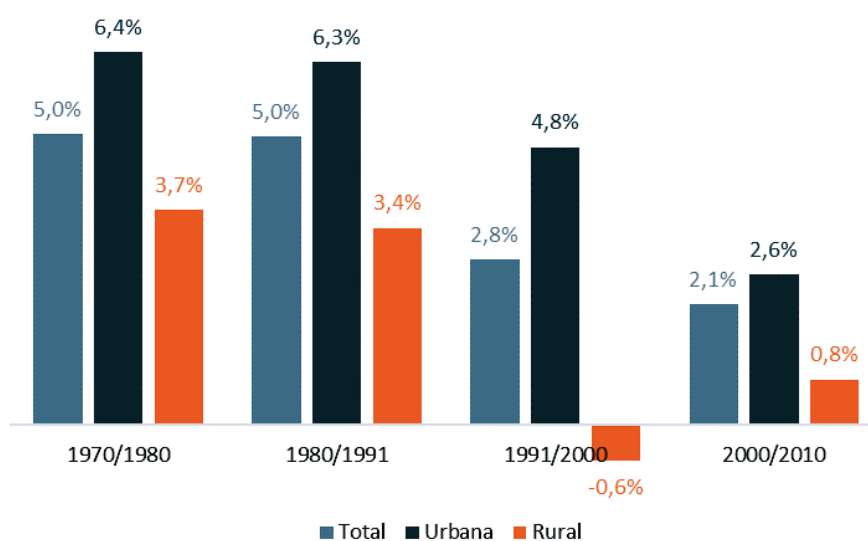
Gráfico 2 - Taxa de crescimento intercensitária, Acre, 1970-2010



Fonte: IBGE [?] Censos Demográficos do Brasil.

O padrão de estabilidade no crescimento populacional se repete para a média regional (abaixo). Para a região Norte, a taxa de crescimento foi de 5%, entre 1970/1980 e 1980/1991. Entretanto, para o período 1991/2000, já se constata uma redução no crescimento populacional, que se repete no decênio subsequente. A zona rural da região norte só inicia o seu declínio na década de 1991/2000, sendo que em 2000/2010, o crescimento foi inferior a 1%.

Gráfico 3 - Taxa de crescimento intercensitária, região Norte, 1970-2010

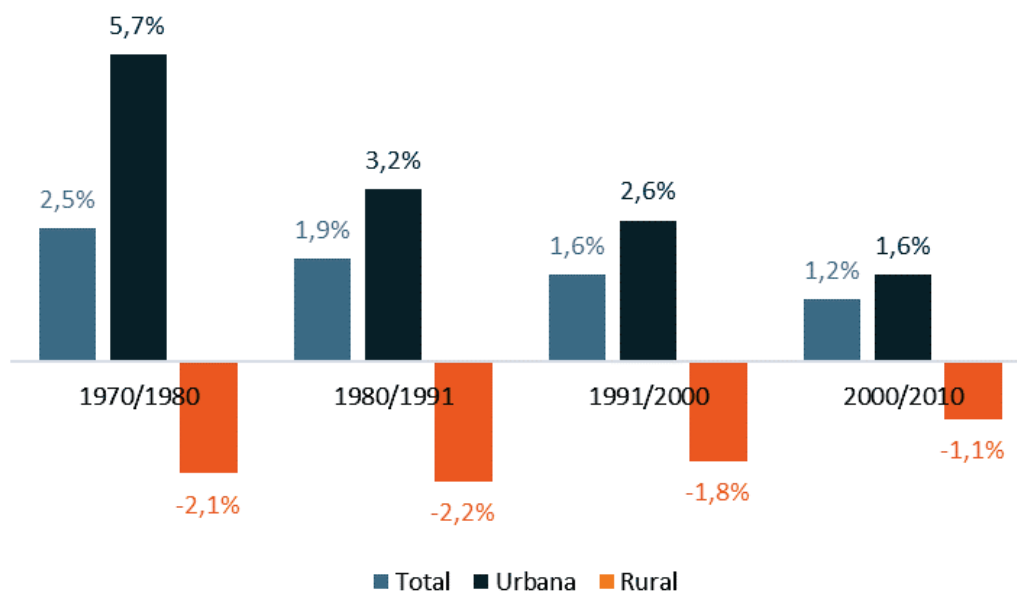


Fonte: IBGE [?] Censos Demográficos do Brasil.

O padrão para a média nacional (Gráfico 4) difere-se do analisado para o estado e para a região Norte. Primeiro, a taxa de crescimento intercensitária do total populacional é consideravelmente inferior, oscilando entre 2,5%, em 1970/1980, e 1,2%, em 2000/2010. Nas zonas rurais constata-se outra variação. Nessas, tem-se um declínio populacional em todos os decênios, sendo a maior redução entre os Censos Demográficos de 1970 e 1980, refletindo o alto ritmo de concentração populacional nas zonas urbanas.

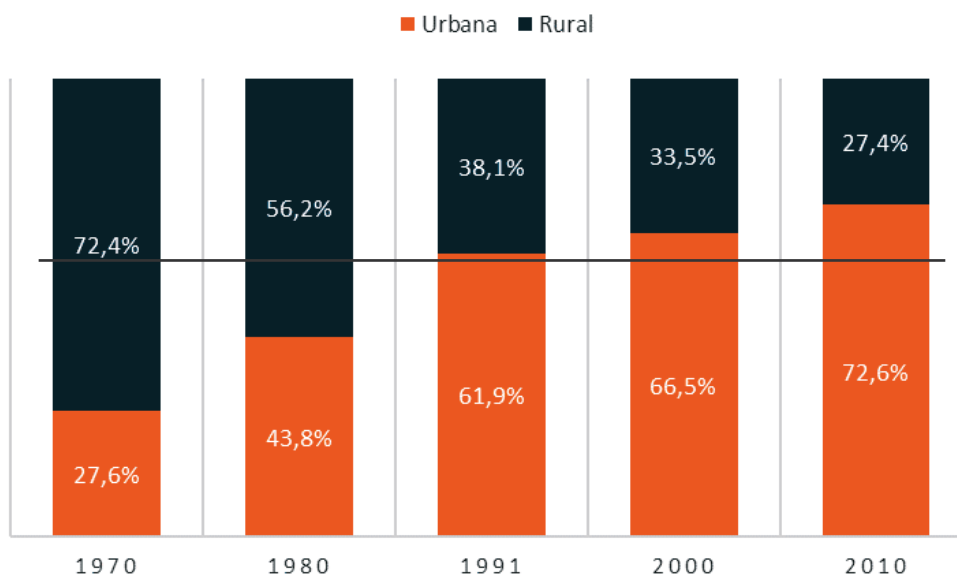
O processo de urbanização do estado do Acre fica evidenciado no abaixo, que apresenta a desagregação populacional entre as zonas urbana e rural. Em 1970, enquanto somente 27,6% da população residia nas zonas urbanas, em 2010, já era mais de 70% da população. A zona urbana atingiu patamares superiores a 50%, somente entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Gráfico 4 - Taxa de crescimento intercensitária, Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE [?] Censos Demográficos do Brasil.

Gráfico 5 - Distribuição percentual da população por setores urbano e rural, Acre, 1970-2010



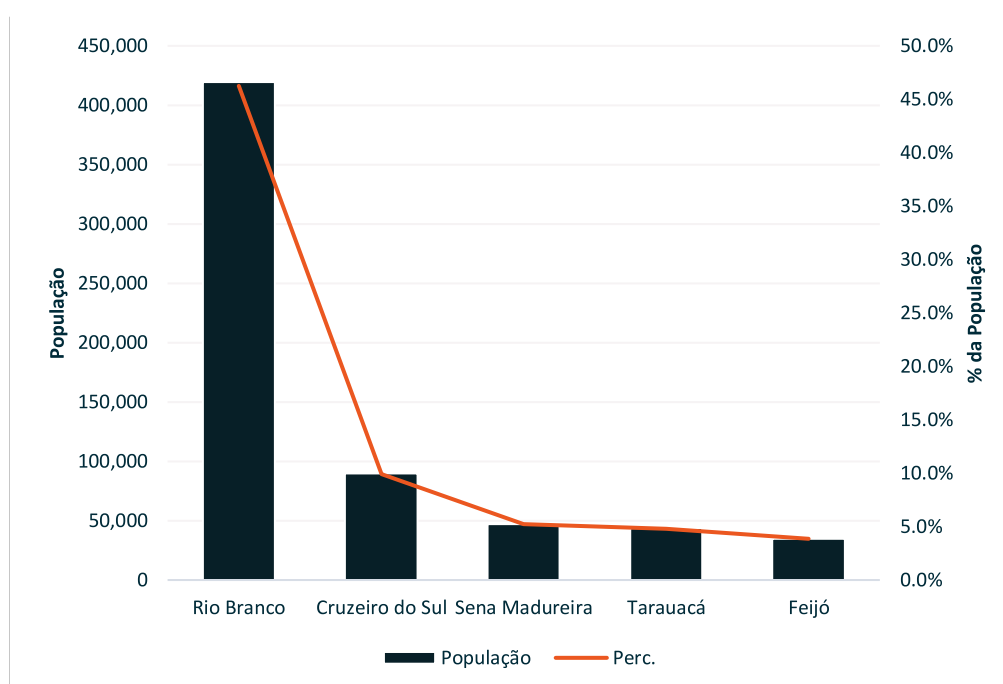
Fonte: IBGE [?] Censos Demográficos do Brasil.

É importante observar que a dinâmica populacional do Acre precisa ser compreendida de acordo com uma lógica e processos particulares e específicos. Os atores, a atuação do Estado, as conexões do estado com o restante do território brasileiro e sul-americano são importantes para a compreensão dessas particularidades. Em todos esses casos, houve uma urbanização acelerada após os anos 1980 com consequências problemáticas para os grandes centros urbanos. Com efeito, boa parte da pobreza urbana no Brasil se concentra nas grandes regiões metropolitanas. O estado do Acre não foge a essa característica, principalmente porque, como será visto mais adiante, quase metade da população do estado se concentra na cidade de Rio Branco.

2.1.2. Concentração Populacional

Todo o processo de urbanização mencionado no tópico anterior é refletido no Gráfico 6 e Figura 1, que ilustram a população dos cinco municípios mais populosos do Acre, segundo dados disponibilizados pelo IBGE.

Gráfico 6 - As cinco maiores estimativas de população por município, Acre, 2021



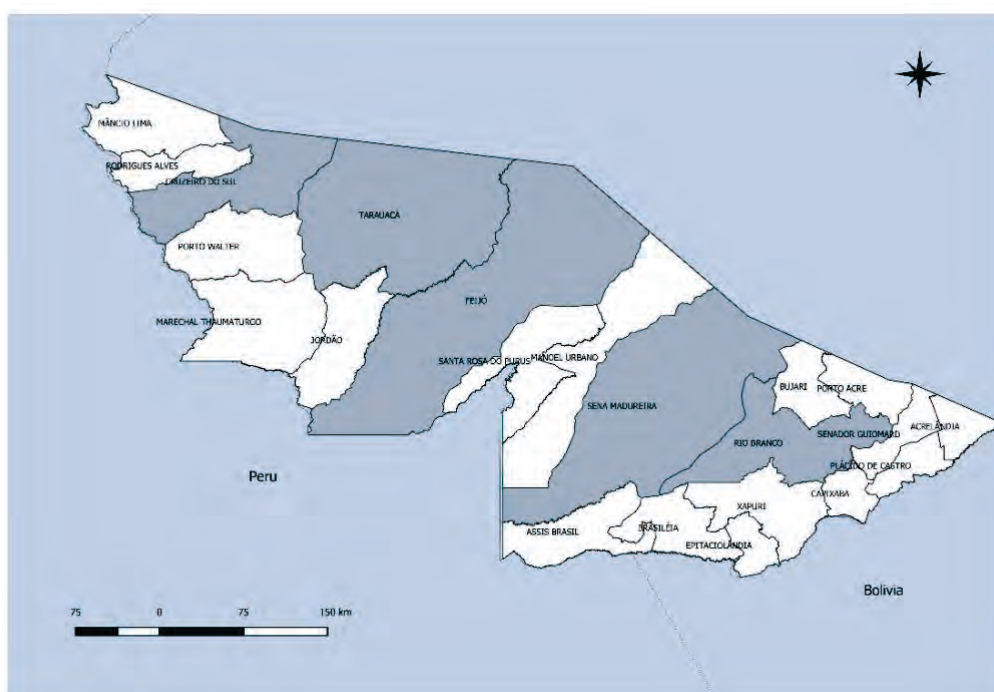
Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Atualmente, o estado do Acre é composto por 22 municípios, dos quais, apenas 1 (um) possui uma população superior a 100 mil habitantes: Rio Branco, capital do

estado. De acordo com a estimativa do IBGE, Rio Branco tem uma população de, aproximadamente, 420 mil habitantes, em 2021, correspondendo a 46,3% de toda a população do estado, indicando uma alta concentração na capital. Cruzeiro do Sul, o segundo município mais populoso, tem apenas 90 mil habitantes (9,9% do total do estado).

Os três municípios principais, em termos populacionais são: Sena Madureira (47.168 habitantes), Tarauacá (43.730 habitantes) e Feijó (34.986 habitantes) que, em conjunto, concentram cerca de 14% da população.

Figura 1 - Geolocalização das cinco maiores estimativas de população por município, Acre, 2021



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

2.1.3. Distribuição etária e por sexo

No Gráfico 7 observa-se a distribuição da população do Acre com relação à região Norte e ao Brasil, por idade e sexo. A inclusão da região norte e do Brasil se deu a título de comparação e para apresentar as divergências e similitudes quanto à distribuição populacional.

Em 1970, é notório o quão jovem é a população do estado. A pirâmide é típica de locais onde tem-se uma alta fecundidade, caracterizada por um topo estreito e

uma base alargada. Isso é ainda mais acentuado no estado, possivelmente, por possuir uma fecundidade superior, quando comparado à região (isso será discutido no terceiro tópico). Já a média nacional possui um topo mais largo do que o estado e a região e uma base mais estreita, indicando que a fecundidade do país era inferior à do Acre e Norte.

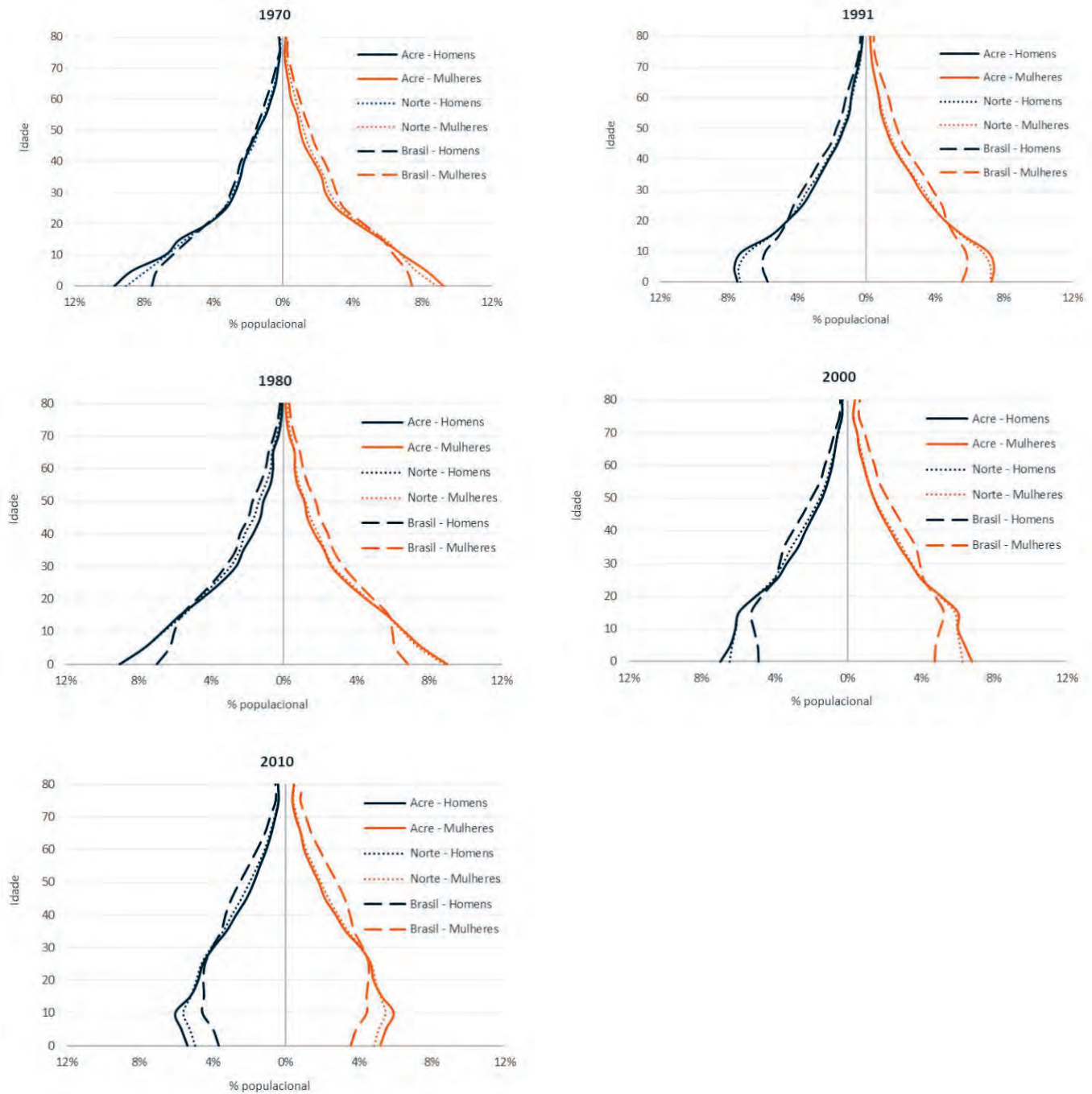
Na década subsequente, a estrutura jovem se mantém. Entretanto, vê-se uma convergência entre o padrão do estado e da região, com algumas diferenças em idades superiores a 40 anos. Nesse caso, tem-se uma concentração maior na região Norte, indicativo de uma população um pouco mais envelhecida do que no Acre. A diferença de ambas, em relação à média Brasil, também se acentuou em 1980, refletindo a transição demográfica mais acelerada no país.

Para os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, é possível identificar uma aceleração da queda da fecundidade, refletindo no estreitamento da base da pirâmide e alargamento do topo. Portanto, vê-se uma aceleração do processo de envelhecimento populacional. Vale destacar que o descompasso entre estado e a região é retomado a partir dos anos 2000, com diferenças acentuadas em 2010, especialmente no topo e na base da pirâmide.

Essa distribuição etária mostra que, no caso da região Norte, uma parte do esforço da política pública deve ser direcionado à população mais jovem, ainda que haja uma janela de oportunidade para que o estado possa realizar políticas educacionais e uma melhoria na qualidade da educação. Essa possibilidade será mais bem evidenciada no tópico que trata da educação. Isso destaca a necessidade da política educacional, ainda se pensada em escala macro/nacional, precisa guardar uma relação e sofrer adaptações na escala regional/local.

Outro ponto diz respeito à qualificação dessa população e sua inserção no mercado de trabalho, qual demanda por qualificação existe e qual dinâmica o estado deveria ser induzida nos próximos anos. Precisamente, é necessário combinar a transição em curso com políticas públicas que criem os incentivos adequados para uma mudança na estrutura produtiva, de desigualdade, de inserção competitiva e sustentável no mercado internacional.

Gráfico 7 - Pirâmide etária do Acre e região Norte, 1970 2010



Fonte: IBGE [2] Censos Demográficos do Brasil.

2.1.4. Razão de dependência

Outra forma de visualizar o envelhecimento populacional é a partir da sua distribuição por grandes grupos etários: 0-14 anos, 15-64 anos e 65 ou mais. O primeiro grupo representa a população em idade escolar e que ainda não estaria no mercado de trabalho. O terceiro grupo aqueles que já cumpriram o seu ciclo produtivo e estão (ou podem estar) aposentados. Já o segundo grupo, é aquele em idade ativa e que está apto a suportar os outros dois grupos etários mencionados anteriormente.

A razão de dependência é calculada ao associar esses três grupos.

A razão de dependência jovem é o suporte da população economicamente ativa para as pessoas de 0 a 14 anos (Equação 01). A razão de dependência idosa, o suporte à população de 65 anos ou mais (Equação 02). A razão de dependência é a o somatório desses dois indicadores (Equação 03).

$$RDJ = \frac{Pop.0 - 14 \text{ anos}}{Pop.15 - 64 \text{ anos}} \quad (1)$$

$$RDI = \frac{Pop.65 \text{ anos ou mais}}{Pop.15 - 64 \text{ anos}} \quad (2)$$

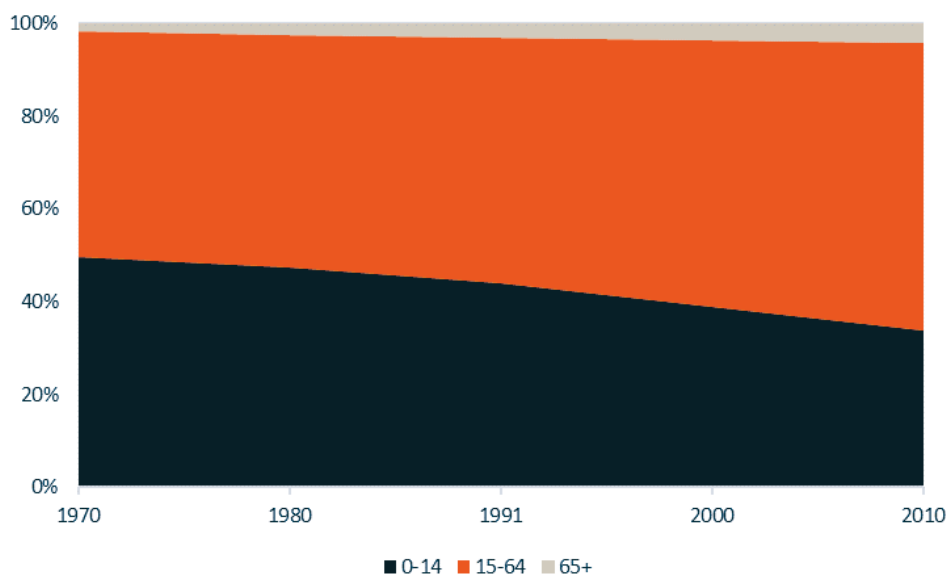
$$RDJ = \frac{Pop.0 - 14 \text{ anos} + Pop.65 \text{ anos ou mais}}{Pop.15 - 64 \text{ anos}} \quad (3)$$

O grupo de 65 anos ou mais dobrou de tamanho entre 1970 e 2010, crescendo de 2% para 4% (Gráfico 8). A variação mais acentuada foi entre os mais jovens.

Essa visão da distribuição etária deixa mais perceptível a evolução do envelhecimento populacional, dado que o grupo de 0 a 14 anos reduziu de 50%, em 1970, para 34%, em 2010, e a população economicamente ativa aumentou de 49% para 62%, no mesmo período (Gráfico 8).

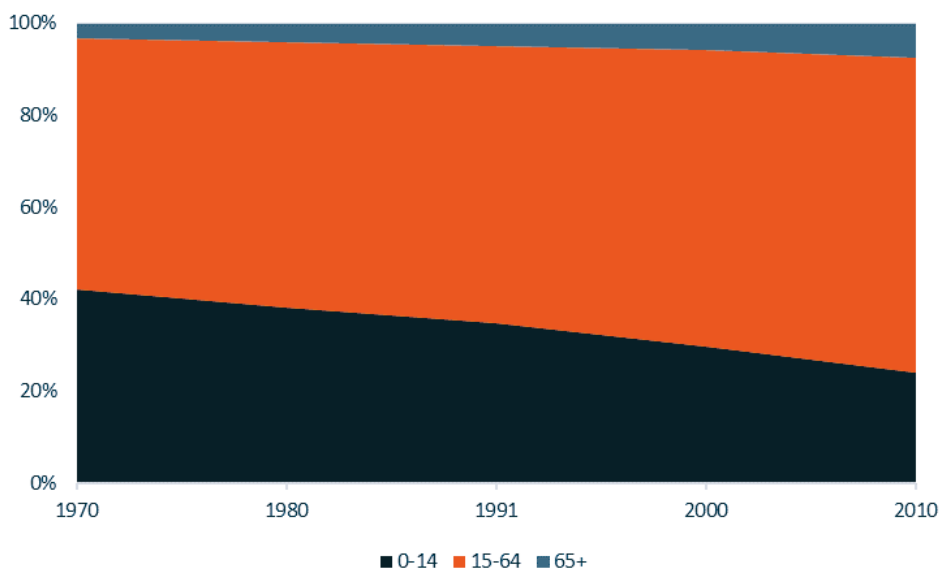
No Brasil (Gráfico 9), enquanto média nacional, tem-se uma maior concentração no grupo de 65 anos ou mais, sendo que a variação foi entre 3%, em 1970, e 7%, em 2010. A proporção de pessoas em idade economicamente ativa é superior no país: quase 70%, em 2010. Isso indica que ainda se tem uma proporção considerável de pessoas a ser inserida no mercado de trabalho. Caso essas pessoas cheguem com um maior capital humano, o estado poderá ter uma oportunidade em termos produtivos.

Gráfico 8 - Distribuição de população, Acre, 1970 2010



Fonte: IBGE Censos Demográficos do Brasil.

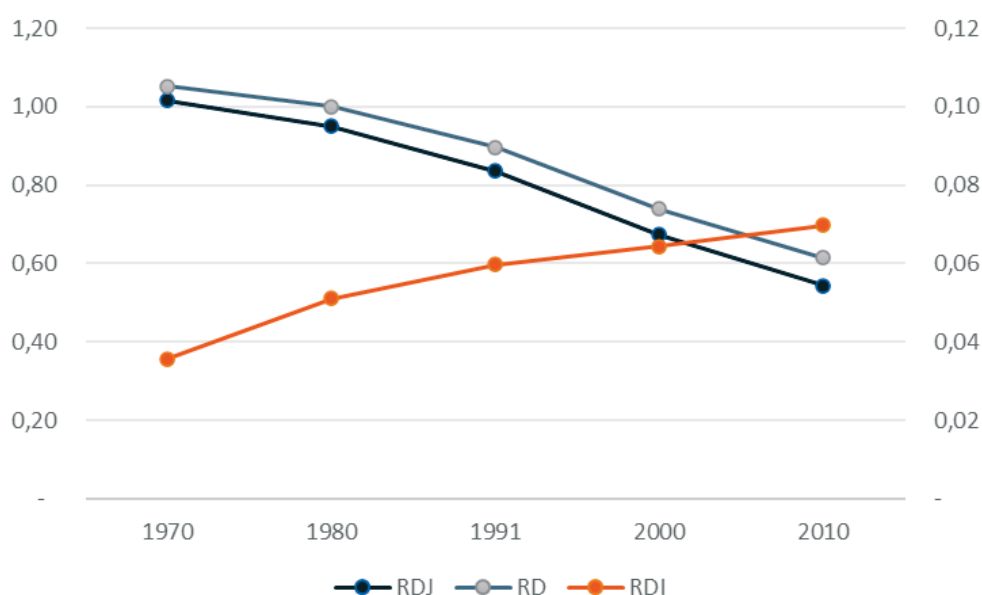
Gráfico 9 - Distribuição de população, Brasil, 1970 2010



Fonte: IBGE Censos Demográficos do Brasil.

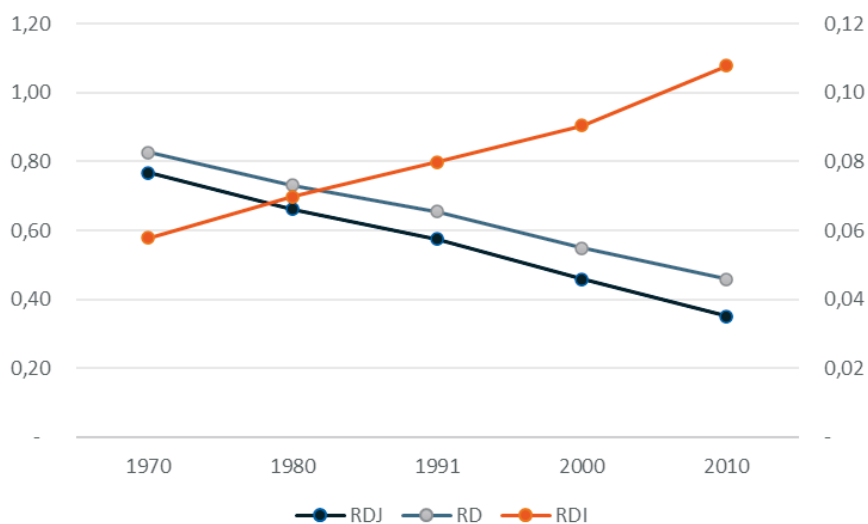
Os mesmos comportamentos são refletidos na razão de dependência (Gráfico 10 e Gráfico 11). Entre 1970 e 2010, no Acre (Gráfico 10), é notório o declínio da razão de dependência jovem e o aumento da razão de dependência idosa, mas com forças distintas, dado que a razão de dependência (somatório de ambas), declinou (queda de 1,05 para 0,61). Isso indica que, em 2010, se tinha 0,61 pessoas a serem suportadas para cada pessoa ativa no mercado de trabalho, ou seja, uma menor pressão populacional sobre a população economicamente ativa. O crescimento da razão de dependência idosa para o Brasil (Gráfico 11) é mais acentuada, reflexo do descompasso da transição demográfica quando comparadas as duas regionalidades.

Gráfico 10 - Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Acre, 1970 2010



Fonte: IBGE Censos Demográficos do Brasil.

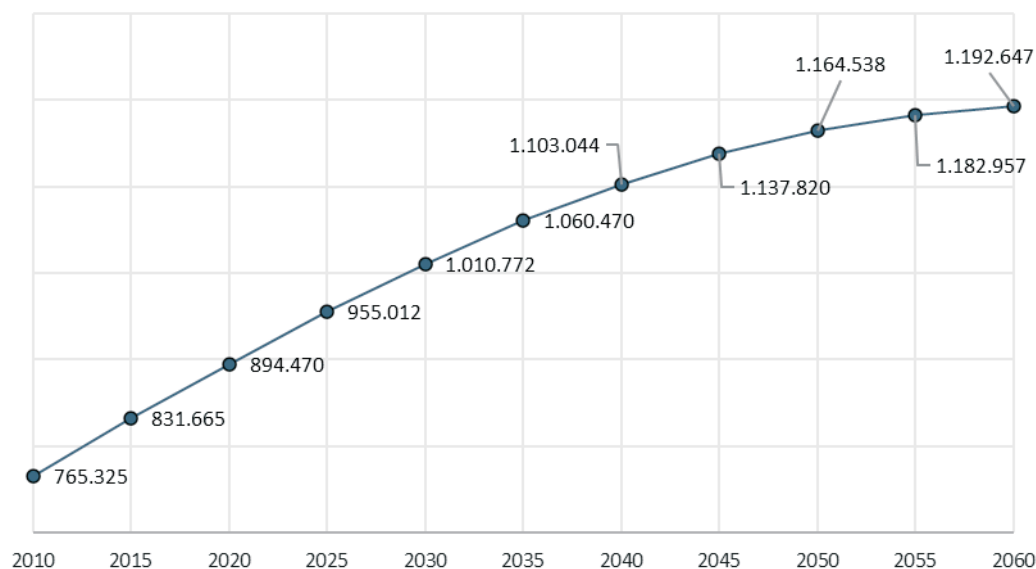
Gráfico 11 - Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE a Censos Demográficos do Brasil.

2.1.5. Projeção de população

Mas qual o futuro que se espera observar para a população do Acre? Os dados aqui apresentados são referentes à projeção de população do IBGE para o estado. Entre 2010 e 2060, espera-se que a população cresça de 765.325 pessoas para 1.192.647, ou seja, um crescimento de mais de 50% em um horizonte de 50 anos (Gráfico 12).

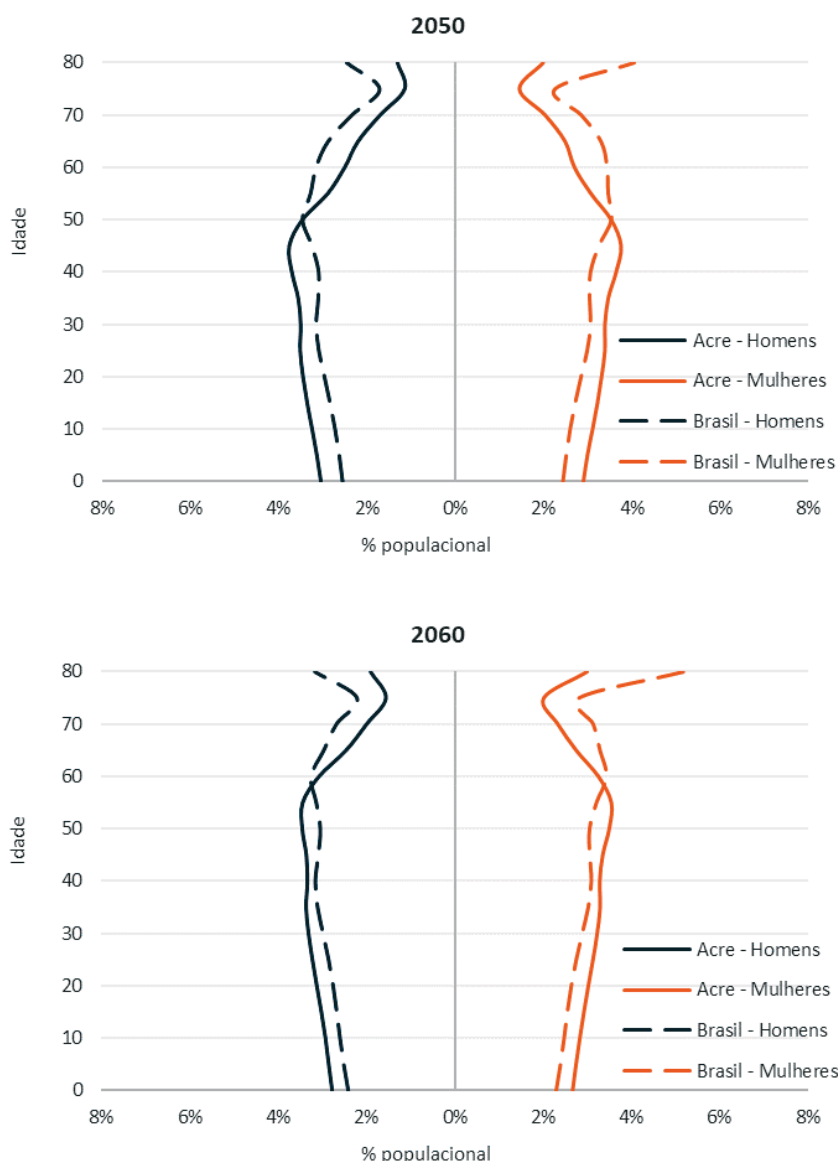
Gráfico 12 -Projeção de população, Acre, 2010 - 2060

Fonte: IBGE (2018).

Esse crescimento populacional seria acompanhado de um envelhecimento populacional. O Gráfico 13 apresenta a evolução esperada da estrutura etária da população acreana entre 2020 e 2060, assim como do Brasil. Quatro pontos chamam atenção. O primeiro, é o fato de que a pirâmide vai estreitando, com um constante alargamento do topo e estreitamento das suas respectivas bases, características típicas de regiões com baixa fecundidade e baixa mortalidade. Segundo, apesar do mesmo padrão ser observado para o Brasil, é notório o diferencial da dinâmica demográfica. Em 2020, por exemplo, as pirâmides são, consideravelmente, distintas, sendo a base da pirâmide brasileira mais envelhecida, resultado de uma maior queda de fecundidade nacional. O terceiro é que, com o passar do tempo, tem-se um aumento da concentração de mulheres no topo da pirâmide quando comparados aos homens, reflexo de uma menor força de mortalidade para esse gênero. Quarto, espera-se uma convergência no padrão das pirâmides na década de 2060, o que indicaria uma aproximação dos padrões de fecundidade e mortalidade do estado e do país.

Gráfico 13 - Pirâmide etária projetada do Acre, 2020 2060

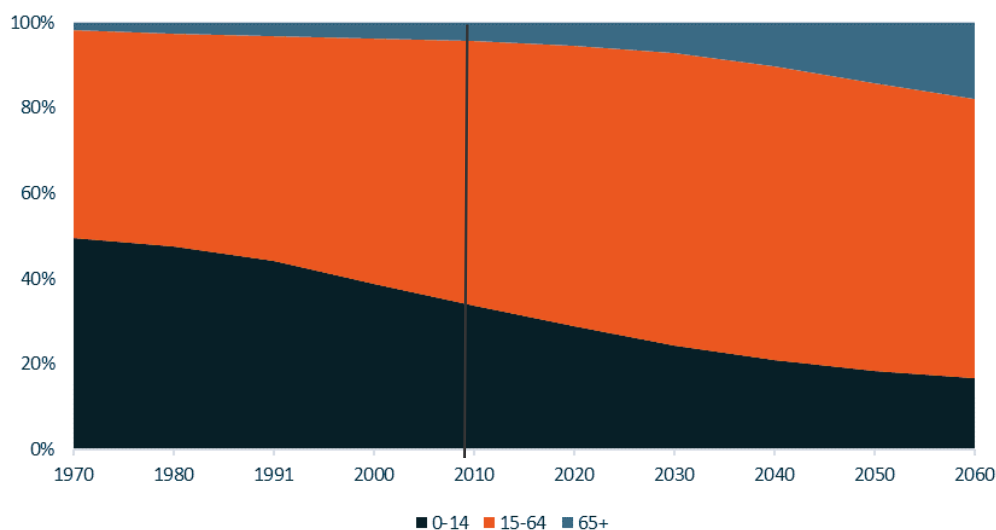




Fonte: IBGE (2018).

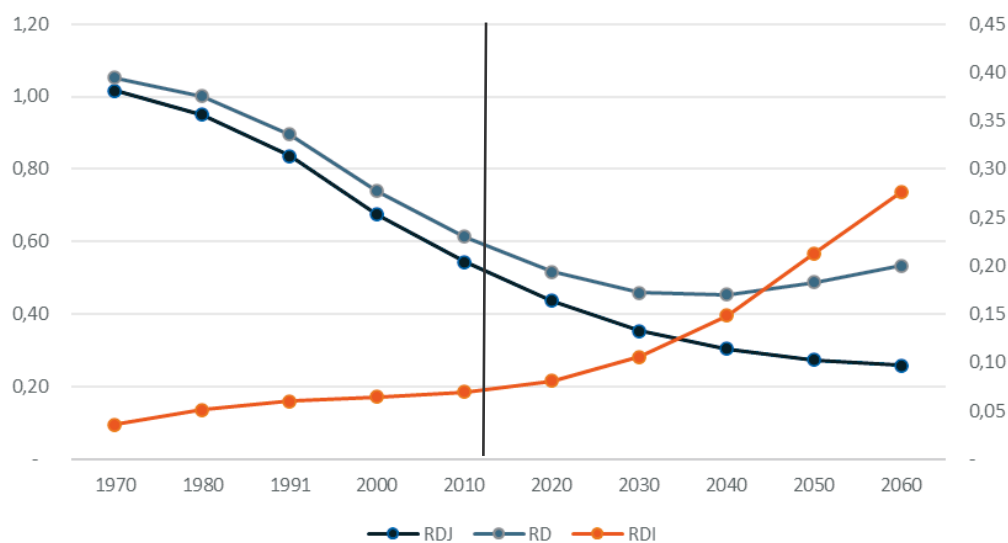
Por fim, a concentração de idosos aumenta, substantivamente, a partir de 2030 (Gráfico 14) enquanto o grupo de 0-14 sofre forte declínio, refletindo na razão de dependência. Essa, por sua vez, tem um padrão diferente do observado entre 1970 e 2010. Enquanto entre 1970 e 2010 se tinha uma tendência da razão de dependência jovem que acompanhava a razão de dependência geral (Gráfico 15), as estimativas, a partir de 2040, identificam um deslocamento dessas tendências. Isso é fruto do maior peso que a razão de dependência idosa passa a ter no tempo, refletindo o envelhecimento populacional. Espera-se que, em 2060, cada pessoa, economicamente ativa, seja suporte para 0,53 pessoas no estado, patamar esse ainda inferior ao observado em 2010.

Gráfico 14 - Distribuição de população, Acre, 1970 a 2060



Fonte: IBGE (2018).

Gráfico 15 Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Acre, 1970 a 2060

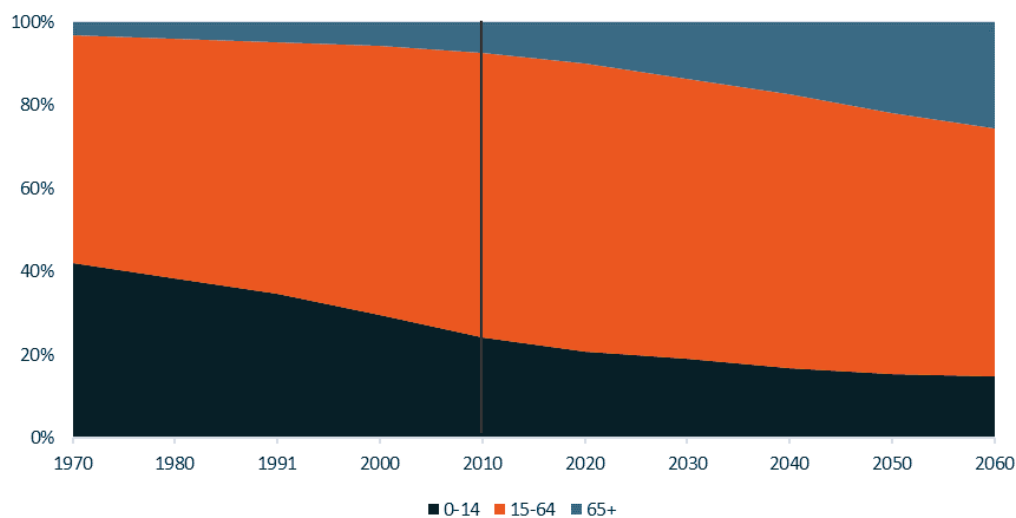


Fonte: IBGE (2018).

O cenário do Brasil difere ao analisado no Acre. Apesar da convergência em termos de forma da pirâmide analisada, anteriormente, quando se observa a distribuição por grandes grupos (Gráfico 16) e a razão de dependência (Gráfico 17), vê-se que o

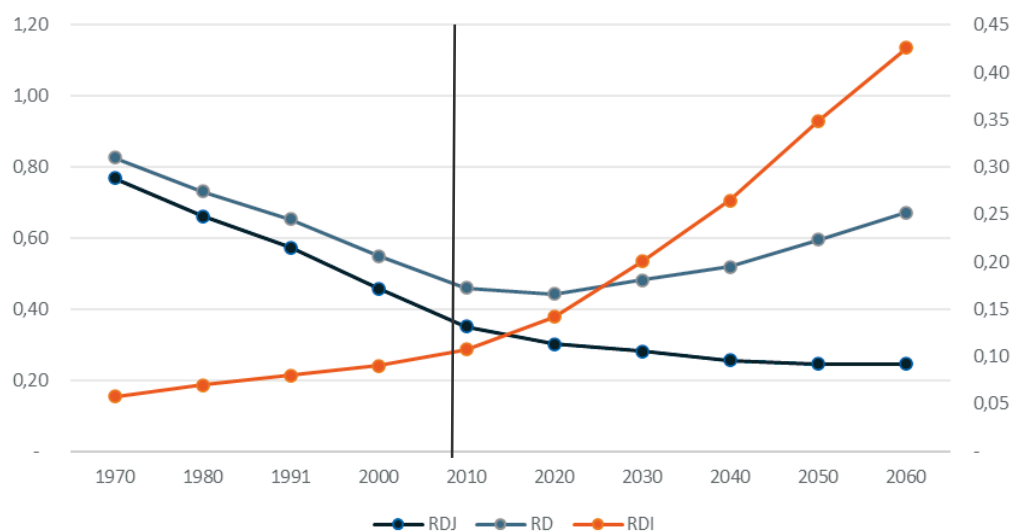
envelhecimento para a média nacional é realmente mais acelerado, e espera-se que o crescimento da razão de dependência se acentue após 2020, muito em decorrência do peso da razão de dependência idosa.

Gráfico 16 Distribuição de população, Brasil, 1970 2060



Fonte: IBGE (2018).

Gráfico 17 Razão de dependência, razão de dependência jovem e razão de dependência idosa, Brasil, 1970 2060



Fonte: IBGE (2018).

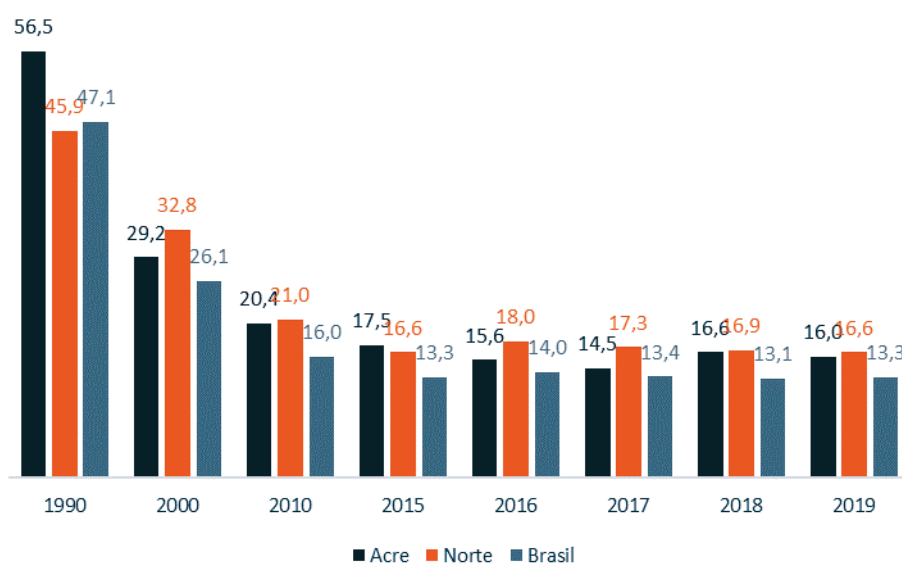
2.2. Mortalidade

2.2.1. Taxa de mortalidade infantil

No estado do Acre, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) variou de 56,5, em 1990, para 16 óbitos por mil nascidos vivos, em 2019 (Gráfico 18). Isso representa uma variação de mais de três vezes em três décadas.

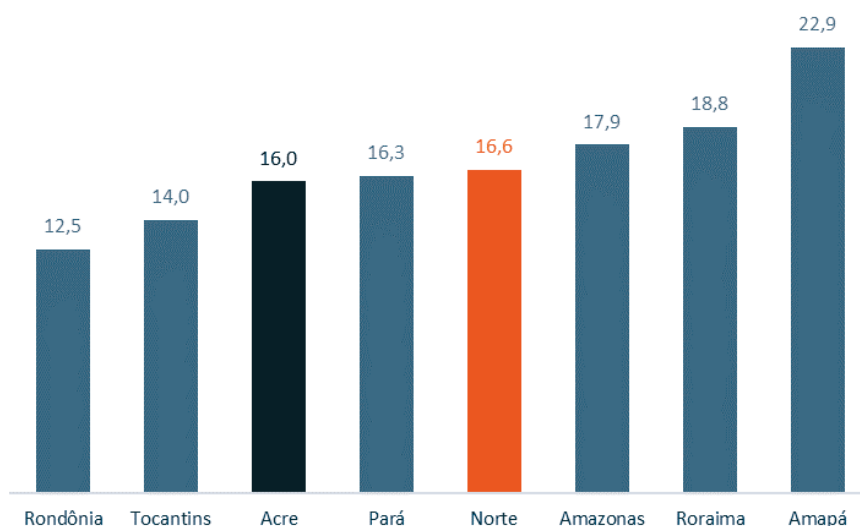
Vale observar que existia uma forte diferença entre o estado, no início do período, e a média da região. Enquanto a TMI no estado era de 56,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990, como mencionado, na região norte era de 45,9 óbitos por mil nascidos vivos. A título de comparação, no Brasil era pouco superior à região: 47,1 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2000, o estado já apresentava uma mortalidade infantil menor que a média da região, refletindo o forte declínio da mortalidade infantil, mas superior ao Brasil. Para os anos subsequentes, essa diferença praticamente deixa de existir entre as três dimensões regionais. Em 2019, último ano da série do Gráfico 18 , o estado apresentava 0,6 óbitos por mil nascidos vivos a menos que a região norte.

Gráfico 18 Taxa de mortalidade infantil, Acre, região norte e Brasil, 1990 - 2019



Fonte: SVS-MS (2021).

Ao observar somente o ano de 2019 (Gráfico 19), o Acre possuía a terceira menor mortalidade infantil da região norte, perdendo apenas para Rondônia e Tocantins, que apresentaram TMI de 12,5 óbitos por mil nascidos vivos e 14 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente.

Gráfico 19 - Taxa de mortalidade infantil, estados da região norte, 2019

Fonte: SVS-MS (2021).

2.2.2. Causas de morte

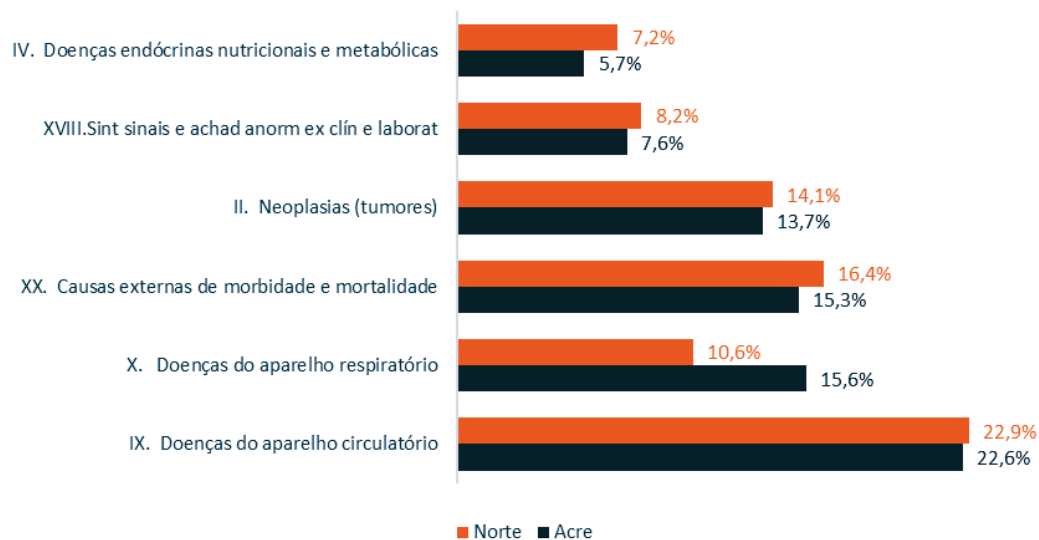
De acordo com os dados do Sistema de Informações de Mortalidade de 2019, as quatro principais causas de mortalidade no Acre, para ambos os sexos em conjunto, são as doenças do aparelho circulatório (22,6%); doenças do aparelho respiratório (15,6%); causas externas de morbidade e mortalidade (15,3%); e neoplasias ou tumores (13,7%) (Gráfico 20).

Ao se comparar o estado à média regional, destaca-se a diferença com relação à segunda principal causa de óbito. Enquanto no Acre estavam concentradas as doenças do aparelho respiratório, na média regional, tem-se as causas externas de morbidade e mortalidade (16,4%), o que pode indicar certo descompasso entre o estado e a média regional ou, até mesmo algum erro de classificação das doenças no estado. Essa segunda hipótese se pautaria no fato de que doenças do aparelho respiratório são apenas a quarta principal causa de morte na região.

A título de comparação, tem-se no Gráfico 21 as principais causas de óbito no Acre e na região norte, referente a 2012. O que se tem é, em 7 anos, um aumento da concentração de óbitos em decorrência de doenças do aparelho respiratório (20% para 22,6%), mas sem mudar o seu padrão. Ou seja, as quatro principais causas, em 2019, eram as mesmas em 2012. O possível erro dos dados apontados como justificativa para

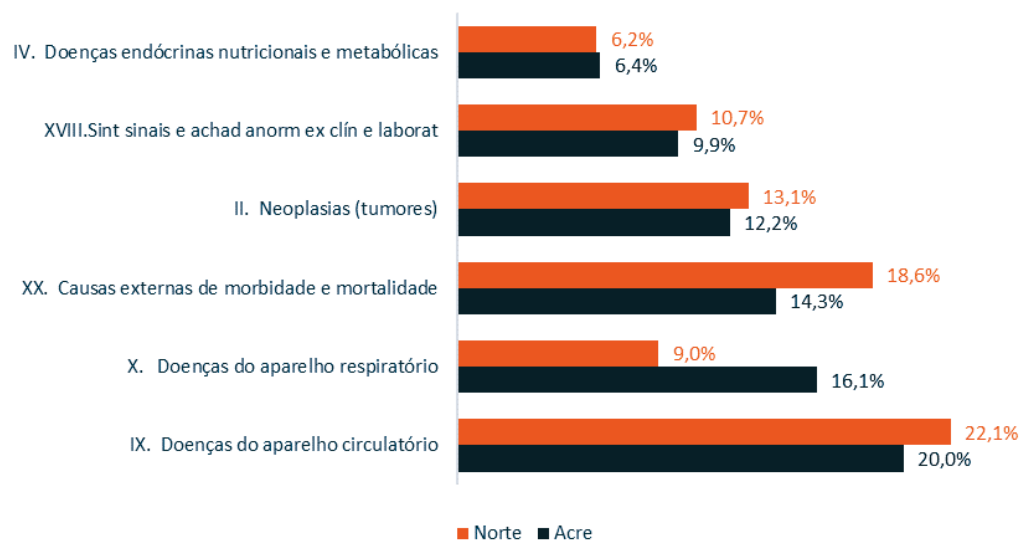
a diferença entre o estado e a média regional acaba refutado na comparação em 2012, dado que se tem a replicação da mesma diferença.

Gráfico 20 - Principais causas de óbito, Acre e região norte, 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Gráfico 21 - Principais Causas de óbito, Acre e região norte, 2012



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

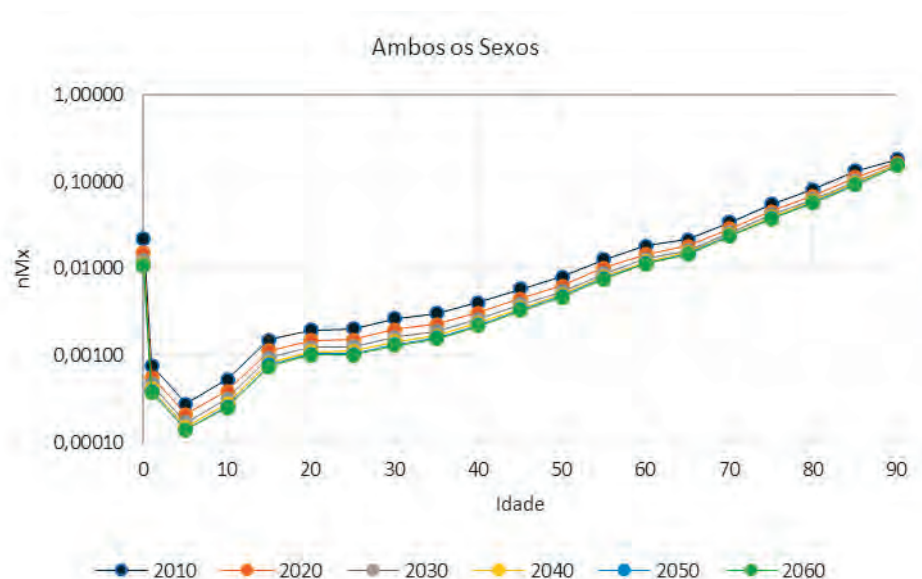
2.2.3. Padrão etário da mortalidade

O Gráfico 22 tem-se as taxas específicas de mortalidade, por idade, para ambos os sexos. As taxas estão em escala logarítmica, o que possibilita observar, mais claramente, as diferenças segundo o sexo que correspondem ao período de 2010 – 2060. Portanto, trata-se de taxas projetadas para o horizonte de 50 anos e disponibilizadas pelo IBGE.

A taxa de mortalidade é alta no primeiro ano de vida e diminui até os 5 anos, apresentando um aumento para as idades subsequentes. Ou seja, ao longo do ciclo de vida, a força da mortalidade naturalmente aumenta a sua intensidade.

Entre 10 e 25 anos, tem-se um formato de “U” invertido na curva, resultado das causas externas que atuam mais fortemente nessas idades (PRESTON et al., 2001). Para as taxas projetadas para além de 2020, espera-se que a intensidade da mortalidade decaia entre 0 e 60 anos, aumentando para as idades subsequentes, o que resulta em ganhos de expectativa de vida por parte da população do Acre.

Gráfico 22 - Taxa específica de mortalidade por grupo etário, ambos os sexos, Acre, 2010-2060

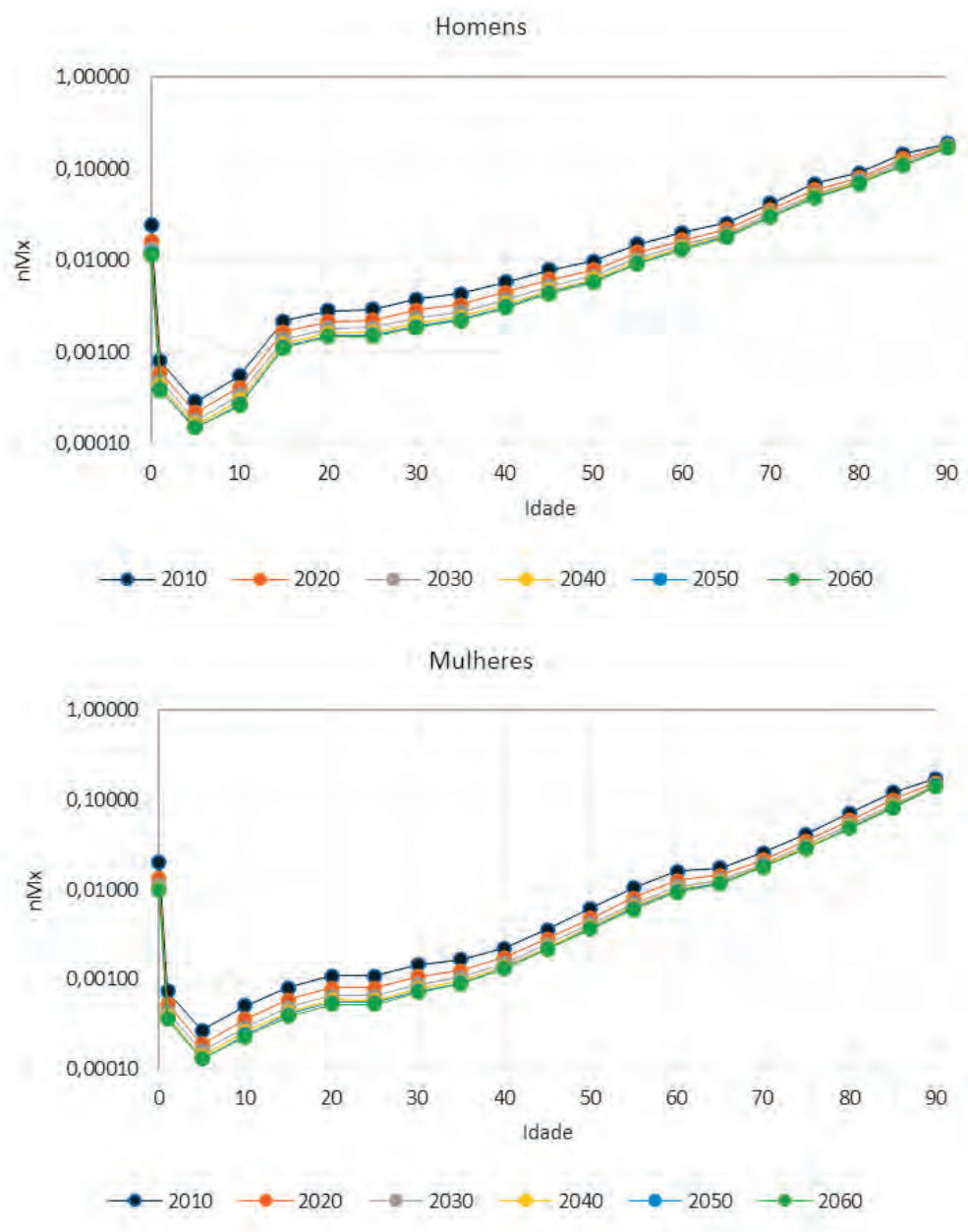


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas.

Por se tratar de uma média para ambos os sexos, as taxas podem não demonstrar diferenças comportamentais importantes. Por isso, elaborou-se o Gráfico 23, com a mortalidade segmentada para homens e mulheres. Apesar do padrão similar, observa-

se que o formato de “U” invertido é mais acentuado para os homens do que para as mulheres.

Gráfico 23 Taxas específicas de mortalidade por sexo, Acre, 2010-2060

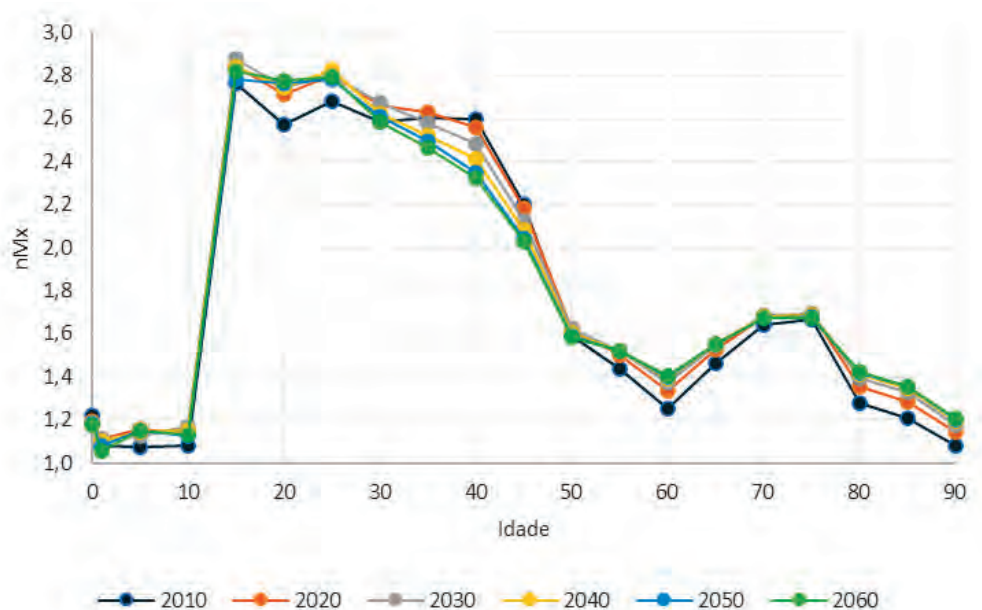


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas..

Também é possível detectar uma “sobremortalidade” masculina refletida ao longo de todo o ciclo de vida. Isso fica evidente quando se realiza a divisão entre as taxas masculina e feminina por idade (Gráfico 24). Entre 15 e 40 anos, a quantidade da mortalidade masculina chega a quase 3 vezes a quantidade da mortalidade feminina,

reduzindo até os 90 anos ou mais, quando as diferenças são mitigadas. Esse pico nas diferenças pode ser explicado por questões comportamentais durante as idades intermediárias. Grande parte dessa diferença está centrada em mortes por causas externas, como acidentes e violência, por exemplo. Com o avanço do ciclo de vida, esse padrão converge, estando a principal diferença comportamental centrada no cuidado com a saúde.

Gráfico 24 Razão entre as taxas específicas de mortalidade masculina e feminina, Acre, 2010-2060



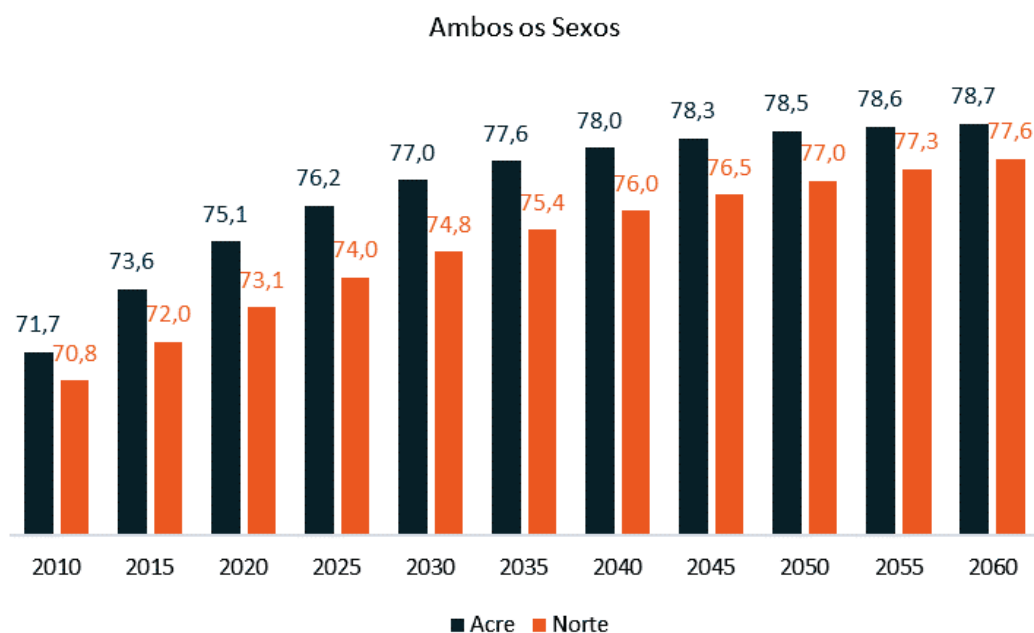
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. **Nota:** Razões calculadas a partir da divisão entre as taxas masculina e feminina, disponibilizadas pelo IBGE.

Os padrões etários de mortalidade, mencionados no tópico anterior, resultam em diferentes níveis de mortalidade, medidos pela expectativa de vida ao nascer. Essa medida sintética representa quantos anos se esperaria que uma pessoa nascida no Acre iria viver, caso tivessem experimentado, ao longo do seu ciclo de vida, as taxas analisadas acima.

Considerando o mesmo período 2010-2060, esperar-se-ia que uma pessoa residente no Acre vivesse, em 2010, até os 71,7 anos de vida. Dada a queda da mortalidade esperada e já apresentada, em 2060, essa expectativa de vida chegaria aos 78,7 anos de vida (Gráfico 25). Vale destacar a expectativa de que uma pessoa nascida no Acre supere a média regional durante todo o período analisado, indicando que ainda não se espera uma convergência nos padrões de mortalidade até 2060, mas percebe-se uma

redução dessas diferenças. Entre 2025 e 2030, por exemplo, a diferença chega a superar 2 anos, caindo para pouco mais de 1 ano, em 2060.

Gráfico 25 Expectativa de vida ao nascer, Acre e região norte, 2010-2060

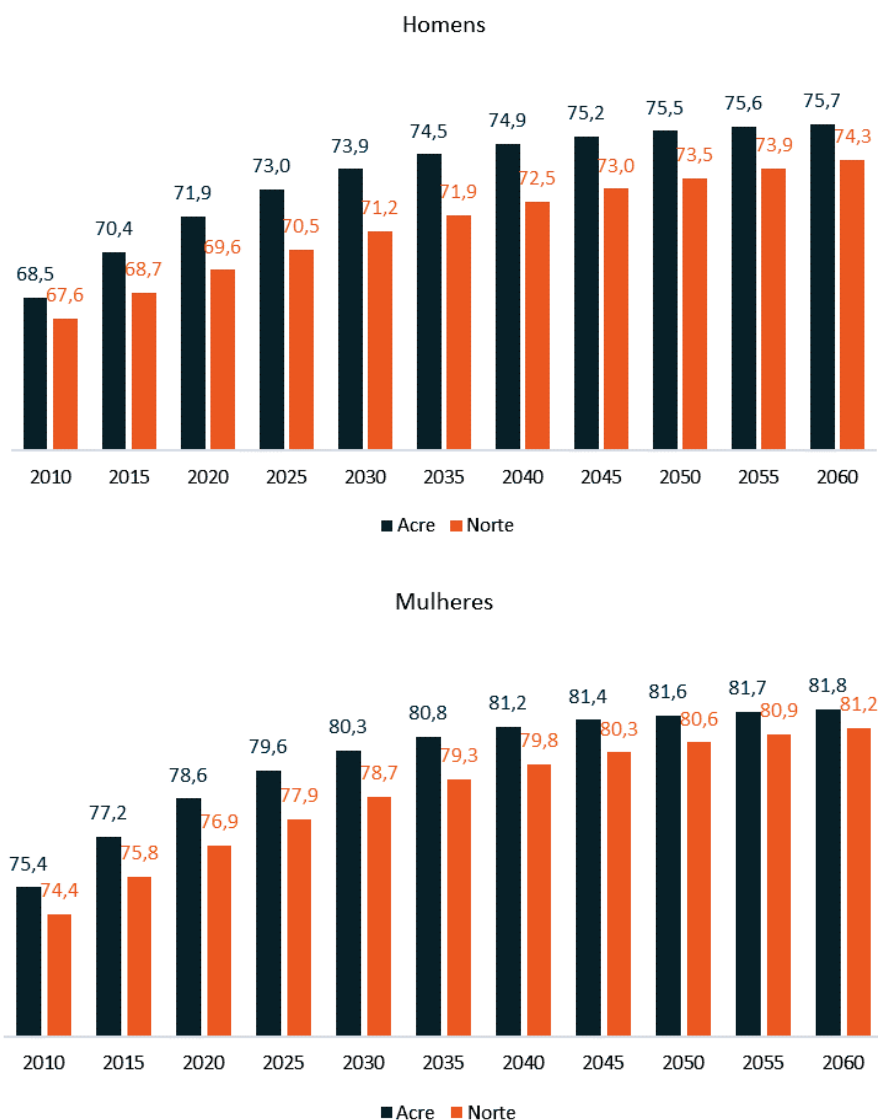


Fonte: IBGE

Ao se segmentar por sexo, vê-se que a diferença entre o Acre e a média regional é maior para o sexo masculino do que para o sexo feminino (Gráfico 26). Em 2060, a diferença entre o estado e a região chega a 1,4 anos para o sexo masculino, mas apenas 0,6 anos para o feminino.

Em decorrência das menores taxas de mortalidade observadas para as mulheres, essas também apresentam a maior expectativa de vida ao nascer, quando comparadas aos homens. Em 2010, a expectativa para os homens era de 68,5 anos, contra 75,4 anos para as mulheres. Já em 2060, as expectativas de vida eram, respectivamente, 75,7 e 81,8 anos.

Gráfico 26 Expectativa de vida ao nascer, sexo masculino e feminino, Acre e região norte, 2010-2060



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

2.3. Fecundidade

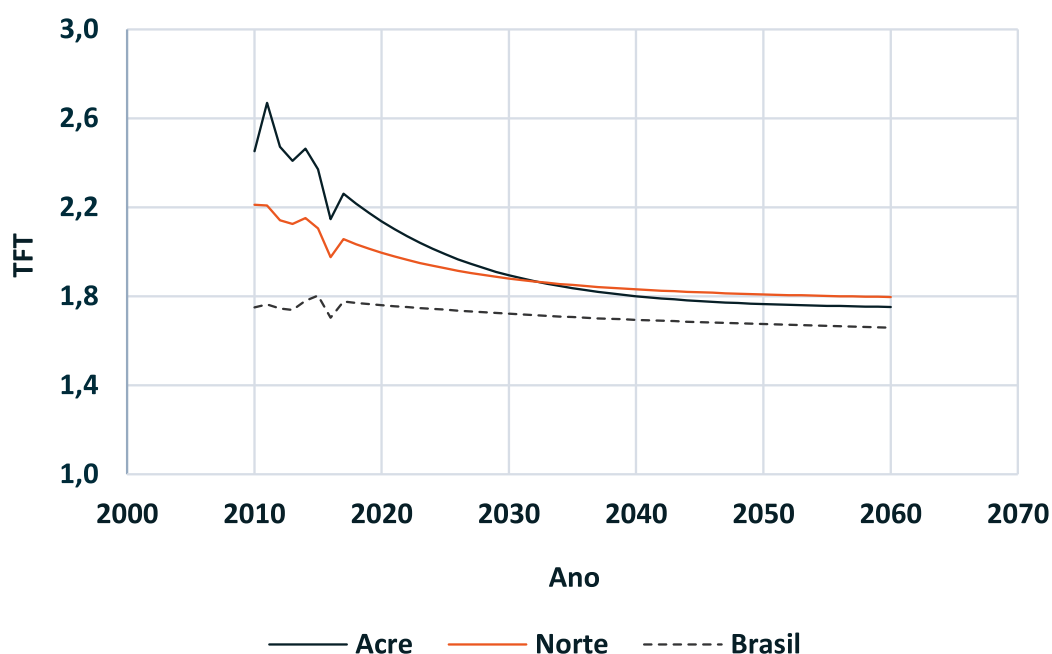
A Taxa de Fecundidade Total (TFT) corresponde ao número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva. Quando a TFT é inferior a 2,1, pode-se dizer que ela está abaixo do nível de reposição e, por isso, espera-se que a população diminua no longo prazo.

O Gráfico 27 apresenta as TFTs entre 2010 e 2060, disponibilizadas pelo IBGE, e que pautaram a projeção da população aqui apresentada. Mais uma vez, as estimativas são referentes ao Acre, à região norte e ao país.

Ao se analisar as TFTs do Acre, constatou-se uma taxa de 2,5 filhos por mulher, em 2010, e que pouco variou até 2015 (2,4). Trata-se de taxas superiores ao nível de reposição e que indicaria crescimento da população no longo prazo. Apesar dessa estabilidade, teria havido um leve aumento no do quinquênio, seguido por queda.

O nível da fecundidade no estado do Acre é superior ao nível da fecundidade da região norte. Em 2010, essa diferença chega a ser de quase 0,5 crianças nascidas no estado, quando comparado à região norte. A média nacional é a menor para esse ano, sendo a diferença de mais de 0,7 filhos por mulher.

Gráfico 27 Taxa de fecundidade total, Acre e região norte, 2010 ? 2060



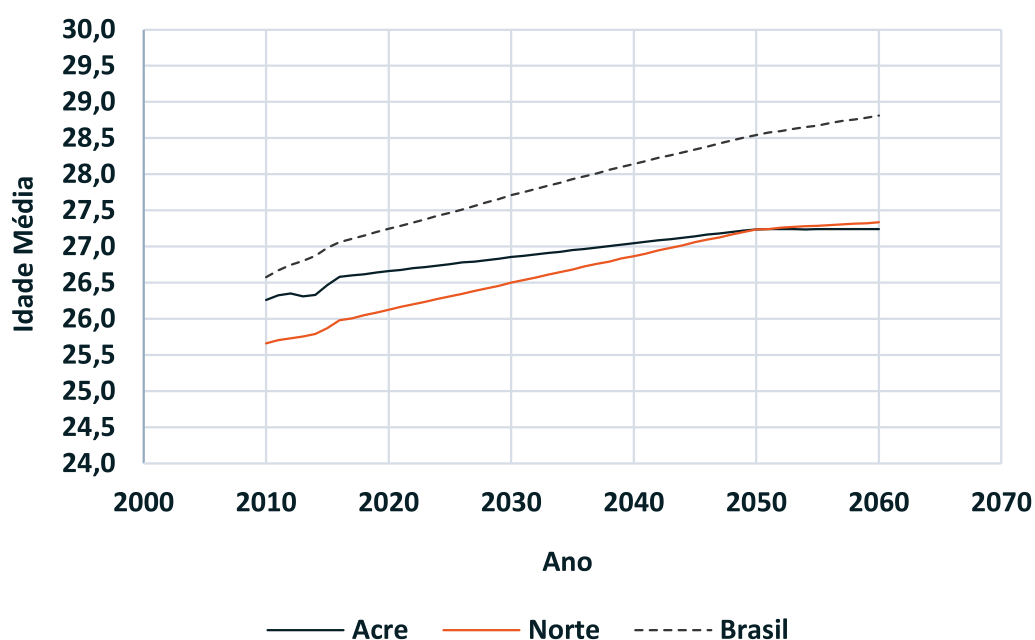
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

A projeção de fecundidade indica que esses valores irão decair e convergir no longo prazo, mantendo-se abaixo do nível de reposição, no final do período analisado. Espera-se que o ritmo de queda seja maior no estado do que na região, refletindo no cruzamento das tendências após o primeiro quinquênio de 2030. Ressalta-se que não se espera que o nível de fecundidade do estado fique abaixo da média nacional em nenhum momento, mantendo, inclusive, um paralelismo após a década de 1940.

A queda de fecundidade não ocorre de maneira similar dentre todos os grupos etários. Primeiro, tem-se um controle por parturição, o que gera uma redução do número de filhos tidos por mulheres com idade mais avançada no do período reprodutivo. Em seguida, tem-se a queda entre mulheres mais jovens, que passam a adiar o primeiro filho (KIRK, 1996; KNODEL; VAN DE WALLE, 1979; NOTESTEIN, 1953).

Como consequência da primeira queda, o peso das mulheres mais jovens aumenta na TFT, reduzindo a idade média da função etária de fecundidade. No segundo momento, tem-se o movimento inverso, levando ao aumento da idade média.

Gráfico 28 Idade média da fecundidade, Acre e região norte, 2010 ? 2060



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

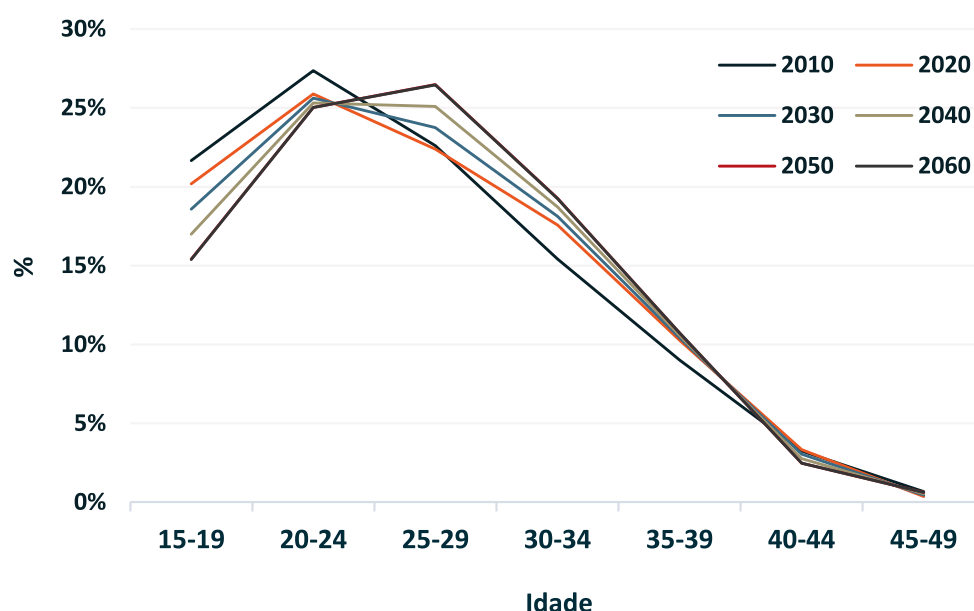
No Gráfico 28, acima, tem-se a idade média das mulheres em função das taxas de fecundidades, cujos níveis (TFTs), foram apresentados no Gráfico 27. O aumento da TFT no estado do Acre, entre 2010 e 2015, foi acompanhado por uma redução da idade média da fecundidade, o que indica que esse aumento esteve concentrado entre as mulheres mais jovens do estado. A queda esperada, até 2060, seria acompanhada de um envelhecimento da curva de fecundidade, ou seja, as mulheres mais velhas, dentre aquelas do período reprodutivo, teriam um maior peso para a TFT do estado.

Com relação à comparação entre o estado e a região norte, ter-se-ia uma quantidade maior de jovens na região do que no estado, reflexo da transição da fecundidade mais avançada na média regional, com características da primeira etapa citada. Ou seja, um

controle por parturição estava em curso, o que aumenta a contribuição das mulheres mais jovens para o número médio de crianças nascidas vivas. Por outro lado, as diferenças entre as idades médias das mulheres no estado e no país aumentam ao longo do tempo, indicando que o processo de queda da fecundidade no Brasil é acompanhado de uma maior prevalência das mulheres mais velhas no ciclo reprodutivo do que no estado.

Essa variação fica mais evidente no Gráfico 29, que apresenta a contribuição percentual de cada Taxa Específica de Fecundidade por idade (TEF) para a TFT. Portanto, ao somar cada valor, por idade, será fechado em 100%.

Gráfico 29 Contribuição percentual por idade para a TFT, Acre, 2010 - 2060



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

A TEF corresponde ao número médio de filhos vivos que as mulheres, entre as idades x e $x + n$, teriam, sendo n igual a 5, no caso do Gráfico 29.

É nítido o deslocamento para a direita, indicando o envelhecimento da função de fecundidade. Enquanto o grupo etário 20 ? 24 anos é o que apresenta o maior peso, em 2010, espera-se que as mulheres entre 25 ? 29 anos tenham o maior peso, em 2060, tendo as mulheres de 30 ? 34 anos prevalência similar.

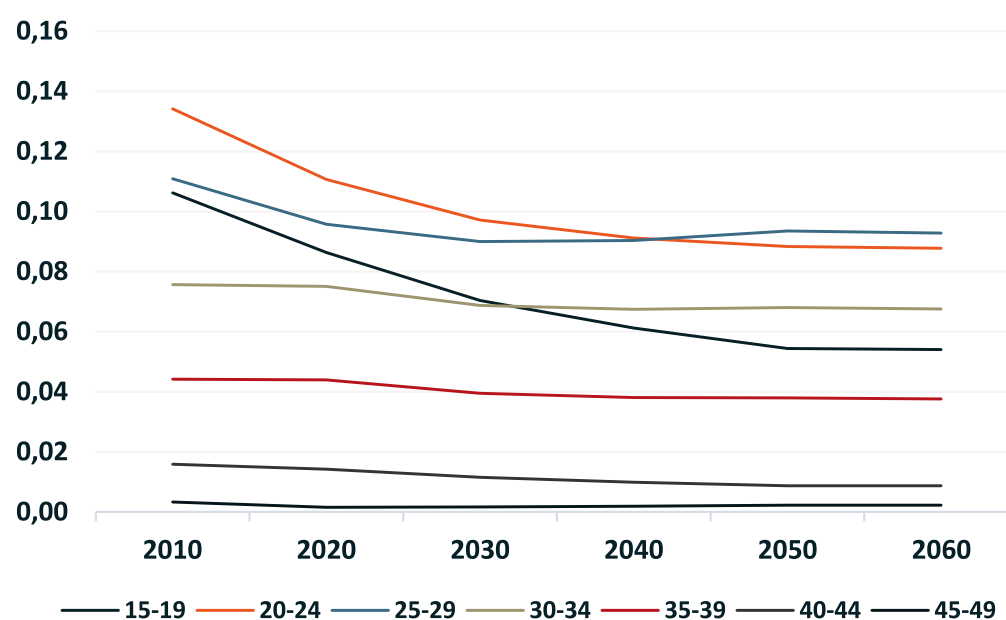
Por fim, tem-se o Gráfico 30, que apresenta as TEFs estimadas para o período aqui em destaque: 2010 ? 2060.

Vale destacar que o aumento da prevalência, mencionado no parágrafo anterior, é acompanhado pelo aumento do número médio de filhos tido pelas mulheres de idade

25 a 29 anos, especialmente após 2030. Para o grupo etário de 20 a 24 anos, espera-se uma forte queda até 2030 e uma queda a taxas decrescentes entre 2030 e 2060.

Já o aumento do peso das mulheres de 30 a 34 anos não é acompanhado por um aumento do nível da TEF, por uma forte redução das mulheres mais jovens. Isso reflete a forte queda de fecundidade projetada pelo IBGE, que não seria acompanhada de uma recuperação dos níveis elevados observados no início da série.

Gráfico 30 Taxa específica de fecundidade por idade, Acre, 2010 - 2060



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

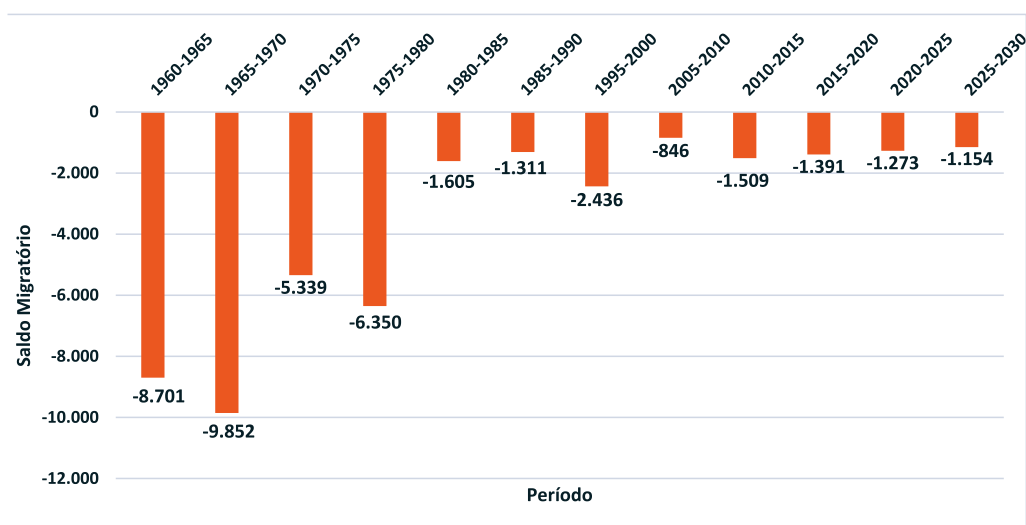
2.4. Migração

O Acre é um estado marcado, historicamente, por constantes fluxos migratórios internos. O Gráfico 31 apresenta os saldos migratórios do estado entre os períodos 1960-1965 e 2025-2030, sendo Utilizada três fontes de informação. Para os períodos entre 1960-1990, as estimativas de saldo migratório foram realizadas por Carvalho e Garcia (2002). Já o intervalo 1995-2010, são estimativas oficiais do IBGE (2012), com resultados da amostra do Censo Demográfico de 2010. Por fim, as projeções do IBGE (2018) são responsáveis pelos saldos dos últimos 20 anos analisados: 2010-2030.

Claramente, os saldos eram mais negativos entre 1960-1970, ficando menos negativos nos períodos subsequentes, até 1990. Vê-se uma redução na perda de população na ordem de mais de 6 vezes, em relação ao início dos anos 60 (de -8.701, em 1960-1965,

para -1.311, em 1985-1990). Espera-se que o fluxo se estabilize nas décadas subsequentes, e que, em nem um desses períodos, a imigração compense a perda populacional via emigração, estabelecendo certa tendência.

Gráfico 31 - Saldos migratórios, Acre, 1960-2030



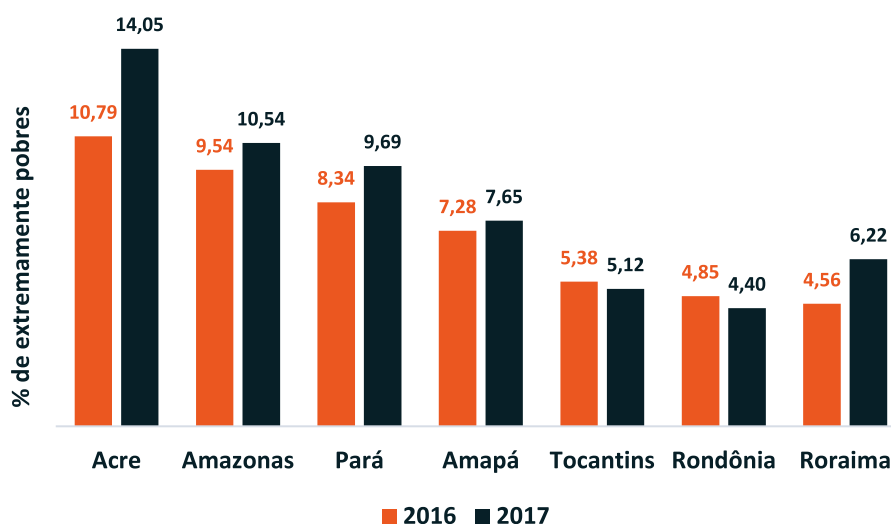
Fonte: Carvalho e Garcia (2002) para 1960-1990; IBGE (2012) para 1995-2010; IBGE (2018) para 2010-2030.

2.5. Pobreza e assistência social

Para analisar a situação de pobreza no estado do Acre, foram elaborados os Gráficos 25 a 29. As estimativas foram disponibilizadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2018) e calculadas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínuas dos anos 2016 e 2017, sendo esses os dados mais recentes apresentados pelo PNUD. As informações são referentes a todos os estados da região norte, o que permite analisar a variação regional. Em 2016, o Acre era o estado com a maior proporção de pessoas extremamente pobres² na região (Gráfico 32): 10,79%. Em segundo lugar, estava o Amazonas, com 9,54%. Já em 2017, os três estados com a maior proporção de pessoas extremamente pobres se mantiveram, mas com o aumento da prevalência. No caso do Acre, o percentual aumentou de 10,79%, em 2016, para 14,05%, em 2017.

² Extremamente pobres: proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Gráfico 32 - Proporção de extremamente pobres, Acre, 2016-2017



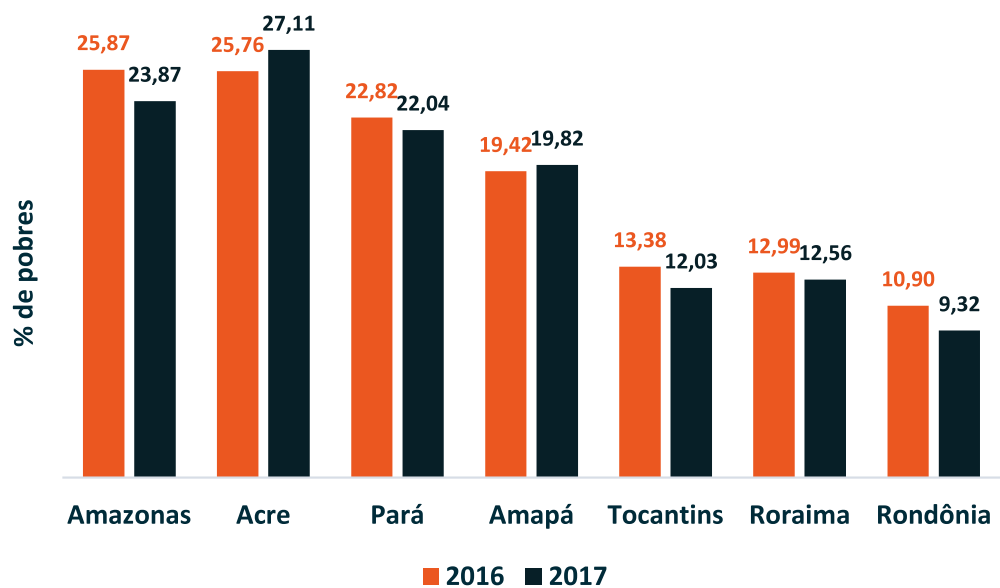
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2018).

O cenário para a proporção de pobres³ e para a proporção de vulneráveis à pobreza⁴ é similar em 2016. Em ambos, o Acre é o segundo estado com a maior concentração de pessoas na região Norte. Em 2017, tem-se um aumento maior no Acre, passando o estado a ser o maior. A proporção de pobres cresceu de 25,76%, em 2016, para 27,11%, em 2017. Por sua vez, os indivíduos vulneráveis à pobreza no início do período era 45,76%, e passou para 46,49% um ano depois. Ou seja, pode-se perceber uma estabilidade dessas proporções em dois anos de diferença, ao contrário da proporção de extremamente pobre, no qual viu-se um salto de um ano para o outro.

³ Proporção de pobres: proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

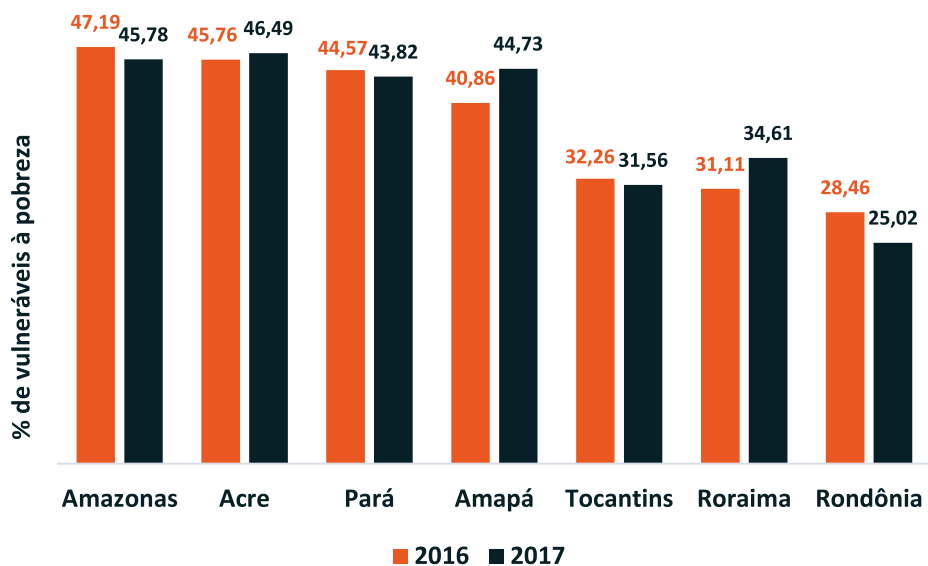
⁴ Proporção de vulneráveis à pobreza: proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário-mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Gráfico 33 - Proporção de pobres, Acre, 2016-2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2018).

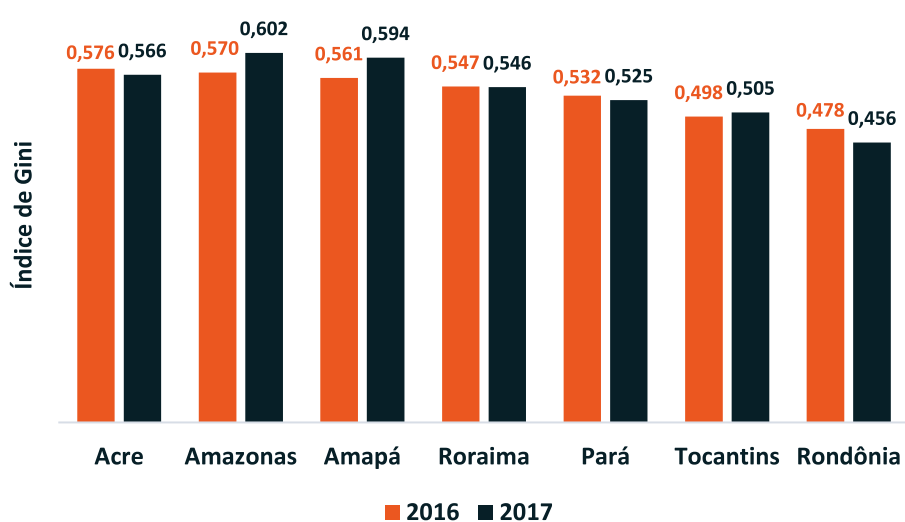
Gráfico 34 - Proporção de vulneráveis à pobreza, Acre, 2016-2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2018).

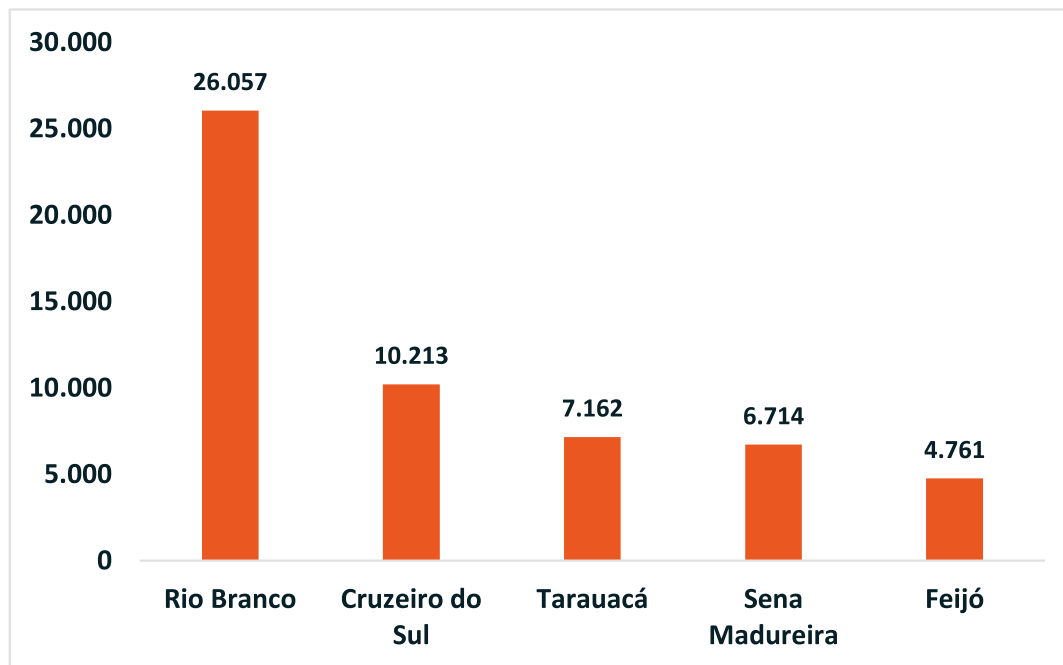
Para dimensionamento da desigualdade, é apresentado o índice de Gini que mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos, segundo o rendimento domiciliar *per capita*. Quanto mais próximo de 1 (um), maior o índice de desigualdade no estado. Em 2016, o Acre era o estado com o maior índice de desigualdade, seguido por Amazonas e Amapá. Em 2017, esse cenário muda, com o Acre caindo para o terceiro lugar e o Amazonas se tornando o estado mais desigual da região, em relação à dimensão renda domiciliar.

Gráfico 35 - Índice de Gini, Acre, 2016-2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2018).

Gráfico 36 - Número de famílias beneficiárias, municípios do Acre, 2021



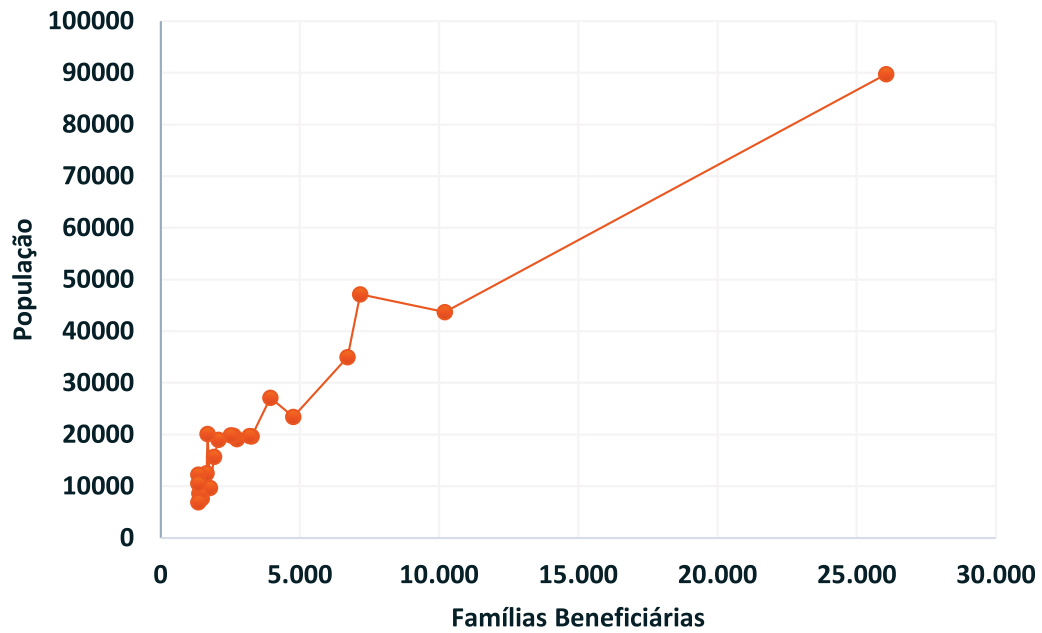
Fonte: Portal da Transparência (acessado em 14/05/2022).

Considerando que a proporção de pessoas pobres, extremamente pobres e vulneráveis à pobreza cresceu no Acre, entre 2016 e 2017, mas o índice de Gini diminuiu, pode-se inferir que as pessoas perderam poder de compra entre os dois anos, de forma desigual, convergindo para uma situação de pobreza, dado que a diferença entre elas diminuiu entre os dois períodos.

Dada essa alta concentração de pessoas em situação de pobreza no estado, apresenta-se, abaixo, uma análise do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2021 (Gráfico 36). Os dados estão disponíveis no site do Portal da Transparência, sendo novembro de 2021, o dado mais atual.

Rio Branco, capital do estado do Acre, concentra cerca de 46% da população do estado, era o município com o maior número de famílias beneficiárias em 2021: 26.057 famílias. Em seguida, tem-se Cruzeiro do Sul (10.213 famílias), Tarauacá (7.162 famílias), Sena Madureira (6.714 famílias) e Feijó (4.761 famílias). O número de famílias beneficiárias e o tamanho da população estão altamente correlacionadas (Gráfico 37), como esperado. Para ilustração, a correlação entre ela chega a 0,972.

Gráfico 37 Número de famílias beneficiárias e população, municípios do Acre, 2021



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS; Portal da Transparência (acessado em 14/05/2022).

3. EDUCAÇÃO

Aqui será apresentado um diagnóstico da educação no estado do Acre, abarcando os últimos 12 anos. A questão educacional é muito relevante, pois é por meio dela que o futuro e a trajetória de desenvolvimento do Acre serão estabelecidos. Ela é central para se pensar uma trajetória de desenvolvimento sustentável sob vários aspectos ? não apenas econômico, mas, também, social e ambiental no estado. A seção está organizada em mais três subseções. A primeira apresenta e analisa os estabelecimentos escolares segundo suas características e localização. A segunda subseção apresenta os dados básicos dos alunos para, na sequência, analisar seu desempenho. A terceira e última subseção analisa as características dos docentes para os diferentes níveis de educação: infantil, fundamental, médio e superior.

O perfil educacional é apresentado para o estado, para os municípios e, comparativamente, aos demais estados da região norte e do Brasil. A principal fonte de informação é o Censo Escolar do INEP. Os dados são tratados de forma temporal, entre 2009 e 2020 e, quando necessário, o foco se concentra no último ano. Além das características gerais e do perfil dos discentes e docentes, apresenta-se também dados sobre o desempenho dos alunos, com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Apesar de alguns dos dados apresentados já abarcarem o ano de 2020, ainda é difícil compreender os efeitos da pandemia sobre a educação, cuja análise e resultados serão medidos nos anos futuros. O aumento do abandono escolar, o aumento da taxa de reprovação nos anos de 2020 e 2021, as deficiências de aprendizado, só serão verificadas à medida que as diversas informações e instrumentos avaliativos forem sendo compilados. Isso não impede que o governo do estado, por meio da secretaria da educação, realize diagnósticos específicos em cidades e regiões que possuem indicadores piores em relação a outros municípios e/ou regiões. É preciso também que sejam estruturadas políticas públicas específicas, com o objetivo de reduzir os impactos negativos da pandemia, principalmente, em grupos mais vulneráveis da população.

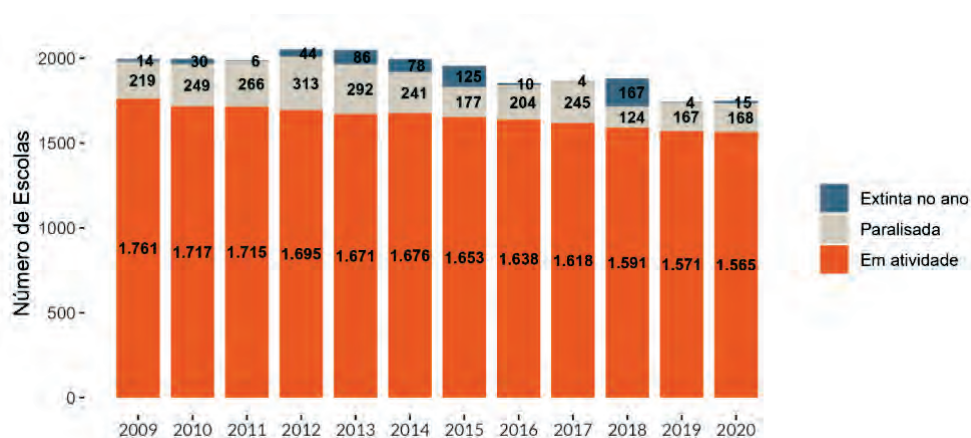
Importante destacar o painel Educacional desenvolvido pelo Tribunal de Contas do estado do Acre, que é uma ferramenta importante para o acompanhamento dessas ações voltadas a melhorar os indicadores educacionais do estado e reduzir os efeitos negativos da pandemia (Painel Educação - <https://tinyurl.com/3awkbu6s>). O painel apresenta dados para os anos de 2019 e 2020, trabalhando diversos indicadores ligados desde a infraestrutura das escolas até a avaliação dos alunos e professores.

3.1. Escolas

Esta seção apresenta a evolução do número de estabelecimentos escolares entre 2009 e 2020. O primeiro aspecto que chama atenção é a queda no número de escolas em atividade no período. Em 2009 havia 1.761 escolas em atividade no estado, número que foi reduzido em 12,5% entre 2009 e 2020, quando o total de escolas em atividade chegou a 1.565. Observa-se que essa parece ser uma tendência, pois, com exceção de 2014, houve um ligeiro aumento do número de escolas em atividade. Observa-se também que alguns anos são importantes para o fechamento e encerramento de atividades – notadamente 2015 e 2018.

Destaca-se também o elevado percentual de escolas com atividades paralisadas. Apesar da redução do valor absoluto das escolas nessa situação, chama atenção o fato de que quase 10% delas estavam paralisadas em 2020.

Gráfico 38 - Número de escolas por situação

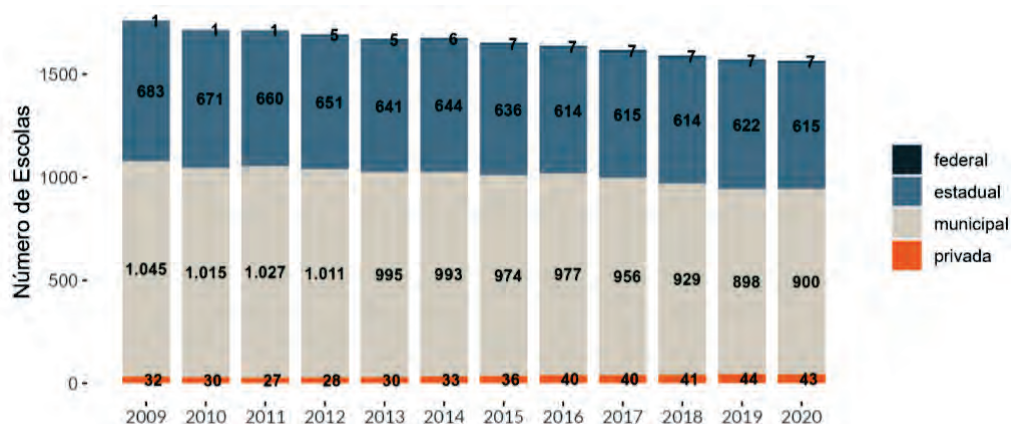


Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

Das escolas em atividade, alguns aspectos chamam atenção. A enorme expansão da rede federal que possuía apenas uma unidade até 2011 e passou para 5 estabelecimentos em 2013, 6 em 2014 e 7 estabelecimentos em 2015, número que vem se mantendo desde então. Além da Universidade Federal do Acre (UFAC) a criação dos institutos federais permitiu a abertura e a oferta de cursos em 7 campus. Isso permitiu uma maior cobertura da rede federal, no que diz respeito ao ensino médio profissionalizante, cursos de ensino superior e tecnológicos (Gráfico 38).

A rede privada também se expandiu de forma importante, com um crescimento de 42%, passando de 32 estabelecimentos em 2009 para 44 em 2019, quando atingiu seu pico. Em 2020 a rede privada possuía 43 estabelecimentos em atividade, conforme pode ser visualizado no Gráfico 39.

Gráfico 39 - Número de escolas em atividade por rede de ensino



Fonte: Censo Escolar/INEP (2022)

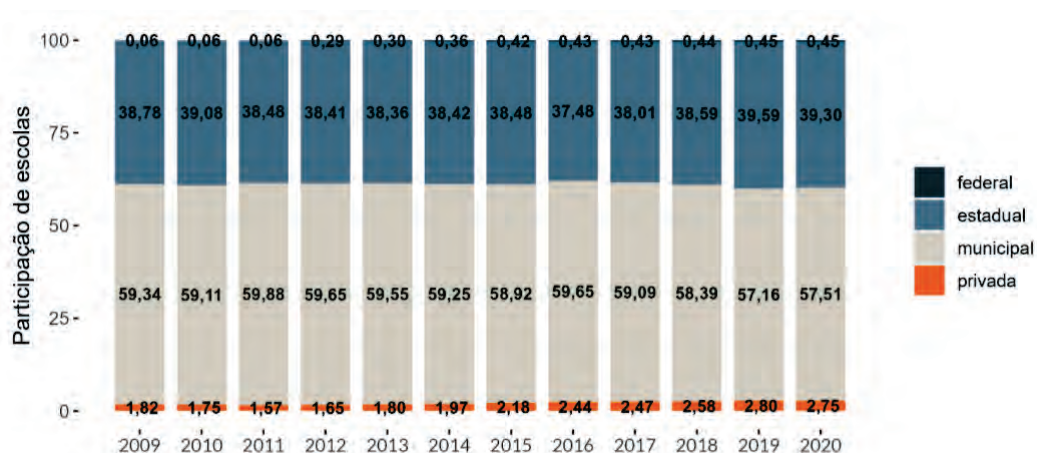
No sentido inverso ao da expansão da rede privada e federal de educação, observa-se uma queda no número de escolas municipais e estaduais. Em geral, a competência e obrigatoriedade dos níveis de ensino são divididas da seguinte forma: o ensino infantil e fundamental são atribuições municipais; o ensino médio é atribuição estadual; e o ensino superior, historicamente, tem tido sua política articulada na escala federal. A iniciativa privada pode ofertar estabelecimentos para os diferentes níveis de ensino, de forma complementar às redes municipal, estadual e federal.

A maior perda, em termos absolutos e relativos, se deu entre os estabelecimentos da rede estadual, justamente a responsável pela oferta de vagas direcionadas ao ensino médio. Entre 2009 e 2020 foram fechados 14% das escolas da rede estadual (Gráfico 40 e Gráfico 41).

Esses números precisam ser analisados com cautela, pois podem estar ligados a uma reorganização da rede, com ganhos de escala e otimização dos recursos disponíveis e, não necessariamente, ao fechamento de vagas. Por outro lado, é preciso compreender que depois de atingir um pico no número de alunos entre 2014 e 2018, o número absoluto de alunos matriculados nas escolas acreanas vem caindo.

O ano de 2020 também precisa ser analisado com cautela, pois trata-se do 1º ano da Pandemia do Covid-19. Somente a partir de 2022, com a retomada das condições normais, é que será possível uma análise mais precisa em relação a abertura e fechamento das escolas.

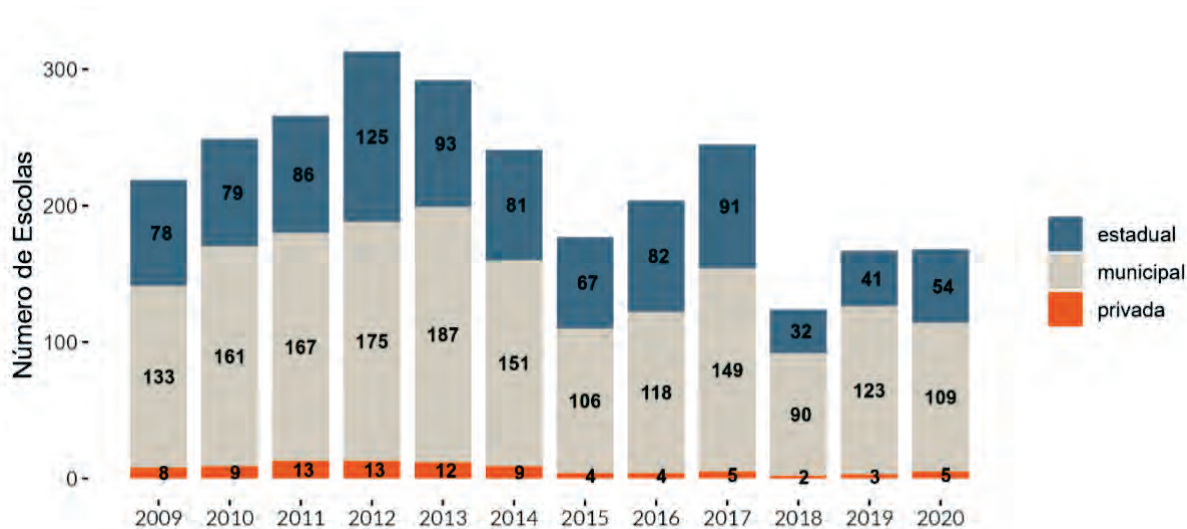
Gráfico 40 Percentual de escolas em atividade por rede de ensino



Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

É importante destacar que a ausência de dados demográficos, por recortes específicos, dos municípios dificulta uma análise mais precisa da relação entre demanda e oferta de vagas. As estimativas apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado fornecem um indicador sobre essa relação, mas que, em virtude da ausência do Censo Demográfico, impedem uma análise mais detalhada da real situação.

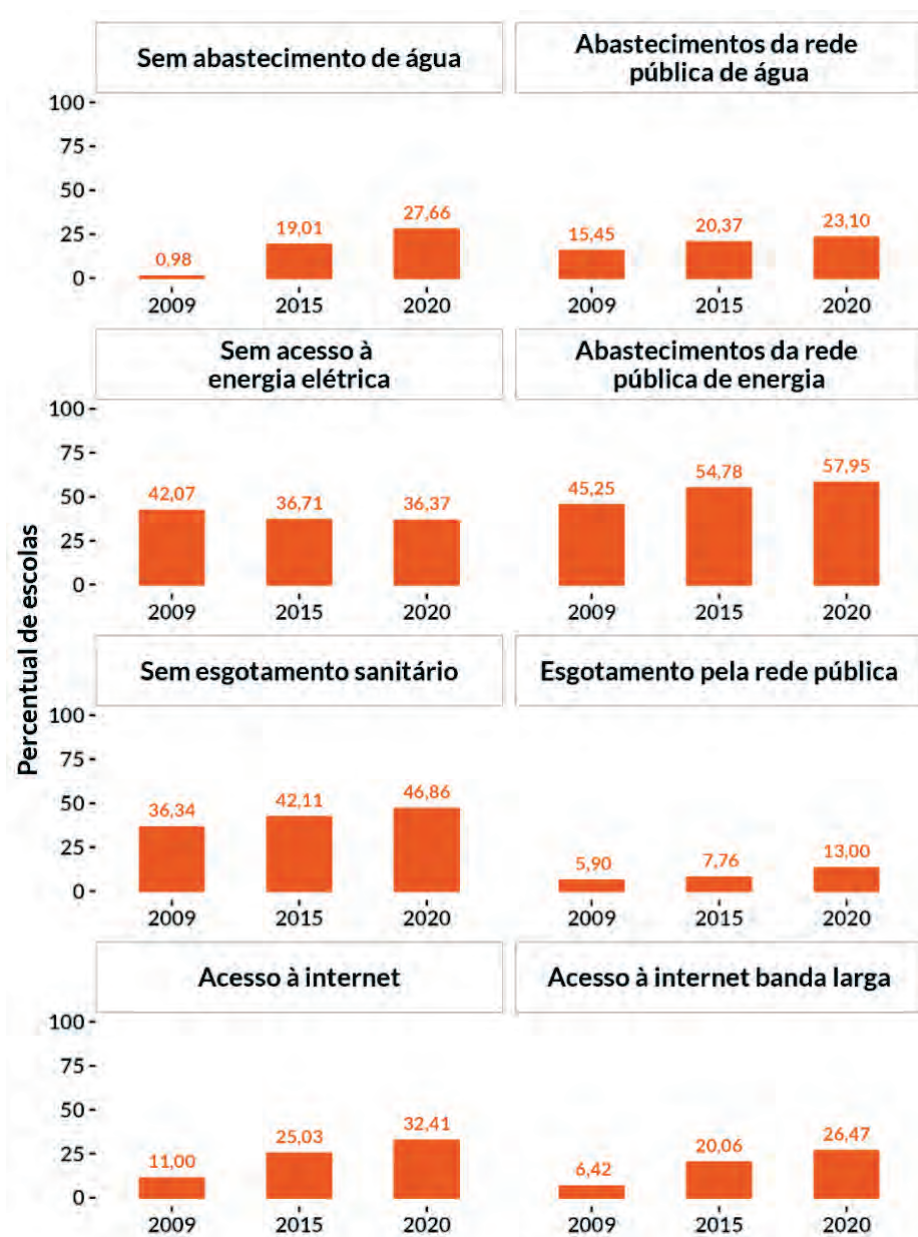
Gráfico 41 Número de escolas paralisadas por rede de ensino



Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

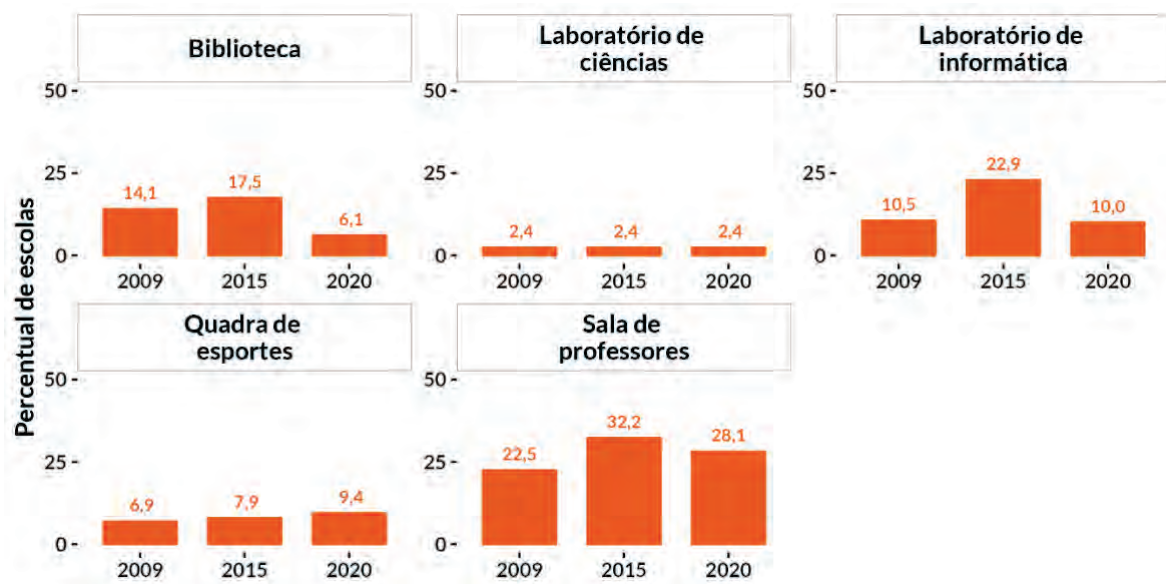
Os Gráficos 42 e 43 apresentam a distribuição das escolas em atividade e as infraestruturas e espaços pedagógicos existentes para os anos de 2009, 2015 e 2020. Observa-se uma melhoria das condições da infraestrutura básica, no período analisado. No caso dos espaços pedagógicos, chama a atenção a redução do percentual de escolas que possuíam biblioteca e o baixo percentual de escolas com laboratórios de ciências e de informática.

Gráfico 42 Percentual das escolas das redes municipal e estadual em atividade por características selecionadas de infraestrutura básica



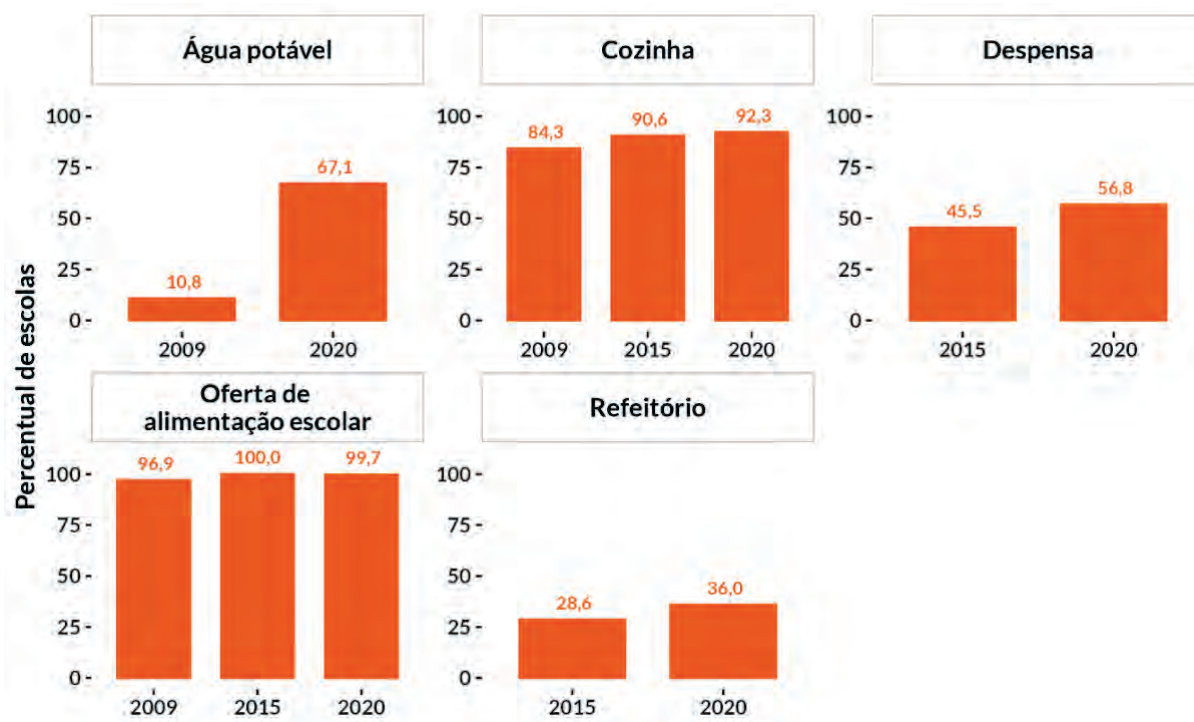
Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

Gráfico 43 Percentual de escolas das redes municipal e estadual em atividade por espaços pedagógicos



Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

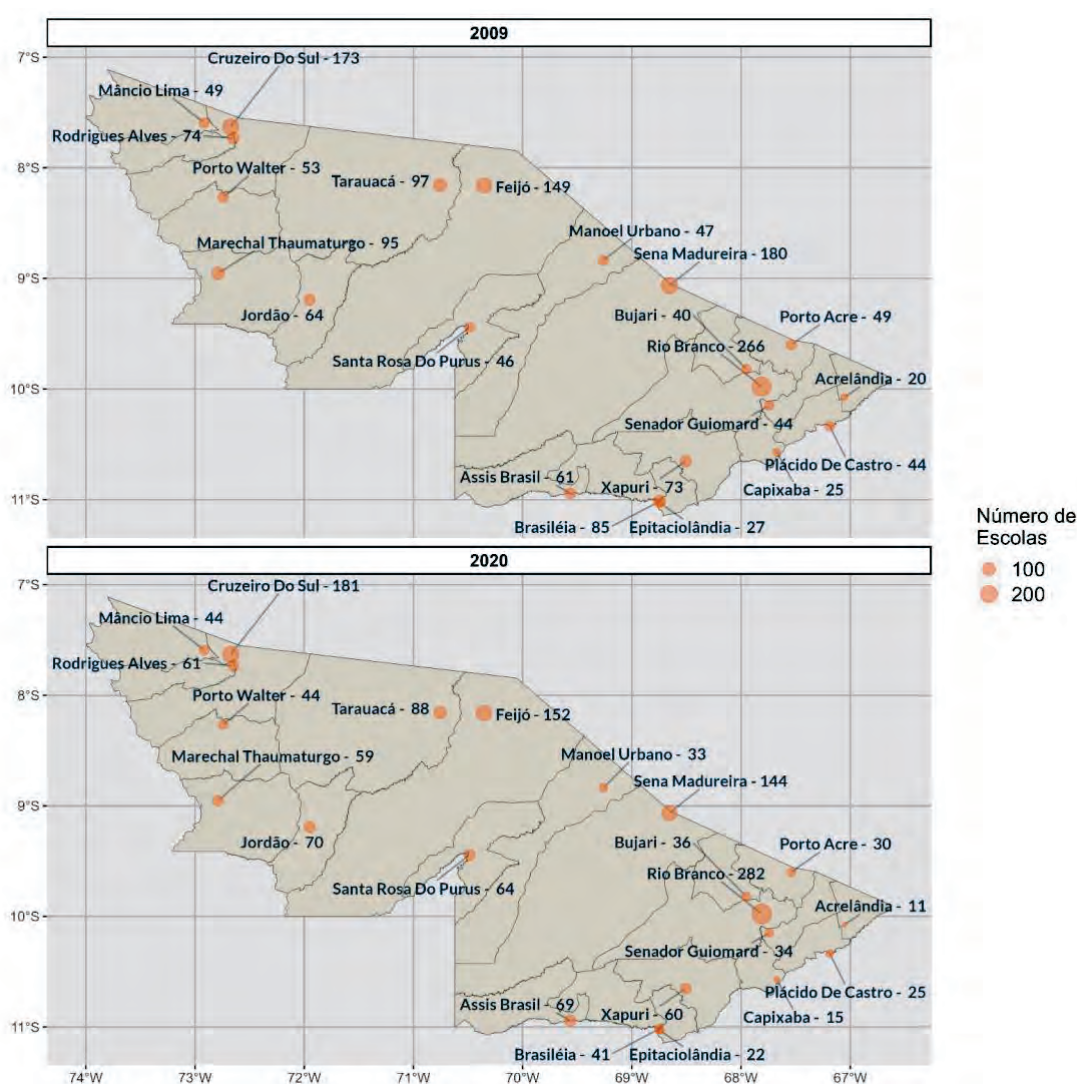
Gráfico 44 Percentual de escolas em atividade das redes municipal e estadual por características relacionadas a alimentação escolar.



Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

Outro fator importante para o Estado é a questão da alimentação escolar. Como destacado na análise populacional, por se tratar de um estado em que parcela importante da população vive em condições de pobreza, a alimentação escolar se torna essencial ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. O fornecimento alimentar é um indicador importante para que crianças e adolescentes não abandonem os estudos. Seguindo a sugestão do Painel Educacional, apresenta-se a evolução dos equipamentos relacionados à alimentação escolar (Gráfico 44).

Figura 2 Número de escolas em atividade por município



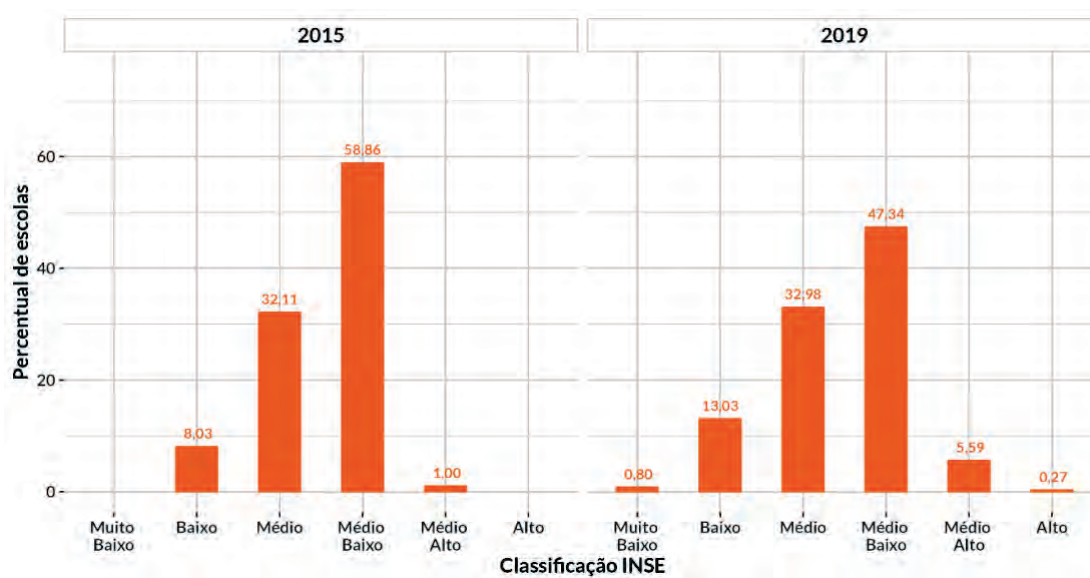
Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

Por outro lado, chama atenção o fechamento de muitos estabelecimentos em alguns municípios acreanos, com destaque para Brasiléia, que teve uma redução de 51% no total de escolas em atividade, Marechal Thaumaturgo, que observou uma redução

absoluta de 36 escolas, o equivalente a 38% do número existente em 2009. Porto Acre e Plácido tiveram uma redução conjunta de 38 escolas, sendo 19 em cada um dos municípios.

No que diz respeito às escolas paralisadas, chama atenção a situação de Marechal Thaumaturgo, com 21 escolas, número igual ao da capital, Rio Branco, em 2020. O total de escolas paralisadas é, na maioria dos municípios, menor, pois há ao longo da série alguns anos em que houve fechamento das escolas. Isto gera uma queda no número absoluto de escolas paralisadas. Em termos absolutos, 2010, 2012, 2013, 2014 e 2018 foram anos em que se observa o maior fechamento de escolas, o que modifica a condição de paralisada para fechada fazendo com que o denominador (número total de escolas) sofra uma queda. Será importante verificar o que irá ocorrer com a retomada das condições de funcionamento normais das escolas a partir de 2022⁵.

Gráfico 45 Classificação das escolas analisadas no indicador de nível socioeconômico



Fonte: dados disponibilizados pelo TCE/AC (2022)

O indicador de nível socioeconômico revela que a maior parte das escolas das redes municipal e estadual se concentra no atendimento da população mais vulnerável, sendo as classes baixa e média (Gráfico 45).

⁵ Seria necessária uma avaliação, caso a caso, para cada escola, e que envolve diversos aspectos ligados a diferentes questões: demográficas, de infraestrutura, de professores, o que foge ao escopo desta análise e demandaria um projeto específico voltado para a questão.

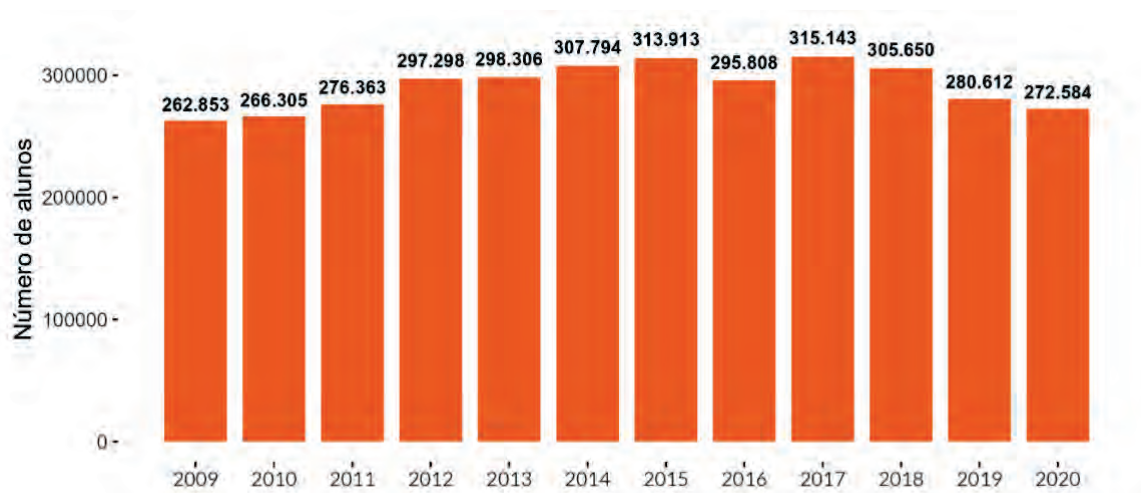
3.2. Alunos e desempenho

Esta seção analisa a evolução do número de alunos e apresenta alguns indicadores educacionais segundo níveis de ensino.

O total de alunos matriculados nos diferentes níveis educacionais no estado do Acre cresceu entre 2009 e 2017, quando atingiu o maior valor da série histórica. Entre o primeiro ano e o ápice do número de alunos matriculados, observou-se uma variação de 20% ou cerca de 52 mil alunos matriculados, a mais, nos diferentes níveis de ensino.

Observa-se, nos últimos três anos da série, uma redução em termos absolutos, com os números voltando a valores próximos aqueles observados no início do período. Esse processo é coerente com a própria evolução da pirâmide etária do estado que experimenta um processo de envelhecimento e redução da população entre 0 e 19 anos. Ainda assim, em termos percentuais, a população de 10 a 19 anos tem, segundo as estimativas, apresentado na seção sobre população, o seu maior percentual, o que indicaria que em 2019 e 2020 deveria ser observado o maior número absoluto de matrículas. Os dados do INEP apontam em uma direção diferente, com uma redução a partir de 2017.

Gráfico 46 Número total de alunos

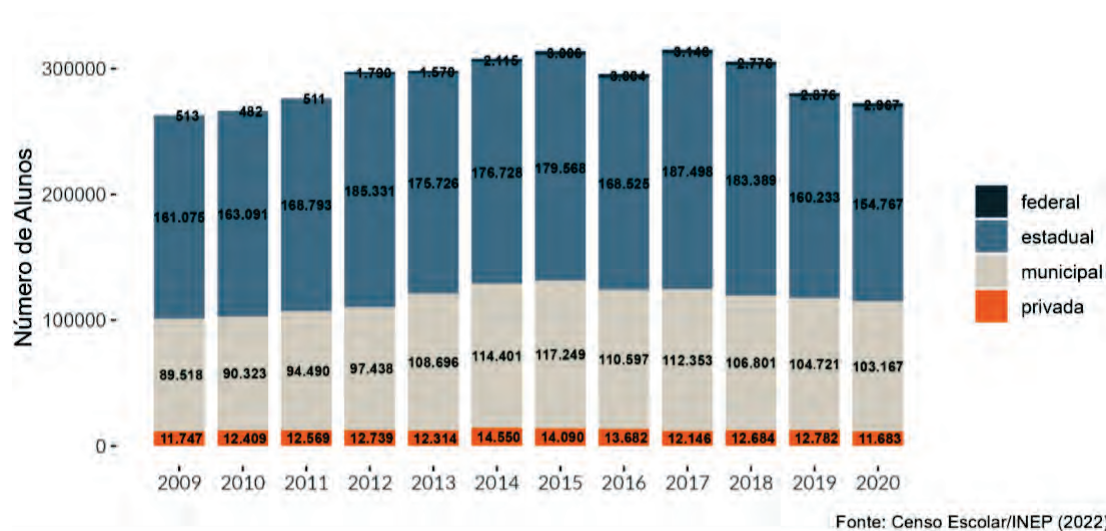


Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

Quando se analisa o número de alunos segundo a rede de ensino, verifica-se que a maior parte se encontra ligada às redes municipal e estadual, o que indica que, possivelmente, a maior parcela dos alunos está ligada ao ensino infantil, fundamental e médio. Observou-se uma expansão significativa da rede federal, mas sua importância é pequena, incapaz de absorver, no ensino profissional, técnico ou superior, a maior parte dos alunos do ensino médio ligada às escolas estaduais.

No caso das escolas privadas, o número de matrículas, depois de atingir seu auge em 2014 e 2015, vem apresentando redução, sendo que, em 2020, o número de alunos matriculados é o menor da série histórica, fato que pode estar associado aos efeitos da pandemia, com uma fuga de alunos matriculados. Ao se analisar os indicadores de desempenho escolar, algumas explicações para a redução no número de matrículas serão apontadas.

Gráfico 47 Número de alunos por rede de ensino



Fonte: Censo Escolar/INEP (2022).

O primeiro indicador de desempenho, clássico da educação, é o tamanho médio das turmas. O indicador é importante, pois mostra o tempo que o professor dedica a cada aluno, sendo que a interação aluno-professor é algo importante no processo de aprendizagem. Apesar de não haver um número ótimo, há uma correlação inversa entre tamanho das turmas e desempenho geral dos alunos. Os dados apresentados englobam as dependências escolares públicas e privadas. A Tabela 2 e o Gráfico 48 apresentam a diferenciação entre a rede pública e privada, concentrada nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, basicamente. A média de alunos por turma nas escolas da rede privada é um pouco menor do que na rede pública.

Apesar do número de escolas paralisadas e fechadas, no estado, entre 2009 e 2020, a situação do estado do Acre é bem razoável, em relação à média nacional, exceto pela educação infantil que cobre a primeira infância até os 6 anos de idade. Mesmo nesse caso, é preciso observar que há diferenças regionais bastante significativas entre os municípios acreanos. Notadamente, Rio Branco, que possui uma concentração populacional mais elevada e o maior número absoluto de crianças entre 0 e 6 anos, está

entre os municípios que apresentam maior média de alunos por turma no ensino infantil. Há diferenças importantes, como é o caso de Assis Brasil que apresenta uma média de alunos por turma na educação infantil de 11,7, ou seja 38% menor do que a média do estado. Comparativamente, a média de alunos por sala dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tanto no ensino fundamental quanto no médio, é superior, na maioria dos municípios acreanos, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Média de alunos por turma: educação infantil, fundamental e médio, 2009 e 2020

Município/UF/BR	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2009	2020	2009	2020	2009	2020
Acrelândia	19,90	18,00	23,90	27,30	31,70	31,70
Assis Brasil	23,30	11,70	20,00	16,60	25,10	20,60
Brasiléia	18,60	23,60	23,80	24,80	30,70	37,20
Bujari	25,00	22,70	22,80	19,00	20,90	17,00
Capixaba	23,50	19,00	23,70	23,80	35,70	23,90
Cruzeiro do Sul	19,20	18,00	25,00	23,40	31,90	29,70
Epitaciolândia	22,30	24,20	26,10	25,50	35,30	28,90
Feijó	18,00	15,90	24,10	20,60	31,00	19,80
Jordão	19,70	17,30	18,40	16,30	27,90	8,50
Mâncio Lima	19,60	17,40	18,50	21,90	26,10	21,70
Manoel Urbano	19,20	21,90	22,80	22,60	30,90	31,70
Marechal Thaumaturgo	20,20	15,00	21,50	19,90	22,80	20,60
Plácido de Castro	17,10	21,10	19,60	20,30	26,50	24,80
Porto Walter	16,10	14,60	20,50	16,70	27,00	17,90
Rio Branco	22,20	20,20	28,00	26,40	33,10	32,50
Rodrigues Alves	17,50	17,80	18,10	16,90	24,40	17,50
Santa Rosa do Purus	25,00	12,40	24,30	16,10	29,30	13,80
Senador Guimard	21,60	22,20	20,90	21,70	26,40	22,40
Sena Madureira	28,00	19,20	19,60	19,00	33,60	22,80
Tarauacá	22,60	14,60	21,50	21,30	30,90	22,90
Xapuri	24,10	16,50	23,40	18,80	28,70	18,80
Porto Acre	17,90	19,50	23,30	22,50	22,80	23,90
Acre	20,80	18,70	24,10	22,60	31,10	26,00
Amazonas	20,90	18,30	26,00	23,00	32,80	28,50
Amapá	18,70	16,80	23,80	21,30	32,80	27,90
Pará	21,00	17,60	25,40	22,60	34,80	32,20
Rondônia	21,20	17,90	24,00	22,90	29,10	25,90
Roraima	18,90	18,10	20,70	21,20	24,50	22,70
Tocantins	19,10	17,90	22,00	22,10	28,80	25,70
Brasil	17,50	15,80	24,70	23,00	33,20	30,30

Fonte: INEP (2022).

Tabela 2 Média de alunos por turma das redes pública e privada em 2020

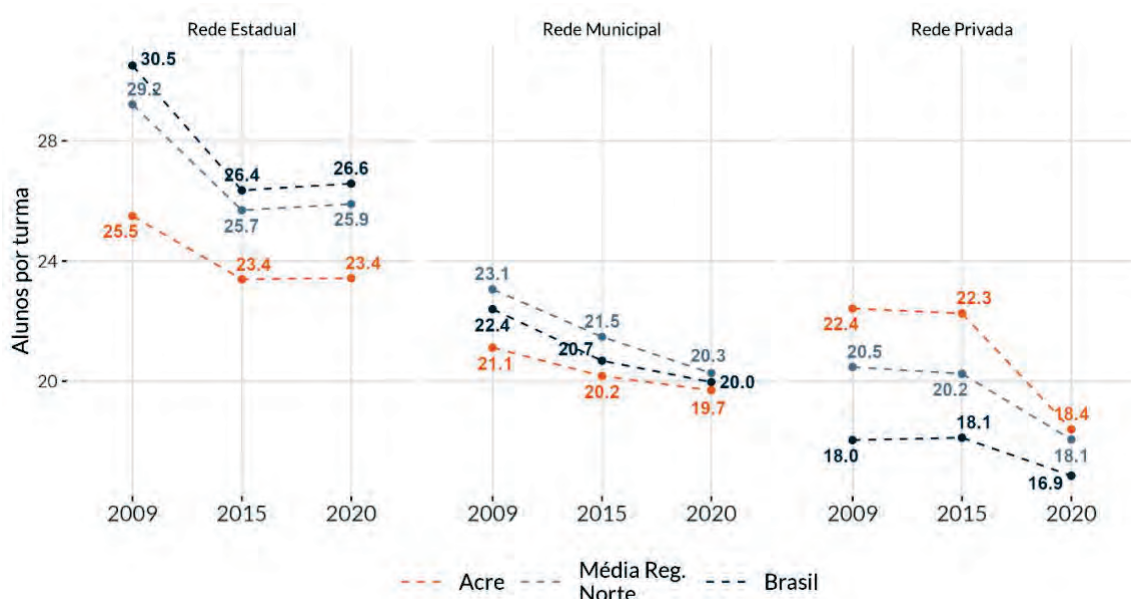
Região	Pública			Privada		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Acrelândia	18	27,3	31,7	-	-	-
Assis Brasil	11,7	16,6	20,6	-	-	-
Brasiléia	23,6	24,8	37,2	-	-	-
Bujari	22,7	19	17	-	-	-
Capixaba	19	23,8	23,9	-	-	-
Cruzeiro do Sul	18,2	23,6	29,7	14,1	18,3	31
Epitaciolândia	24,2	25,5	28,9	-	-	-
Feijó	15,9	20,6	19,8	-	-	-
Jordão	17,3	16,3	8,5	-	-	-
Mâncio Lima	17,4	21,9	21,7	-	-	-
Manoel Urbano	21,9	22,6	31,7	-	-	-
Marechal Thaumaturgo	15	19,9	20,6	-	-	-
Plácido de Castro	21,1	20,3	24,8	-	-	-
Porto Walter	14,6	16,7	17,9	-	-	-
Rio Branco	22	27,5	33	10,6	20,3	27,8
Rodrigues Alves	17,8	16,9	17,5	-	-	-
Santa Rosa do Purus	12,4	16,1	13,8	-	-	-
Senador Guimard	22,8	22,3	22,4	8	9,6	-
Sena Madureira	19,2	19	22,8	-	-	-
Tarauacá	14,6	21,3	22,9	-	-	-
Xapuri	16,5	18,8	18,8	-	-	-
Porto Acre	19,5	22,5	23,9	-	-	-
Acre	19,3	22,8	25,9	10,8	19,8	28
Amazonas	19,2	23,3	28,5	13,4	19,1	28,1
Amapá	18,3	21,8	28,1	11,2	17,5	25,9
Pará	18,4	23	32,3	13,3	18,8	31,2
Rondônia	18,8	23,1	26	14,1	21,1	24,7
Roraima	19,2	21,3	22,6	12,2	19,5	24,6
Tocantins	18,7	22,5	25,7	13,6	18,6	26,8
Brasil	17,8	24	30,8	12,1	19,2	26,9

Fonte: INEP (2022).

O outro indicador clássico se relaciona às horas anuais de ensino. O Brasil, por meio da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, estabelece que o período letivo nas escolas de ensino fundamental e médio deve ter, no mínimo, 800 horas distribuídas em 200 dias letivos. Os dados apontam que todos os municípios acreanos já ofertavam as horas necessárias ao cumprimento da legislação. Comparando os três níveis de ensino, observa-se que as maiores mudanças se concentram no ensino infantil e no ensino médio. A média de horas ofertadas em relação ao Brasil permaneceu constante ou mesmo houve ligeiro aumento da diferença, como é o caso do ensino médio, em que a diferença aumentou do estado em relação ao Brasil. Comparativamente, aos países da OECD, o tempo em sala de aula é maior em todos os ciclos, entretanto isso não significa um desempenho melhor por várias razões, como, por exemplo, a qualificação dos

professores, as condições dos alunos e outros aspectos intangíveis que não são mensuráveis.

Gráfico 48 Média de alunos por turma por rede de ensino



Fonte: INEP (2022).

Um indicador de desempenho importante diz respeito à repetição de séries e à distorção idade/série. Há uma discussão importante na literatura sobre educação, no que diz respeito à distorção idade/série e como ela pode ser um indicador futuro relativo ao abandono escolar, na medida em que pode representar um desestímulo ao aluno. Por outro lado, a distorção idade/série é um bom indicador para apontar que possa haver um descompasso no processo de aprendizagem. A situação do Acre é pior do que a média brasileira e melhor do que a média da região, ainda sim, há uma heterogeneidade muito grande entre os municípios.

Outro aspecto que chama atenção é o aumento da distorção em alguns municípios no ano de 2020, conforme pode ser visto nas tabelas 4 e 5. Observa-se uma diferenciação muito grande entre as escolas públicas e privadas no que diz respeito à distorção idade/série.

Tabela 3 Número de horas anuais de ensino

Região	Educação infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Acrelândia	1100	1580	880	820	820	960
Assis Brasil	800	840	820	860	860	860
Brasiléia	920	1000	860	860	880	1280
Bujari	760	800	860	840	900	860
Capixaba	860	860	840	880	800	900
Cruzeiro do Sul	820	820	840	860	820	1000
Epitaciolândia	900	900	860	860	840	920
Feijó	860	820	840	860	800	940
Jordão	900	800	840	840	840	860
Mâncio Lima	840	1000	840	840	840	920
Manoel Urbano	860	800	860	840	860	840
Marechal Thaumaturgo	800	860	840	840	940	920
Plácido de Castro	800	860	820	840	900	860
Porto Walter	840	820	880	860	860	940
Rio Branco	920	1020	860	860	840	1120
Rodrigues Alves	800	840	840	840	860	860
Santa Rosa do Purus	800	820	840	860	700	860
Senador Guiomard	840	840	840	860	860	1000
Sena Madureira	800	820	860	840	800	980
Tarauacá	1020	1000	840	840	820	1180
Xapuri	1180	1200	860	860	840	960
Porto Acre	840	800	860	880	920	920
Acre	880	940	840	860	840	1040
Amazonas	840	860	840	880	840	940
Amapá	860	840	860	880	920	1100
Pará	840	900	840	880	840	900
Rondônia	960	880	860	840	880	980
Roraima	880	980	860	860	860	980
Tocantins	1060	1000	900	960	900	1060
Brasil	1140	1200	900	940	920	1060

Fonte: INEP (2022).

A taxa de abandono escolar, no ensino fundamental, é bastante heterogênea entre os municípios do Acre. Melhorou no período de 2009 a 2019, em todos os municípios, mas, em alguns casos, encontra-se ainda em patamar bastante elevado. No outro extremo, chama atenção a situação da capital, Rio Branco, e Brasiléia que possuíam um indicador melhor do que a média brasileira, em 2019. No caso do ensino médio, a situação do estado é pior do que a média nacional.

Tabela 4 Distorção idade/série

Região	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2009	2020	2009	2020
Acrelândia	29,20	19,20	33,90	39,80
Assis Brasil	46,00	43,30	46,70	29,20
Brasiléia	24,30	16,20	34,60	16,80
Bujari	32,40	28,20	35,70	38,20
Capixaba	38,00	28,80	54,00	28,20
Cruzeiro do Sul	24,00	23,00	35,60	32,50
Epitaciolândia	25,80	19,90	36,20	24,10
Feijó	38,00	38,40	34,60	37,80
Jordão	57,50	38,30	60,00	46,70
Mâncio Lima	25,40	24,30	41,40	36,00
Manoel Urbano	42,90	37,70	44,00	30,30
Marechal Thaumaturgo	44,20	36,60	63,90	52,80
Plácido de Castro	26,20	23,10	39,10	29,30
Porto Walter	40,60	38,90	46,30	60,00
Rio Branco	16,20	13,50	27,90	22,90
Rodrigues Alves	34,30	23,60	42,00	41,80
Santa Rosa do Purus	55,60	44,40	60,70	58,90
Senador Guiomard	23,60	18,80	33,50	25,90
Sena Madureira	32,40	29,50	36,10	35,70
Tarauacá	42,20	36,60	36,80	40,80
Xapuri	36,90	28,40	33,10	26,50
Porto Acre	36,10	29,40	33,00	39,30
Acre	26,70	23,30	33,00	30,20
Amazonas	33,90	20,00	49,70	38,40
Amapá	25,30	25,60	41,90	34,20
Pará	38,50	27,50	57,40	45,20
Rondônia	24,60	14,40	29,90	26,00
Roraima	21,00	19,60	23,60	27,60
Tocantins	22,00	15,10	33,20	27,50
Brasil	23,30	15,50	34,40	26,20

Fonte: INEP (2022).

Tabela 5 Taxa de distorção idade/série nas redes públicas e privadas

Região	Pública		Privada	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Acrelândia	19,20	39,80	-	-
Assis Brasil	43,30	29,20	-	-
Brasiléia	16,20	16,80	-	-
Bujari	28,20	38,20	-	-
Capixaba	28,80	28,20	-	-
Cruzeiro do Sul	23,50	33,00	1,50	5,40
Epitaciolândia	19,90	24,10	-	-
Feijó	38,40	37,80	-	-
Jordão	38,30	46,70	-	-
Mâncio Lima	24,30	36,00	-	-
Manoel Urbano	37,70	30,30	-	-
Marechal Thaumaturgo	36,60	52,80	-	-
Plácido de Castro	23,10	29,30	-	-
Porto Walter	38,90	60,00	-	-
Rio Branco	14,90	24,50	2,00	5,50
Rodrigues Alves	23,60	41,80	-	-
Santa Rosa do Purus	44,40	58,90	-	-
Senador Guiomard	19,10	25,90	2,30	-
Sena Madureira	29,50	35,70	-	-
Tarauacá	36,60	40,80	-	-
Xapuri	28,40	26,50	-	-
Porto Acre	29,40	39,30	-	-
Acre	24,30	31,20	2,00	5,50
Amazonas	21,10	39,60	5,00	7,50
Amapá	27,90	36,50	3,00	8,30
Pará	29,80	48,30	5,00	8,60
Rondônia	15,70	27,10	2,80	9,10
Roraima	20,90	28,60	2,50	6,90
Tocantins	16,40	28,70	2,90	7,00
Brasil	17,80	28,90	4,30	6,80

Fonte: INEP (2022).

Os dados do SAEB para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio apresentam o desempenho dos alunos. Os dados podem ser decompostos, segundo vários recortes territoriais e diferentes tipos de dependência escolar (pública, privada, municipal, estadual ou federal). O sistema de avaliação da Educação Básica

distribui as notas em uma escala que vai 0 a 10, sendo que essa está ligada às competências verificadas, e cuja pontuação varia conforme a série/ano avaliado, se 5ª série do Ensino Fundamental, 9ª Série do Ensino Fundamental ou 3ª Série do Ensino Médio⁶. Os Gráfico 49 e Gráfico 50 apresentam esses dados.

Tabela 6 Taxa de abandono escolar no ensino fundamental e médio, 2009 e 2019

Região	E. Fundamental		E. Médio	
	2009	2019	2009	2019
Acrelândia	6,20	1,40	16,40	14,90
Assis Brasil	7,30	5,20	15,50	6,20
Brasiléia	3,10	0,80	14,30	2,70
Bujari	10,20	4,40	8,60	5,20
Capixaba	5,70	3,20	17,60	10,90
Cruzeiro do Sul	2,80	1,70	14,50	6,80
Epitaciolândia	4,00	1,80	23,00	13,40
Feijó	10,50	3,00	7,80	10,10
Jordão	8,30	2,40	24,80	7,90
Mâncio Lima	4,80	2,10	12,50	5,10
Manoel Urbano	5,50	1,40	17,70	17,60
Marechal Thaumaturgo	3,40	3,70	12,00	13,20
Plácido de Castro	6,40	2,50	18,20	6,90
Porto Walter	7,60	3,70	4,40	5,10
Rio Branco	2,60	0,60	12,30	3,90
Rodrigues Alves	4,00	2,70	8,90	9,00
Santa Rosa do Purus	9,00	6,90	16,20	13,90
Senador Guiomard	5,20	1,80	19,60	12,10
Sena Madureira	7,70	4,20	10,70	7,80
Tarauacá	10,50	5,40	9,70	4,90
Xapuri	8,00	4,20	6,80	11,80
Porto Acre	6,20	2,10	3,30	5,50
Acre	4,70	2,10	12,80	6,40
Amazonas	7,70	2,40	13,40	10,20
Amapá	3,40	2,00	17,50	9,70
Pará	7,20	2,90	20,70	10,10
Rondônia	3,40	1,10	11,60	5,60
Roraima	2,80	1,90	7,80	7,10
Tocantins	2,10	0,90	8,70	4,20
Brasil	NA	1,20	NA	4,80

Fonte: INEP (2022).

As provas avaliam a competência em língua portuguesa e matemática e são importantes na medida em que aferem o desempenho e as competências adquiridas pelos alunos. Abaixo apresenta-se a média do Acre, Brasil e região norte para os anos

⁶ Veja BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Escalas de proficiência do SAEB. Brasília, DF: INEP, 2020.

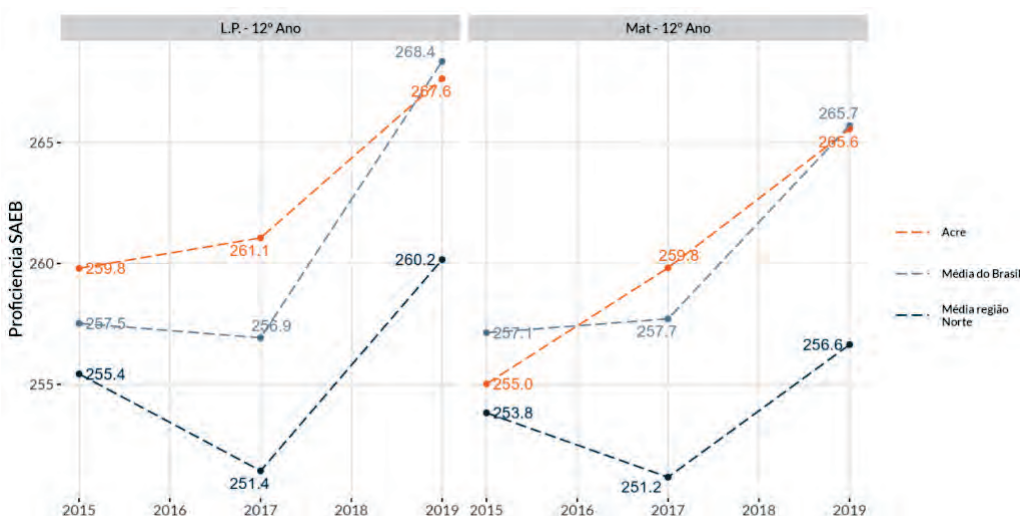
de 2015, 2017 e 2019. No caso do ensino fundamental (5ª série e 9º ano) o estado do Acre apresenta indicadores sempre superiores à média regional e brasileira, tanto para português quanto para matemática.

Gráfico 49 - Notas do SAEB português e matemática 9ª série ensino fundamental: Brasil, Acre e região norte



Fonte: INEP. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica

Gráfico 50 - Notas do SAEB português e matemática 3ª série ensino médio: Brasil, Acre e região norte



Fonte: INEP. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica

As notas do SAEB encontram-se em nível de habilidade 3, com pontuação entre 250 e 275, tanto em português, quanto matemática. O nível do estado é superior à média regional e está em patamar semelhante à média nacional. A Tabela 5 relewa que o

desempenho no SAEB é muito heterogêneo entre os municípios do estado do Acre, para todos os três anos avaliados.

Tabela 7 - Municípios e estado do Acre: notas das avaliações de português e matemática para o 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, 2019

Região	5º Ano		9º Ano		3º Ano Ensino Médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Acrelândia	202,75	218,38	249,78	259,63	274,75	277,28
Assis Brasil	198,37	215,34	251,59	260,78	282,29	293,89
Brasiléia	224,93	247,91	280,98	285,03	273,35	281,07
Bujari	174,28	190,41	219,95	225,61		
Capixaba	185,12	198,53	247,93	247,77	260,29	265,03
Cruzeiro do Sul	210,11	218,98	254,87	253,78	276,53	272,96
Epitaciolândia	215,71	230,71	260,05	260,00		
Feijó	214,67	230,55	267,88	269,31	256,39	260,97
Jordão	200,35	213,40	242,98	253,42	243,55	256,61
Mâncio Lima	197,26	209,00	241,24	241,88	267,93	260,86
Manoel Urbano	204,46	219,65	251,51	250,46		
Marechal Thaumaturgo	171,69	182,93	226,77	233,50	250,91	250,53
Plácido de Castro	200,38	211,61	249,57	249,78	272,14	278,74
Porto Walter	170,46	186,62	226,85	234,16	269,36	263,76
Rio Branco	222,54	238,76	255,00	254,59	270,45	266,26
Rodrigues Alves	192,40	203,02	231,62	233,81	252,42	251,56
Santa Rosa do Purus	161,04	172,77	240,76	230,77	240,71	237,40
Senador Guiomard	218,02	237,35	254,84	259,48	258,51	263,66
Sena Madureira	213,56	226,29	258,53	255,74	274,32	267,19
Tarauacá	205,57	226,00	252,20	255,66	258,38	258,42
Xapuri	212,65	230,59	253,54	258,55	275,41	275,51
Porto Acre	194,17	205,74	247,97	251,88	264,92	271,08
Média	199,57	214,30	248,47	251,16	264,35	265,94

Fonte: INEP (2022).

A Fundação Tide Setúbal construiu um Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA), a partir de uma abordagem metodológica que procura mensurar a distância do aluno em relação ao conhecimento que ele deveria ter adquirido, em um determinado momento (no caso a referência são os países membros da OECD), e as diferenças (distâncias) observadas em um grupo populacional. São levadas em consideração o desempenho, as características socioeconômicas e a desigualdade, presente na educação brasileira. O indicador foi calculado para o 5º e o 9º ano do ensino

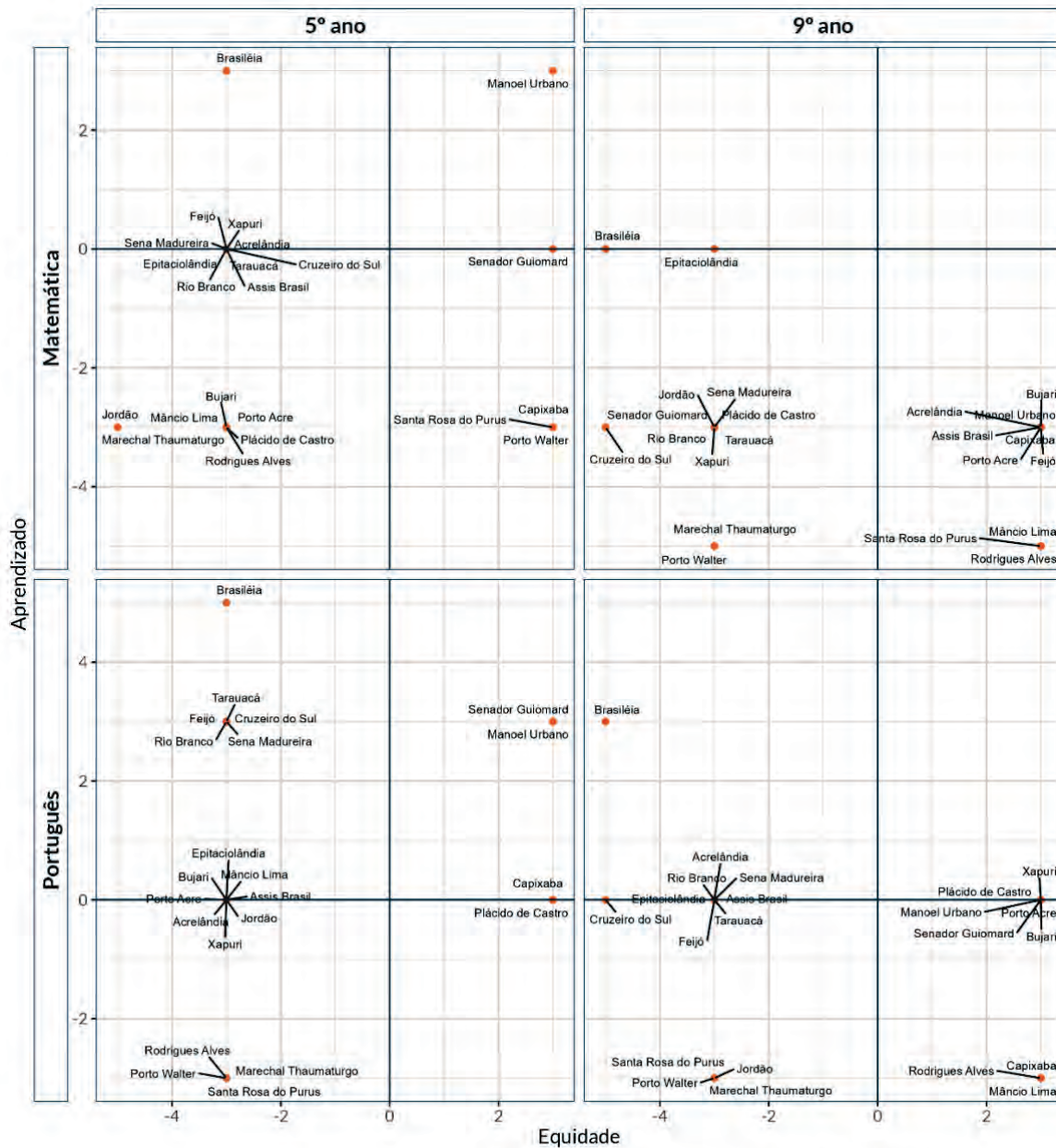
fundamental, para os municípios brasileiros, utilizando um conjunto de dados para o período de 2007 a 2015⁷. Ele aponta dois resultados: a diferença e o *gap* existente entre o observado e o desejável (no caso, tomado como referência os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de um país da OECD).

As Figuras 3 e Figura 4 apresentam a capacidade de aprendizagem para dois recortes: desigualdade e raça, para os municípios acreanos. São apresentados os resultados para português e matemática para duas séries do ensino fundamental, 5ª série e o 9º ano. Quanto maior o indicador, menores as diferenças nas condições de aprendizagem dos alunos daquele município. Quanto menor o indicador, piores as condições de aprendizagem e maior a distância entre os grupos de alunos, segundo diferentes recortes. Os dados para o Brasil revelam uma enorme heterogeneidade, algo que também se verifica no caso do estado do Acre. As discrepâncias entre os municípios são significativas. A dispersão do indicador ligado a raça se destaca no aprendizado de matemática dos alunos do 9º ano.

O indicador fornece elementos que possibilitam a construção e formatação de políticas voltadas para municípios e grupos específicos de alunos. O acompanhamento do indicador, nos próximos anos, será instrumento importante para avaliar como a pandemia afetou as condições de educação das populações nos municípios que já se encontravam em situação difícil e ou seja, ampliou ou não as diferenças na capacidade de aprendizagem tanto em relação aos países tidos como referências, como entre os grupos de estudantes brasileiros.

⁷ A construção foi feita por Soares, J. F; Castilho, E. R; Ernica, M. Indicador de Desigualdade e Aprendizagens. **Nota Técnica**. Fundação Tide Setúbal, 2019. Disponível em https://www.portalidea.org.br/uploads/nota-t%c3%a9cnica_idea.pdf. Neste documento os autores discutem as hipóteses norteadoras, as bases de dados utilizadas, as escolhas estatísticas.

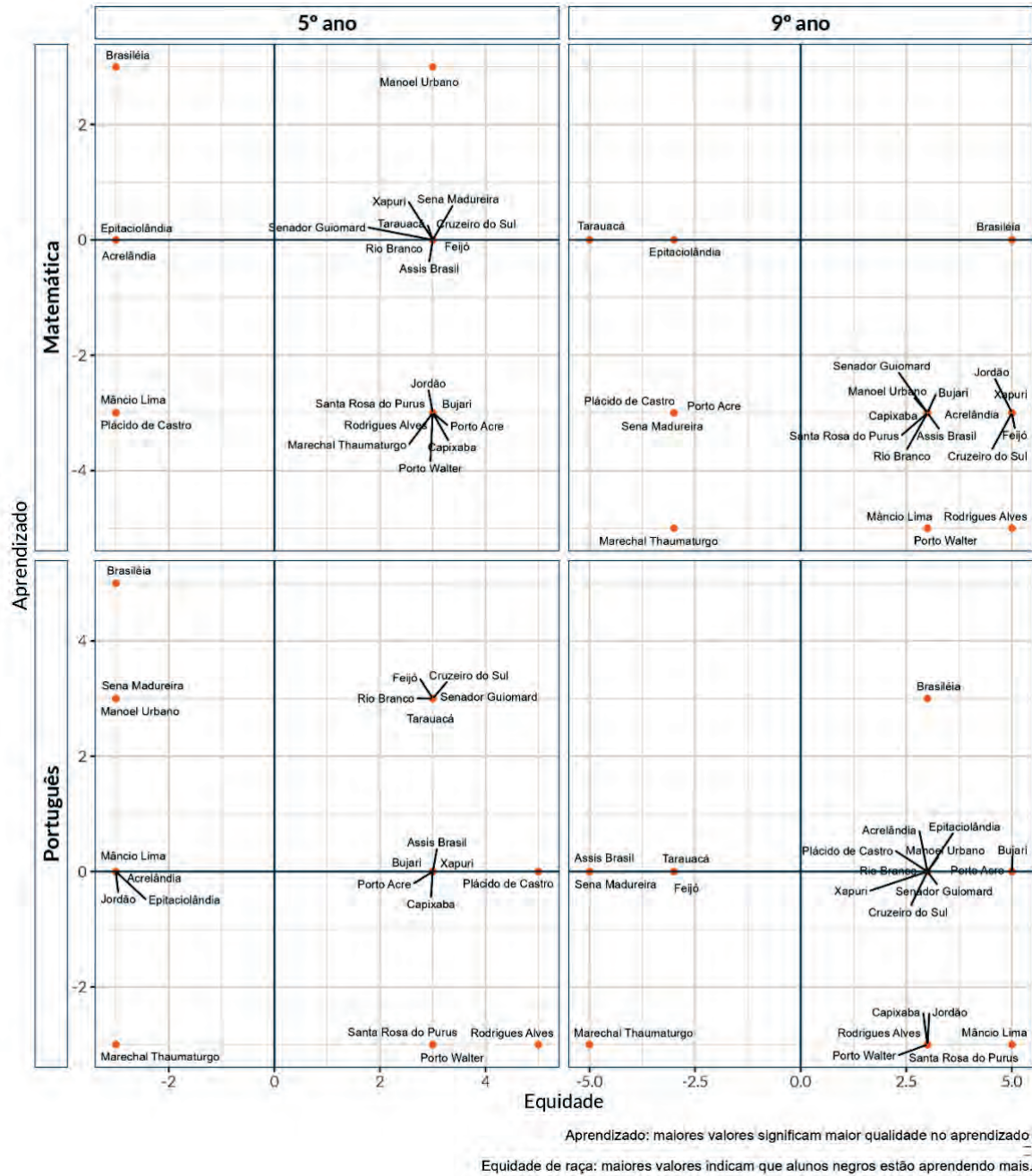
Figura 3 Aprendizado com equidade socioeconômica



Aprendizado: maiores valores significam maior qualidade no aprendizado.
 Equidade socioeconômica: maiores valores indicam que alunos de menor condição socioeconômica estão aprendendo mais.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Tide Setubal disponibilizados pelo TCE/AC (2022).

Figura 4 Aprendizado com equidade de raça



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Tide Setubal disponibilizados pelo TCE/AC (2022).

3.3. Indicadores de professores

Um dos elementos centrais, na questão educacional, diz respeito à formação dos professores e sua qualificação, remetendo-se às disciplinas e ao ensino fundamental e médio. Esta seção apresenta alguns desses indicadores. O primeiro diz respeito à formação dos professores, quando se trata da formação superior. A Tabela 8 apresenta o percentual de professores com ensino superior nos três níveis educacionais. Observa-se, ao longo do período analisado, um maior percentual de professores com ensino superior, nos três níveis educacionais, mas, ainda assim, a média de qualificação está abaixo da média brasileira. É importante destacar que as diferenças observadas entre os municípios acreanos são muito significativas.

Tabela 8 Percentual de professores com formação superior na educação infantil, fundamental e médio

Região	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Acrelândia	24,00	83,90	70,30	93,80	94,30	100,00
Assis Brasil	10,70	29,00	36,60	50,40	87,50	100,00
Brasiléia	25,00	93,90	51,80	88,20	87,10	98,00
Bujari	24,00	88,90	74,60	84,90	100,00	95,20
Capixaba	16,70	59,10	65,70	87,70	81,30	96,30
Cruzeiro do Sul	47,50	61,60	60,90	80,30	83,30	99,00
Epitaciolândia	50,00	100,00	51,10	90,20	89,20	94,70
Feijó	21,50	51,10	38,30	71,20	97,40	85,70
Jordão	19,00	25,00	24,30	40,90	92,30	85,70
Mâncio Lima	14,50	54,20	43,00	73,50	88,90	88,30
Manoel Urbano	61,50	90,90	73,90	76,80	100,00	100,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	43,60	12,20	37,30	71,80	86,20
Plácido de Castro	14,30	85,20	69,70	94,80	79,10	100,00
Porto Walter	0,00	40,00	4,70	54,00	27,30	66,70
Rio Branco	71,60	97,20	75,30	97,50	93,70	98,40
Rodrigues Alves	12,10	53,60	22,00	61,30	27,80	66,20
Santa Rosa do Purus	0,00	8,70	14,60	14,30	100,00	64,70
Senador Guiomard	50,00	82,70	66,80	93,70	87,00	98,20
Sena Madureira	16,20	81,80	30,00	61,20	81,70	84,50
Tarauacá	17,80	51,60	36,90	67,10	90,70	81,50
Xapuri	28,10	50,00	67,20	75,20	100,00	95,50
Porto Acre	10,30	60,00	25,90	88,90	61,70	96,80
Acre	42,00	73,40	54,60	80,50	87,80	94,30
Amazonas	52,10	74,70	70,10	82,30	94,10	98,40
Amapá	19,80	70,20	53,40	85,00	93,70	98,20
Pará	28,30	78,10	51,30	87,50	94,60	99,10
Rondônia	55,80	93,20	79,20	94,80	94,00	99,20
Roraima	39,40	82,30	52,20	76,30	74,20	80,50
Tocantins	53,10	75,70	76,70	88,40	95,80	97,00
Brasil	53,60	79,60	75,30	89,50	92,70	97,30

Fonte: INEP (2022).

Para além da formação adequada, o INEP calcula um indicador de adequação docente⁸ que leva em consideração não apenas se o docente possui ensino superior, mas a sua formação nas áreas e as competências necessárias ao desenvolvimento do trabalho docente. São classificados em 5 grupos, sendo o primeiro composto pelos professores que possuem a maior adequabilidade relativa às disciplinas que ministram, e o grupo 5, dos docentes que não possuem formação superior.

O segundo indicador de qualificação dos professores é subdividido em 5 grupos, a saber:

Quadro 1 Qualificação de professores

Grupo 1	Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina, com curso de complementação pedagógica concluído.
Grupo 2	Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
Grupo 3	Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
Grupo 4	Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
Grupo 5	Docentes que não possuem curso superior.

Fonte: Elaboração própria a partir de INEP

Para efeitos de apresentação, a classificação foi dividida em três grupos: adequada (grupos 1 e 2); parcialmente adequada (grupos 3 e 4); e inadequada (Grupo 5).

Em relação à adequação do corpo docente, nos três níveis (infantil, fundamental e médio), observa-se que o percentual de docentes que possui formação adequada, ou seja, pertencentes aos grupos 1 e 2, aumentou no período. No caso do ensino fundamental e médio, em que as disciplinas e áreas aumentam, com desmembramentos de algumas grandes áreas no ensino médio, como é o caso das ciências da natureza, que se desdobra em biologia, química e física, a maior abertura da área de humanas que, além de história e geografia, passa a contemplar sociologia e filosofia, a adequação do corpo docente perde em relação à média brasileira. As diferenças entre os municípios também são significativas, nos três níveis (Tabela 9). Quando se analisam as demais categorias, observa-se um percentual inferior em comparação com a média brasileira de professores com formação adequada no ensino fundamental e ensino médio.

⁸ Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. NOTA TÉCNICA Nº 020/2014. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica.

A inadequação do corpo docente é mais elevada do que a média brasileira. As diferenças entre os municípios são muito significativas, em alguns casos, a chega a 17 vezes, sendo observada no ensino fundamental, cuja competência, na maioria dos casos, é das prefeituras.

Tabela 9 Adequação da formação docente na educação infantil, ensino fundamental e médio segundo categorias de adequabilidade, 2020

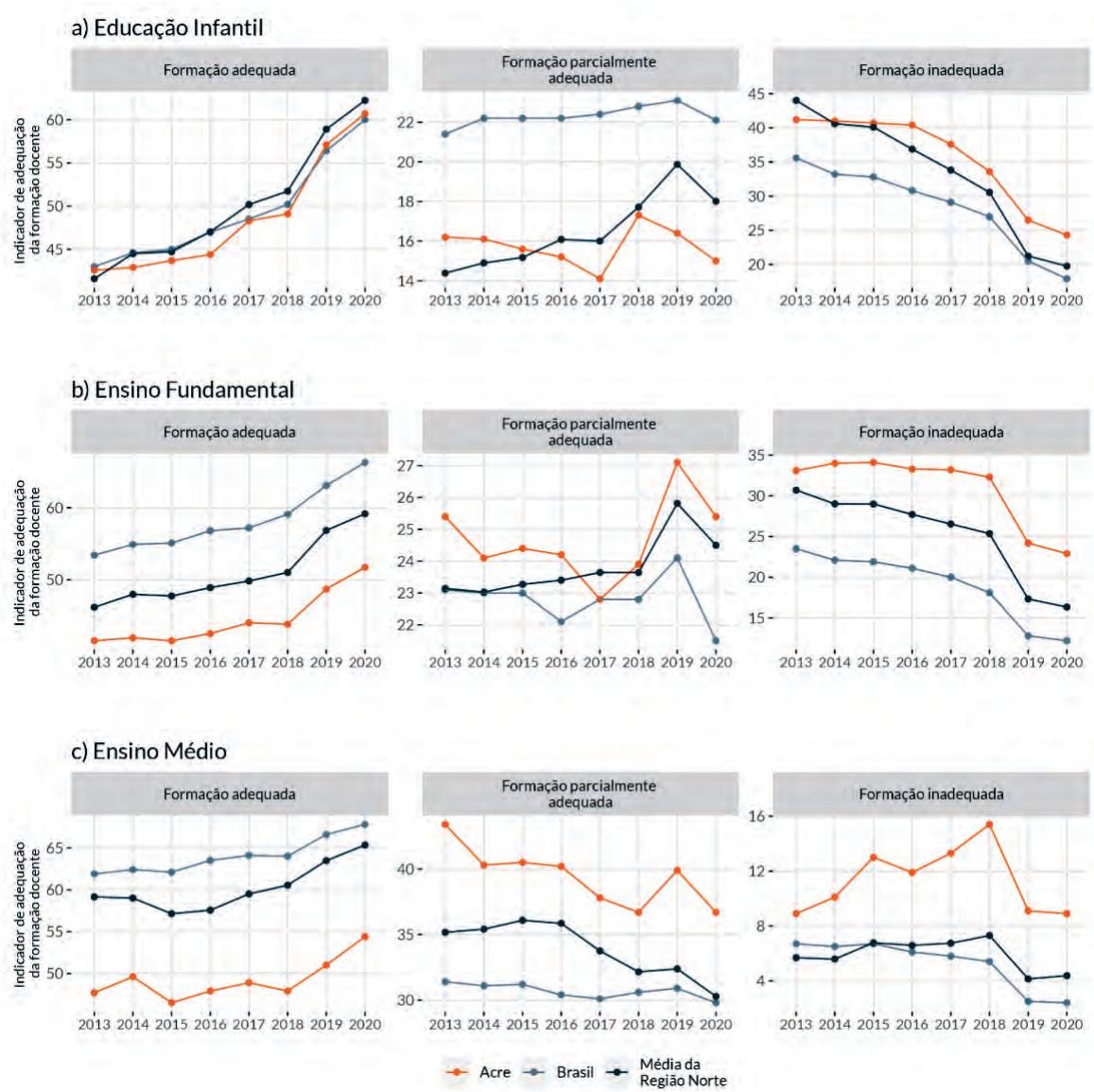
Região	E. Infantil			E. Fundamental			E. Médio		
	Adequada	Parcialmente adequada	Inadequada	Adequada	Parcialmente adequada	Inadequada	Adequada	Parcialmente adequada	Inadequada
Acrelândia	72,20	8,30	19,50	70,20	24,40	5,40	49,40	50,60	0,00
Assis Brasil	12,50	18,80	68,70	15,80	30,00	54,20	36,20	63,80	0,00
Brasiléia	80,00	14,00	6,00	53,50	34,60	11,90	51,10	47,30	1,60
Bujari	73,90	8,70	17,40	43,60	39,20	17,20	27,20	67,30	5,50
Capixaba	39,30	25,00	35,70	43,50	42,30	14,20	43,50	54,40	2,10
Cruzeiro do Sul	55,80	6,70	37,50	53,30	25,00	21,70	57,20	42,00	0,80
Epitaciolândia	67,80	32,20	0,00	53,50	37,40	9,10	34,60	59,80	5,60
Feijó	43,30	7,80	48,90	26,50	41,50	32,00	21,10	62,00	16,90
Jordão	12,50	12,50	75,00	10,40	21,90	67,70	20,90	58,60	20,50
Mâncio Lima	44,70	10,50	44,80	48,00	23,00	29,00	36,90	46,20	16,90
Manoel Urbano	35,30	52,90	11,80	23,70	51,50	24,80	58,50	41,50	0,00
Marechal Thaumaturgo	30,90	12,70	56,40	19,00	18,50	62,50	36,60	43,50	19,90
Plácido de Castro	87,90	0,00	12,10	63,30	30,60	6,10	44,40	55,60	0,00
Porto Walter	28,00	12,00	60,00	14,60	34,20	51,20	14,00	59,40	26,60
Rio Branco	76,50	19,80	3,70	80,80	16,00	3,20	80,90	17,90	1,20
Rodrigues Alves	44,40	11,10	44,50	28,10	32,20	39,70	26,60	41,40	32,00
Santa Rosa do Purus	13,80	0,00	86,20	4,50	8,20	87,30	12,20	49,80	38,00
Senador Guiomard	64,90	17,50	17,60	67,90	26,30	5,80	67,70	31,50	0,80
Sena Madureira	51,40	31,40	17,20	29,40	29,70	40,90	42,70	31,60	25,70
Tarauacá	44,40	7,40	48,20	32,00	31,10	36,90	34,40	40,50	25,10
Xapuri	52,10	4,20	43,70	41,00	34,20	24,80	45,00	49,00	6,00
Porto Acre	44,40	18,50	37,10	49,00	37,80	13,20	46,00	50,10	3,90
Acre	60,70	15,00	24,30	51,70	25,40	22,90	54,40	36,70	8,90
Amazonas	62,90	14,90	22,20	54,70	26,00	19,30	69,50	28,90	1,60
Amapá	49,10	23,10	27,80	63,10	19,40	17,50	86,70	12,00	1,30
Pará	63,70	17,00	19,30	60,10	25,80	14,10	74,70	24,50	0,80
Rondônia	78,10	15,00	6,90	72,10	21,90	6,00	67,70	31,70	0,60
Roraima	61,80	23,60	14,60	55,90	22,50	21,60	53,50	31,60	14,90
Tocantins	59,30	17,50	23,20	56,50	30,50	13,00	50,90	46,60	2,50
Brasil	60,00	22,10	17,90	66,30	21,50	12,20	67,80	29,80	2,40

Fonte: INEP (2022).

O Gráfico 51 apresenta a evolução da adequação docente, ao longo do tempo, permitindo uma comparação entre o Acre, o Brasil e os estados da região norte. Na educação infantil e ensino médio, observa-se o melhor desempenho na formação do

quadro docente entre 2013 e 2020. Por outro lado, no caso do ensino médio, apesar da melhora, é o nível educacional que apresenta o maior percentual de professores com formação parcialmente adequada, exigindo atenção por parte dos gestores.

Gráfico 51 - Indicadores de adequação da formação docente



Fonte: INEP (2022).

Outro indicador importante, no caso da educação, é o esforço docente. Calculado, a partir de uma matriz de pesos que envolve quatro variáveis: número de escolas em que o docente trabalha (de 1 a 4); número de turnos (de 1 a 3); número de etapas (6 etapas

infantil, anos iniciais do fundamental, anos finais do fundamental, ensino médio, profissionalizante e ensino de jovens e adultos); e número de alunos (em 6 categorias)⁹.

O menor esforço docente foi, então, classificado de acordo com as interações sendo dividido em 6 categorias, do menor para o maior. O menor é observado quando o docente trabalha apenas em uma instituição, em apenas um turno, em apenas uma etapa e com reduzido número de alunos (25). O esforço se intensifica à medida em que o número de locais de trabalho do docente aumenta, os turnos de trabalho crescem, as etapas abarcadas pelo docente aumentam e o número de alunos do docente aumenta, até chegar a 6 (Tabela 10).

Para efeito de apresentação dos dados, as 6 categorias de esforço foram reclassificadas em quatro, sendo: baixo esforço a soma do percentual de docentes das categorias 1 e 2; médio-baixo igual à categoria 3; médio-alto esforço a categoria 4; e alto esforço, a soma das categorias 5 e 6.

Há uma predominância do médio esforço em relação às demais categorias (baixo e alto esforço). O esforço aumenta na medida em que observa-se um aumento nos níveis das categorias. A discrepância entre os municípios também é evidenciada.

Os Gráfico 52 e Gráfico 53 apresentam a evolução do esforço, permitindo verificar que o corpo docente do Acre se encontra em uma situação mais confortável, se comparado à média brasileira e regional, apresentando um percentual bastante inferior de docentes que se encontram em situação de alto esforço, caracterizada pelo tamanho das turmas, número de disciplinas e turnos de trabalho. Por outro lado, verifica-se um aumento do esforço na categoria médio-baixo, indicando que há um melhor aproveitamento do corpo docente.

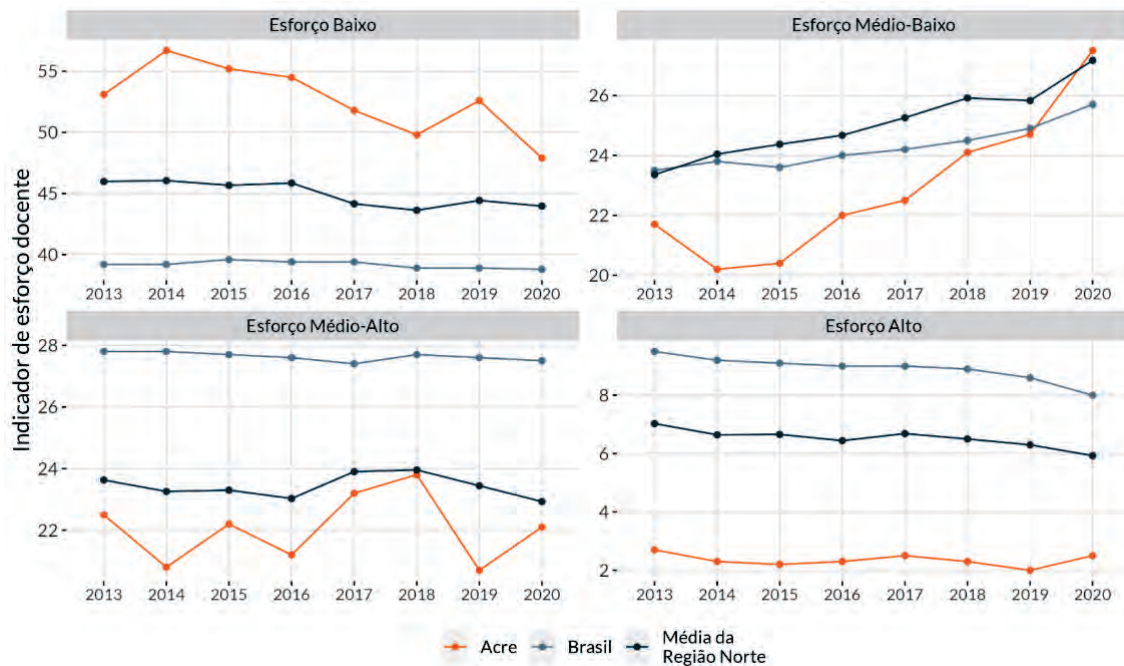
⁹ Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Diretoria de Estatísticas Educacionais NOTA TÉCNICA N° 039/2014. Brasília, 17 de dezembro de 2014. Indicador de Esforço Docente.

Tabela 10 Indicador de esforço docente

Região	Ensino Fundamental								Ensino Médio							
	Esforço Baixo		Esforço Médio-Baixo		Esforço Médio-Alto		Esforço Alto		Esforço Baixo		Esforço Médio-Baixo		Esforço Médio-Alto		Esforço Alto	
	2013	2020	2013	2020	2013	2020	2013	2020	2013	2020	2013	2020	2013	2020	2013	2020
Acrelândia	14,2	14,8	31,0	11,1	42,9	66,7	11,9	7,4	24,0	39,3	43,5	31,6	28,7	29,1	3,8	0,0
Assis Brasil	5,9	5,3	58,8	26,3	35,3	57,9	0,0	10,5	75,2	61,3	10,1	18,4	14,7	18,4	0,0	1,9
Brasiléia	25,6	12,0	29,4	52,0	33,3	30,0	11,7	6,0	48,7	46,3	18,9	30,6	28,6	20,8	3,8	2,3
Bujari	25,0	15,0	37,5	30,0	37,5	50,0	0,0	5,0	52,4	55,9	22,2	30,8	22,2	12,5	3,2	0,8
Capixaba	7,2	0,0	10,7	52,2	64,3	43,5	17,8	4,3	49,0	40,3	13,0	33,3	30,4	20,8	7,6	5,6
Cruzeiro do Sul	18,6	21,8	24,6	30,1	50,0	41,7	6,8	6,4	46,4	47,9	19,4	23,6	31,8	26,4	2,4	2,1
Epitaciolândia	20,0	5,8	33,3	47,1	36,7	47,1	10,0	0,0	43,1	42,7	25,0	32,3	27,6	25,0	4,3	0,0
Feijó	34,8	32,8	34,8	23,0	30,4	39,3	0,0	4,9	72,2	60,4	15,8	22,8	11,6	15,4	0,4	1,4
Jordão	38,8	32,1	38,9	39,3	5,6	17,9	16,7	10,7	68,2	53,1	22,5	38,9	7,3	5,6	2,0	2,4
Mâncio Lima	36,2	24,9	24,1	20,0	32,8	47,5	6,9	7,6	61,3	38,5	16,7	26,2	20,3	32,1	1,7	3,2
Manoel Urbano	0,0	0,0	37,5	16,7	37,5	75,0	25,0	8,3	46,3	47,5	29,3	25,6	19,5	22,0	4,9	4,9
Marechal Thaumaturgo	27,5	3,6	27,5	24,1	37,5	58,6	7,5	13,7	75,6	84,4	19,1	8,4	4,6	5,7	0,7	1,5
Plácido de Castro	11,6	8,8	32,6	47,1	46,5	41,2	9,3	2,9	48,5	52,6	18,6	19,1	30,4	26,0	2,5	2,3
Porto Walter	6,1	0,0	37,5	66,7	31,3	22,2	25,1	11,1	69,4	60,3	16,0	28,4	11,8	10,7	2,8	0,6
Rio Branco	13,1	15,1	38,7	41,5	40,7	36,8	7,5	6,6	36,4	35,6	30,0	32,6	30,1	28,1	3,5	3,7
Rodrigues Alves	54,8	32,9	12,9	30,0	22,6	35,7	9,7	1,4	61,8	52,1	12,6	20,6	22,1	25,8	3,5	1,5
Santa Rosa do Purus	10,0	47,1	80,0	29,4	0,0	23,5	10,0	0,0	85,3	66,7	10,1	29,7	3,7	2,7	0,9	0,9
Senador Guiomard	4,4	7,2	29,9	47,3	47,8	38,2	17,9	7,3	49,3	38,8	16,6	29,2	27,5	25,8	6,6	6,2
Sena Madureira	27,3	39,6	25,0	32,3	40,9	27,1	6,8	1,0	67,0	60,1	18,0	25,2	13,6	14,4	1,4	0,3
Tarauacá	36,0	24,5	32,6	54,7	27,9	18,9	3,5	1,9	72,0	60,2	13,8	24,0	13,6	14,8	0,6	1,0
Xapuri	22,9	37,9	25,0	42,4	41,7	19,7	10,4	0,0	77,8	50,7	11,1	29,4	9,5	19,9	1,6	0,0
Porto Acre	17,0	15,6	18,6	17,2	52,5	56,9	11,9	10,3	45,6	41,1	26,7	24,5	20,9	30,5	6,8	3,9
Acre	18,9	19,5	32,8	37,4	40,2	37,3	8,1	5,8	53,1	47,9	21,7	27,5	22,5	22,1	2,7	2,5
Amazonas	9,7	11,1	29,1	28,7	45,7	45,2	15,5	15,0	44,3	46,8	25,6	25,5	25,3	23,2	4,8	4,5
Amapá	13,8	20,3	42,0	36,7	33,9	35,7	10,3	7,3	54,3	53,7	25,5	28,8	16,3	15,0	3,9	2,5
Pará	5,6	7,2	15,8	17,2	33,3	37,8	45,3	37,8	36,5	36,0	26,7	28,8	23,1	23,7	13,7	11,5
Rondônia	6,6	8,8	16,4	25,5	44,8	44,3	32,2	21,4	43,1	42,3	18,4	25,7	25,9	23,4	12,6	8,6
Roraima	16,5	12,2	33,1	27,9	40,5	46,8	9,9	13,1	52,8	42,2	20,2	24,2	23,2	27,8	3,8	5,8
Tocantins	5,7	12,3	19,4	22,9	54,9	50,3	20,0	14,5	37,8	38,9	25,4	29,7	29,1	25,3	7,7	6,1
Brasil	9,4	10,5	24,0	26,7	43,7	43,5	22,9	19,3	39,2	38,8	23,5	25,7	27,8	27,5	9,5	8,0

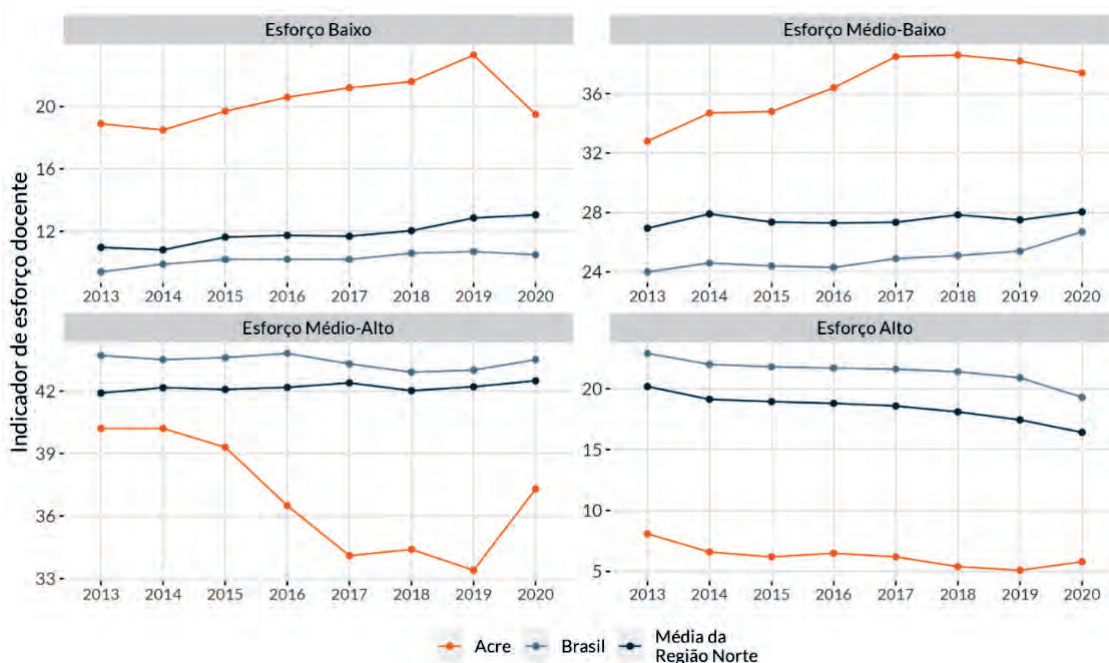
Fonte: INEP (2022).

Gráfico 52 - Indicador de esforço docente no ensino fundamental Acre, Brasil e média dos estados do norte



Fonte: INEP (2022).

Gráfico 53 - Indicador de esforço docente no ensino médio Acre, Brasil e média dos estados do norte



Fonte: INEP (2022).

Tabela 11 Média de horas-aula diária na rede pública

Região	Ensino Fundamental		Educação Infantil		Ensino Médio	
	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Acrelândia	4,4	4,1	5,5	7,9	4,1	4,8
Assis Brasil	4,1	4,3	4	4,2	4,3	4,3
Brasiléia	4,3	4,3	4,6	5	4,4	6,4
Bujari	4,3	4,2	3,8	4	4,5	4,3
Capixaba	4,2	4,4	4,3	4,3	4	4,5
Cruzeiro do Sul	4,2	4,3	4	4,1	4,1	5
Epitaciolândia	4,3	4,3	4,5	4,5	4,2	4,6
Feijó	4,2	4,3	4,3	4,1	4	4,7
Jordão	4,2	4,2	4,5	4	4,2	4,3
Mâncio Lima	4,2	4,2	4,2	5	4,2	4,6
Manoel Urbano	4,3	4,2	4,3	4	4,3	4,2
Marechal Thaumaturgo	4,2	4,2	4	4,3	4,7	4,6
Plácido de Castro	4,1	4,2	4	4,3	4,5	4,3
Porto Walter	4,4	4,3	4,2	4,1	4,3	4,7
Rio Branco	4,2	4,2	4,6	5,1	4,2	5,6
Rodrigues Alves	4,2	4,2	4	4,2	4,3	4,3
Santa Rosa do Purus	4,2	4,3	4	4,1	3,5	4,3
Senador Guiomard	4,2	4,3	4,2	4,3	4,3	5
Sena Madureira	4,3	4,2	4	4,1	4	4,9
Tarauacá	4,2	4,2	5,1	5	4,1	5,9
Xapuri	4,3	4,3	4,3	6	4,2	4,8
Porto Acre	4,3	4,4	4,2	4	4,6	4,6
Acre	4,2	4,2	4,4	4,8	4,2	5,2
Amazonas	4,2	4,4	4,1	4,2	4,1	4,7
Amapá	4,3	4,3	4,1	4,2	4,5	5,5
Pará	4,2	4,4	4,3	4,5	4,1	4,4
Rondônia	4,3	4,2	4,8	4,4	4,3	4,9
Roraima	4,3	4,3	4,4	4,9	4,3	4,8
Tocantins	4,5	4,8	5,3	5	4,5	5,3
Brasil	4,5	4,6	5,6	5,9	4,5	5,3

Fonte: INEP (2022).

4. SAÚDE NO ACRE: DIAGNÓSTICO E DESAFIOS

O sistema de saúde brasileiro é misto, sendo composto por dois subsistemas, o público - Sistema Único de Saúde (SUS) - e o privado. Antes da criação do SUS, a maior parte dos atendimentos financiados publicamente eram realizados por meio do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que prestava atendimento médico a grupos populacionais específicos que contribuíam com a previdência social. Esses serviços, em sua maioria, eram prestados por uma rede de provedores privados credenciada. Com a implementação do SUS, em 1988, a Constituição Brasileira passou a garantir o acesso gratuito, universal e integral aos serviços de saúde. É permitido, também, que a população faça uso do sistema de saúde privado no qual o acesso é realizado pelo desembolso direto (*out-of-pocket payment*) ou por meio da intermediação financeira de planos e seguros de saúde.

Essa oferta de serviços de saúde é constituída por um leque muito amplo de serviços, que diferem na intensidade do capital, intensidade tecnológica e na intensidade do uso. Como a oferta dos serviços de saúde é diferenciada e possui diferentes níveis de complexidade, a Teoria do Lugar Central (TLC), desenvolvida por Losch (1954) e Christaller (1966), se apresenta como um importante referencial teórico para a análise da distribuição espacial desses. Ela foi desenvolvida em torno do conceito de centralidade, sendo o espaço organizado em torno de um centro urbano principal, denominado lugar central. Por outro lado, existe a região complementar ou entorno que possui uma relação de codependência com esse núcleo principal.

O que se observa, usualmente, é a oferta de equipamentos e leitos localizada em municípios em que há uma escala mínima para garantir a eficiência em seu uso, evitando a ociosidade. Além disso, bens ou serviços de maior grau de complexidade tendem a ter, em média, um alcance maior que bens ou serviços de menor complexidade, polarizando regiões mais distantes. O raio máximo, a partir da localidade central, que os consumidores estão dispostos a se deslocar para obter bens e serviços, define seu alcance. Equipamentos ou leitos que têm um alcance maior são aqueles em que o raio máximo que o indivíduo se dispõe a deslocar para ser atendido é maior, assim, esses tipos de unidades polarizam uma área maior.

Por exemplo, os serviços de alta complexidade realizam atendimentos mais agudos e mais intensivos em capital. Nesse sentido, esses serviços estão disponibilizados em locais de maior hierarquia e têm um alcance elevado,

polarizando uma maior extensão territorial. Por outro lado, existem os serviços de baixa complexidade que, em sua maioria, são de uso contínuo e mais intensivos em trabalho. Esses serviços tendem a se localizar no espaço de forma mais ubíqua porque possuem um alcance menor, como é o caso da atenção primária, que tende a ser utilizada com mais frequência e possui custos mais baixos. A demanda por atenção primária também é afetada pelo próprio formato de ocupação das cidades e por suas centralidades de atratividade populacional com intuito não residencial, isto é, a circulação de pessoas pode elevar a demanda por esse nível de atenção à saúde (POL; THOMAS, 2000; IUNES, 2002).

Já a demanda por serviços de saúde é definida como um processo decisório individual para sua obtenção. Desse modo, a procura por serviços de saúde é um dos principais impulsionadores de movimentações de indivíduos na rede urbana, que podem deixar os seus municípios em busca de atendimento em outras cidades. Isso posto, o setor de saúde possui estruturas de mercado complexas. Pelo lado da oferta, o lucro não é o único motivo para explicar, adequadamente, o “mercado de saúde”, dado que grande parte da oferta não é lucrativa. Pelo lado da demanda, tem-se que os consumidores não escolhem entre os serviços de saúde e demais bens e serviços por meio de uma escolha racional, mas pela necessidade ou não de consumir tais serviços, sendo tal consumo, na maioria das vezes, não previsível (MEDICE, 1983).

Essas características apontam a necessidade de um sistema público de saúde descentralizado, com atribuições específicas para estados e municípios, mesmo com o desafio da heterogeneidade existente entre estados e, especialmente, entre municípios, que tornam o processo de construção de uma rede de atenção à saúde uma tarefa complexa. Isso, considerando que o país possui muitos municípios de pequeno porte, sem condições de prover e gerenciar um sistema de saúde completo.

Tem-se então o desafio de dimensionar a oferta desses serviços em uma quantidade mínima satisfatória para atender sua demanda. O dimensionamento da oferta de serviços de saúde é definido em função do tamanho populacional, em que se tem um número fixo de provedores para certo porte populacional. A Portaria 1.631/2015 define quantitativos mínimos de oferta *per capita*, sendo possível serem aplicados nas mais diversas agregações espaciais: um município, região, estados ou nacionalmente. Serão estimadas as quantidades mínimas preconizadas para todos os 22 municípios do estado de Acre. Os parâmetros são as recomendações técnicas formuladas, em caráter normativo, que definem as concentrações *per capita* desejadas para os serviços de saúde.

Neste trabalho a oferta existente será comparada com os parâmetros definidos pela Portaria 1.631/2015 (Brasil, 2015), nas áreas temáticas de atenção hospitalar, mais especificamente dos leitos e da área temática de equipamentos para os mamógrafos e equipamentos de ressonância magnética e tomógrafos¹⁰.

O volume mínimo preconizado é determinado em função da população que fará a utilização desses serviços. Isso posto, para os equipamentos de mamografia ou leitos pediátricos e de idosos, é necessário utilizar dados populacionais por idade e sexo. Para o ano de 2021 foi utilizado o dado da estimativa elaborada pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE por idade e sexo. Para 2030, será utilizado o número da população total por município, de acordo com pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para a determinação das cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), rateada pela mesma estrutura demográfica observada em 2021. A oferta adotada para 2030 será a mais recente existente no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) na elaboração desse produto, janeiro de 2022.

Essa seção fará a análise da oferta de diversos serviços de saúde e sua distribuição espacial. Serão analisadas as ofertas SUS de leitos, profissionais de saúde, equipamentos e estabelecimentos. Além da análise da oferta, serão elencadas também informações sobre demanda efetiva por vacinação, atenção hospitalar e epidemiológica (dengue e malária).

4.1. Leitos

4.1.1. Leitos clínicos e cirúrgicos

Um dos indicadores mais utilizados para mensurar a capacidade de oferta de um sistema de saúde é o número de leitos ofertados *per capita*. Como já abordado anteriormente, o sistema de saúde brasileiro é híbrido, sendo que existem provedores públicos e privados ofertando serviços. De maneira geral, esses provedores podem ser financiados pelo setor público, por meio de planos ou seguros de saúde ou por desembolso direto. Em relação aos SUS, diversas naturezas jurídicas podem ofertar seus serviços para a população, sejam agentes públicos, privados ou filantrópicos. No âmbito desse produto, será analisada a

¹⁰ Alguns parâmetros da Portaria 1.631/2015 adotam limites de 60km ou 60 minutos em seu cálculo. Devido à extensão territorial média dos municípios do Acre de 7460km², com uma distância média entre municípios de 422km e tempo de deslocamento médio de 7h, o parâmetro máximo de 60km ou 60 minutos não é adequado e, por tal motivo, não será utilizado.

oferta dos serviços de saúde que estão disponíveis no SUS, não importando a natureza jurídica do provedor ou a forma de remuneração desses¹¹.

Tabela 12 Leitos clínicos e cirúrgicos do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	5,35	5,25	5,16	5,79	5,69	5,59	5,50	5,41	5,33	5,24	5,16
Assis Brasil	9,47	9,29	10,63	10,44	8,79	8,63	8,49	9,75	9,59	9,44	9,29
Brasiléia	4,70	3,95	4,95	4,86	4,98	4,88	4,00	3,93	3,87	3,81	1,25
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	1,71	1,33	0,86	0,94	1,40	1,04	1,80	1,28	1,57	1,04	1,64
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,84	3,24	3,23	3,22	1,75	1,75	1,74	1,74	3,17	3,16	3,15
Jordão	8,74	7,12	9,73	9,51	9,30	9,10	8,92	8,75	8,58	8,42	8,26
Mâncio Lima	2,52	1,23	2,41	2,36	6,37	6,24	6,12	6,01	5,90	5,80	5,70
Manoel Urbano	13,21	15,38	15,14	14,92	14,70	14,49	14,30	14,11	13,92	13,74	16,70
Marechal Thaumaturgo	4,04	9,15	6,34	6,17	6,00	4,67	4,56	4,45	4,34	4,24	4,15
Plácido de Castro	6,68	6,61	4,90	6,73	5,59	7,11	7,04	6,97	6,90	6,58	7,27
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	3,13	3,05	2,96	2,89	7,50	7,31	7,14	6,98	6,83	6,68	6,54
Rio Branco	0,17	0,15	0,16	0,18	0,22	0,21	0,21	0,21	0,22	0,21	0,21
Rodrigues Alves	5,33	6,47	5,66	5,51	5,36	5,22	4,53	4,43	4,32	4,23	4,13
Santa Rosa do Purus	4,09	3,94	3,79	3,67	15,95	15,43	14,98	14,56	15,72	15,29	14,89
Sena Madureira	2,18	2,15	2,11	2,07	3,53	3,13	3,19	3,37	3,32	3,27	4,19
Senador Guiomard	2,85	3,29	5,35	5,29	4,56	4,96	4,91	4,87	4,82	4,78	4,52
Lao	1,97	1,77	1,74	1,71	1,68	1,66	1,63	1,61	1,59	1,57	1,54
Xapuri	4,17	4,10	3,45	3,40	3,34	3,29	3,24	10,12	9,97	9,83	9,70
Acre	10,92	9,93	9,90	9,13	8,93	9,03	9,05	8,61	9,08	9,37	10,75
Amapá	6,89	6,97	7,14	6,98	6,85	6,57	6,54	6,27	6,74	5,89	8,67
Amazonas	8,06	7,96	8,03	7,05	6,78	7,21	7,15	6,91	7,00	6,79	7,47
Pará	8,41	8,33	7,90	8,01	7,95	7,96	7,84	7,76	7,61	7,21	8,64
Rondônia	10,20	10,89	11,87	12,13	12,69	12,54	12,32	12,39	12,39	12,72	13,71
Roraima	10,72	11,50	9,58	10,71	11,32	11,01	10,61	11,08	12,33	12,17	18,09
Tocantins	8,04	7,98	7,90	8,01	8,60	8,62	9,06	8,95	9,69	9,47	9,21
Centro-oeste	10,51	10,20	9,90	9,64	9,78	9,36	9,25	9,37	9,23	9,03	9,76
Nordeste	9,87	9,78	9,92	9,81	9,97	9,63	9,69	9,72	9,78	9,67	11,11
Norte	8,60	8,58	8,43	8,29	8,30	8,38	8,31	8,19	8,29	8,05	9,33
Sudeste	8,33	8,14	8,09	7,91	7,84	7,70	7,56	7,45	7,41	7,30	8,29
Sul	11,19	11,03	10,99	11,06	11,45	11,21	11,10	10,96	10,88	10,82	11,19
Brasil	9,35	9,20	9,17	9,05	9,13	8,92	8,84	8,78	8,77	8,65	9,68

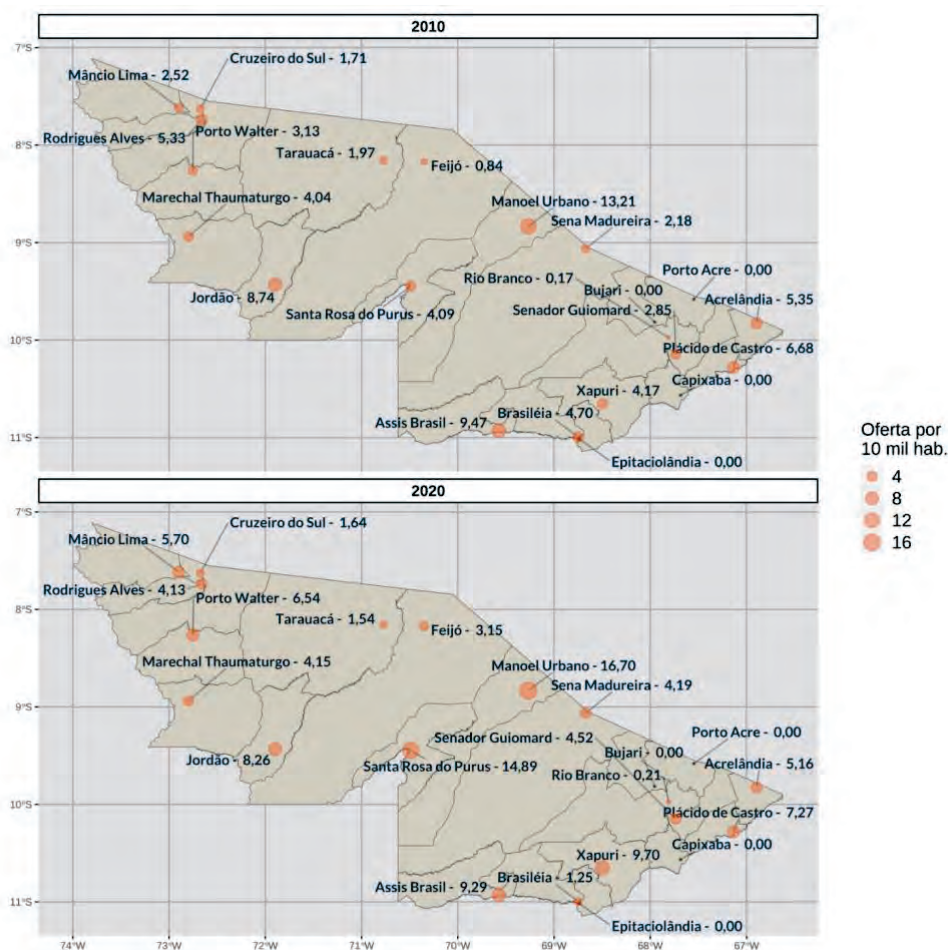
Fonte: CNES (2010-2020).

¹¹ Os resultados para a oferta total (privado + SUS) se encontram na seção anexa.

A oferta municipal de leitos no Acre é bastante heterogênea, conforme

Tabela 12. Municípios como Bujari, Capixaba, Epitaciolândia e Porto Acre não ofertaram leitos em todo o período estudado. Por outro lado, em Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano a oferta de leitos SUS é superior à média do estado, da região norte e a média brasileira. Esse resultado é esperado devido à organização do sistema de saúde nacional. No processo de descentralização, existente desde a formulação do SUS, a prerrogativa da regionalização é fundamental, como uma estratégia de hierarquização da oferta dos serviços de saúde. Ele deve almejar uma lógica de planejamento integrado, não, necessariamente, restrita aos limites municipais, com a utilização de instrumentos específicos, como o Plano Diretor de Regionalização (PDR).

Figura 5 - Leitos clínicos e cirúrgicos SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)



Fonte: CNES (2022).

A regionalização pode ser observada na Figura 5 na qual municípios que apresentam baixa oferta de leitos estão próximos a municípios que apresentam uma elevada oferta *per capita*. Por exemplo, Porto Acre, Bujari e Capixaba estão no entorno da capital do estado. Destaca-se os aumentos *per capita* no período nos municípios de Mâncio Lima, Porto Walter, Santa Rosa dos Purus e Xapuri. Por outro lado, não foi observado, nos dez anos do estudo, uma redução significativa em nenhum município.

4.1.2. Parâmetros de oferta dos leitos gerais

Esta metodologia adota critérios diferentes para cada tipo de leito hospitalar, desagregando-os por faixa de idade e tipo de atendimento. Por simplificação, serão considerados somente os leitos adultos e pediátricos dos tipos clínicos e cirúrgicos. Seus parâmetros mínimos serão calculados separadamente e os resultados serão somados como um parâmetro único.

A quantidade mínima de leitos é uma função do número de internações esperadas e tempo médio de permanência do paciente por cada tipo de leito. O número de internações depende da população-alvo daquele tipo de leito e da taxa de internação esperada para cada especialidade.

Dois ajustes são necessários na definição da quantidade mínima. O primeiro é a correção quanto à frequência de internações de não residentes (Fnr). Essa correção é necessária porque em certas localidades há demanda por internações de pessoas que não residem lá. A frequência de internação por não residentes é definida como o número de internações totais dividido pelo número de internações de residentes¹². Assim, quando o Fnr é maior que 1, essa localidade realiza internações de populações de outras regiões. Caso o Fnr seja menor que 1, essa localidade tem residentes que internam em outras localidades, exportando pacientes. Outro ajuste é a taxa de ocupação hospitalar (ρ) relativa a uma porcentagem de recusa de internações de 1%. Isso é necessário porque nenhum hospital deveria operar com ocupação máxima dos seus leitos, em função de desastres, emergências ou crises epidemiológicas.

Define-se, então, o número de leitos mínimos para cada especialidade de acordo com a Equação 1.

¹² Embora os dados das internações hospitalares possam considerar múltiplas internações de um mesmo indivíduo não será realizado nenhum tipo de correção nesse sentido.

$$NL = \frac{Pop.TI.TMP}{365.\rho} .Fn \quad (1)$$

Onde o número de leitos (NL) é função da população que faz uso desses (Pop¹³); da taxa esperada de internação desses indivíduos (TI); de TMP, que é o tempo médio de permanência, em dias, para aquele tipo de leito; da taxa de ocupação esperada (ρ); e do fator de correção para internação de não residentes (Fnr). A população-alvo foi calculada a partir das estimativas elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE. O fator de correção Fnr foi calculado com base na razão do número de internações totais de cada localidade dividido pelo número de internações de residentes. O volume de internações de residentes e totais foi obtido por meio de todas as internações realizadas em 2020 no sistema público de saúde. Os valores para a taxa de internação esperada e do tempo médio de permanência de cada leito é definido na Portaria 1.631/2015, em função do tipo de leito e da faixa de idade da população, conforme a Tabela 10, e ρ é definido como 0,72.

Tabela 13 - Definição dos parâmetros da Portaria 1.631/2015 para leitos gerais

Tipo de leito	Faixa etária	Taxa de internação esperada por mil hab. (TI)	Tempo médio de permanência em dias (TMP)
Pediatria clínica	< 15 anos	27,8	4,6
Pediatria cirúrgica	< 15 anos	8,4	2,4
Adulto clínico	15 a 59 anos	13,8	6,5
Adulto clínico	60 anos ou mais	72,4	7,4
Adulto cirúrgico	15 a 59 anos	21,5	3,6
Adulto cirúrgico	60 anos ou mais	44,0	4,6

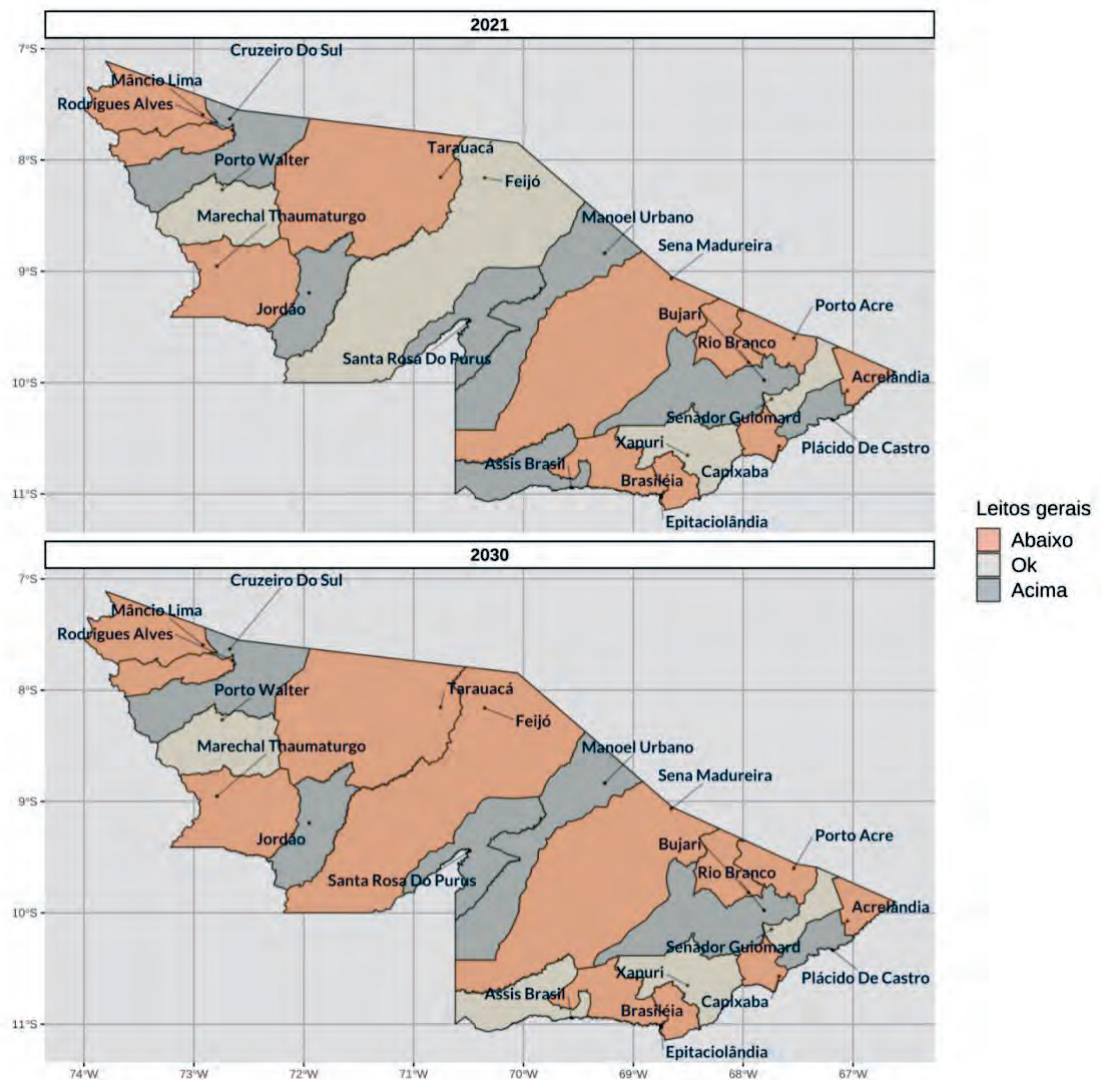
Fonte: Brasil (2015).

Embora os parâmetros, para cada tipo de leito, sejam diferentes, estão somadas as quantidades existentes de leitos Pediátricos Cirúrgicos; Pediátrico Clínicos; Adultos Cirúrgicos; e Adultos Clínicos atendidos pelo SUS. Utilizando o número de leitos parametrizados foi possível calcular a diferença entre a oferta real e a mínima, e assim, ter o percentual de leitos deficitários e superavitários. Didaticamente, esses percentuais serão classificados em três categorias: (i) oferta abaixo do esperado, quando a oferta efetiva está até 85% menor; (ii) oferta ok,

¹³ A projeção de população em 2030 foi realizada a partir das informações de projeção de população por município do Tribunal de Contas da União para 2030, ajustadas pela estrutura de idade e sexo de 2021 informadas pelo Datasus/SVS.

quando quantidade efetiva está no intervalo de 85% a 115%, em relação à quantidade parametrizada; e, por fim (iii), oferta acima do esperado, quando a oferta está acima de 115% em relação ao preconizado.

Figura 6 Oferta de leitos clínicos e cirúrgicos SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)



Fonte: CNES (2022).

A oferta *per capita* de leitos gerais em 2021 dos municípios do estado do Acre indicou que os municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Sena Madureira, Bujari, Porto Acre, Acrelândia, Brasiléia e Epitaciolândia ofertam uma quantidade de leitos abaixo do preconizado pela Portaria 1.631/2015. Por outro lado, Cruzeiro do Sul, Jordão, Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano, Assis Brasil, Plácido de Castro e a capital Rio Branco apresentaram, em 2021, uma oferta acima da preconizada como oferta mínima. Os demais municípios, Porto Walter, Feijó, Xapuri e Senador Guimard têm uma oferta considerada adequada em relação à portaria.

Em relação à projeção realizada para a expansão populacional esperada em 2030, considerando a mesma estrutura etária municipal existente em 2021, observa-se que dois municípios merecem destaque. Feijó é um município que, caso haja essa expansão populacional *vis-à-vis*, a quantidade ofertada existente terá um déficit na oferta de leitos gerais. Assis Brasil é outro município que merece atenção, pois apresentava uma oferta acima do esperado e passará a ser considerada adequada.

4.1.3. Leitos UTI

Assim como os leitos clínicos e cirúrgicos de internação hospitalar, a oferta de leitos de UTI *per capita* também é um importante indicador utilizado para analisar o volume ofertado por um sistema de saúde. Ao contrário dos leitos gerais clínicos e cirúrgicos, os leitos UTI são mais intensivos em utilização de capital e recursos humanos mais capacitados. Por tal motivo, esses tendem a se localizar em municípios maiores, concentrados em cidades que conseguem prover, além do montante financeiro e dos recursos humanos capacitados, uma concentração mínima de pacientes, para que a sua oferta seja economicamente viável. O resultado encontrado para o estado do Acre vai ao encontro dessas características.

Ao contrário do resultado encontrado para os leitos gerais, para os quais apenas quatro dos vinte e dois municípios do estado não ofertavam leitos, a distribuição dos leitos de UTI é mais concentrada, sendo que a oferta de leitos de UTI disponibilizadas pelo SUS se concentra em apenas dois municípios: Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Cruzeiro do Sul merece destaque, pois a oferta de leitos de UTI começou apenas no ano de 2020, possivelmente consequência da pandemia da Covid-19.

Em relação à distribuição espacial desses leitos, tem-se a definição, no estado, de dois polos importantes no atendimento intensivista, que estão em localizações

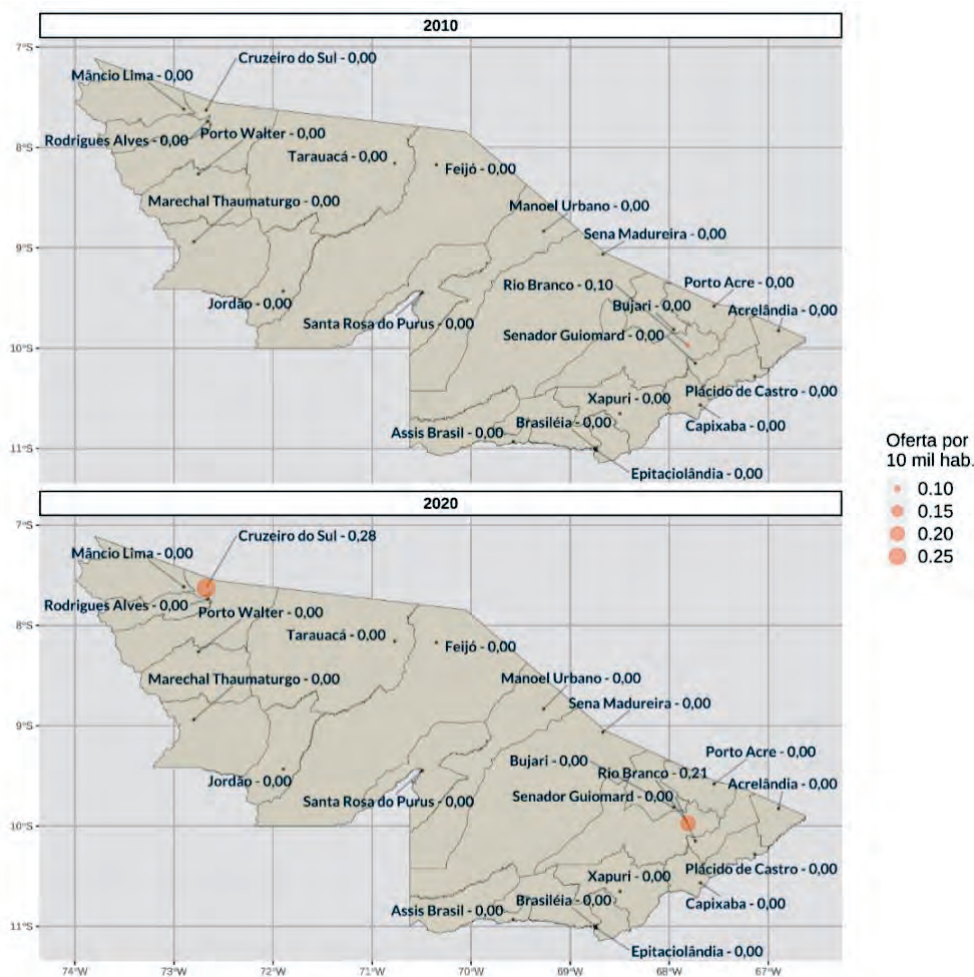
opostas no estado, podendo ser referências pactuadas de atendimento de todos os municípios em seu entorno. Ainda assim, devido as elevadas distâncias percorridas entre os municípios do estado, pode ser insuficiente a concentração de toda a oferta de leitos somente nesses dois municípios. O município de Brasiléia apresentou, em 2020, uma oferta elevada de mais de 5 leitos por 10 mil habitantes (Tabela anexa).

Tabela 14 Leitos de UTI do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mãncio Lima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	0,10	0,14	0,19	0,19	0,18	0,22	0,22	0,21	0,21	0,18	0,21
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sena Madureira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acre	0,31	0,44	0,61	0,60	0,59	0,71	0,70	0,69	0,68	0,67	1,00
Amapá	0,37	0,37	0,36	0,35	0,34	0,33	0,33	0,32	0,31	0,44	0,43
Amazonas	0,57	0,55	0,55	0,54	0,62	0,70	0,74	0,80	0,79	0,78	1,17
Pará	0,48	0,47	0,45	0,50	0,48	0,48	0,51	0,56	0,56	0,59	1,16
Rondônia	0,46	0,48	0,48	0,47	0,95	0,94	1,07	1,05	1,04	1,17	1,43
Roraima	0,44	0,43	0,42	0,41	0,60	0,58	0,57	0,55	0,52	0,58	0,79
Tocantins	0,69	0,68	0,74	0,99	0,90	0,89	0,88	0,87	0,86	0,92	1,21
Brasil	0,81	0,85	0,90	0,94	0,97	0,98	0,99	1,03	1,04	1,06	1,59

Fonte: CNES (2010-2020).

Figura 7 - Leitões de UTI do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)



Fonte: CNES (2022).

No entanto, toda essa oferta é realizada pelo setor privado, não disponível ao Sistema Único de Saúde, embora somente 0,86% da população tenha plano de saúde (ANS, 2020). Apesar dessa oferta ser totalmente privada, se ela existe, o município tem capacidade atrativa de pessoal capacitado para a existência desses equipamentos. Nesse sentido, esse município se mostra viável para um possível terceiro polo de oferta de leitos UTI disponíveis para toda a população via SUS, desafogando Cruzeiro do Sul e Rio Branco (Figura 7).

4.1.4. Parâmetro de oferta dos leitos de UTI

A metodologia proposta para os leitos de UTI é construída como uma proporção do número de internações esperadas em leitos gerais da mesma especialidade, já calculados anteriormente. Por exemplo, o número de internações nos leitos de UTI pediátricos é uma fração do número de internações esperados nos leitos pediátricos gerais clínicos e cirúrgicos.

Assim, o número de internações nos leitos UTI é um percentual de internações em leitos gerais que sofrem complicações. Por fazer uso dos valores parametrizados dos leitos gerais, o resultado calculado para os leitos UTI tende a ser fragilizado pelas mesmas limitações derivadas dos leitos totais.

Define-se o número de internações esperadas em UTI para cada tipo de leito/especialidade (NI^{UTI}) como o somatório de uma parcela (p_{UTI}) do número de internações esperadas dos leitos gerais daquela especialidade, de acordo com a Equação 2.

$$NI^{UTI} = \sum NI \cdot p_{UTI} \quad (2)$$

Define-se NI, como o parâmetro calculado na seção anterior, para os leitos gerais e p_{UTI} como a proporção esperada de internações em UTI para cada especialidade. Isso é, a porcentagem de internações em leitos gerais de cada especialidade que são esperadas em internações em UTI.

A equação 3 é construída de maneira semelhante aos leitos gerais. Nela, o número mínimo de leitos UTI é definido com uma função do número de internação e do tempo médio que cada indivíduo permanece internado. Aplica-se, também, as correções para a taxa de internações por não residentes (Fnr) e a correção para a existência de alguma ociosidade (ρ). O número de leitos necessários para UTI (NL^{UTI}) está descrito abaixo.

$$NL^{UTI} = \frac{NI^{UTI} \cdot TMP^{UTI}}{365 \cdot \rho} \cdot Fnr \quad (3)$$

Os valores para TMP^{UTI} e TI^{UTI} são definidos de acordo com a Portaria 1.631/2015 para cada tipo de leito e faixa de idade. O valor de ρ é 0,72 para todos os tipos de leitos UTI (Tabela 15).

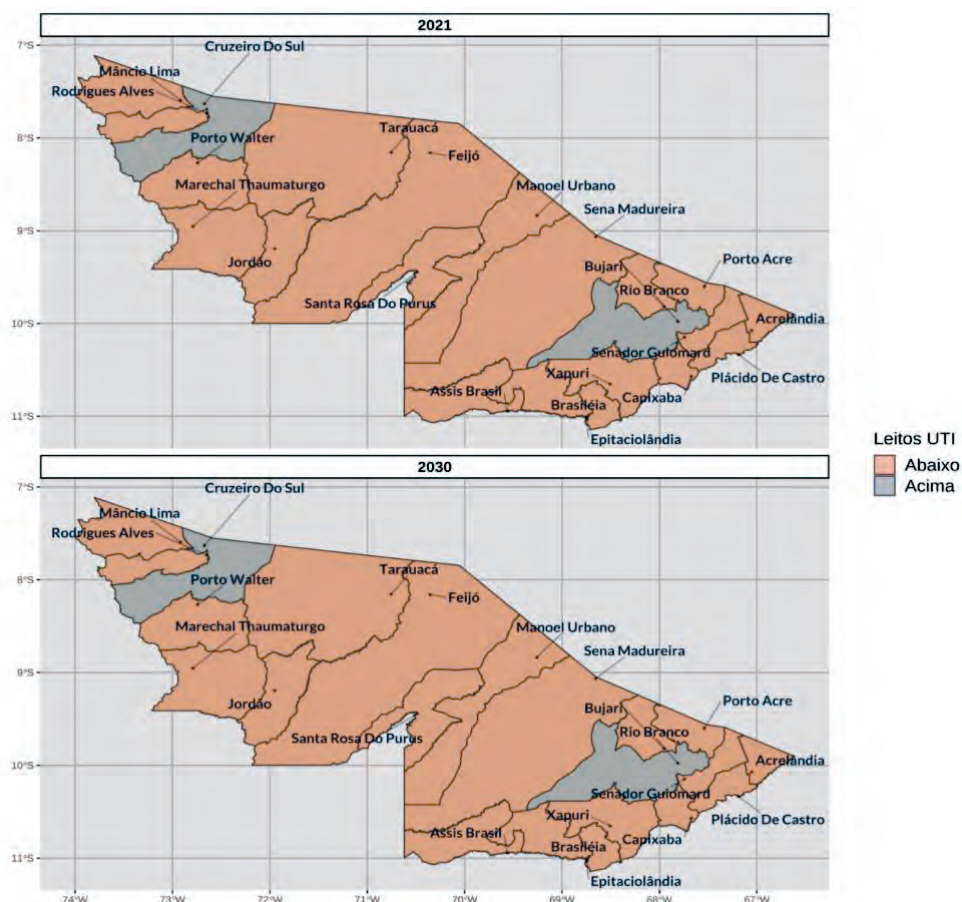
O valor, preconizado como mínimo, para cada especialidade de leito de UTI, será calculado individualmente para cada tipo de leito e faixa de idade. Posteriormente, por simplificação dos resultados exibidos, esses serão apresentados conjuntamente.

Tabela 15- Definição dos parâmetros da Portaria 1.631/2015 para Leitos de UTI

Tipo do leito	% de internações em UTI (p_{UTI})	Tempo médio de permanência em dias (TMP^{UTI})
Pediátrica clínica	2,3%	7,8
Pediátrica cirúrgica	3,1%	6,0
Adulto clínico (adultos)	4,3%	6,8
Adulto clínico (idosos)	6,0%	7,4
Adulto cirúrgico (adultos)	4,9%	4,5
Adulto cirúrgico (idosos)	9,9%	4,6

Fonte: Brasil (2015).

Figura 8 - Oferta de leitos UTI SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)



Fonte: CNES (2022).

A relação da oferta de leitos existentes no estado em comparação ao preconizado pela Portaria 1.631/2015 mostra somente Cruzeiro do Sul e Rio Branco com uma oferta acima da preconizada, enquanto os demais apresentam oferta abaixo, pois não provêm leitos em seus municípios (Figura 8).

4.2. Recursos humanos

4.2.1. Médicos

Junto com os leitos, os recursos humanos desempenham um papel fundamental no atendimento da população. Essa seção levanta os dados dos últimos dez anos da disponibilidade de médicos e de equipes do programa Estratégia Saúde da Família.

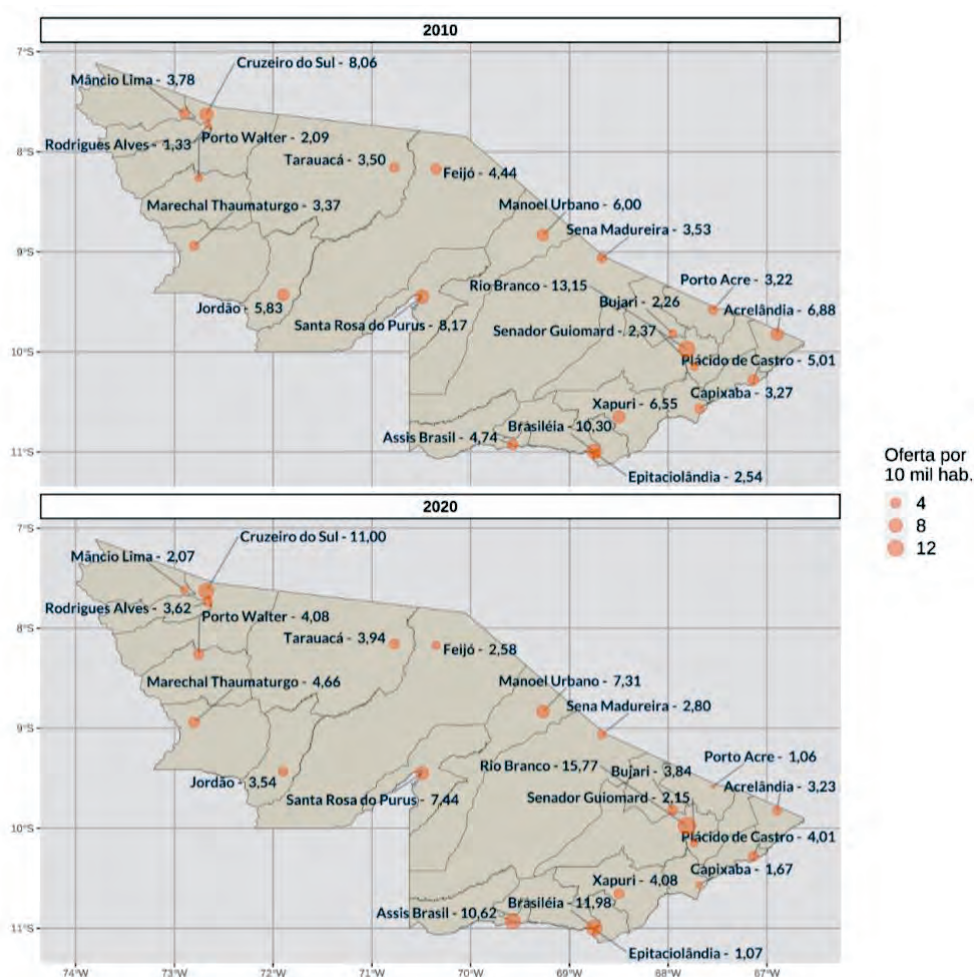
Tabela 16? Médicos do SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	6,88	4,50	5,89	3,62	6,40	6,98	4,81	4,74	5,33	3,28	3,23
Assis Brasil	4,74	7,74	4,56	5,97	5,86	8,63	9,91	8,36	8,22	8,09	10,62
Brasiléia	10,30	10,54	9,90	10,14	8,29	9,77	9,60	9,84	10,83	9,51	11,98
Bujari	2,26	2,22	2,18	3,22	4,22	3,11	3,06	3,01	1,98	1,95	3,84
Capixaba	3,27	3,17	4,10	1,99	2,90	2,82	3,67	2,68	2,62	2,56	1,67
Cruzeiro do Sul	8,06	7,87	8,99	8,20	10,02	12,15	12,40	11,50	11,41	10,41	11,00
Epitaciolândia	2,54	3,74	5,50	2,40	5,31	2,90	3,42	3,37	3,31	2,72	1,07
Feijó	4,44	2,95	2,64	3,22	4,67	2,91	3,48	3,47	3,46	2,59	2,58
Jordão	5,83	5,69	1,39	2,72	5,32	5,20	6,37	3,75	4,90	2,40	3,54
Mâncio Lima	3,78	4,32	1,81	2,36	4,63	3,97	3,34	4,37	4,29	3,16	2,07
Manoel Urbano	6,00	3,55	4,66	5,74	10,18	6,69	6,60	6,51	7,50	8,46	7,31
Marechal Thaumaturgo	3,37	2,61	0,63	1,23	3,00	2,92	3,42	3,89	3,26	3,71	4,66
Plácido de Castro	5,01	5,51	5,99	4,85	5,86	5,27	6,26	6,20	5,62	5,06	4,01
Porto Acre	3,22	1,26	1,85	1,81	2,37	2,90	2,85	2,24	2,20	1,62	1,06
Porto Walter	2,09	2,03	1,98	0,96	2,81	4,57	5,36	5,24	5,97	5,01	4,08
Rio Branco	13,15	14,87	14,22	13,65	14,88	15,12	15,32	15,65	16,03	15,64	15,77
Rodrigues Alves	1,33	1,29	1,89	1,84	3,57	2,90	2,83	2,77	3,24	3,17	3,62
Santa Rosa do Purus	8,17	5,91	9,49	7,33	10,63	8,57	8,32	8,09	7,86	7,65	7,44
Sena Madureira	3,53	2,97	2,19	2,39	2,35	3,24	3,19	2,92	3,54	2,40	2,80
Senador Guiomard	2,37	2,82	2,33	2,30	3,64	2,71	1,34	3,10	1,75	1,74	2,15
Tarauacá	3,50	3,18	3,65	3,08	3,79	4,47	4,41	3,63	4,05	4,46	3,94
Xapuri	6,55	4,69	2,88	1,13	3,90	4,39	3,78	4,26	4,20	3,62	4,08
Acre	8,77	9,34	9,04	8,56	9,85	10,12	10,24	10,26	10,48	9,96	10,12
Amapá	8,21	7,77	7,93	7,49	9,13	9,10	9,00	8,88	9,20	8,86	9,32
Amazonas	8,01	7,72	7,79	7,87	8,61	8,98	8,89	8,87	8,86	9,03	9,50
Pará	5,33	4,99	5,02	5,33	6,14	6,38	6,51	6,73	6,84	6,69	7,17
Rondônia	6,81	7,17	7,47	8,21	9,67	9,97	10,64	11,09	11,50	11,32	12,11
Roraima	10,57	10,63	10,35	10,55	12,75	12,66	13,16	13,17	13,32	12,93	13,34
Tocantins	8,86	8,48	8,81	9,34	10,77	11,33	11,81	12,31	12,61	12,71	13,20
Centro-oeste	11,98	11,56	11,86	12,11	12,77	12,84	13,15	13,84	14,06	14,20	15,54
Nordeste	8,16	8,10	8,37	8,67	9,58	9,83	10,06	10,39	10,61	10,72	11,54
Norte	6,80	6,59	6,67	6,92	7,93	8,22	8,38	8,57	8,72	8,64	9,13
Sudeste	13,98	13,87	14,48	14,97	15,69	15,73	16,05	16,34	16,53	16,67	17,35
Sul	12,55	12,20	12,71	13,21	14,33	14,52	15,15	15,69	16,15	16,52	17,32
Brasil	11,41	11,25	11,68	12,08	12,93	13,07	13,40	13,76	13,99	14,14	14,91

Fonte: CNES (2010-2020).

Todos os vinte e dois municípios do Acre apresentaram oferta de médicos que atuam no SUS em todos os anos analisados. Desses, destacam-se os municípios de Assis Brasil, Brasília, Cruzeiro do Sul e Rio Branco com quantidades *per capita* maiores que 10 médicos por dez mil habitantes, embora somente Rio Branco tenha apresentado uma média *per capita* maior que a nacional. No entanto, municípios como Acrelândia, Capixaba, Epitaciolândia, Feijó e Xapuri, por exemplo, apresentaram redução na oferta de médicos na década analisada, merecendo atenção dos agentes públicos. Agregando, no nível estadual, percebe-se o esforço do estado no aumento da oferta de médicos, que passou de 8,77 médicos por dez mil habitantes em 2010, para 10,12 médicos por dez mil habitantes (Tabela 16).

Figura 9  Médicos por dez mil habitantes que atendem no SUS (2010-2020)



Fonte: CNES (2022).

Em relação à distribuição espacial desses médicos nos municípios do estado, é importante destacar três polos : Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Brasília. Esses municípios também tiveram destaque na oferta de leitos UTI (Figura 9).

4.2.2. Equipes de saúde da família Estratégia Saúde da Família - ESF)

Enquanto médicos atuam, transversalmente, na atenção à saúde, desde os níveis mais básicos até a alta complexidade, as equipes do programa Estratégia Saúde da Família são atores fundamentais, na construção de um sistema de saúde nacional, voltados à prevenção e controle de doenças crônicas, evitando sua agudização e, por consequência, melhorando a qualidade de vida da população. Com efeito, ao identificar localidades onde existem “vazios” na rede de provisão, quantificando pessoas fora de áreas de cobertura potencial, cumpre-se o preceito constitucional de que é responsabilidade do SUS garantir, a todos os cidadãos brasileiros, acesso aos serviços de saúde, com cobertura de suas necessidades de atenção e tratamento igualitário a pessoas com necessidades iguais.

O cumprimento desse preceito torna-se ainda mais fundamental num cenário de agravamento epidemiológico, como é o contexto da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2. Conforme estabelecido pelo Protocolo de Manejo Clínico da Covid-19, a Atenção Primária à Saúde/Estratégia Saúde da Família (APS/ESF) “deve assumir papel resolutivo frente aos casos leves e de identificação precoce, encaminhamento rápido e correto dos casos graves, mantendo a coordenação do cuidado desses últimos” (BRASIL, 2020, p. 6). A identificação e a análise de síndromes gripais pela APS são essenciais para que sejam realizados o diagnóstico correto e o encaminhando dos casos mais graves para os níveis de complexidade e regionalização adequados do sistema, com a manutenção dos casos menos graves na esfera da APS, sob acompanhamento dos profissionais ao longo do curso da doença (BRASIL, 2020; SERVO; ANDRADE; AMARAL, 2019).

Nesse sentido, existem três interpretações principais para o papel da atenção primária no país: APS como atenção primária seletiva, entendida como um programa específico destinado a populações e regiões pobres, a quem se oferece um conjunto de tecnologias simples e de baixo custo; APS como o nível primário do sistema de atenção à saúde; e APS como estratégia de organização do sistema de saúde (MENDES, 2015).

Tal estratégia só consegue atingir níveis satisfatórios de eficiência se toda a população tiver acesso aos serviços de APS/ESF. Segundo Andrade et al. (2018a),

esse desenho da atenção básica garante que todos os indivíduos sejam cadastrados e acompanhados no sistema ao longo do tempo. As equipes provêm uma atenção básica abrangente que inclui o acompanhamento de doenças crônicas, a triagem para vacinação, o acompanhamento do pré-natal, o agendamento de horários nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a coleta de informações socioeconômicas.

No nível municipal, Andrade et al. (2018b) mostraram que, entre 1998 e 2012, o aumento da adoção e da cobertura, especificamente do ESF, não foi homogêneo entre os municípios. A implementação do programa foi, positivamente, associada ao baixo porte populacional, à baixa densidade populacional, à baixa cobertura de seguro de saúde privado e ao baixo nível de desenvolvimento econômico. Além disso, o alinhamento do partido político do prefeito e do governador e a disponibilidade de recursos de saúde afetaram a adoção e a ampliação dessa oferta. Assim, justifica-se a focalização da atenção básica, conforme mostrado por Azevedo (2014), pois as condições precárias de moradia e a menor escolaridade e renda aumentam os riscos de problemas de saúde, impactando, também, a capacidade laboral daquela população e tornando-a ainda mais vulnerável a uma situação de pobreza.

Em relação ao quantitativo de equipes da Estratégia Saúde da Família no estado do Acre, (Tabela 14) houve um aumento na oferta total do estado de 1,88 equipes por dez mil habitantes, em 2010, para 3,10 equipes por dez mil habitantes, em 2020. Valor esse que fica abaixo somente de Tocantins, em relação aos estados da região Norte, e acima da média nacional de 2,57 equipes por dez mil habitantes. Dos vinte e dois municípios do estado do Acre, somente dois apresentavam uma oferta de equipes *per capita*, em 2020, menor que a média nacional: Feijó e Rio Branco. Essa oferta menor de Rio Branco em relação aos demais municípios do Acre é esperado porque o desenho do programa Estratégia Saúde da Família é focalizado em regiões mais precárias, com menor renda *per capita* e mais vulneráveis. Além disso, Rio Branco é o município do Acre com maior percentual de população com acesso a plano de saúde privado, 11,30% (ANS, 2020). Por outro lado, seria razoável que Feijó tivesse uma oferta de equipes mais elevada.

Tabela 17 Equipes de Estratégia Saúde da Família por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	4,59	4,50	4,42	4,34	4,26	4,19	4,12	4,06	3,99	3,93	4,52
Assis Brasil	3,16	3,10	3,04	2,98	4,39	4,32	4,25	4,18	5,48	5,39	5,31
Brasiléia	2,69	2,63	3,01	2,96	3,32	4,07	4,00	3,93	3,87	3,42	3,75
Bujari	2,26	3,33	3,27	4,29	4,22	4,15	4,08	4,02	3,96	3,90	4,80
Capixaba	3,27	3,17	3,07	2,99	2,90	3,76	3,67	3,58	3,49	3,41	4,16
Cruzeiro do Sul	2,81	2,90	3,12	4,16	5,07	5,26	5,33	5,52	5,70	5,66	5,73
Epitaciolândia	3,17	3,74	3,67	3,60	4,13	4,05	3,99	3,93	3,86	3,80	4,28
Feijó	1,48	1,47	2,06	2,05	2,34	2,33	2,61	2,60	2,60	2,59	2,58
Jordão	2,91	2,85	2,78	2,72	2,66	2,60	2,55	2,50	2,45	2,40	3,54
Mâncio Lima	3,78	3,70	3,62	4,14	5,21	3,97	3,34	3,83	3,76	4,22	4,66
Manoel Urbano	4,80	2,37	3,49	3,44	3,39	3,34	2,20	3,26	3,21	3,17	4,17
Marechal Thaumaturgo	2,69	2,61	2,54	2,47	1,20	1,17	0,57	1,11	1,09	1,06	3,63
Plácido de Castro	4,46	4,96	4,36	4,31	4,26	4,21	4,17	4,65	4,60	4,55	4,51
Porto Acre	3,22	3,15	3,70	3,02	3,56	3,48	3,42	3,36	3,30	2,70	3,19
Porto Walter	2,09	2,03	1,98	1,92	1,87	2,74	2,68	2,62	2,56	2,50	4,90
Rio Branco	0,74	0,64	1,38	1,32	1,49	1,54	1,65	1,72	1,65	1,64	1,94
Rodrigues Alves	2,00	3,24	3,77	3,67	3,57	2,90	3,96	3,87	4,32	4,23	4,13
Santa Rosa do Purus	2,04	3,94	3,79	0,00	3,54	3,43	3,33	3,24	3,14	3,06	2,98
Sena Madureira	2,52	2,48	2,92	2,87	2,82	2,55	2,96	2,92	3,10	2,84	3,87
Senador Guiomard	3,80	3,76	4,19	4,14	4,10	4,06	4,02	3,98	3,95	2,61	3,87
Tarauacá	2,69	2,65	2,61	2,57	2,53	2,49	2,21	2,42	2,14	2,11	2,32
Xapuri	1,79	1,76	1,73	1,13	2,23	3,84	3,78	3,73	3,67	3,62	3,57
Acre	1,88	1,88	2,31	2,35	2,60	2,66	2,70	2,79	2,77	2,69	3,10
Amapá	2,42	2,19	2,38	2,07	2,45	2,40	2,42	1,86	2,37	2,12	2,49
Amazonas	1,62	1,62	1,63	1,62	1,85	1,84	1,86	1,87	1,92	1,90	2,35
Pará	1,24	1,32	1,38	1,41	1,52	1,67	1,71	1,76	1,96	1,97	2,39
Rondônia	1,66	1,80	1,84	1,86	2,21	2,34	2,33	2,30	2,32	2,32	2,50
Roraima	2,38	2,41	2,37	2,38	2,35	2,45	2,53	2,47	2,43	2,33	2,52
Tocantins	2,85	2,98	2,90	3,03	3,44	3,45	3,54	3,62	3,71	3,55	4,30
Centro-oeste	1,68	1,70	1,73	1,80	1,91	1,96	1,98	2,02	2,15	2,24	2,52
Nordeste	2,49	2,51	2,55	2,64	2,93	3,01	3,05	3,08	3,18	3,17	3,43
Norte	1,62	1,67	1,73	1,74	1,94	2,03	2,07	2,07	2,21	2,17	2,60
Sudeste	1,26	1,32	1,42	1,46	1,62	1,70	1,76	1,79	1,88	1,87	2,03
Sul	1,63	1,65	1,73	1,81	2,02	2,18	2,24	2,26	2,36	2,35	2,57
Brasil	1,72	1,76	1,83	1,89	2,09	2,18	2,23	2,25	2,35	2,35	2,57

Fonte: CNES (2010-2020).

4.3. Equipamentos

Equipamentos também são importantes na composição de uma rede de atenção à saúde efetiva e resolutiva. Eles variam nas mais diversas formas de complexidade e, atualmente, existem cem tipos de equipamentos disponíveis no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde. Nesse trabalho serão selecionados três equipamentos de diferentes complexidades: (i) mamógrafos, que são menos complexos e não demandam um profissional técnico altamente capacitado; (ii) tomógrafos e (iii) ressonância magnética, que são mais sofisticados e demandam um médico especializado em radiologia e diagnóstico por imagem.

4.3.1. Mamógrafos

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS - 2007), os cânceres de mama e do colo do útero, quando detectados no estágio inicial, têm grande potencial de cura. A OMS supõe que programas de detecção precoce do câncer, diminuam 60% da mortalidade por câncer do colo do útero e em 30% para o câncer de mama. Indicadores de alguns programas de detecção precoce do câncer mostraram que a incidência do câncer do colo do útero foi reduzida em torno de 80% a partir do momento em que o rastreamento citológico foi implantado com qualidade, cobertura, tratamento e seguimento das mulheres, e que a mortalidade por câncer de mama vem diminuindo em países que implantaram programas efetivos de rastreamento do câncer de mama com cobertura da população-alvo, qualidade dos exames e tratamento adequado (OMS, 2007).

Em 2006, foi implementado o Pacto pela Saúde que compreende um conjunto de reformas institucionais pactuado entre as três esferas de gestão – União, Estados e Municípios – do SUS. O objetivo é promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, detectar precocemente e controlar os cânceres de mama e do colo do útero. Dessa maneira, o câncer da mulher foi contemplado, uma vez que incluía indicadores e metas a serem atingidos nos estados e municípios, no que diz respeito ao aumento do número de mulheres com acesso aos exames de prevenção dessas neoplasias.

Em relação à disponibilidade de mamógrafos pelo SUS, no Acre, existem equipamentos somente em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, conforme apresenta a Tabela 15, sendo que esse último foi disponibilizado somente a partir de 2013. Em 2020 o estado do Acre apresentava o pior resultado dos estados da região norte, empatado com Roraima, e abaixo da oferta *per capita* nacional de 0,13 equipamentos de mamografia por 10 mil habitantes.

Tabela 18 Equipamentos de mamografia no SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,00	0,00	0,00	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	0,03	0,06	0,08	0,08	0,11	0,10	0,10	0,05	0,05	0,05	0,10
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sena Madureira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acre	0,01	0,03	0,04	0,05	0,06	0,06	0,06	0,04	0,03	0,03	0,06
Amapá	0,06	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,08	0,05	0,06	0,07	0,07
Amazonas	0,06	0,07	0,08	0,08	0,10	0,16	0,18	0,18	0,19	0,18	0,18
Pará	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,08	0,07	0,07
Rondônia	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,10	0,11	0,11	0,12
Roraima	0,02	0,04	0,04	0,08	0,06	0,08	0,10	0,09	0,07	0,07	0,06
Tocantins	0,11	0,14	0,12	0,11	0,14	0,15	0,14	0,13	0,14	0,13	0,13
Centro-oeste	0,10	0,11	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,12	0,13
Nordeste	0,07	0,08	0,08	0,10	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
Norte	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,09	0,10	0,10	0,11	0,10	0,10
Sudeste	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12
Sul	0,12	0,13	0,13	0,14	0,14	0,15	0,15	0,16	0,17	0,17	0,17
Brasil	0,09	0,10	0,10	0,10	0,11	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13

Fonte: CNES (2010-2020).

4.3.2. Parâmetros de oferta de equipamentos de mamografia

É definido, pela Portaria 1.631/2015, que uma porcentagem de mulheres de 40 a 59 anos deve realizar pelo menos um exame por ano, conforme a Tabela 19.

Tabela 19 - Definição dos parâmetros da Portaria 1.631/2015 para mamógrafos

Faixa etária	Percentual	Motivo
Mulheres de 40 a 49 anos	10%	Indicação diagnóstica (D1)
	10%	Outras indicações (Ou)
Mulheres de 50 a 59 anos	50%	Indicação de rastreamento (R1)
	8,9%	Indicação diagnóstica (D2)

Fonte: Brasil (2015).

Assim, define-se como a quantidade de exames necessários, em um ano, pela Equação 4:

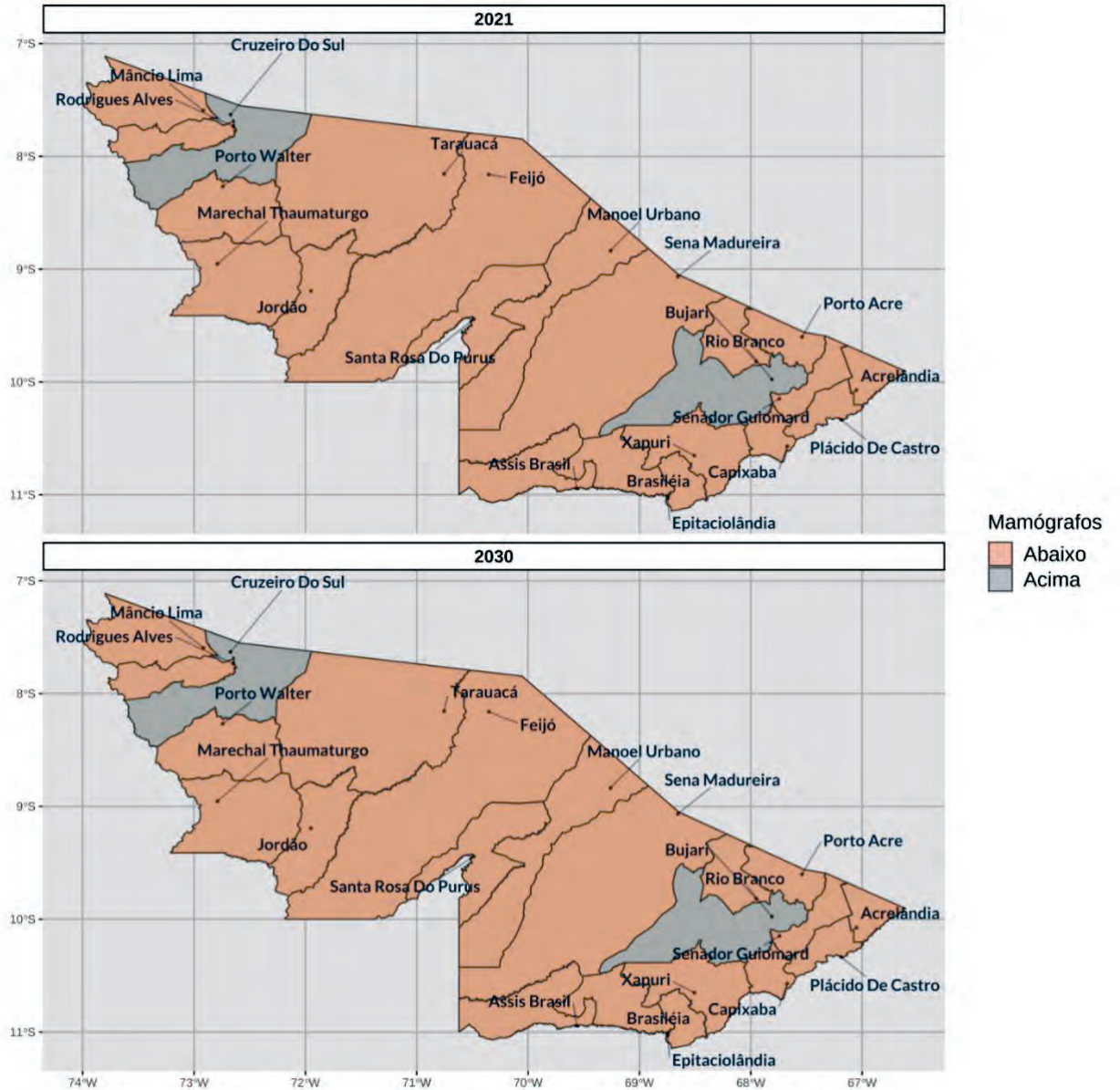
$$n_e = D1 + D2 + R1 + Ou \quad (4)$$

Estima-se, também, de acordo com a portaria, que a produtividade de um equipamento de mamografia é de 6.758 exames por ano. Portanto, o número de equipamentos de mamografia necessário é:

$$N_{mamógrafo} = \frac{n_e}{6758} \quad (5)$$

A oferta dos equipamentos de mamografia é concentrada somente nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, similar ao encontrado para a oferta de leitos de UTI, caracterizando, então, o município de Cruzeiro do Sul, em conjunto da capital do estado, como um polo importante de atenção à saúde. A seguir, é apresentado o mapa com o resumo desses resultados.

Figura 10 - Oferta de equipamentos de mamografia SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)



Fonte: CNES (2022).

4.3.3. Tomografia computadorizada

A tomografia computadorizada (TC) proporcionou um enorme avanço ao processo diagnóstico, pois possibilita a visualização de alterações internas no organismo sem a necessidade de um processo invasivo. A tomografia computadorizada, por exemplo, é o principal método para diagnóstico para a definição do tratamento de um AVC.

Tabela 20 - Equipamentos de tomografia computadorizada no SUS por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	0,06	0,06	0,06	0,05	0,08	0,08	0,08	0,05	0,05	0,05	0,05
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sena Madureira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acre	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03	0,03
Amapá	0,07	0,08	0,05	0,08	0,08	0,08	0,10	0,07	0,06	0,07	0,09
Amazonas	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,05	0,06
Pará	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08
Rondônia	0,05	0,04	0,05	0,05	0,07	0,08	0,06	0,07	0,09	0,10	0,10
Roraima	0,07	0,09	0,08	0,12	0,12	0,12	0,13	0,11	0,10	0,10	0,10
Tocantins	0,07	0,08	0,08	0,07	0,07	0,10	0,10	0,10	0,11	0,11	0,13
Centro-oeste	0,07	0,07	0,08	0,08	0,09	0,10	0,09	0,10	0,11	0,12	0,14
Nordeste	0,05	0,05	0,05	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,09	0,09
Norte	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06	0,07	0,06	0,07	0,07	0,08
Sudeste	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,09	0,10	0,11
Sul	0,10	0,11	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,14	0,14	0,15	0,15
Brasil	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,09	0,09	0,10	0,10	0,11

Fonte: CNES (2010-2020).

O resultado encontrado para o estado do Acre é similar à oferta de mamógrafos. Todos os equipamentos ofertados no período de 2010 até 2020 se concentravam em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Não obstante, o estado do Acre é o que apresenta a menor oferta *per capita* entre todos os estados da região norte, com uma oferta *per capita* de 0,03 tomógrafos SUS por dez mil habitantes, conforme a Tabela 20.

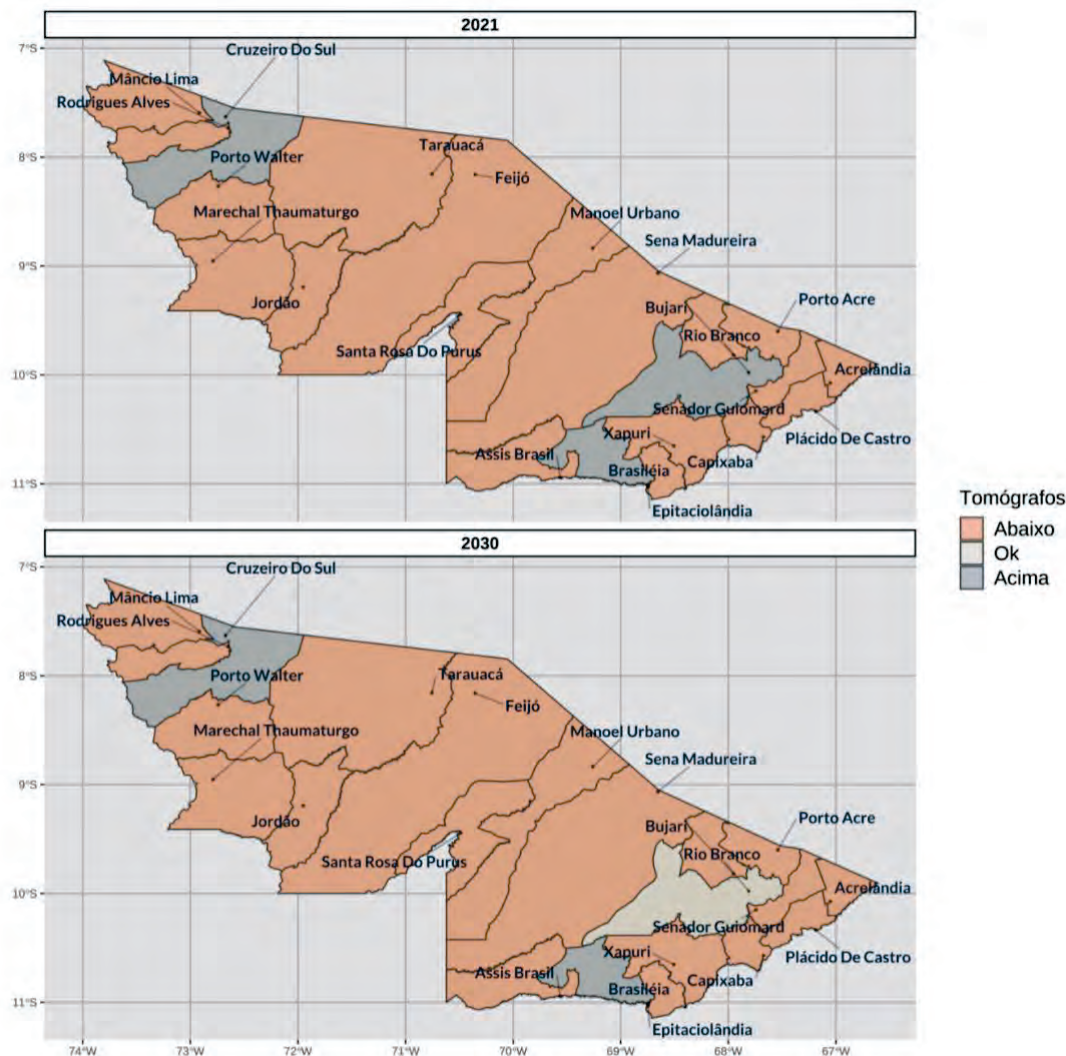
4.3.4. Parâmetros de oferta de tomógrafo computadorizado

A área de cobertura máxima de um tomógrafo, para garantir o acesso da população, principalmente, em casos de urgência ou emergência, é definido pelo Ministério da Saúde como um raio de 75 quilômetros ou 100 mil habitantes, o que for atingido primeiro¹⁴.

Em relação à oferta parametrizada pela Portaria 1.631/2015 é importante destacar que, em agosto de 2021, começou a ser disponibilizado um tomógrafo ao SUS, em Brasília, portanto existem, em 2021, três municípios que têm disponibilidade de realizar procedimentos pelo SUS: Rio Branco, Cruzeiro do Sul e, agora, Brasília. Todos, com oferta acima do parametrizado. No entanto, em relação à projeção populacional para o ano de 2030, Rio Branco passa a ter uma oferta considerada satisfatória, podendo então comprometer o atendimento da sua população e da população dos municípios vizinhos, no futuro.

¹⁴ Não será utilizado o limite especial de 75km, somente a parametrização *per capita*.

Figura 11 - Oferta de equipamentos de tomografia computadorizada SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)



Fonte: CNES (2022).

4.3.5. Ressonância magnética

Assim como os equipamentos de tomografia computadorizada, a ressonância magnética é uma importante ferramenta de diagnóstico por imagem não invasiva. Eles não são substituídos um pelo outro, mas se complementam, tendo aplicações diferentes. Enquanto a tomografia é mais rápida e tem uma capacidade melhor de visualizar ossos e interior de órgãos, como o pulmão, a ressonância consegue caracterizar melhor os tecidos identificando, por exemplo, o que é água ou gordura. Assim, cabe ao profissional de saúde avaliar e indicar qual é o melhor procedimento para cada finalidade diagnóstica dado as vantagens, riscos e complicações de cada procedimento.

Enquanto os equipamentos de tomografia se localizam em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, e, mais recentemente, em Brasiléia, os de ressonância magnética com atendimento pelo SUS se concentram, exclusivamente, na capital, Rio Branco, com uma oferta, em 2020, de 0,05 equipamentos por dez mil habitantes (Tabela 21).

Tabela 21 - Equipamentos de ressonância magnética SUS por 10 mil habitantes

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sena Madureira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acre	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Amapá	0,03	0,03	0,03	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02	0,01	0,01	0,01
Amazonas	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Pará	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03
Rondônia	0,03	0,03	0,02	0,03	0,04	0,04	0,03	0,05	0,06	0,07	0,06
Roraima	0,02	0,04	0,04	0,04	0,04	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05
Tocantins	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,07	0,09
Centro-oeste	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,04	0,05	0,05	0,06
Nordeste	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04
Norte	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04
Sudeste	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05
Sul	0,04	0,04	0,04	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,08
Brasil	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05

Fonte: CNES (2010-2020).

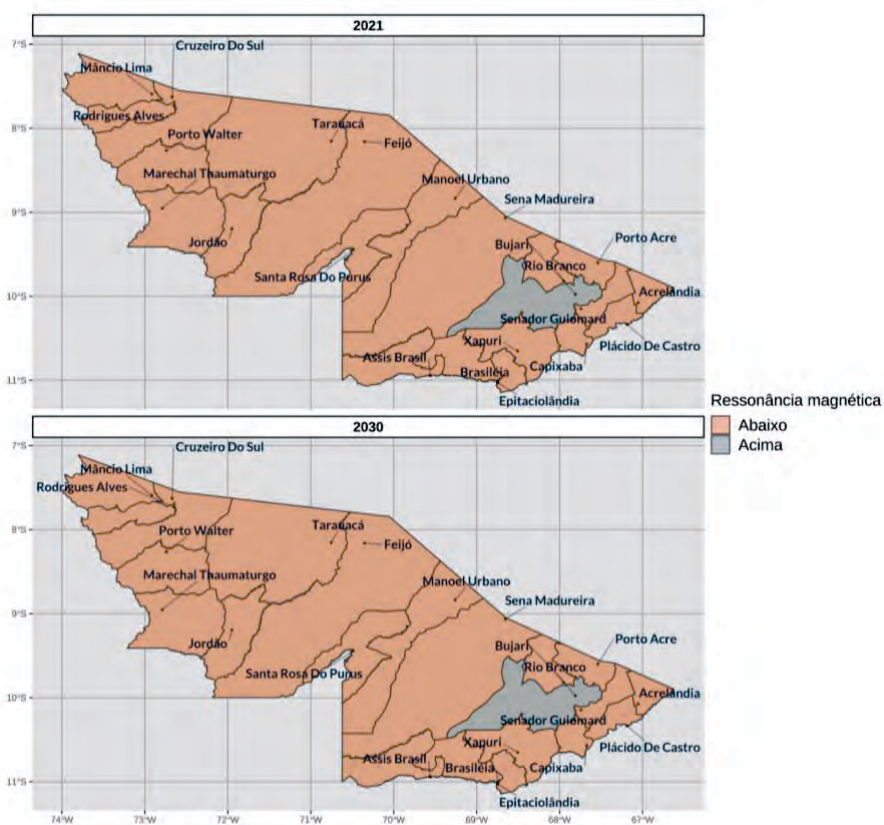
4.3.6. Parâmetros de oferta de ressonância magnética

A Portaria 1.631/2015 define, a partir de uma revisão de literatura, que a produtividade de um equipamento de ressonância magnética é de 5.000 exames por ano. Além disso, é estimado, também, que a necessidade média de realização desse exame seja de 30 exames por 1.000 habitantes, anualmente. Portanto, a estimativa no número de equipamentos necessários para suprir a demanda de uma população é definido por:

$$N_{\text{ressonância}} = \frac{\text{pop.} \cdot 30}{\frac{1000}{5000}} \quad (6)$$

O resultado obtido, com a mensuração dos parâmetros da portaria, ilustra a concentração desses equipamentos somente na capital, , que tem o papel de atender todas as demandas do estado.

Figura 12 - Oferta de equipamentos de ressonância magnética SUS em relação ao valor parametrizado (2021-2030)



Fonte: CNES (2022).

Por ter uma oferta acima do parametrizado, mesmo com a projeção populacional aumentada em 2030, ela continua acima do recomendado pelo Ministério da Saúde. Não é desejável, todavia, que essa oferta se concentre em um único município, fazendo com que todos os indivíduos que demandem algum procedimento de ressonância se desloquem até a capital ou que fiquem sem realizar o procedimento. Sendo assim, é importante o espraiamento dessa oferta pelo território como em municípios já apontados anteriormente como possíveis polos de saúde: Cruzeiro do Sul e Brasília (Figura 12).

4.4. Epidemiologia e morbidade:

4.4.1. Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAPS)

Um dos indicadores mais utilizados na literatura para avaliar, indiretamente, a qualidade da atenção primária à saúde, é o de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP). A hipótese para sua construção define que, para algumas condições de saúde, a APS oportuna e de boa qualidade pode evitar a hospitalização ou reduzir sua frequência (ALFRADIQUE et al., 2009). Portanto, altas taxas de internações por condições sensíveis à atenção primária em uma população, ou subgrupos dessa, podem indicar sérios problemas de acesso ao sistema de saúde ou de seu desempenho. A lista de doenças que são consideradas ICSAPS no Brasil foi definida por meio da Portaria nº 221, de 17 de abril de 2008.

Durante 2010 e 2020 houve uma redução importante no número de ICSAPs no estado do Acre, passando de 136,27 para 47,87 internações por dez mil habitantes, valor abaixo da média da região norte e nacional. Não obstante, é importante destacar a grande heterogeneidade dessas internações entre os municípios do estado, com municípios apresentando elevadas taxas de internação, como Assis Brasil, que apresentou em 2020 cerca de 136,71 internações por dez mil habitantes, enquanto Jordão, para o mesmo ano, realizou 7,08 internações por dez mil habitantes.

Tabela 22 Internações por CSAP por 10 mil habitantes (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	130,72	49,52	79,53	115,04	76,76	84,51	89,34	48,71	39,28	39,98	32,92
Assis Brasil	197,32	117,70	156,46	182,01	167,01	135,23	137,26	80,77	136,99	107,86	136,71
Brasiléia	152,74	204,65	236,75	226,45	217,25	162,77	163,63	163,69	180,67	159,45	110,10
Bujari	44,13	32,23	42,55	23,60	11,60	19,69	19,38	9,04	22,75	31,17	21,11
Capixaba	59,92	80,27	102,42	57,72	57,07	65,84	58,69	43,85	43,65	46,02	31,65
Cruzeiro do Sul	344,05	261,50	273,30	269,77	254,35	171,05	128,07	95,10	103,34	101,50	56,02
Epitaciolândia	117,43	147,63	172,95	181,29	162,74	135,53	122,51	161,53	151,75	128,18	84,51
Feijó	70,09	73,69	80,50	41,59	21,90	14,84	12,77	16,49	20,48	23,86	14,05
Jordão	39,35	37,01	33,36	16,31	15,95	6,50	6,37	7,50	12,26	27,65	7,08
Mâncio Lima	150,66	127,04	134,52	154,81	181,74	180,89	174,76	142,10	93,36	61,13	38,32
Manoel Urbano	459,95	365,46	322,62	332,87	349,51	351,13	228,77	236,65	136,03	123,69	62,62
Marechal Thaumaturgo	60,63	47,72	46,94	36,39	50,99	26,85	81,42	13,34	31,47	45,05	57,52
Plácido de Castro	304,67	302,90	246,08	218,11	251,94	227,58	271,19	209,65	151,80	184,71	83,19
Porto Acre	30,28	37,20	47,51	35,07	30,22	28,46	21,10	28,57	28,05	34,05	19,12
Porto Walter	110,73	111,73	107,65	64,47	93,75	76,75	96,42	156,25	130,55	20,03	17,97
Rio Branco	64,86	68,01	67,14	50,58	47,08	46,49	42,99	41,12	45,09	43,23	31,54
Rodrigues Alves	209,83	240,70	182,90	179,87	198,32	151,38	139,30	87,42	76,20	94,03	65,11
Santa Rosa do Purus	418,88	322,83	273,19	154,02	90,39	80,60	241,39	72,80	122,60	97,86	16,38
Sena Madureira	332,69	365,10	416,16	404,29	324,17	273,93	386,34	295,29	300,60	226,40	134,16
Senador Guiomard	159,12	190,83	204,60	135,79	161,75	180,84	187,18	108,88	144,67	115,10	44,76
Tarauacá	77,02	67,82	116,48	127,24	146,47	127,54	140,91	118,90	141,75	126,15	52,14
Xapuri	169,17	161,65	247,57	320,66	351,19	137,14	118,91	189,14	151,72	124,20	101,55
Acre	136,27	129,35	137,30	124,94	119,36	97,85	99,38	83,53	85,37	76,40	47,87
Amapá	70,88	71,98	75,03	68,70	65,55	53,48	48,94	57,25	66,22	65,42	38,41
Amazonas	87,58	91,93	93,96	86,32	79,08	85,60	80,82	82,89	88,65	88,47	60,23
Pará	204,90	187,08	175,63	173,77	167,58	144,84	142,40	139,83	136,54	130,11	84,91
Rondônia	203,46	182,73	170,29	171,90	178,94	152,46	140,57	146,55	148,54	147,47	95,77
Roraima	145,81	132,87	103,75	115,40	111,22	122,57	130,29	146,98	142,76	142,73	85,41
Tocantins	160,05	156,59	144,44	141,17	125,73	96,81	95,75	94,29	85,52	91,35	63,15
Centro-oeste	149,94	133,34	125,22	122,54	115,15	106,45	103,38	101,52	99,11	102,03	67,49
Nordeste	145,70	136,46	124,65	127,29	121,11	114,90	107,98	108,81	107,86	107,95	71,35
Norte	164,57	153,90	146,17	142,82	136,99	121,28	117,84	117,61	117,13	113,99	74,64
Sudeste	103,35	99,46	98,09	93,07	92,29	90,14	88,26	87,52	88,42	88,55	65,55
Sul	154,38	141,72	138,59	135,85	134,14	132,45	132,22	132,29	129,69	129,47	88,65
Brasil	130,97	122,85	117,31	115,06	111,74	106,89	103,64	103,41	102,93	102,93	71,37

Fonte: AIH (2010-2020).

4.4.2. Malária

A malária representa grave problema de saúde pública, em áreas tropicais e subtropicais. Considerada um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil, a malária concentra-se em áreas endêmicas favorecidas pelo clima tropical. A Região Amazônica é a área de maior incidência da doença, o que torna a ocorrência da malária, no Brasil, quase exclusiva dessa região, com registro de 99,8% do número total de casos. Ela ocorre com maior frequência nos municípios do interior da Região Amazônica, sendo notificados casos autóctones da doença em algumas capitais brasileiras. Nos municípios da Amazônia Legal não há registros uniformes de casos de malária, ocorrendo diferentes graus de risco de contrair a doença na região, os quais são classificados de acordo com a Incidência

Parasitária Anual (IPA). A IPA é definida como o número de casos confirmados por mil habitantes. Por meio desse índice, se pode estimar o risco de adoecer por malária em determinado local e período. Classificam-se as áreas como de alto, médio e baixo risco de transmissão (maior que 49,9/1.000 habitantes: alto risco; entre 10 e 49,9/1.000 habitantes: médio risco; de 0,1 a 9,9/1.000 habitantes: baixo risco e IPA igual a zero: áreas sem risco de transmissão de malária) (PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA, 2010).

Tabela 23 - Índice parasitário anual da malária (2015-2019)

Região	2015	2016	2017	2018	2019
Acrelândia	3,77	4,60	8,32	6,26	5,37
Assis Brasil	0,29	0,14	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,08	0,20	0,35	0,23	0,15
Bujari	0,93	1,53	0,50	0,40	1,66
Capixaba	0,28	0,83	0,45	1,05	0,77
Cruzeiro do Sul	175,14	238,66	245,08	157,15	71,67
Epitaciolândia	0,17	0,17	0,34	0,28	0,11
Feijó	0,38	0,29	0,64	0,20	0,06
Jordão	1,69	1,02	1,00	0,12	0,72
Mâncio Lima	317,15	438,84	507,73	410,40	178,22
Manoel Urbano	0,11	0,33	0,33	1,07	0,00
Marechal Thaumaturgo	4,14	4,78	7,73	5,91	3,50
Plácido de Castro	5,64	3,60	5,89	1,79	9,61
Porto Acre	1,68	1,25	0,17	0,66	1,57
Porto Walter	60,67	36,07	36,40	16,81	22,45
Rio Branco	1,18	1,67	1,63	1,46	1,50
Rodrigues Alves	254,05	269,37	238,80	194,55	105,55
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,16	0,00	0,00
Sena Madureira	0,05	0,07	0,09	0,15	0,13
Senador Guiomard	4,01	2,99	3,98	5,22	8,86
Tarauacá	16,38	13,65	3,12	1,76	2,84
Xapuri	0,11	0,00	0,00	0,16	0,16
Acre	32,63	41,71	42,78	30,26	15,12
Amapá	17,52	15,41	19,07	18,38	12,42
Amazonas	19,45	12,44	20,26	17,59	15,38
Pará	1,14	1,74	4,38	5,38	3,77
Rondônia	4,35	4,27	4,50	5,38	6,55
Roraima	15,59	17,05	25,75	40,53	37,63
Tocantins	0,01	0,02	0,05	0,02	0,02
Centro-oeste	0,06	0,03	0,04	0,06	0,11
Nordeste	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01
Norte	8,09	7,20	10,73	10,56	8,38
Sudeste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	0,70	0,63	0,94	0,93	0,75

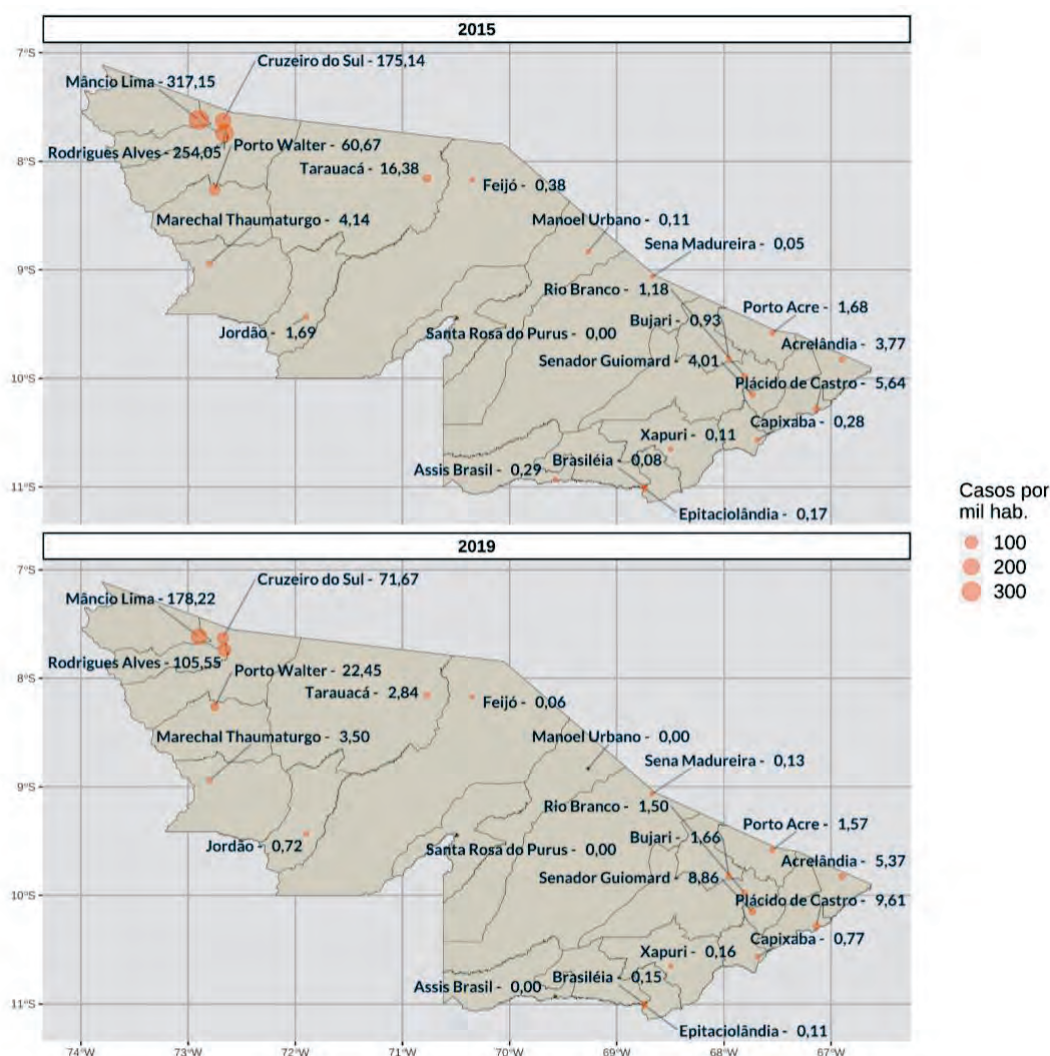
Fonte: SIVEP (2015-2019).

No Estado do Acre, a exploração da borracha, no final do século XIX, contribuiu para um aumento significativo na incidência da malária, devido à elevada imigração de nordestinos para a região, sem exposição prévia à doença (CESÁRIO, CESÁRIO, 2006). Após essa fase, fatores relacionados à imigração de pessoas das áreas rurais para as urbanas, com ocupação urbana não planejada, e o clima da

região têm sido referidos como causas da manutenção da ocorrência da doença (COSTA et al., 2010).

Foi observado, sistematicamente, um IPA alto para os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter e Rodrigues Alves, região do Vale do Juruá (Figura 13). Enquanto foi observada uma redução no IPA do estado do Acre, passando de cerca de 32 casos por mil habitantes, em 2015, para 15 casos por mil habitantes, em 2019, redução importante, mas ainda ocupa o segundo lugar da região norte com maior índice, atrás apenas do estado de Roraima (Tabela 23).

Figura 13 Índice parasitário anual de malária (2015-2019)

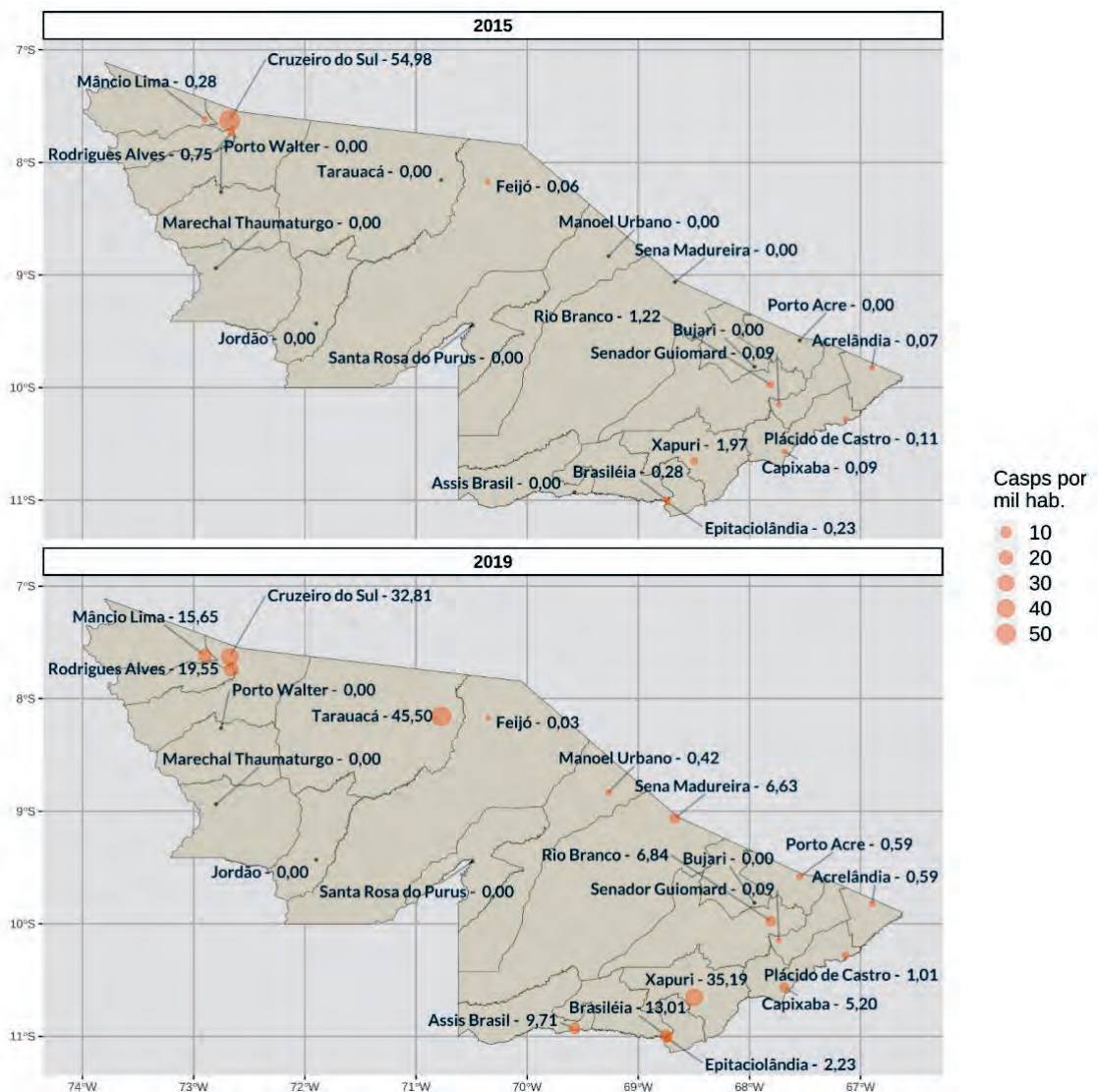


Fonte: SIVEP (2022).

4.4.3. Dengue

As arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos por artrópodes (do inglês *arthropod-borne virus*) e, em especial, destaca-se a Dengue, arboviroses transmitidas pelo mosquito do gênero *Aedes*, em particular o *Aedes Aegypti* e o *Aedes Albopictus*.

Figura 14 - Incidência de dengue por mil habitantes (2015-2019)



Fonte: SINAN (2022).

Considerada uma doença febril aguda, a dengue pode ser transmitida por quatro sorotipos (DENV-1 até DENV-4), com a circulação dos quatro sorotipos no país. O período de incubação da doença é de 3 a 7 dias e, após isso, os sintomas clínicos

de manifestam. A primeira fase dos sintomas é caracterizada por febre, geralmente acima de 38°C, com presença de outros sintomas como: dor de cabeça, vômitos, náuseas, diarreia, mialgia, dores articulares e prostração. Após alguns dias o paciente começa a se recuperar, havendo melhora dos sintomas. Mesmo assim, pode ocorrer casos com presença de sintomas por 1 ou 2 semanas, especialmente casos de profunda fadiga.

O desenvolvimento do *Aedes aegypti* no Brasil é, predominantemente, urbano, no interior de criadouros gerados pela ação do homem, sejam eles no interior ou no exterior de domicílios. Uma ampla gama de recipientes contendo água limpa pode se tornar criadouro desse mosquito, especialmente, em localidades com ineficiente coleta de lixo ou intermitência no abastecimento de água. Atualmente, é possível encontrar o vetor por quase todo território nacional, devido à sua fácil proliferação, especialmente em ambiente urbano. Devido a essa alta proliferação, o território brasileiro tem sido palco de alta incidência de dengue, com um número grande de casos graves e alguns óbitos.

Como a principal forma de combate às arboviroses no Brasil é via erradicação do vetor, é fundamental uma vigilância epidemiológica bem estruturada e atuante por meio de três estratégias principais, em conjunto com ferramentas de monitoramento do vetor como o LIRAA ou ovitrampas: (i) o controle biológico, com o uso de predadores ou patógenos para diminuir a quantidade de vetores. O uso mais comum são os invertebrados aquáticos ou peixes que comem as larvas ou de bactérias que liberam toxinas que combatem a proliferação; (ii) o controle mecânico busca acabar com os criadouros do mosquito com drenagem de reservatórios, proteção de criadouros e instalação de telas em portas e janelas de residências; (iii) o controle químico com a utilização de produtos que são capazes de matar as larvas e insetos adultos, no Brasil comumente conhecido como fumacê.

Os municípios do Acre, com maior ocorrência de casos confirmados de dengue por mil habitantes, coincidem com os municípios de maior IPA mostrado anteriormente [?] aqueles localizados no Vale do Juruá [?] embora, os casos da dengue, não sejam restritos a esses, com ocorrência em, praticamente, todos os municípios do estado com menor incidência.

4.5. Cobertura vacinal

A vacinação é uma estratégia de prevenção individual e coletiva, que pode ser considerada um investimento em saúde, devido ao seu excelente custo-efetividade e ao impacto na prevenção de doenças (MIZUTA et al, 2019). Diante disso, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi criado em 1973 com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por doenças imunopreveníveis no Brasil.

Tabela 24 Cobertura vacinal BCG (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	42,96	39,26	25,93	99,31	44,66	39,3	10,82	32,46	38,29	36,72	35,16
Assis Brasil	55,36	64,88	42,56	29,07	21,56	46,67	53,37	94,82	108,95	79,84	52,02
Brasiléia	116,77	106,58	90,45	98,88	114,88	108,52	69,1	82,27	97,76	86,67	71,23
Bujari	90,57	40,25	65,41	91,84	92,42	107,92	58,68	113,64	65,73	24,43	14,66
Capixaba	49,75	68,53	8,63	3,38	85,07	112,5	64,53	29,06	29,38	20,16	20,58
Cruzeiro do Sul	138,38	125,43	131,48	99,51	114,61	127,51	89,87	79,53	105,22	85,33	37,77
Epitaciolândia	95,85	82,64	76,6	68,39	43,97	20,73	43,89	95,8	69,26	78,69	38,49
Feijó	112,59	112,73	115,88	78,8	45,95	73,44	88,86	85,19	99,76	85,59	68,31
Jordão	108,56	99,55	102,25	92,95	74,25	59,41	90,04	88,61	76,92	61,28	81,2
Mâncio Lima	96,47	91,39	110,15	87,89	41,97	105,51	89,35	89,1	129,23	129,89	39,39
Manoel Urbano	82,42	96,7	104,4	64,06	61,96	52,65	58,85	67,9	49,58	32,57	44,06
Marechal Thaumaturgo	100,2	107,94	105,95	86,79	50,53	44,89	68,52	100,69	100,29	122,68	46,13
Plácido de Castro	94,4	42,77	36,28	41,54	14,45	37,92	18,32	30,12	42,77	25,25	23,28
Porto Acre	47,2	34,51	15,04	14,21	10,72	12,71	1,91	23,16	19,72	10,47	17,67
Porto Walter	85,92	67,78	41,29	85,55	87,24	116,67	99,59	121,22	96,94	85,11	47,52
Rio Branco	139,13	138,02	134,61	145,05	153,47	136,97	137,19	114,95	124,55	126,11	100,39
Rodrigues Alves	77,39	42,1	74,08	76,29	66,67	95,86	100	93,89	104,64	85,79	50,55
Santa Rosa do Purus	85,78	105,21	100,47	82,46	110,04	104,42	101,66	85,08	170,53	66,67	75,25
Sena Madureira	95,34	107,66	92,14	78,21	64,4	92,32	67,48	126,21	100,52	101,79	83,59
Senador Guiomard	72,35	65,36	19,55	67,12	12,12	18,48	4,42	25,44	37,8	24,05	26,08
Tarauacá	101,78	99,92	93,94	117,14	115,28	103,1	112,68	123	79,31	78,8	85,16
Xapuri	93,6	85,19	61,95	49,09	44,37	35,37	47,06	45,75	50	45,57	54,43
Acre	114,23	109,63	105	106,16	104,59	105,9	99,23	96,83	100,93	93,86	71,36
Amapá	115,69	111,74	105,8	117,07	118,8	121,56	113,86	93,89	102,95	100,27	89,09
Amazonas	115,98	117,27	124,16	116,92	120,39	110,79	95,87	93,82	96,97	93,27	88,9
Pará	124,65	120,12	113,62	117,68	114,8	94,87	81,62	85,83	87,65	83,06	68,97
Rondônia	102,79	105,79	106,12	108,15	110,07	110,77	104,9	97,81	93,61	88,11	70,76
Roraima	113,21	115,06	118,08	94,17	103,97	110,55	107,95	116,74	135,55	115,88	98,12
Tocantins	100,84	102,6	98,29	92,02	103	107,48	99,23	104,75	104,06	112,41	89,7
Centro-oeste	117,45	115,7	113,64	113,18	114,13	103,72	92,05	92,41	94,95	91,04	77,97
Nordeste	108,76	109,15	104,67	106,32	105,61	105,52	94,34	97,26	100,35	85,39	71,42
Norte	103,22	105,51	104,51	104,43	104,87	104,76	95,4	101,98	101,98	84,41	70,02
Sudeste	101,09	104,63	103,02	108,52	106,92	106	96,07	92,32	94,15	88,08	85,07
Sul	110,61	110,17	108,99	116,86	116,9	105,44	104,13	97,54	102,19	93,76	78,76
Brasil	106,71	107,94	105,69	107,42	107,28	105,08	95,55	97,98	99,72	86,67	74,03

Fonte: PNI (2010-2020).

O PNI brasileiro, oferece, atualmente, acesso universal e gratuito a 44 imunobiológicos, incluindo 19 vacinas no calendário de rotina, para todas as faixas etárias em, aproximadamente, 34 mil salas de vacinação, e promove, anualmente, campanhas de vacinação contra influenza. Além de altas coberturas vacinais, outro aspecto fundamental para maximizar a proteção de indivíduos e populações é a aplicação das vacinas na idade recomendada (FERREIRA et al., 2018).

Tabela 25 Cobertura vacinal ☐ Pentavalente (2013-2020)

Região	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	103,82	83,40	74,32	67,16	62,31	92,79	70,70	114,06
Assis Brasil	47,67	32,11	56,67	67,36	60,62	72,11	77,02	60,08
Brasiléia	88,76	81,35	79,92	86,47	72,94	110,61	82,81	68,77
Bujari	104,59	72,73	121,29	100,00	24,38	43,55	39,41	54,07
Capixaba	80,19	67,16	90,10	69,66	66,24	79,90	60,08	26,75
Cruzeiro do Sul	88,11	51,73	79,14	77,33	67,31	73,30	88,60	64,25
Epitaciolândia	94,19	60,28	98,91	70,99	86,26	100,74	82,82	34,36
Feijó	45,95	60,93	46,76	51,53	58,38	44,39	60,74	50,90
Jordão	91,70	82,46	70,48	102,85	84,70	98,08	89,10	80,08
Mâncio Lima	65,71	61,66	65,66	52,06	54,48	85,54	91,90	85,75
Manoel Urbano	63,28	46,67	106,19	77,78	82,72	86,44	36,40	52,49
Marechal Thaumaturgo	90,28	28,87	11,48	33,33	74,54	77,88	60,05	108,76
Plácido de Castro	81,79	83,85	112,54	98,45	73,91	60,47	97,70	91,15
Porto Acre	59,61	80,29	56,08	53,13	68,66	86,76	54,88	59,77
Porto Walter	79,60	73,59	102,48	89,39	87,35	90,83	76,24	67,73
Rio Branco	90,18	66,02	87,59	78,84	78,69	67,46	80,14	64,72
Rodrigues Alves	56,25	73,59	90,61	93,13	39,19	53,31	47,54	43,44
Santa Rosa do Purus	46,05	63,32	92,48	100,55	75,69	133,68	63,64	90,91
Sena Madureira	68,23	60,30	77,84	74,39	58,01	77,98	95,38	89,74
Senador Guiomard	81,53	61,11	61,14	54,87	66,59	73,41	112,41	44,81
Tarauacá	75,33	75,91	84,94	67,10	79,71	47,57	54,24	44,35
Xapuri	98,17	80,06	114,97	86,60	103,27	79,57	74,75	54,10
Acre	81,54	64,83	81,24	74,92	72,57	70,66	76,42	64,43
Amapá	90,56	78,05	84,65	92,84	60,22	63,09	52,67	39,03
Amazonas	84,77	89,71	94,61	82,35	75,96	79,36	78,58	65,13
Pará	87,89	83,20	73,13	67,08	61,60	58,04	62,38	55,56
Rondônia	96,22	105,72	104,54	103,31	108,92	99,94	89,66	85,27
Roraima	82,63	86,70	96,71	91,68	94,24	83,52	64,39	76,47
Tocantins	98,05	93,92	98,70	88,14	85,76	90,04	76,38	87,04
Norte	88,28	86,50	85,08	78,24	72,80	71,30	70,27	63,51
Nordeste	92,50	93,06	95,93	86,21	81,46	89,50	71,34	68,92
Sudeste	97,41	96,19	99,13	91,36	88,22	92,28	69,05	82,54
Sul	100,50	97,36	98,40	91,80	87,74	89,58	74,70	87,46
Centro-oeste	103,80	101,62	95,17	99,95	83,76	87,45	71,06	79,67
Brasil	95,89	94,85	96,30	89,27	84,24	88,49	70,76	77,13

Fonte: PNI (2013-2020).

Foram levantados os dados da cobertura vacinal, isso é, o percentual de crianças que receberam as doses completas de cada imunizante na idade correta. Os imunizantes analisados são: (i) Bacilo de Calmette e Guérin (BCG), de dose única,

tomada ao nascer. O atraso na aplicação do imunizante será contado a partir do segundo mês de vida da criança. Esse imunizante previne formas graves de tuberculose (Tabela 24); (ii) Pentavalente, vacina de três doses, tomadas com dois, quatro e seis meses de vida. Esse imunizante previne contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, meningite e outras infecções causadas pelo *Haemophilus influenzae* tipo B (Tabela 25); (iii) Tríplice viral (SRC), a primeira dose é tomada aos 12 meses de idade e previne contra sarampo, caxumba e rubéola (Tabela 26); (iv) Poliomielite (VIP) consiste em três doses aos dois, quatro e seis meses de idade, e previne contra a paralisia infantil. Os dados serão analisados de 2010 a 2020, com exceção da vacina Pentavalente, sendo que os dados começam a ser consistentes em 2013.

Em geral, para os quatro imunizantes analisados, a cobertura vacinal entre os municípios do Acre é bastante heterogênea. Enquanto alguns municípios apresentam alta cobertura para alguns imunizantes, em outros a cobertura é baixa. Por exemplo, Rio Branco apresenta coberturas altas de BCG (aproximadamente 100% em 2020), enquanto, para o mesmo imunizante, a cobertura em Porto Acre é de cerca de 17% para o ano de 2020.

De maneira geral, foi observado, em todo o país e no estado do Acre, uma redução na cobertura vacinal de diversos imunizantes, especialmente no ano de 2020 devido à pandemia da Covid-19. Nesse sentido se faz necessário o fortalecimento do PNI, em conjunto com uma atenção básica e equipes de saúde família atuantes naqueles municípios, onde essa redução foi mais significativa. A baixa imunização pode, no médio e longo prazo, sobrecarregar o sistema de saúde com aumento da incidência de diversas doenças preveníveis.

Tabela 26 Cobertura vacinal - Tríplice viral (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	99,26	86,67	104,44	97,57	84,58	85,21	73,13	70,52	81,98	83,59	92,58
Assis Brasil	76,19	79,17	63,99	74,81	32,11	53,81	80,83	45,08	68,95	62,10	59,27
Brasília	116,77	105,10	99,15	88,20	133,13	73,11	70,75	78,06	82,65	77,72	62,63
Bujari	107,55	96,86	104,40	96,94	104,55	104,46	79,75	31,82	49,60	52,77	55,70
Capixaba	81,22	89,85	79,70	97,10	123,88	98,96	82,05	73,93	85,57	62,14	14,40
Cruzeiro do Sul	109,97	117,03	79,55	103,51	72,04	90,92	73,53	73,03	69,37	98,99	49,05
Epitaciolândia	103,77	110,94	103,02	110,97	95,39	87,64	61,83	116,79	98,15	89,00	27,84
Feijó	149,79	107,44	102,72	64,04	84,02	55,65	59,49	71,36	71,17	80,07	49,10
Jordão	119,82	105,41	102,70	118,67	113,06	84,13	95,73	96,80	91,15	97,74	67,67
Mâncio Lima	97,79	87,20	99,56	83,78	86,79	83,96	57,38	55,45	86,46	101,96	72,35
Manoel Urbano	86,81	98,90	98,90	69,53	98,43	98,23	99,59	96,71	88,98	52,87	49,43
Marechal Thaumaturgo	119,05	100,99	94,64	72,11	98,09	52,19	50,69	72,69	80,83	94,33	102,32
Plácido de Castro	133,04	111,50	103,24	102,56	151,56	94,50	120,5	91,61	67,26	123,61	71,15
Porto Acre	89,97	60,47	60,47	92,48	97,68	74,86	58,31	72,21	83,10	67,44	36,51
Porto Walter	80,67	87,83	34,13	88,67	107,42	99,29	92,65	87,76	99,56	73,40	65,60
Rio Branco	88,88	115,22	92,51	101,29	105,63	84,41	75,22	74,51	88,65	91,08	65,36
Rodrigues Alves	68,20	55,33	63,97	80,82	110,51	74,31	109,16	38,93	46,36	59,02	31,42
Santa Rosa do Purus	83,41	89,10	99,53	54,82	97,30	110,18	151,38	94,48	142,11	64,14	77,78
Sena Madureira	85,94	100,87	90,49	78,50	84,03	85,97	79,49	83,25	106,82	101,92	95,13
Senador Guiomard	144,41	104,19	189,66	149,32	84,09	64,45	57,96	66,37	77,07	100,25	32,91
Tarauacá	73,42	103,63	78,19	93,63	111,40	101,24	71,93	84,21	73,69	80,48	35,60
Xapuri	137,71	101,68	101,35	96,65	93,25	106,80	81,37	88,56	84,45	80,98	56,39
Acre	96,87	105,29	90,28	95,00	99,20	84,21	75,71	75,14	83,11	87,39	59,45
Amapá	92,10	93,00	91,55	95,63	113,19	89,02	97,36	71,98	77,10	87,24	52,00
Amazonas	100,11	94,67	103,39	98,77	114,36	95,42	83,56	79,83	89,81	92,12	76,27
Pará	110,95	109,25	102,20	98,49	115,73	71,92	69,61	67,51	77,30	82,81	61,63
Rondônia	100,41	102,72	105,40	106,52	146,88	109,00	109,79	103,01	101,65	106,42	83,3
Roraima	94,49	97,98	87,83	89,07	110,16	108,45	90,77	86,53	99,32	81,21	68,83
Tocantins	95,33	91,41	91,60	102,24	105,54	94,70	91,89	83,26	91,21	91,07	81,63
Centro-oeste	104,02	102,4	100,32	98,93	116,05	85,60	80,76	76,18	84,69	88,27	68,47
Nordeste	104,64	105,04	98,38	111,99	116,89	95,31	97,21	87,07	94,60	94,42	78,00
Norte	96,23	101,92	100,54	105,53	107,61	99,92	98,07	88,65	94,61	94,06	81,93
Sudeste	96,20	97,14	97,00	107,25	111,04	96,12	93,02	87,26	89,97	92,67	85,26
Sul	100,73	103,07	101,61	112,38	122,52	93,73	99,47	83,35	91,00	91,28	78,59
Brasil	99,93	102,39	99,50	107,46	112,8	96,07	95,41	86,24	92,61	93,12	79,57

Fonte: PNI (2010-2020).

Tabela 27 - Cobertura vacinal Poliomielite (2010-2020)

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	91,11	106,30	87,04	103,82	80,63	57,59	68,66	65,67	97,75	77,34	108,20
Assis Brasil	55,36	62,80	88,10	112,40	30,28	59,05	70,47	60,62	77,89	78,23	64,11
Brasiléia	126,96	110,19	81,32	117,79	123,41	64,77	87,02	78,79	103,67	83,51	67,72
Bujari	96,86	105,03	108,18	116,33	92,42	117,33	77,69	28,10	46,77	42,02	56,03
Capixaba	98,48	90,36	74,62	82,13	75,12	70,83	64,10	67,95	80,93	60,49	23,87
Cruzeiro do Sul	126,44	152,21	80,56	93,78	56,96	62,68	72,87	67,25	76,24	92,76	61,70
Epitaciolândia	137,74	119,62	128,30	132,58	55,67	136,73	76,34	100,38	97,78	83,51	33,68
Feijó	119,60	99,86	92,13	51,50	51,28	40,91	47,25	58,14	54,04	61,34	51,98
Jordão	104,95	105,86	109,46	102,90	83,96	71,22	94,66	86,48	98,85	88,35	80,45
Mãncio Lima	107,06	65,56	114,79	58,73	62,44	69,42	44,79	63,92	90,15	96,65	82,40
Manoel Urbano	87,91	111,54	107,14	63,67	58,82	130,97	53,50	81,48	83,47	32,95	51,34
Marechal Thaumaturgo	116,27	128,57	116,47	116,51	46,71	34,03	37,96	74,54	77,29	72,16	98,45
Plácido de Castro	183,19	133,33	123,01	114,87	206,52	258,41	118,32	72,05	65,78	103,28	95,41
Porto Acre	79,65	100,29	71,39	68,80	90,14	57,73	43,87	77,11	83,38	58,37	56,28
Porto Walter	103,10	90,69	26,25	86,40	67,95	100,71	84,90	92,24	90,39	76,95	70,92
Rio Branco	99,45	116,67	106,76	97,38	76,68	81,75	73,67	79,12	80,63	88,44	63,02
Rodrigues Alves	79,23	53,86	82,90	112,72	78,97	86,74	92,37	36,39	54,97	48,09	39,89
Santa Rosa do Purus	84,36	87,68	95,73	71,93	99,61	84,96	105,52	75,14	131,58	62,12	84,85
Sena Madureira	81,57	90,30	78,56	58,45	56,20	73,72	69,05	69,78	85,58	97,95	90,26
Senador Guiomard	116,48	85,75	129,05	107,66	59,34	59,95	47,79	67,92	73,17	116,20	43,80
Tarauacá	99,52	115,83	83,04	89,74	92,49	114,44	71,93	75,61	61,70	62,01	41,34
Xapuri	105,05	97,64	98,32	112,50	78,46	165,31	80,39	105,88	78,05	79,67	53,77
Acre	104,03	111,03	96,07	92,78	75,44	82,74	71,27	74,01	78,34	81,73	62,81
Amapá	90,75	84,58	92,67	93,31	80,66	92,38	47,59	63,18	68,74	73,01	41,91
Amazonas	92,48	87,15	91,93	96,83	98,86	104,80	76,24	76,43	79,25	83,29	67,38
Pará	103,38	101,54	97,78	96,98	84,36	72,09	63,15	67,63	69,09	72,72	59,16
Rondônia	101,20	107,32	105,68	100,07	108,09	105,44	105,44	108,18	101,89	98,26	81,99
Roraima	96,71	95,52	88,78	86,48	89,54	112,28	88,45	90,52	79,79	79,76	72,85
Tocantins	97,21	99,62	92,75	96,97	90,51	97,22	84,77	86,05	91,68	88,17	83,78
Centro-oeste	99,29	97,91	96,00	96,47	90,05	88,16	72,28	75,67	77,06	79,59	65,04
Nordeste	100,00	100,72	95,63	100,44	96,50	100,44	81,55	81,92	90,04	82,73	71,86
Norte	99,75	103,62	97,40	100,18	97,15	100,52	86,31	87,56	92,66	84,54	77,70
Sudeste	96,77	99,49	94,82	101,47	97,18	95,57	87,50	89,82	89,91	89,04	86,16
Sul	99,09	100,02	99,44	109,00	104,05	97,88	96,15	84,44	88,59	85,40	79,93
Brasil	99,35	101,33	96,55	100,71	96,76	98,29	84,43	84,74	89,54	84,19	76,05

Fonte: PNI (2010-2020).

4.6. Estrutura da rede de saúde

Os resultados de oferta de saúde apresentados nas seções anteriores apontaram que nem todos os municípios do Acre disponibilizam leitos ou equipamentos para a sua população. Essa distribuição é perfeitamente razoável, pois é fundamental que exista um equilíbrio, nas diretrizes utilizadas pelo sistema público de saúde, entre a demanda estimada e o estímulo das economias de escala. A necessidade da coordenação entre os municípios é fundamental, principalmente no caso da atenção especializada, para que haja uma oferta coerente para a população dessas regiões. É necessário, portanto, a organização de redes articuladas de serviços, a implantação de centrais de regulação e a organização de consórcios intermunicipais.

Nesse sentido, o processo de descentralização, existente desde a formulação do SUS, é fundamental para se aplicar a prerrogativa normativa da regionalização como uma estratégia de hierarquização da oferta dos serviços de saúde. Portanto, o processo da regionalização deve almejar uma lógica de um planejamento integrado, não necessariamente restrito aos limites municipais, com a utilização do PDR.

Na formulação do PDR existe o conceito-chave de região de saúde, definido com base territorial de planejamento da atenção à saúde, de acordo com as especificidades da região. Ele deve considerar, na sua construção, as características econômicas, epidemiológicas, demográficas, geográficas e a oferta de serviços da região. Essa divisão pode ser realizada em regiões e macrorregiões de saúde, sendo definidos municípios-sede, municípios-polo e os demais municípios que fazem parte dessa região. Assim, são construídos mecanismos intermunicipais que definem a organização dos fluxos para garantir o acesso da população, identificando, também, as necessidades e prioridades da região. O estado do Acre é formado por apenas uma macrorregião e três microrregiões de saúde. Em média, na organização das macrorregiões, são pactuados os procedimentos de maior complexidade, ao contrário das microrregiões de saúde.

Conforme as características da oferta, anteriormente, levantadas neste trabalho, foram identificados três municípios como referência no provimento de serviços de saúde para o Acre. Eles são: Rio Branco, a capital e referência para a região Baixo Acre e Purus; Cruzeiro do Sul, referência para a região Juruá e Tarauacá/Envira; e, de forma ainda incipiente, o município de Brasiléia, referência para a região Alto Acre.

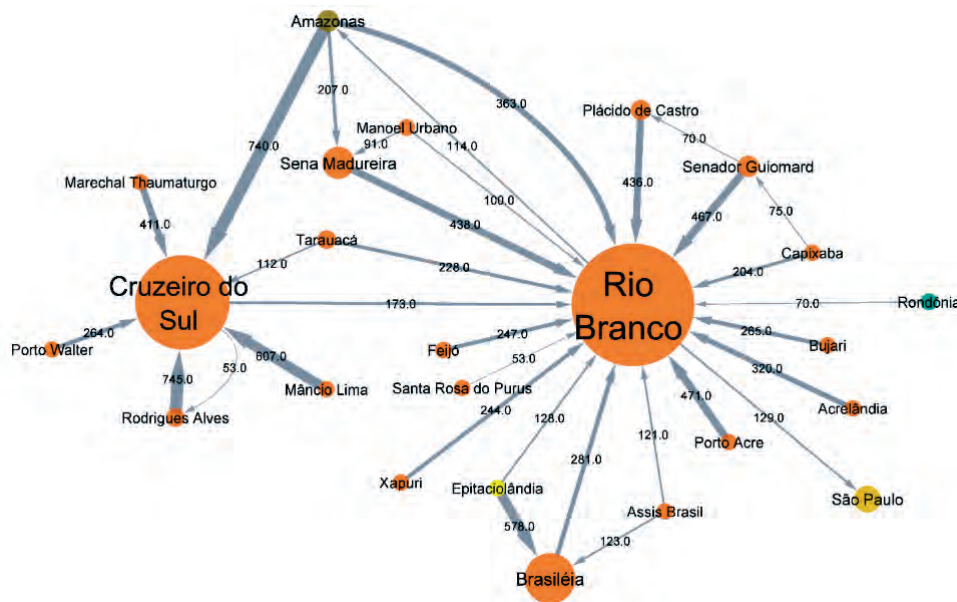
Nesse sentido, esta seção irá avaliar os fluxos de pacientes residentes no estado do Acre, para internações em leitos gerais e internações em leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Os anos analisados serão 2010, 2019 (ano anterior à pandemia de Covid-19) e 2020 (durante a pandemia). Serão observados todos os fluxos existentes, incluindo aqueles para outros estados e fora das regiões de saúde previamente pactuadas.

Figura 15 - Microrregiões de saúde do estado do Acre (2022)



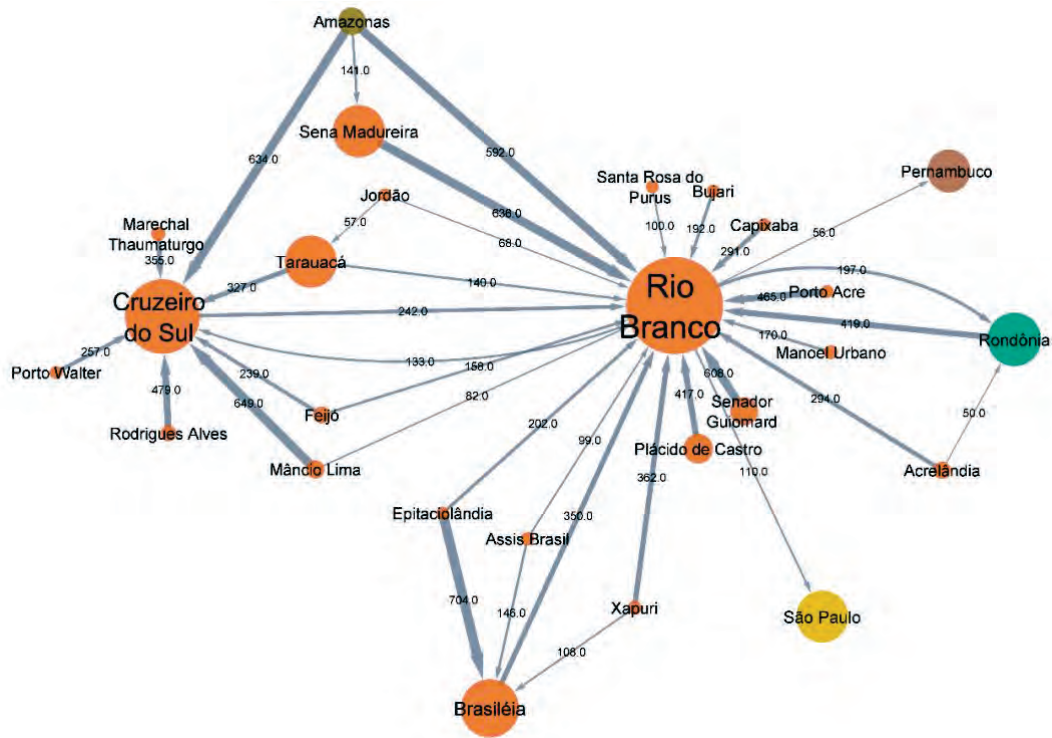
Fonte: CNES (2022).

Figura 16 Fluxos de internação gerais - 2010



Fonte: AIH (2010-2020).

Figura 18 Fluxos de internação geral - 2020



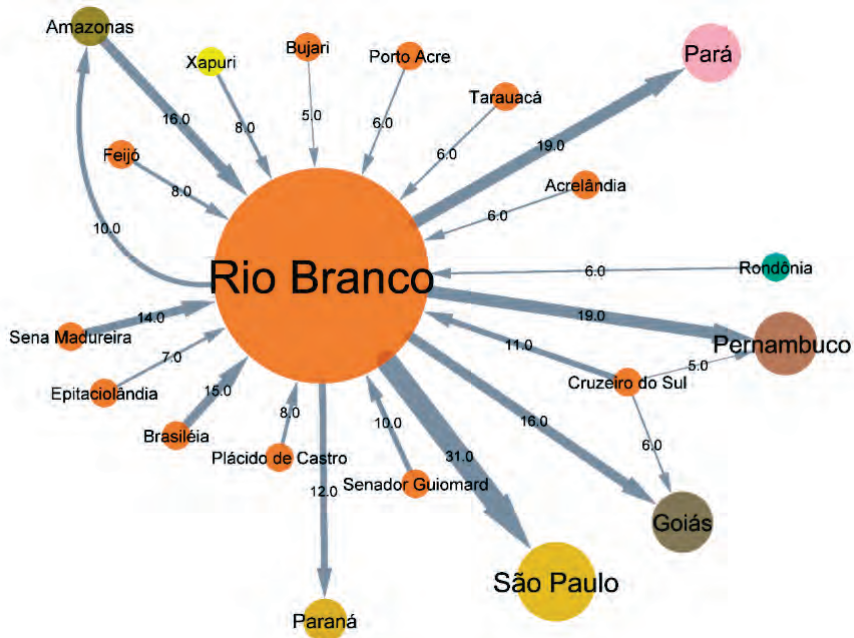
Fonte: AIH (2010-2020).

Em relação às internações de pacientes residentes no Acre, em leitos de UTI, foi observado que em 2010 esse fluxo foi todo direcionado à capital do estado (Figura 19). Para os leitos de UTI aparecem também uma maior dependência de outras unidades da federação como Pará, Amazonas, Pernambuco, Goiás, Paraná e São Paulo. Rio Branco recebeu ainda pacientes oriundos do Amazonas e de Rondônia.

Já em 2019 (Figura 20) o fluxo de pacientes do Amazonas, em direção à capital, se intensificou e não é mais verificado fluxos tão intensos de pacientes para outros estados como observado em 2010. Isso pode indicar uma maior capacidade de absorção dos pacientes na capital do estado.

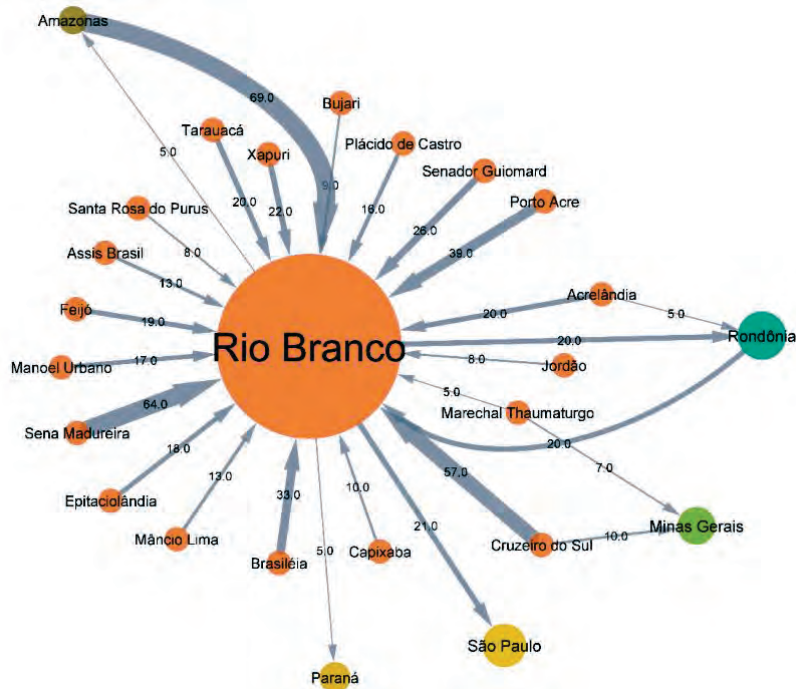
Conforme pode ser visto na Figura 21, em 2020, com o início da pandemia da Covid-19 e uma maior demanda por leitos de internação, Cruzeiro do Sul passou a ofertar leitos de UTI, diminuindo, um pouco, a demanda por leitos em Rio Branco. Ainda assim, diversos pacientes de Cruzeiro do Sul ainda tiveram que ser internados em Rio Branco, indicando que, provavelmente, os leitos novos de Cruzeiro do Sul ou não supriram toda a demanda do município, ou não tinham capacidade de lidar com casos mais complexos. Rio Branco ainda continua sendo uma importante referência para internações de UTI, para o estado do Amazonas, além do constante fluxo nos dois sentidos, em relação a Rondônia.

Figura 19 Fluxos de internação de UTI 2010



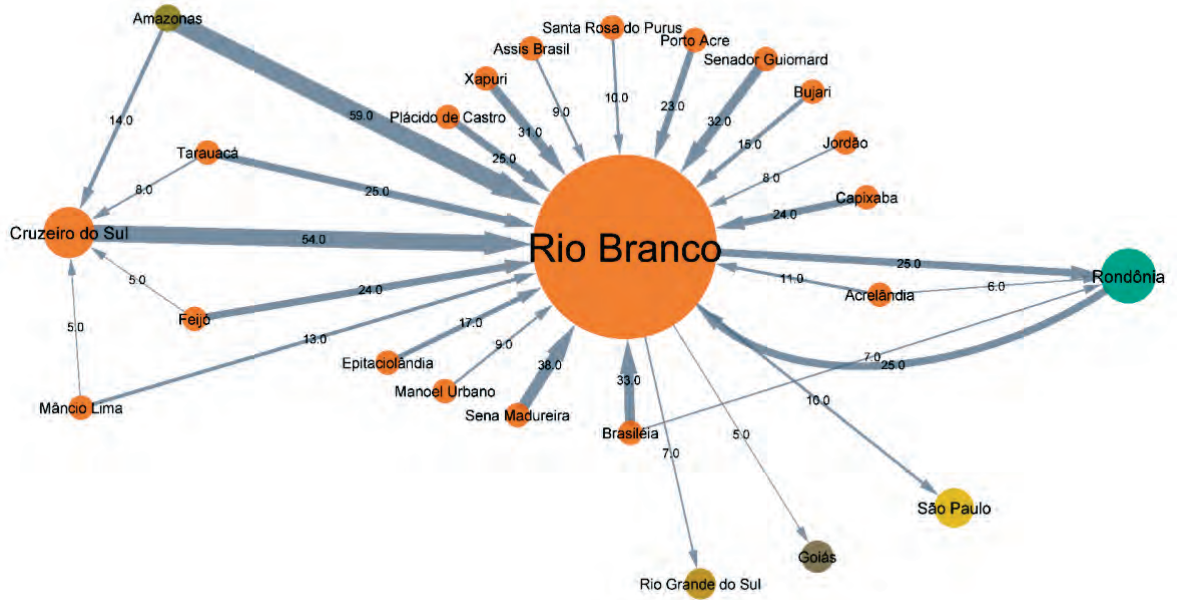
Fonte: AIH (2010-2020).

Figura 20 Fluxos de Internação de UTI 2019



Fonte: AIH (2010-2020).

Figura 21 Fluxos de internação de UTI - 2020



Fonte: AIH (2010-2020).

Os fluxos para internações em leitos no estado do Acre indicam uma dependência muito grande em relação à capital do estado, especialmente em internações em leitos de UTI. Dito isso, é perceptível a importância que Cruzeiro do Sul e Brasília vêm ganhando, nos anos recentes, como referências para sua região. Nesse sentido, é fundamental o fortalecimento desses dois municípios como alternativas para a vizinhança, reduzindo a dependência com a capital em relação à oferta de saúde, especialmente, em um estado onde os municípios possuem grande extensão territorial e que, muitas vezes, o deslocamento não é trivial. Procedimentos de internação hospitalar, especialmente os de maior complexidade, são sensíveis a deslocamentos muito longos e o atendimento rápido e precoce maximiza a possibilidade de uma intervenção bem-sucedida. Ainda assim, procedimentos de maior complexidade ou risco ainda seriam dependentes de deslocamentos mais longos, em direção à capital ou a outros estados.

5. MERCADO DE TRABALHO

A análise do mercado de trabalho acreano será feita com base em dados da PNAD Contínua e da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A PNAD apresentará um panorama acerca da informalidade observada no nível estadual, enquanto a RAIS permitirá caracterizar, ao nível municipal, a estrutura setorial do emprego e sua evolução ao longo da última década. Ademais, os dados da RAIS/MTE permitirão a identificação do salário médio pago, tanto a nível municipal, quanto na perspectiva setorial. Também será feita uma análise da composição educacional dos trabalhadores, apresentando sua proporção com ensino superior completo nos setores e municípios.

A PNAD Contínua, implantada a partir de janeiro de 2012, em todo o Território Nacional, destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho, segundo características demográficas e de educação. Adicionalmente, produz resultados anuais, destinados ao estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, sobre temas permanentes da pesquisa, como trabalho infantil e outras formas de trabalho.

A RAIS - MTE é um registro administrativo, anual, criado com o objetivo de suprir as necessidades de controle, estatísticas e informações às entidades governamentais da área social, para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. Os dados são organizados e disponibilizados pelo MTE.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, entre o 1º trimestre de 2012 e o 1º trimestre de 2022, a população do Acre, em idade para trabalhar, cresceu 27,3%. Em menor magnitude, observa-se o crescimento da população da força de trabalho, que foi de 20,5%. Esse veio acompanhado de um maior crescimento da população fora da força de trabalho (37,1%), sendo que isso se deve a várias causas, mas a constatação é que importante parcela da população do Acre, apesar de possuir idade para trabalhar, não está ocupada e nem a procura de alguma ocupação. Além disso, essa parcela vem crescendo ao longo dos anos (era 41,4% no 1º trimestre de 2012 e chega a 44,6% no 1º trimestre de 2022). É importante ressaltar que esse índice chegou a quase 50% da população (49,8%) no 3º trimestre de 2020, o que pode ser atribuído aos efeitos da pandemia.

Esses apontamentos ficam mais tangíveis, na realidade do Acre, se comparado com a realidade do país, no período analisado. Isso porque é possível atribuir os resultados a algum fenômeno nacional, que não pode ser atribuído ao estado. O crescimento da população em idade ativa para o Brasil, entre 2012 e 2022, foi de

12,4%, bastante inferior ao observado no Acre. Junto a isso, o crescimento da população na força de trabalho e fora dela foi de 12,1% e 13%, respectivamente, e pode-se dizer que a diferença observada da população em idade ativa não é tão grande. Outra diferença do Acre em relação ao comportamento nacional é que para o Brasil é possível se observar certa estabilidade no percentual da população que se encontra fora da força de trabalho. No início de 2012 esse percentual era de 37,7% e de 37,9% no início de 2022. Além de maior, no Acre, foi destacado o crescimento desse percentual nos últimos 10 anos (de 41,4% para 44,6%).

A relação entre pessoas empregadas no serviço público e pessoas com carteira assinada no serviço privado é de, aproximadamente, 1 desde o 1º trimestre de 2012. O período analisado apresenta alguma variabilidade que não permite a identificação de uma tendência, nem de alta nem de queda, mas ele oscila entre 1,10 (2º trimestre de 2012) e 0,90 (1º trimestre de 2018), o que demonstra o grande peso do setor público na geração de emprego em todo o estado. A realidade nacional, para essa proporção, também se mostra bastante diferente. A proporção de pessoas empregadas no serviço público em comparação às empregadas na iniciativa privada no Brasil, com carteira assinada, é de, aproximadamente, 1 para 3 (32,2%). O peso do serviço público observado no estado do Acre também pode ser compreendido como uma baixa capacidade de o mercado de trabalho local gerar oportunidades ao trabalhador. Isso também pode ser identificado pela elevada parcela da população que, apesar de ter idade para trabalhar, se encontra fora da força de trabalho (43%, em média, no período analisado) e pela elevada taxa de informalidade (quase 50%, em média).

Outro fator que reforça o argumento da necessidade de criação de oportunidades no mercado de trabalho é a taxa de desemprego. Apesar dessa taxa no Acre ter se aproximado da taxa nacional entre o final de 2013 e o início de 2015, estando inferior a ela em alguns trimestres, o desemprego no Acre é, em média, mais de 1 ponto percentual superior ao observado no Brasil.

A taxa de ocupação¹⁵ no estado atingiu seu nível mais baixo no 3º trimestre de 2020 (41,5%), em alguma medida com impactos trazidos pela pandemia. Entretanto, é importante destacar que a ocupação antes da pandemia já se mostrava em nível inferior ao observado no início de 2010. Os dados da PNAD Contínua mostram uma queda, a partir de 2016 (em que a taxa de ocupação estava em 54,4%), com ligeira recuperação em 2017. No 4º trimestre de 2017, a taxa era de 50,7%, sendo que no 1º trimestre desse mesmo ano era de 45,9%. Após o 4º

¹⁵ Taxa representada pela relação entre Pessoal Ocupado e População em idade ativa.

trimestre de 2017 a trajetória é de queda até atingir o mínimo observado no 3º trimestre de 2020. Após essa mínima, o estado vem apresentando recuperação, chegando ao final de 2021 com uma ocupação de 49,1%. A taxa de ocupação média do país foi de 55,7%. Até o ano de 2015 essa ocupação era superior a 57%, observando um declínio a partir de 2016 (a 55-56%). O maior agravamento da queda se deu exatamente no período da pandemia, entre 2020 e 2021, em que a ocupação chegou a estar inferior a 50% no 2º e 3º trimestres de 2020. Ao final de 2021 a taxa de ocupação nacional já havia retornado aos patamares observados antes da pandemia (aproximadamente 55%).

Importante aspecto a ser considerado, da estrutura do mercado de trabalho do Acre, é o peso da informalidade. Primeiro é importante caracterizar que esse dado só é disponibilizado pela PNAD Contínua do 1º trimestre de 2016 até o 3º trimestre de 2021. Ou seja, o recorte da análise é inferior aos 10 anos observados para todos os indicadores anteriores.

Em média, a informalidade no Acre é superior à observada nacionalmente em mais de 10 pontos percentuais. A informalidade média do estado é próxima aos 50%. Chama a atenção, para o Acre, o fato de sua informalidade apresentar tendência de queda no período observado. No início de 2016 ela era de 53,8%, chegando a 46,3% no 3º trimestre de 2020, enquanto a informalidade do Brasil se mostra estável e próxima aos 40%. A queda da informalidade do Acre não pode ser compreendida como um ponto de destaque positivo em função de ser observado, junto a esse fenômeno, o de maior crescimento de parcela da população fora da força de trabalho e, também, um baixo crescimento da população ocupada.

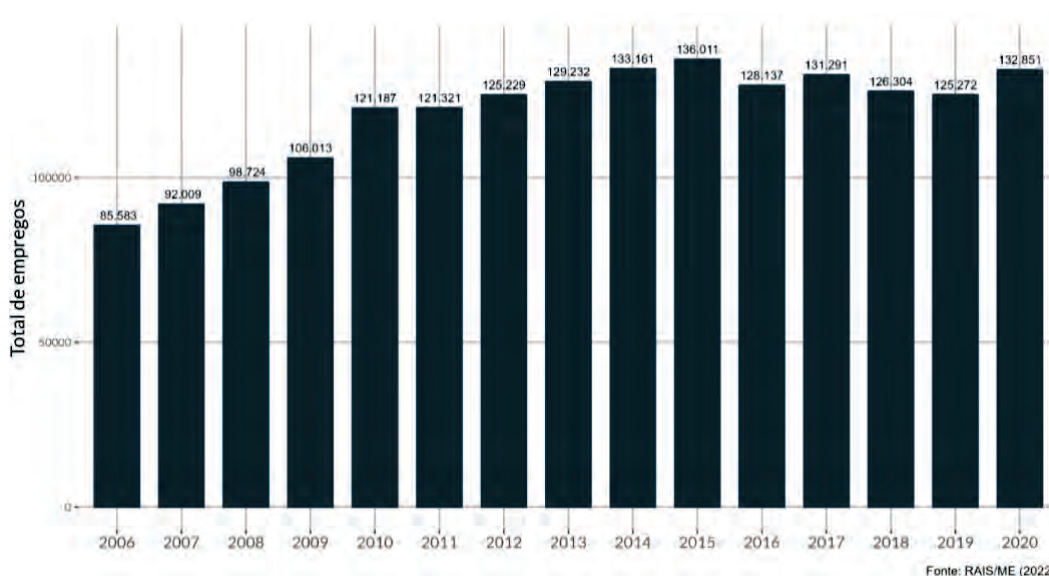
De toda forma, os dados da PNAD sugerem uma fragilidade do mercado de trabalho acreano, o que demanda um olhar mais atento na construção de oportunidades, que reduzam a informalidade e, também, a parcela da população fora da força de trabalho.

Na tentativa de trazer mais luz à discussão, os dados da RAIS/MTE serão analisados de acordo com uma perspectiva municipal e setorial. É importante destacar a limitação de se analisar dados do mercado formal em um estado caracterizado pela sua grande informalidade. Entretanto, a ausência de outras fontes de dados, associadas à boa capacidade da RAIS/MTE de identificação da estrutura setorial, em nível municipal, principalmente em setores que tendem a ter baixa taxa de informalidade (em especial a indústria), justificam o uso da base e os ganhos em sua análise.

5.1. Caracterização geral do emprego no Acre

O primeiro bloco de dados a ser analisado é o da evolução do mercado de trabalho formal. O panorama apresentado vai de 2006 a 2020. Diferente dos dados da PNAD Contínua, os dados da RAIS são anuais. Pelos dados é possível observar importante crescimento obtido até o ano de 2015, em que se tem clara quebra na tendência, mais fortemente identificada em 2016, 2018 e 2019 (Figura 22).

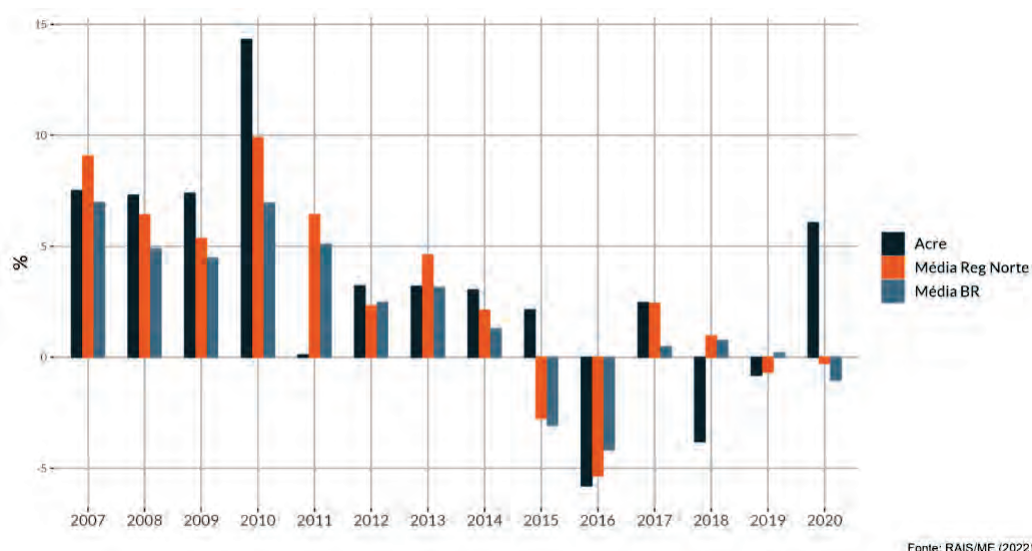
Figura 22 - Evolução do emprego formal no Acre



Fonte: RAIS/ME (2022).

De qualquer forma, é importante ressaltar que o mercado formal do estado cresceu, proporcionalmente, mais do que a média da região norte, e do que a taxa média nacional entre 2006 e 2020. Em 2006, o Acre correspondia a 0,24% de todo o emprego formal brasileiro, passando a 0,29% em 2020. Em relação à região norte, o Acre possuía 4,78% dos trabalhadores formais em 2006 e passou a 5,03% em 2020. Vale destacar que, apesar de o Acre possuir uma proporção de emprego formal inferior em relação ao Brasil, (o estado possuía 0,37% da população brasileira em 2006 e 0,42% em 2020) a relação se inverte quando a base de comparação é a região norte. Em 2006 o Acre respondia por 4,6% da população da região norte, passando a 4,8% em 2020. Nessa perspectiva, o estado contribui mais do que proporcionalmente à população da região, na geração de postos de trabalho formal.

Gráfico 54 Variação percentual do emprego Acre, Brasil e região norte



Fonte: RAIS/ME (2022).

Fonte: RAIS/ME (2022).

O Gráfico 54 apresenta o comparativo da evolução do emprego formal no Acre, na região norte e no Brasil. De forma geral, observa-se um comportamento aproximado entre as três unidades de observação. Em relação ao Brasil, chama a atenção uma trajetória de crescimento que se manteve, relativamente estável, entre 2006 e 2011, com crescimento médio superior a 5%. Após esse período o crescimento foi em magnitude menor, chegando a apresentar, por dois anos seguidos, taxa decrescente (-3% e -4,2% em 2015 e 2016 respectivamente). Ao longo do período o emprego formal no Brasil teve uma expansão de 31,5%, com clara inflexão na trajetória de mais vigoroso crescimento, após 2012. Para o mesmo período, o crescimento observado no Acre foi de 55%. Chamam atenção o crescimento superior a 7% ao ano entre 2006 e 2009, e o crescimento de 14,3% entre 2009 e 2010. De 2011 em diante houve queda no ritmo de crescimento, com queda importante (-5,8%) em 2016. Chama a atenção o crescimento observado entre 2019 e 2020, de 6,1%, contrariando a trajetória média do país (-1%).

Em termos setoriais é possível observar que a evolução do emprego no estado foi fortemente impulsionada pelo comércio e serviços. Apesar de a indústria ter crescido aproximadamente 20% entre 2006 e 2020, houve perda de participação relativa, com queda de 7,2% do emprego total no estado, em 2006, chegando a 5,5% em 2020. É importante destacar que no setor industrial, o ano de 2015 apresentou o maior número de empregados, com 8.689.

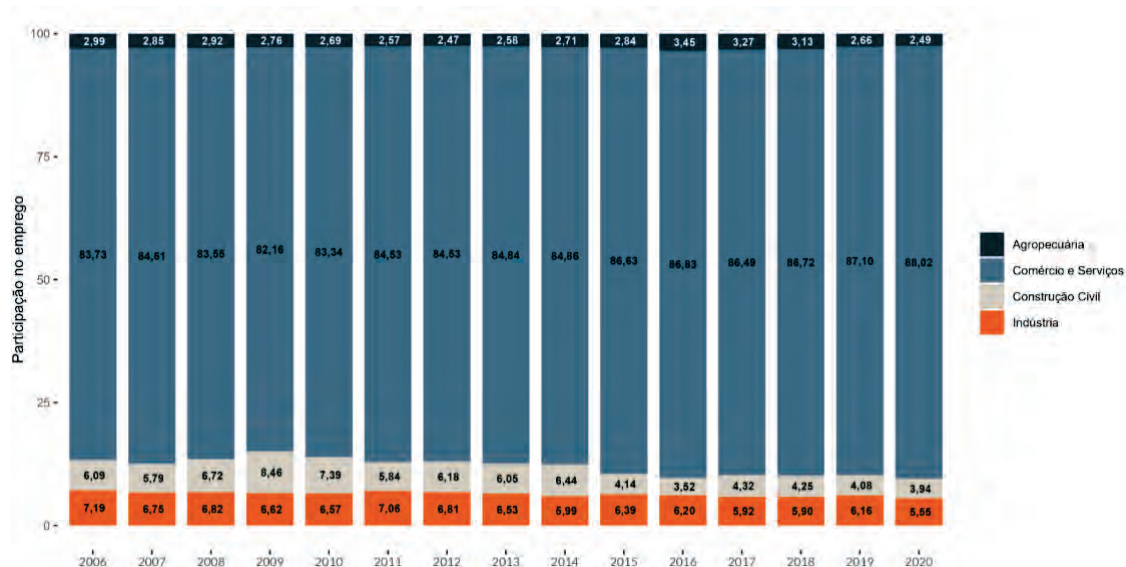
O setor de comércio e serviços, que em 2006 já era grande responsável pela geração de emprego formal no estado (83,7% do total) teve uma importante expansão, tanto em termos absolutos (63% de crescimento) quando elevação da sua concentração, passando a 88% dos postos de trabalho formal. O setor de construção civil teve importante crescimento absoluto entre 2006 e 2010 (mais de 70%) sofrendo forte queda a partir de 2014, voltando em 2020, praticamente, ao mesmo número de postos de trabalho observados em 2006 (5.200). Em termos relativos, a participação que era de 6,1% no emprego total, chega a 7,4% em 2010 e cai a 3,9% em 2020.

O setor agropecuário é o que apresenta o menor número de postos de trabalho e, conseqüentemente, a menor participação no emprego total. A participação cai de 3% em 2006 para 2,5% em 2020. Entretanto, é importante destacar que esse é um setor com histórica baixa representatividade na base de dados da RAIS.

O setor agropecuário tende a ser muito subestimado em seu mercado formal, o que dificulta uma boa leitura de sua evolução ao longo do tempo, principalmente, em um estado marcado por importante parcela da população trabalhando no setor informal (Gráfico 55).

Outro fator importante a ser considerado é a alocação desses empregos nos municípios do Acre. Em 2006, 81,5% dos postos de trabalho formal do estado se concentravam no município de Rio Branco. Esse percentual cai a 75,3% em 2020, mas ainda expressa uma grande concentração espacial do emprego formal. Cruzeiro do Sul, 2º município no número de postos de trabalho formal, passa de 4,4% em 2006 a 6,9% em 2020. A distribuição setorial dos municípios altera um pouco a composição. Para todos os setores, Rio Branco é o que mais possui postos de trabalho. Entretanto, enquanto a participação relativa do setor agropecuário cai de 66,8% (2006) para 36% (2020), também acompanhada de queda absoluta (de 1.708 para 1.191), o setor da construção civil passa de 85,8% para 93,5%.

Gráfico 55 – Composição setorial do emprego formal no Acre



Fonte: RAIS/ME (2022).

Cruzeiro do Sul, apesar de ser o 2º município do estado no emprego geral, perde importância relativa quando o setor analisado é a agricultura. Apesar dos apontamentos relativos à mais provável observação da informalidade, não captada pela RAIS/MTE, a análise da agropecuária demonstra que esse município teria baixa projeção no setor. Ele ocupa a 11ª posição, ficando atrás de municípios que, apesar de gerarem poucos postos de trabalho formal, veem na agropecuária uma boa proporção dos trabalhadores formais. Municípios como Bujari, Capixaba, Senador Guimard, Xapuri e Porto Acre possuem, ou já possuíram, aproximadamente 20% do seu mercado de trabalho formal alocado na agropecuária. E isso é um importante indicador da relevância do setor para o município. Apesar de Rio Branco possuir o maior número de empregados, em termos absolutos, o setor em 2006 respondia por 2,4% dos postos de trabalho formal do município, caindo a 1,2% em 2020. O volume de empregos expressa a grande concentração da atividade produtiva na capital e seu entorno, o que também é observado para o mercado de trabalho como um todo e na concentração populacional, mas a participação cai e o setor vem perdendo importância na dinâmica do mercado de trabalho do município.

5.2. Principais setores empregadores

Em relação aos principais setores que empregam, o destaque vai para a Administração Pública Geral, que, em 2006, respondia por 48,3% dos postos de trabalho formais do Acre. Em termos relativos, esse percentual vai reduzindo ao longo dos anos, chegando a 39,4% em 2014, ano com mais baixa participação. De 2015 a 2019 esse percentual se estabiliza entre 40-41%, subindo a 42,9% em 2020, impulsionado por importante salto no número de empregados no setor de “Regulação das atividades de Saúde, Educação, Serviços Culturais e outros Serviços Sociais”.

O segundo setor que mais possui trabalhadores é o de comércio varejista. Entre 2006 e 2020 observa-se alguma variação no percentual da mão de obra alocada, mas aparentemente existe certa estabilidade na proporção de trabalhadores alocados nesses setores (entre 13 e 15% da mão de obra total). O setor cresceu 65,9% no período, em termos absolutos, mas pouco cresceu em termos relativos, passando de 13,5% para 14,4%, chegando a empregar 19.114 trabalhadores em 2020. No comércio varejista, o destaque se dá aos supermercados e hipermercados (que mais empregam), seguidos por lojas de material de construção, mercearias e armazéns e pelo comércio de combustíveis de veículos automotores.

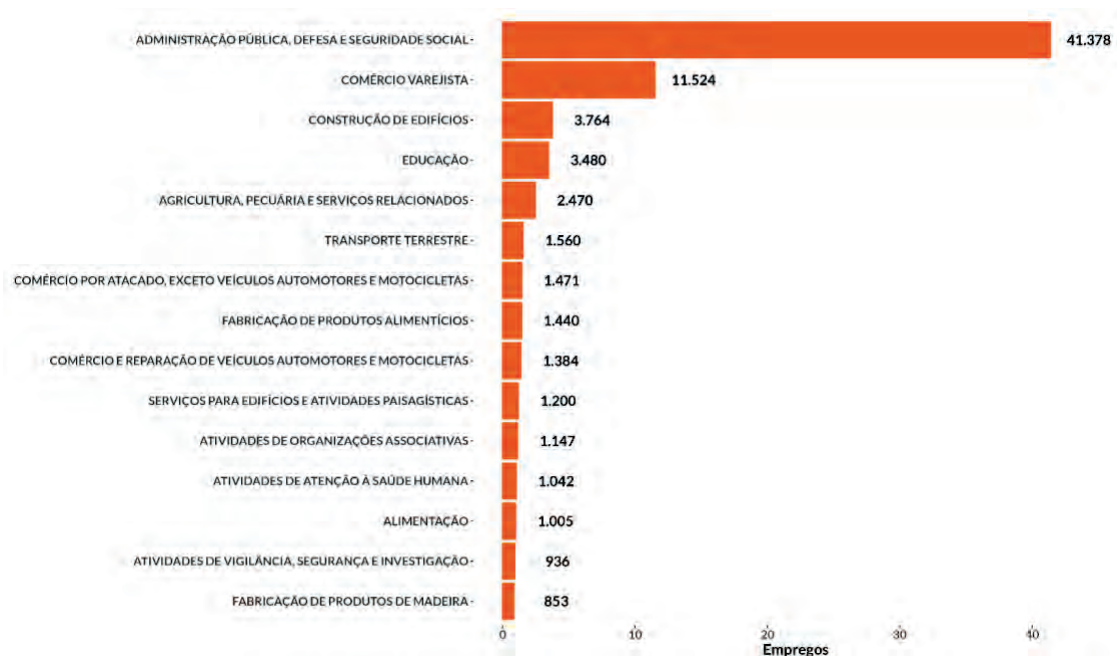
Como é possível observar pelas Figuras 78, 79, 80 e 81, o setor de construção civil se destaca nos primeiros anos do recorte trazido, e perde importância a partir de 2014. Após esse período o setor de serviços para condomínios e atividades paisagísticas ganha importante destaque no emprego estadual.

Outro setor que vale destacar, pelo seu crescimento absoluto e relativo, é o de atividades de atenção à saúde humana, que passa de pouco mais de 1 mil empregos em 2006, não estando entre os 10 que mais empregam no estado, chegando à 4ª posição em 2010, com mais de 4.500 trabalhadores formais. O crescimento de 2010 a 2020 não é expressivo, mas a importância relativa do setor se mantém.

Como é possível observar, pelos gráficos a seguir, depois do grande destaque dado à administração pública e ao comércio varejista, os demais setores se alternam no ordenamento da relevância ao estado, e tendem a crescer de forma relativamente próxima ao longo dos anos, mudando o indicador absoluto do número de postos de trabalho, mas apresentando pouca alteração em termos relativos e da sua importância.

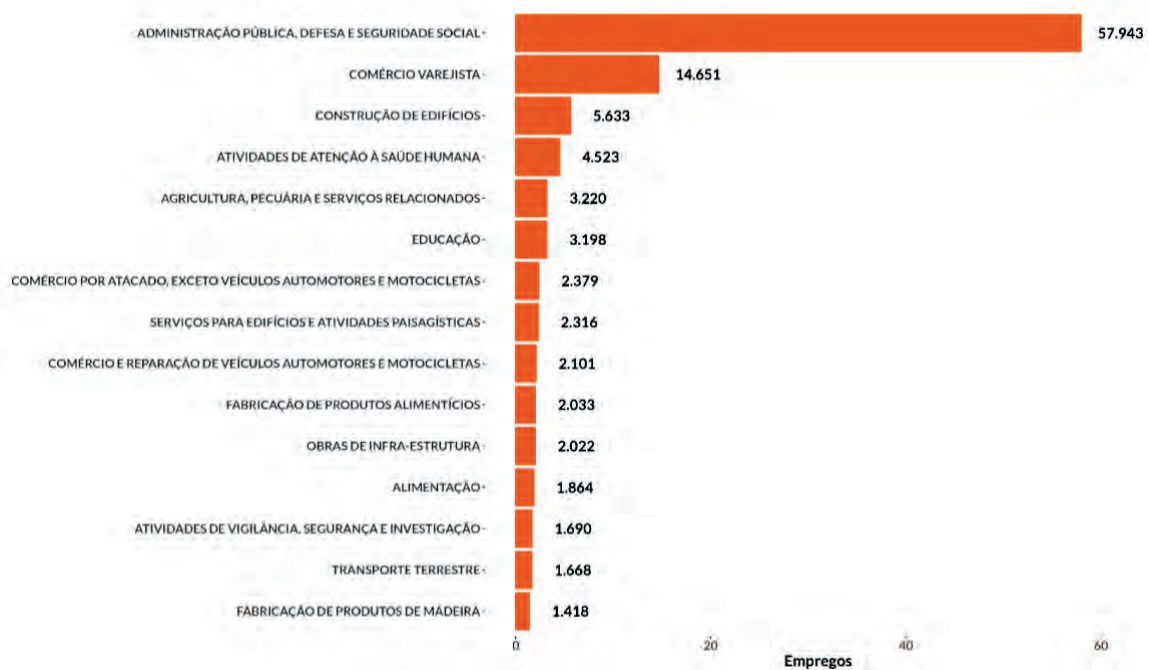
Em uma perspectiva do emprego industrial, os dois setores que apresentam alguma projeção no estado, ainda que não tenham grande impacto relativo, são fabricação de produtos de madeira e fabricação de produtos alimentícios. Nos produtos alimentícios, além do crescimento de 88%, no período observado, destaca-se a importância do setor de abate de reses, exceto suínos, que já apresentava relativa importância em 2006, mas que se manteve estável ao longo do período. Observa-se grande crescimento do setor de abate de suínos que, em 2006, possuía apenas 8 trabalhadores empregados, chegando a quase 500 em 2020.

Gráfico 56 - Quinze setores com maior número de empregos em 2006



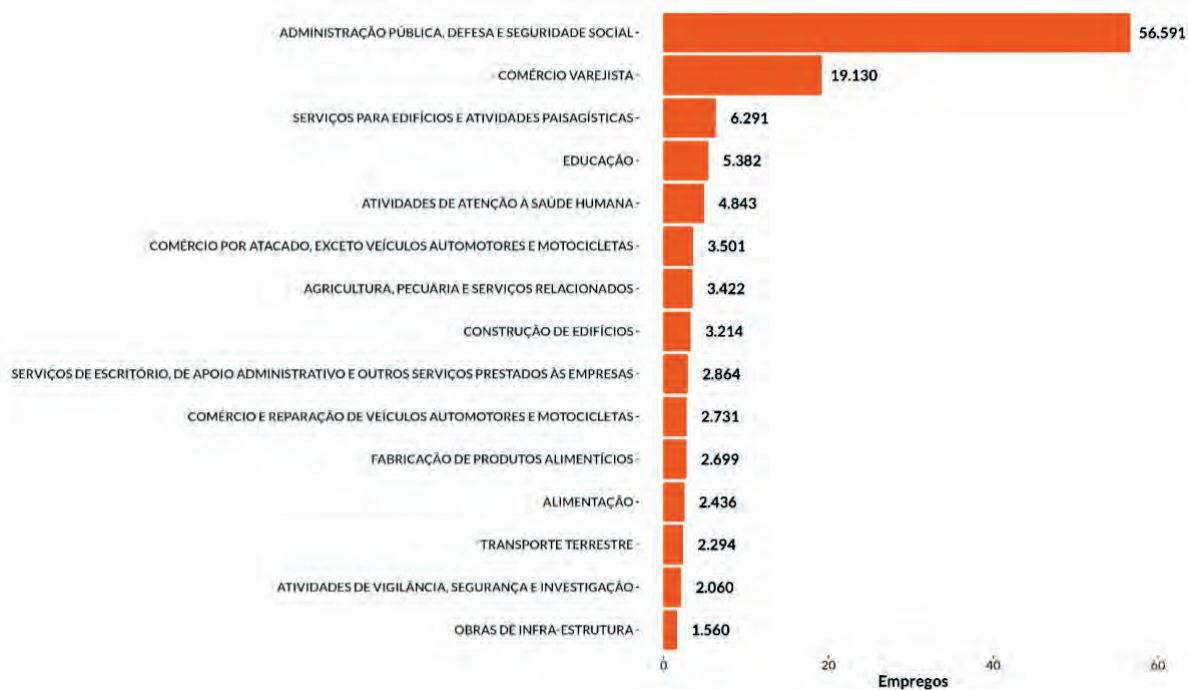
Fonte: RAIS/MTE (2022).

Gráfico 57 – Quinze setores com maior número de empregos em 2010



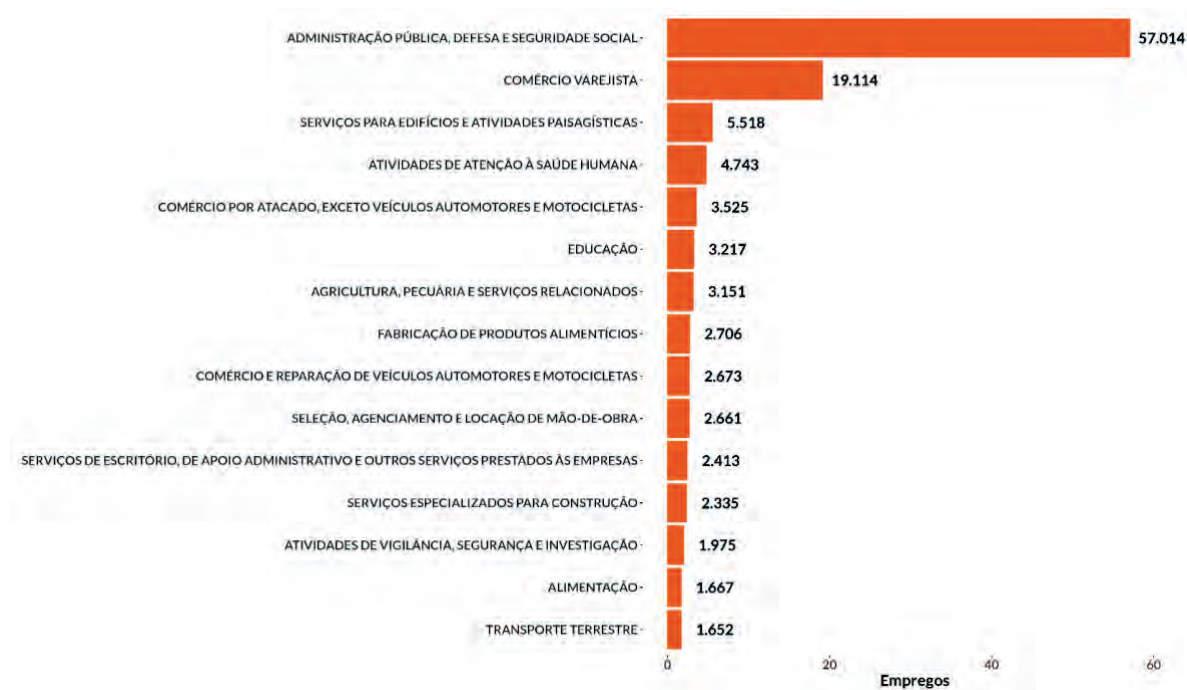
Fonte: RAIS/MTE (2022).

Gráfico 58 – Quinze setores com maior número de empregos em 2015



Fonte: RAIS/ME (2022).

Gráfico 59 ? **Quinze setores com maior número de empregos em 2020**



Fonte: RAIS/ME (2022).

5.3. Renda média dos trabalhadores

Outro fator a ser analisado no mercado de trabalho é a identificação da renda gerada com os postos de trabalho. Seguindo a limitação de analisar apenas o mercado de trabalho formal, será discutida, a seguir, a evolução temporal do salário médio pago nas diferentes atividades e será analisado quanto esse salário está próximo da realidade nacional e da região norte do Brasil.

O primeiro ponto é que, como já visto pela evolução dos postos de trabalho, a massa salarial cresceu ao longo do período. A incorporação de trabalhadores elevou a renda do estado¹⁶. Entretanto, esse incremento não foi observado no salário médio recebido pelo trabalhador. Entre 2008 e 2020 o salário médio do

¹⁶ A massa salarial no mercado de trabalho formal, medida em SM, cresceu 11,3% no Acre, no período de 2008 e 2020. Para o mesmo recorte temporal, o Brasil observou uma queda de 2,7% na massa salarial (em SM).

trabalhador formal acreano caiu de 3,49 salários-mínimos¹⁷ para 2,89 salários-mínimos. Isso significa uma queda de 17,2%. A queda do salário médio (em SM) é observada em todos os 5 grandes setores do IBGE¹⁸. O setor industrial foi o que apresentou a maior queda, no período, recuando de 2,74 para 1,76 SM (queda de 35,8%). O setor de comércio foi o que menos caiu (19,1), passando de 1,68 para 1,60.

Outro ponto de grande relevância é o peso do salário pago no setor de serviços na média geral do estado. Esse setor recebe, aproximadamente, 20% acima da média do estado, sendo o único que paga acima da média. Apesar disso, houve uma queda do salário médio no setor de serviços, de 4,29 SM em 2008 para 3,47 SM em 2020. Como dito, dada a estrutura do mercado de trabalho acreano, o maior peso nessa determinação do salário, no setor de serviços, vem da administração pública, que paga um valor significativamente superior à média.

Em um comparativo com o restante do país, o Acre só não paga valor inferior à média nacional no setor de serviços, exatamente pela predominância da administração pública na composição do setor no estado¹⁹. Em média o estado pagou, entre 2008 e 2020, aproximadamente, 30% a menos do que foi pago ao trabalhador brasileiro empregado na indústria; 25% a menos do que o valor pago ao trabalhador nacional empregado na construção civil; 20% a menos do que foi pago ao trabalhador do comércio; e 20% a menos do que foi pago na agropecuária. É claro que as questões relacionadas ao valor pago ao trabalhador envolvem diversos aspectos, desde o seu dinamismo na geração de oportunidades de trabalho e a qualificação da sua mão de obra, passando por questões de custo de vida local. Mas é importante destacar que o salário do trabalhador, em grande medida, traz uma boa correlação com a sua produtividade. Nesse aspecto, é importante o desenvolvimento de medidas que construam e fortaleçam uma trajetória de maior apropriação da renda por parte dos trabalhadores e que

¹⁷ A opção foi pelo uso do dado de salário-mínimo, pago no mês de dezembro, para evitar especificidades de um potencial índice de inflação que deveria ser usado para transformar o salário nominal (também disponível na base) em salário real. A análise do salário real seria interessante, mas o uso de um deflator nacional poderia gerar distorções em função de especificidades do padrão de consumo do Acre. Nesse sentido, optou-se pelo uso do dado em salários-mínimos.

¹⁸ Indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária.

¹⁹ Anexo estão as tabelas que apresentam a evolução (2008-2020) do salário médio pago aos trabalhadores do Acre, para cada grande setor do IBGE (5 grandes setores). Nelas é possível observar a diferença daquilo que é pago no município, com a média paga nos estados da região norte, a média das 5 macrorregiões brasileiras e a média nacional. A ideia, com essas tabelas, é ilustrar o quão distante cada município se situa do estado, de estados de referência (região Norte) e da média brasileira.

passem por uma capacitação, ao ser mais produtivo, elevando sua probabilidade de obter melhores remunerações.

Outro fator importante a ser considerado, ao se analisar a Tabela 28, é o peso que o município de Rio Branco tem, no setor, na dinâmica setorial do estado. Por exemplo, apenas para o setor agropecuário, o município não emprega mais de 50% dos trabalhadores formais. Com isso, observa-se que a influência do salário na média observada no estado, é muito inferior à observada na construção civil, que emprega, aproximadamente, 90% dos trabalhadores formais do estado. Em menor medida, mas, também, representando essa mesma característica de concentração, a influência exercida por Rio Branco na determinação dos indicadores do Acre se assemelharia à exercida pelas médias observadas na região sudeste, na determinação do padrão nacional. Assim como para o Acre, essa influência é maior ou menor, à medida que se observa uma maior ou menor concentração de trabalhadores formais de cada setor nessas localidades.

Tabela 28 – Remuneração média dos trabalhadores formais em dezembro – Em salários-mínimos correntes

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	1,76	1,88	1,96	1,54	2,04	2,07	1,99	1,95	1,93	1,91	1,95	1,81	1,73
Assis Brasil	2,09	2,13	2,23	2,52	2,49	2,14	2,50	2,51	1,97	1,55	2,20	2,06	2,25
Brasiléia	1,55	1,67	1,61	1,74	1,94	1,78	1,72	1,71	1,62	1,67	1,73	1,68	1,70
Bujari	1,99	1,73	1,76	1,98	1,77	1,73	1,69	1,64	1,56	1,51	1,54	1,27	1,51
Capixaba	2,08	1,85	1,81	1,95	1,96	2,08	2,05	2,01	2,61	1,88	2,06	2,00	1,99
Cruzeiro do Sul	1,71	1,82	1,87	1,89	1,86	1,92	1,85	1,81	1,79	1,79	1,76	1,77	1,73
Epitaciolândia	1,70	1,69	1,73	1,82	1,77	1,73	1,69	1,68	1,72	1,58	1,55	1,52	1,57
Feijó	2,27	2,09	2,19	2,09	2,09	1,93	1,89	1,77	1,52	1,65	1,67	1,32	1,54
Jordão	1,38	1,85	1,44	1,77	1,71	2,17	1,70	1,43	1,43	1,39	1,48	1,14	1,36
Mâncio Lima	2,10	2,00	2,17	2,28	2,37	2,16	2,05	1,90	1,59	1,52	1,51	1,48	1,72
Manoel Urbano	2,28	2,41	1,89	2,44	2,27	2,01	2,09	2,27	2,23	2,12	2,21	2,84	1,66
Marechal Thaumaturgo	1,63	1,91	1,86	1,71	1,56	1,75	1,59	1,72	1,55	1,48	1,50	1,72	1,96
Plácido de Castro	2,03	2,04	2,03	2,10	2,01	1,88	1,80	1,90	1,67	1,67	1,61	1,51	1,89
Porto Walter	1,83	1,71	1,57	1,59	1,74	1,52	1,61	1,39	1,51	1,48	1,49	1,58	2,19
Rio Branco	3,89	3,59	3,57	3,66	3,54	3,36	3,53	3,41	3,30	3,35	3,51	2,92	3,26
Rodrigues Alves	1,77	1,74	1,86	1,89	1,82	1,80	2,06	2,01	1,85	1,69	1,76	1,94	1,99
Santa Rosa do Purus	1,85	2,66	2,50	0,07	2,46	2,18	2,03	1,94	1,91	2,42	2,19	2,20	2,30
Senador Guiomard	1,57	1,70	1,64	1,81	1,82	1,92	1,98	1,84	1,75	1,75	1,74	1,66	2,03
Sena Madureira	2,29	2,38	2,32	2,14	2,19	1,94	1,99	1,92	1,90	1,89	1,72	1,50	1,33
Tarauacá	1,68	1,74	2,13	1,70	2,10	1,90	2,01	2,04	1,94	1,94	1,91	1,96	2,02
Xapuri	1,67	1,79	1,82	1,82	1,85	1,86	1,86	1,80	1,77	1,81	1,87	1,51	1,86
Porto Acre	2,21	2,06	1,86	2,12	1,52	2,06	1,62	1,79	1,74	1,51	1,79	1,78	1,75
Acre	3,49	3,24	3,23	3,31	3,21	3,05	3,17	3,05	2,95	2,96	3,07	2,60	2,89
Amazonas	3,63	3,30	3,20	3,27	3,14	3,09	3,11	3,01	2,93	2,88	2,96	2,90	2,88
Amapá	4,23	4,03	4,05	3,92	3,86	3,75	3,82	4,00	2,93	2,82	3,95	3,88	3,96
Pará	2,81	2,71	2,82	2,86	2,83	2,88	2,89	2,88	2,80	2,71	2,80	2,64	2,63
Rondônia	3,04	3,01	3,06	3,13	2,88	2,84	2,87	2,85	2,72	2,64	2,68	2,51	2,62
Roraima	3,58	3,69	3,68	3,51	3,20	3,31	3,39	3,39	3,32	3,37	3,44	3,15	3,12
Tocantins	2,84	2,83	2,85	3,19	3,04	2,76	3,04	3,06	2,90	2,89	2,88	2,87	2,89
Brasil	3,46	3,30	3,28	3,35	3,21	3,21	3,24	3,22	3,10	3,04	3,08	2,92	2,87

Fonte: RAIS/MTE (2022).

5.4. Escolaridade dos trabalhadores

A primeira constatação acerca da escolaridade dos trabalhadores é o importante crescimento da participação de trabalhadores com ensino superior completo no mercado de trabalho. Entre 2008 e 2020 o Acre passou de um percentual médio de 14,24% para 31,56%. Em termos absolutos, o número de trabalhadores com ensino superior completo cresceu 198% no período. Em comparação com a trajetória nacional, no Brasil o crescimento do número de trabalhadores empregados com ensino superior completo saltou de 67% no período, com a participação saindo de 15,49% para 22,03%.

Esse crescimento é fortemente correlacionado com a expansão do ensino superior no Brasil, nos últimos anos, que trouxe ao mercado de trabalho um importante volume de trabalhadores com esse nível de instrução. Outro ponto que veio acompanhado do aumento da oferta, e absorção, desse trabalhador no mercado de trabalho nacional e acreano, foi a redução da remuneração média. Enquanto, em 2008, o trabalhador do Acre, com ensino superior completo, recebia, em média, 9,12 salários-mínimos, no ano de 2020 ele passa a receber 5,15 SM,. Essa queda diminui a diferença de remuneração desse trabalhador em relação ao salário médio pago a todos os trabalhadores (prêmio salarial pelo grau de instrução). Enquanto em 2008 o trabalhador, com ensino superior, no Acre recebia 161% a mais do que a média do estado, em 2020 ele passa a receber 78% a mais. Comparando com a realidade nacional, a remuneração passa de 8,34 SM, em 2008, aos trabalhadores com ensino superior completo, para 5,78 SM em 2020. Em termos de distância do salário médio, também se observa uma queda, ainda que em menor magnitude. A diferença passa de 141% a mais (2008), ao trabalhador com ensino superior, comparado com todos os salários, para 101% em 2020.

Para o Acre, os maiores saltos na incorporação de trabalhadores com nível superior completo foram observados entre 2008-2009, 2009-2010 e 2014-2015 (crescimento de 21, 44 e 21%, respectivamente). Para o restante do período houve crescimento, mas em uma trajetória modesta. Na realidade nacional, observou-se um crescimento médio anual de aproximadamente 7% entre 2008 e 2013, com certa estabilidade pós 2013. Entre 2013 e 2020 o crescimento foi de 9% para todo o período.

No cenário nacional, para todas as macrorregiões e para os 5 grandes setores do IBGE, observa-se que a evolução da participação dos trabalhadores com ensino

superior completo, no período selecionado²⁰, segue uma trajetória de crescimento. Chama a atenção, na especificidade do Acre, que o setor agropecuário apresenta queda acentuada, principalmente, em 2019 e 2020. Essa queda é influenciada pela trajetória do município de Rio Branco que, apesar de não ter no setor agropecuário um grande motor dinâmico, pela concentração populacional e pela atividade produtiva como um todo, acaba exercendo forte influência na dinâmica do setor no estado.

O alto crescimento da proporção de trabalhadores do Acre, com ensino superior completo, tem forte correlação com a trajetória no setor de serviços, sendo que nesse o estado possuía uma participação de 42,89%, no ano de 2020. Um percentual bastante elevado que, como dito, recebe forte peso vindo da administração pública, sendo que no início do período em análise, 2008, esse percentual era de 20,38%. Para o início do período, o Acre possuía uma alocação de trabalhadores com esse grau de instrução em proporção inferior à observada no Brasil (24,4% em 2008). Entretanto, a partir de 2010, o Acre se aproxima de 30% de participação, já superando a média nacional, chegando próximo aos 40%, a partir de 2015. Em 2020, o Brasil possuía 33% dos seus trabalhadores formais com o ensino superior completo, no setor de serviços.

Para o setor de comércio, também relevante empregador no Acre, houve um salto na participação dos trabalhadores com ensino superior completo que foi de 1,34% em 2008 para 6,35% em 2020. Nesse setor, o Acre emprega, proporcionalmente, menos trabalhadores com esse grau de instrução do que a média nacional. Para o Brasil a participação vai de 3,86%, em 2008, para 7,88 em 2020. Para a construção civil a participação, em 2008, era de 2,14% no Acre, enquanto, no Brasil era de 3,16%. Em 2020, observa-se um percentual bem mais elevado no estado, 9,73%, se comparado à realidade brasileira, de 5,69%. Para a indústria, a participação passa de 3,12%, em 2008, para 7,08%, em 2020, no Acre. Comparada à realidade nacional, a indústria brasileira emprega, em média, uma maior proporção de trabalhadores com ensino superior completo do que a indústria do Acre. O percentual passa de 5,95%, em 2008, a 10,08%, em 2020. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 o Acre esteve perto da proporção observada no Brasil, mas a sua participação cai mais do que, proporcionalmente, à queda também observada na proporção nacional. Brasil e Acre atingem a proporção de, aproximadamente, 11%

²⁰ Em anexo estão as tabelas que apresentam a evolução (2008-2020) da participação dos trabalhadores do Acre com ensino superior completo, para cada grande setor do IBGE (5 grandes setores). Nelas é possível observar a evolução setorial desta incorporação de trabalhadores com ensino superior completo, para as 5 macrorregiões brasileiras e trajetória nacional. A ideia com essas tabelas é ilustrar o quão distante cada município se situa do estado, de estados de referência (região norte) e da média brasileira.

de trabalhadores com ensino superior empregados na indústria, em 2016 (pico da concentração) e veem uma redução a partir de então.

Tabela 29 – Percentual de trabalhadores formais com ensino superior

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	21,92	22,46	4,06	1,10	11,17	21,02	20,68	19,98	20,37	21,10	21,93	23,65	23,42
Assis Brasil	5,98	6,29	5,44	8,57	8,20	10,26	15,79	16,80	8,40	15,28	19,57	40,72	27,82
Brasiléia	6,97	7,71	8,55	13,21	8,81	14,61	13,63	13,45	16,10	16,02	15,60	16,80	19,06
Bujari	5,65	4,32	5,52	7,60	8,20	15,03	10,33	4,98	10,03	11,60	11,44	11,23	16,87
Capixaba	6,94	6,01	5,30	5,56	4,69	16,67	18,44	17,37	16,03	17,39	18,61	22,92	21,42
Cruzeiro do Sul	8,67	8,37	8,71	8,96	8,90	11,17	11,07	11,32	12,55	14,72	15,10	14,52	16,11
Epitaciolândia	18,83	15,60	12,93	13,03	13,47	17,10	16,82	17,56	16,42	17,02	17,63	18,19	18,11
Feijó	7,61	15,62	15,08	14,54	7,66	12,69	12,09	12,97	9,63	9,82	11,77	14,74	16,47
Jordão	0,58	5,17	10,39	10,64	12,95	15,63	28,99	15,91	22,87	22,40	22,92	3,23	21,74
Mâncio Lima	13,79	14,98	15,57	20,58	29,66	31,52	30,73	30,15	31,06	31,81	34,33	34,45	33,22
Manoel Urbano	4,00	47,33	45,64	50,75	28,88	24,12	22,17	13,72	12,88	21,79	24,22	35,36	32,59
Marechal Thaumaturgo	1,90	2,01	11,20	24,25	27,44	2,54	8,03	8,57	20,17	24,77	35,10	34,47	42,47
Plácido de Castro	6,41	6,60	6,81	17,95	17,94	14,22	14,37	17,90	17,76	15,26	15,73	16,36	16,53
Porto Walter	0,92	2,99	2,26	1,74	3,67	10,21	13,68	12,50	12,38	14,38	14,92	14,77	34,96
Rio Branco	15,92	17,65	23,06	23,59	23,77	24,26	25,35	31,29	33,18	34,19	32,93	35,77	36,79
Rodrigues Alves	4,81	52,21	13,66	15,46	16,30	17,15	37,02	38,89	39,06	36,16	36,92	38,62	38,76
Santa Rosa do Purus	-	-	-	-	0,98	0,96	0,49	2,56	1,98	1,92	1,99	1,15	1,92
Senador Guiomard	8,44	4,01	12,25	7,18	5,44	14,07	15,39	14,47	17,54	18,24	20,30	18,89	20,91
Sena Madureira	6,50	7,28	7,33	6,10	7,05	18,55	13,29	17,14	13,55	13,54	12,74	12,86	16,44
Tarauacá	1,35	2,58	12,16	3,02	11,30	9,87	10,44	13,61	13,18	15,87	15,57	32,09	31,31
Xapuri	10,08	10,17	2,53	4,01	4,17	14,78	18,21	17,47	20,37	18,27	22,99	21,09	22,46
Porto Acre	3,01	8,62	1,80	1,74	2,72	3,05	14,29	7,76	7,61	8,07	14,97	22,47	21,68
Acre	14,40	16,22	20,41	21,03	21,07	22,01	23,01	27,45	28,96	29,88	29,10	31,50	32,82
Amazonas	16,17	15,72	17,26	16,63	17,58	18,41	19,72	21,05	22,48	22,90	24,23	24,46	24,02
Amapá	11,57	11,87	11,96	12,64	13,10	13,97	16,16	17,05	39,25	39,78	40,81	42,42	42,20
Pará	13,63	14,02	14,05	14,80	16,09	16,98	17,68	18,62	20,16	21,04	21,35	20,95	20,68
Rondônia	11,76	12,05	12,49	12,72	13,12	14,69	15,69	16,09	18,06	28,79	19,09	19,61	20,10
Roraima	14,19	19,48	23,06	23,38	24,11	27,47	28,50	30,39	31,26	31,82	31,93	33,43	33,03
Tocantins	18,31	19,20	18,48	19,10	19,12	21,27	21,58	22,44	22,99	23,64	24,18	25,20	26,69
Brasil	15,88	16,34	16,50	16,97	17,80	18,48	19,52	20,25	21,44	22,20	23,02	22,89	23,17

Fonte: RAIS/MTE (2022).

6. Referências

- ALFRADIQUE, Maria Elmira et al. Internações por condições sensíveis à atenção primária: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde (Projeto ICSAP-Brasil). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 1337-1349, 2009.
- ANDRADE, M. V. et al. Transition to universal primary health care coverage in Brazil: analysis of uptake and expansion patterns of Brazil's Family Health Strategy (1998-2012). **PloS one**, v. 13, n. 8, p. e0201723, 2018a.
- ANDRADE, M. V. et al. Brazil's Family Health Strategy: factors associated with programme uptake and coverage expansion over 15 years (1998-2012). **Health Policy and Planning**, v. 33, n. 3, p. 368-380, 2018b.
- AZEVEDO, S. J. S. **Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intraurbano**. Campinas: Núcleo de Estudos de População; Unicamp, 2014.
- ANS. Sistema de Informações de Beneficiários. SIB/ANS/MS. dez 2020. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/baixar-base-de-dados/selecao-de-base-de-dados>>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SAPS. Protocolo de manejo clínico do coronavírus (Covid-19) na Atenção Primária à Saúde Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção Primária à Saúde, 2020. [Internet]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/protocolo-de-manejo-clinico-do-coronavirus-covid-19-na-atencao-primaria-a-saude/>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990. Cedeplar, Belo Horizonte, 2002.
- CESARIO, M.; CESARIO, R. R. Malária, Amazônia e desenvolvimento. **Scientific American Brasil**, v. 4, n. 46, p. 54-55, 2006.
- CHRISTÄLLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliff: Prentice-Hall, 1966.
- COSTA, Kleynianne Medeiros de Mendonça et al. Malária em Cruzeiro do Sul (Amazônia Ocidental brasileira): análise da série histórica de 1998 a 2008. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 28, n. 5, p. 353-360, 2010.

- FERREIRA, Vinicius Leati de Rossi et al. Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, p. e00184317, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ? IBGE. (2012), **Censo Demográfico de 2010: resultados gerais da amostra**.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ? IBGE. (2018). **Estimativas de População**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.
- IUNES, R. A concepção econômica de custos. In: PIOLA, S.; VIANNA, S. (ed.). **Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde**. 3. ed. Brasília, DF: Ipea, 2002. p. 227-247.
- KIRK, D. Demographic transition theory. **Population studies**, v. 50, p. 361-387, 1996.
- KNODEL, J.; VAN DE WALLE, E. Lessons from the Past : Policy Implications of Historical Fertility Studies. **Population and Development Review**, v. 5, n. 2, p. 217-245, 1979.
- LÖSCH, A. **The economics of location**. London: Yale University, 1954.
- MONTE MÓR, Roberto Luis de Melo . What is the Urban in the Contemporary World? In: Neil Brenner. (Org.). **Implosions / Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. 1ed.Berlim: Jovis Verlag GmbH, 2014, v., p. 260-275.
- MEDICE, A. **As contribuições da economia à pesquisa em saúde**. IPEA, MIMÉO, 1983.
- MENDES, E. V. (2015). **A construção social da atenção primária à saúde**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 45.
- MIZUTA, A. H. et al. Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina. **Rev Paul Pediatr**, v.37, n.1, p.34-40, 2019.
- NOTESTEIN, F. **Economic problems of population change**. Proceedings of the Eighth International Conference of Agricultural Economists. **Anais...**London, England: Oxford University Press, 1953.
- OMS. Organização Mundial de Saúde. **Cancer control, knowledge into action: WHO guides for effective programmes, early detection**. Suíça, p. 50, 2007.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Brasília: PNUD, 2018.

POL, L.; THOMAS, R. **The demography of health and health care**. 2nd ed. New York: Plenum, 2000.

PRESTON, S.; HEUVELINE, P; GUILLOT, M. **Demography: Measuring and Modeling Population Processes**. Blackwell publishing, 2001.

SATHLER, Douglas; MONTE MÓR, R. L. M.; CARVALHO, J. A. M. ; COSTA, Alfredo. Urban hierarchy in the brazilian Amazon. **Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)**, v. 27, p. 251-268, 2010.

SERVO, L.; ANDRADE, M.; AMARAL, P. do. **Análise das regiões de saúde no Brasil a partir do Pacto pela Saúde: adequação da regionalização e acesso geográfico**. XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2018, Poços de Caldas. Anais [...]. Poços de Caldas: Abep, 2018. Tema: População, Sociedade e Políticas: desafios presentes e futuros.

SVS-MS. **Mortalidade infantil no Brasil**. Boletim Epidemiológico, vol. 52, nº 37, Out/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim-epidemiologico-svs-37-v2.pdf>.

7. Anexos

Tabela 30 – Leitos clínicos e cirúrgicos por mil habitantes

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	5,35	5,25	5,16	5,79	5,69	5,59	5,50	5,41	5,33	5,24	5,16
Assis Brasil	9,47	9,29	10,63	10,44	8,79	8,63	8,49	9,75	9,59	9,44	9,29
Brasiléia	4,70	3,95	4,95	4,86	4,98	4,88	4,00	3,93	3,87	3,81	2,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	1,88	1,44	0,94	1,02	1,53	1,12	1,83	1,74	1,57	1,13	1,74
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,84	3,24	3,23	3,22	1,75	1,75	1,74	1,74	3,17	3,16	3,15
Jordão	8,74	7,12	9,73	9,51	9,30	9,10	8,92	8,75	8,58	8,42	8,26
Mâncio Lima	2,52	1,23	2,41	2,36	6,37	6,24	6,12	6,01	5,90	5,80	5,70
Manoel Urbano	13,21	15,38	15,14	14,92	14,70	14,49	14,30	14,11	13,92	13,74	16,70
Marechal Thaumaturgo	4,04	9,15	6,34	6,17	6,00	4,67	4,56	4,45	4,34	4,24	4,15
Plácido de Castro	6,68	6,61	4,90	6,73	5,59	7,11	7,04	6,97	6,90	6,58	7,27
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	3,13	3,05	2,96	2,89	7,50	7,31	7,14	6,98	6,83	6,68	6,54
Rio Branco	0,19	0,19	0,17	0,21	0,25	0,26	0,25	0,24	0,25	0,23	0,24
Rodrigues Alves	5,33	6,47	5,66	5,51	5,36	5,22	4,53	4,43	4,32	4,23	4,13
Santa Rosa do Purus	4,09	3,94	3,79	3,67	15,95	15,43	14,98	14,56	15,72	15,29	14,89
Sena Madureira	2,18	2,15	2,11	2,07	3,53	3,13	3,19	3,37	3,32	3,27	4,19
Senador Guimard	2,85	3,29	5,35	5,29	4,56	4,96	4,91	4,87	4,82	4,78	4,52
Tarauacá	1,97	1,77	1,74	1,71	1,68	1,66	1,63	1,61	1,59	1,57	1,54
Xapuri	4,17	4,10	3,45	3,40	3,34	3,29	3,24	10,12	9,97	9,83	9,70
Acre	11,89	11,23	10,58	10,04	9,89	10,24	10,02	9,85	9,89	10,07	11,66
Amapá	8,51	8,60	8,74	8,46	8,29	7,98	7,92	7,59	7,99	6,99	9,83
Amazonas	9,81	9,67	9,56	8,98	8,83	9,01	8,77	8,29	8,45	7,80	8,75
Pará	11,66	11,81	11,89	12,04	11,93	11,71	11,42	11,57	11,20	10,24	11,30
Rondônia	14,36	15,08	17,05	17,27	16,75	16,61	16,21	16,22	16,77	16,99	17,48
Roraima	11,01	11,78	10,62	11,83	12,41	12,04	11,88	12,47	13,60	13,06	19,09
Tocantins	9,60	9,52	9,57	9,86	10,63	10,69	10,72	11,44	12,45	13,59	12,82
Centro-oeste	15,33	15,05	14,75	14,72	14,77	14,53	14,37	14,54	14,49	14,31	14,98
Nordeste	12,21	12,15	12,30	12,19	12,36	11,96	12,04	12,23	12,44	12,21	13,63
Norte	11,20	11,30	11,44	11,43	11,36	11,27	11,02	11,04	11,10	10,56	11,66
Sudeste	13,59	13,57	13,54	13,37	13,31	12,89	12,74	12,75	12,77	12,64	13,44
Sul	16,46	16,33	16,28	16,37	16,64	16,37	16,24	16,04	15,95	15,88	16,22
Brasil	13,54	13,49	13,50	13,41	13,47	13,12	13,03	13,07	13,12	12,93	13,85

Fonte: CNES (2010-2020).

Tabela 31 – Leitos de UTI por mil habitantes

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,24
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,00	0,00	0,36	0,52	0,39	0,39	0,39	0,38	0,46	0,45	0,90
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mãncio Lima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	0,19	0,20	0,20	0,21	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,20	0,32
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sena Madureira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acre	0,60	0,66	0,76	0,84	0,89	0,88	0,86	0,85	0,86	0,87	1,86
Amapá	0,88	1,04	0,80	0,67	0,66	0,64	0,69	0,75	0,99	1,08	2,18
Amazonas	1,11	1,13	1,14	1,05	1,18	1,22	1,18	1,21	1,23	1,24	1,87
Pará	1,04	1,02	1,06	1,14	1,15	1,14	1,19	1,26	1,15	1,19	1,91
Rondônia	1,18	1,29	1,34	1,59	1,54	1,59	1,64	1,69	1,80	2,00	2,97
Roraima	0,61	0,49	0,48	0,67	0,86	0,94	0,91	0,88	0,83	0,79	1,52
Tocantins	0,85	0,93	1,18	1,25	1,28	1,26	1,33	1,37	1,49	1,57	2,38
Centro-oeste	1,70	1,81	1,92	2,05	2,16	2,18	2,16	2,37	2,39	2,55	3,81
Nordeste	1,04	1,06	1,16	1,24	1,29	1,29	1,35	1,39	1,47	1,50	2,42
Norte	1,01	1,03	1,08	1,12	1,17	1,17	1,20	1,24	1,23	1,28	2,04
Sudeste	2,19	2,29	2,35	2,46	2,52	2,52	2,55	2,65	2,70	2,74	3,96
Sul	1,81	1,80	1,86	1,90	2,05	2,05	2,06	2,08	2,15	2,16	3,11
Brasil	1,68	1,74	1,81	1,90	1,97	1,98	2,01	2,08	2,13	2,18	3,24

Fonte: CNES (2010-2020).

Tabela 32 Salário médio dos trabalhadores formais da agricultura – em salários-mínimos correntes

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	1,24	1,21	1,21	1,21	1,30	1,22	1,31	1,28	1,36	1,28	1,34	1,33	1,30
Assis Brasil	0,00	1,08	1,00	1,72	1,28	1,14	1,12	1,26	1,04	1,19	1,26	0,88	1,33
Brasiléia	1,19	1,25	1,32	1,44	1,46	1,32	1,23	1,34	1,31	1,27	1,33	1,31	1,46
Bujari	1,53	1,38	1,45	1,40	1,48	1,43	1,48	1,40	1,37	1,29	1,33	1,32	1,30
Capixaba	1,15	1,38	1,49	1,50	1,44	1,46	1,41	1,42	1,30	1,28	1,34	1,35	1,43
Cruzeiro do Sul	1,03	1,12	1,15	1,12	1,21	1,19	1,31	1,25	1,16	1,14	1,18	1,13	2,27
Epitaciolândia	1,15	1,24	1,08	1,19	1,13	1,23	1,12	1,20	1,30	1,24	1,06	1,00	0,93
Feijó	1,56	1,43	1,59	1,05	1,12	1,03	1,13	1,02	1,00	0,99	1,02	1,05	1,09
Mâncio Lima	1,50	1,00	1,00	1,00	1,64	1,13	1,52	1,30	1,18	0,99	1,06	1,01	1,08
Manoel Urbano	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,90	2,51	2,50	2,88	1,29	0,90
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Plácido de Castro	1,20	1,13	1,21	1,25	1,34	1,18	1,22	1,27	1,21	1,27	1,26	1,25	1,20
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	2,13	2,08	1,90	1,50	1,41	1,50	1,54	1,45	1,89	1,94	1,98	1,32	1,32
Rodrigues Alves	1,05	1,00	1,00	0,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,01	1,00	1,04
Senador Guiomard	1,39	1,25	1,26	1,35	1,33	1,37	1,41	1,50	1,41	1,40	1,38	1,39	1,41
Sena Madureira	1,42	1,39	1,37	1,25	1,27	1,26	1,29	1,33	1,34	1,33	1,32	1,34	1,38
Tarauacá	1,14	1,14	1,11	1,15	1,12	1,15	1,17	1,21	1,25	1,20	1,15	1,08	1,17
Xapuri	1,49	1,42	1,48	1,51	1,45	1,42	1,60	1,39	1,33	1,55	1,48	1,53	1,67
Porto Acre	1,18	1,32	1,15	1,24	1,23	1,23	1,21	1,32	1,33	1,42	1,33	1,29	1,31
Rondônia	1,64	1,63	1,60	1,68	1,61	1,66	1,68	1,70	1,64	1,63	1,72	1,73	1,69
Acre	1,84	1,76	1,64	1,39	1,35	1,39	1,43	1,49	1,66	1,64	1,63	1,32	1,36
Amazonas	2,26	1,97	2,15	2,15	2,13	2,31	2,22	2,13	2,02	1,94	1,98	1,98	1,86
Roraima	2,12	2,12	1,91	1,86	1,87	2,00	2,14	2,17	1,71	1,68	1,65	1,55	1,60
Pará	1,68	1,59	1,58	1,80	1,78	1,83	1,79	1,84	1,79	1,77	1,69	1,45	1,54
Amapá	2,05	2,30	2,28	2,06	2,09	2,01	2,14	2,29	2,21	2,27	1,93	1,81	1,80
Tocantins	1,56	1,51	1,53	1,57	1,61	1,69	1,73	1,74	1,75	1,72	1,74	1,63	1,78
Norte	1,70	1,62	1,62	1,74	1,73	1,79	1,77	1,81	1,77	1,74	1,72	1,55	1,63
Nordeste	1,52	1,49	1,49	1,54	1,51	1,54	1,52	1,50	1,47	1,48	1,48	1,40	1,43
Sudeste	1,84	1,79	1,82	1,87	1,88	1,94	1,91	1,91	1,84	1,82	1,83	1,75	1,75
Sul	1,88	1,82	1,81	1,87	1,84	1,91	1,95	1,97	1,94	1,95	1,97	1,91	1,95
Centro-Oeste	2,14	2,10	2,13	2,25	2,28	2,32	2,38	2,32	2,24	2,24	2,27	2,18	2,23
Brasil	1,82	1,76	1,77	1,85	1,85	1,90	1,91	1,90	1,85	1,85	1,85	1,76	1,80

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 33 - Salário médio dos trabalhadores formais do comércio – em salários-mínimos correntes

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	1,55	1,60	1,72	1,56	1,73	1,63	1,82	1,73	1,67	1,71	1,55	1,53	1,59
Assis Brasil	1,28	1,15	1,22	1,27	1,28	1,25	1,21	1,17	1,18	1,23	1,26	1,17	1,38
Brasiléia	1,37	1,40	1,39	1,43	1,38	1,46	1,48	1,51	1,42	1,43	1,51	1,45	1,45
Bujari	1,37	1,29	1,30	1,23	1,28	1,33	1,28	1,32	1,28	1,35	1,26	1,26	1,28
Capixaba	1,40	1,54	1,54	1,52	1,46	1,48	1,54	1,71	2,94	1,66	1,52	1,53	1,55
Cruzeiro do Sul	1,38	1,42	1,50	1,50	1,56	1,59	1,58	1,56	1,55	1,59	1,59	1,46	1,40
Epitaciolândia	1,69	1,56	1,58	1,65	1,70	1,70	1,68	1,76	1,65	1,64	1,67	1,47	1,57
Feijó	1,55	1,57	1,78	1,34	1,36	1,56	1,48	1,41	1,45	1,46	1,42	1,41	1,42
Jordão	1,35	1,38	1,40	1,15	1,13	1,18	1,17	1,06	1,13	1,11	1,07	1,12	1,12
Mâncio Lima	1,30	1,31	1,31	1,35	1,26	1,22	1,17	1,27	1,24	1,22	1,27	1,15	1,09
Manoel Urbano	1,38	1,11	0,97	1,09	1,31	1,32	1,37	1,26	1,35	1,31	1,34	0,92	1,24
Marechal Thaumaturgo	1,50	1,03	1,11	1,04	0,97	1,12	1,14	1,19	1,10	1,14	1,13	1,12	1,15
Plácido de Castro	1,44	1,40	1,43	1,43	1,48	1,46	1,53	1,53	1,49	1,60	1,51	1,44	1,36
Porto Walter	1,05	1,05	1,05	0,00	1,08	1,09	1,13	1,22	0,80	1,13	1,11	1,09	1,14
Rio Branco	1,75	1,74	1,79	1,73	1,75	1,80	1,85	1,81	1,71	1,81	1,78	1,65	1,68
Rodrigues Alves	1,31	1,47	1,46	1,45	1,10	1,22	1,82	1,38	1,30	1,33	1,21	1,17	1,22
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	1,38	0,00	0,00	1,08	1,17	1,25	1,20	1,21	1,52	1,00	1,66
Senador Guiomard	1,59	1,62	1,62	1,82	1,81	1,79	1,88	1,79	1,63	1,69	1,71	1,40	1,53
Sena Madureira	1,39	1,50	1,50	1,43	1,47	1,50	1,52	1,52	1,46	1,52	1,48	1,30	1,41
Tarauacá	1,40	1,36	1,38	1,28	1,35	1,41	1,49	1,45	1,42	1,45	1,45	1,48	1,48
Xapuri	1,25	1,40	1,37	1,41	1,35	1,36	1,37	1,32	1,37	1,30	1,35	1,15	1,23
Porto Acre	1,34	1,28	1,26	1,58	1,47	1,39	1,37	1,34	1,42	1,53	1,62	1,23	1,33
Rondônia	1,83	1,86	1,90	1,90	1,88	1,87	1,88	1,85	1,77	1,80	1,80	1,69	1,74
Acre	1,68	1,67	1,72	1,67	1,69	1,73	1,77	1,74	1,66	1,74	1,71	1,58	1,60
Amazonas	2,09	2,03	2,01	2,05	1,97	1,94	1,94	1,83	1,78	1,83	1,79	1,62	1,64
Roraima	1,62	1,64	1,67	1,65	1,63	1,61	1,62	1,57	1,55	1,61	1,59	1,39	1,45
Pará	1,75	1,73	1,75	1,77	1,77	1,79	1,85	1,80	1,76	1,77	1,75	1,64	1,65
Amapá	1,73	1,72	1,73	1,75	1,73	1,68	1,67	1,64	1,55	1,58	1,60	1,54	1,48
Tocantins	1,79	1,75	1,79	1,77	1,81	1,85	1,79	1,78	1,80	1,73	1,75	1,66	1,70
Norte	1,83	1,81	1,83	1,84	1,82	1,82	1,85	1,79	1,75	1,76	1,75	1,63	1,65
Nordeste	1,64	1,61	1,62	1,67	1,64	1,64	1,67	1,63	1,60	1,59	1,60	1,51	1,45
Sudeste	2,53	2,43	2,42	2,47	2,41	2,43	2,43	2,39	2,32	2,27	2,30	2,19	2,11
Sul	2,20	2,14	2,15	2,20	2,17	2,21	2,23	2,21	2,15	2,12	2,16	2,08	2,01
Centro-Oeste	2,05	2,00	2,02	2,06	2,15	2,06	2,08	2,04	1,97	1,96	1,97	1,87	1,86
Brasil	2,05	2,00	2,01	2,05	2,04	2,03	2,05	2,01	1,96	1,94	1,96	1,86	1,82

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 34 - Salário médio dos trabalhadores formais da construção civil – em salários-mínimos correntes

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,98	0,98	0,72	0,55	1,08	0,00	2,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1,57	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,84	0,00	0,00	0,00	1,57	1,15	1,18	1,35	1,26	2,99	1,66	1,59
Bujari	1,39	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,67
Capixaba	1,06	0,00	1,34	1,26	0,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	1,82	2,49	2,19	2,03	2,30	2,37	1,66	1,58	1,68	1,78	1,80	2,35	1,16
Epitaciolândia	1,22	1,20	1,24	1,44	1,39	1,39	1,35	1,33	0,85	0,00	1,43	1,34	1,43
Feijó	1,22	1,15	1,21	1,32	1,52	1,26	1,44	1,20	1,25	1,48	1,44	1,12	1,22
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	1,57	0,00	0,59
Mâncio Lima	1,11	1,38	1,14	0,89	1,28	1,34	1,44	1,47	0,00	1,36	1,44	1,09	1,35
Manoel Urbano	7,79	7,02	8,48	16,52	0,00	0,00	1,10	1,30	0,00	1,78	2,38	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	1,04	1,00	1,53	1,92	3,27	1,41	1,54	1,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,08	0,00
Rio Branco	1,81	1,77	2,37	2,40	1,76	1,71	1,98	1,99	1,83	1,71	1,72	1,15	1,50
Rodrigues Alves	1,68	1,50	1,67	0,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,21
Senador Guiomard	1,14	1,03	1,02	0,98	1,87	1,45	1,14	0,88	0,48	1,14	1,29	0,80	1,00
Sena Madureira	4,11	5,21	3,44	2,55	1,45	1,41	2,15	1,74	1,33	1,62	1,56	1,12	0,67
Tarauacá	1,00	1,38	1,17	1,18	1,47	1,19	1,77	1,35	1,32	1,35	1,46	1,18	0,91
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	1,24	1,08	1,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	1,29	1,57	1,06	1,42	1,52	0,00	1,51	1,38	1,61	0,81	1,29	1,08	1,16
Rondônia	2,28	3,02	3,83	3,79	3,58	3,15	2,72	2,34	1,88	1,81	1,79	1,78	1,61
Acre	1,78	1,80	2,26	2,31	1,81	1,79	1,94	1,93	1,80	1,71	1,73	1,32	1,47
Amazonas	3,24	2,62	2,60	2,55	2,49	2,38	2,30	2,30	2,29	2,16	2,08	1,82	1,72
Roraima	1,54	1,68	2,03	2,40	1,92	1,81	1,93	1,80	1,91	1,92	1,88	1,53	1,60
Pará	2,61	2,37	2,64	2,89	3,06	3,13	3,16	2,80	2,44	2,20	2,21	2,00	1,93
Amapá	1,97	1,86	3,34	2,31	1,86	1,94	2,48	2,30	1,54	1,72	1,70	1,48	1,54
Tocantins	2,51	2,38	2,46	2,42	2,00	2,05	2,02	1,96	2,01	2,02	1,97	1,56	1,74
Norte	2,60	2,47	2,91	2,96	2,90	2,83	2,79	2,54	2,24	2,08	2,07	1,85	1,81
Nordeste	2,33	2,23	2,27	2,37	2,31	2,29	2,30	2,17	2,03	1,99	1,94	1,75	1,65
Sudeste	3,00	2,88	2,80	2,92	2,84	2,90	2,86	2,73	2,58	2,47	2,44	2,24	2,17
Sul	2,30	2,26	2,22	2,29	2,27	2,33	2,40	2,39	2,29	2,26	2,27	2,03	1,96
Centro-Oeste	2,65	2,50	2,85	2,78	2,58	2,73	2,60	2,53	2,41	2,25	2,22	1,78	1,80
Brasil	2,58	2,47	2,61	2,66	2,58	2,62	2,59	2,47	2,31	2,21	2,19	1,93	1,88

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 35 - Salário médio dos trabalhadores formais da indústria – em salários-mínimos correntes

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	1,40	1,40	1,51	1,46	1,52	1,47	1,49	1,55	1,49	1,44	1,51	1,36	1,15
Assis Brasil	1,08	0,00	0,00	0,00	1,29	1,29	1,29	1,29	1,29	1,29	1,19	1,43	1,48
Brasileia	1,38	1,24	1,39	1,46	1,48	1,59	1,54	1,58	1,52	1,47	1,44	1,38	1,27
Bujari	1,00	1,00	1,00	1,02	2,78	1,32	1,48	0,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	2,25	1,57	1,87	2,15	2,06	2,36	2,24	2,38	1,64	1,49	1,65	1,70	0,97
Cruzeiro do Sul	1,09	1,10	1,24	1,15	1,23	1,26	1,25	1,24	1,16	1,21	1,22	1,45	1,39
Epitaciolândia	1,19	1,05	1,17	1,24	1,67	1,50	1,37	1,16	1,29	1,67	1,18	1,11	1,01
Feijó	1,05	1,10	1,21	1,70	1,54	1,27	1,24	1,25	1,11	1,07	1,05	0,97	1,03
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,27
Mâncio Lima	1,05	0,00	1,05	0,00	1,18	1,04	1,07	1,06	0,00	0,00	0,00	1,26	1,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,89	0,00	1,90	2,14
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,30
Plácido de Castro	1,00	1,16	1,06	1,26	1,30	1,34	1,45	1,47	1,50	1,47	1,46	1,25	1,09
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,05	1,10	1,05	1,29	1,07	2,39
Rio Branco	3,06	3,07	2,33	2,54	3,11	2,96	3,14	2,92	2,81	2,73	2,69	1,82	1,95
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,10
Senador Guiomard	1,79	1,75	1,70	1,72	1,61	1,74	1,89	1,84	1,79	1,68	1,60	1,36	1,14
Sena Madureira	1,39	1,22	1,18	1,50	1,33	1,23	1,24	1,25	1,36	1,40	1,38	1,32	1,35
Tarauacá	1,25	1,12	1,18	1,16	1,22	1,20	1,21	1,41	1,37	1,23	1,19	1,15	1,26
Xapuri	1,33	1,98	1,78	1,37	1,41	1,62	1,44	1,43	1,44	1,72	1,88	0,82	1,99
Porto Acre	1,71	1,79	1,54	1,69	1,16	1,16	0,54	1,49	1,44	1,48	1,62	1,83	1,91
Rondônia	2,41	2,48	2,33	2,43	2,30	2,44	2,45	2,31	2,35	2,38	2,36	1,90	1,94
Acre	2,74	2,71	2,14	2,29	2,68	2,57	2,67	2,55	2,45	2,37	2,34	1,68	1,76
Amazonas	3,96	3,79	3,64	3,57	3,48	3,31	3,38	3,34	3,42	3,30	3,38	3,03	2,93
Roraima	3,75	3,46	3,45	3,41	3,44	3,39	3,33	3,62	3,53	3,27	3,25	2,19	2,37
Pará	3,03	2,88	3,16	2,94	3,17	3,08	3,08	3,01	3,09	2,95	2,95	2,64	2,70
Amapá	4,19	3,57	3,09	3,41	3,78	3,69	3,79	4,00	3,96	3,70	3,66	1,98	2,46
Tocantins	2,34	2,49	2,27	2,39	2,47	2,45	2,34	2,33	2,33	2,28	2,30	2,11	2,20
Norte	3,33	3,19	3,18	3,12	3,16	3,06	3,08	3,00	3,06	2,95	2,97	2,60	2,62
Nordeste	2,66	2,59	2,47	2,61	2,52	2,50	2,50	2,52	2,41	2,32	2,36	2,11	2,10
Sudeste	4,54	4,28	4,17	4,29	4,08	4,08	4,07	4,02	3,84	3,68	3,68	3,44	3,37
Sul	3,06	2,90	2,91	3,00	2,87	2,90	2,96	2,94	2,82	2,74	2,76	2,62	2,55
Centro-Oeste	2,87	2,73	2,65	2,73	2,76	2,74	2,77	2,76	2,78	2,61	2,62	2,41	2,39
Brasil	3,29	3,14	3,08	3,15	3,08	3,06	3,08	3,05	2,98	2,86	2,88	2,64	2,61

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 36 - Salário médio dos trabalhadores formais dos serviços – em salários-mínimos correntes

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	2,10	2,25	2,40	2,66	2,53	2,59	2,38	2,44	2,42	2,38	2,47	2,20	2,10
Assis Brasil	2,37	2,50	2,72	2,95	2,92	4,92	2,98	2,86	3,36	1,63	2,50	2,26	2,51
Brasileia	1,65	1,87	1,78	2,02	2,50	2,07	1,98	1,94	1,79	1,94	2,00	1,94	2,06
Bujari	2,24	1,96	1,98	2,38	1,81	1,87	1,79	1,76	1,65	1,58	1,61	1,26	1,60
Capixaba	2,15	2,04	1,93	2,02	2,14	2,20	2,20	2,10	3,29	2,30	2,54	2,38	2,35
Cruzeiro do Sul	2,06	2,06	2,09	2,19	2,07	2,13	2,14	2,06	2,03	1,98	1,92	1,91	1,95
Epitaciolândia	1,74	1,83	1,90	1,99	1,85	1,79	1,76	1,68	1,85	1,53	1,47	1,60	1,62
Feijó	2,57	2,33	2,40	2,40	2,46	2,12	2,17	2,01	1,58	1,76	1,79	1,32	1,60
Jordão	1,38	1,88	1,44	1,79	1,73	2,20	1,72	1,45	1,44	1,40	1,50	1,15	1,36
Mâncio Lima	2,26	2,11	2,32	2,51	2,65	2,38	2,21	2,06	1,68	1,60	1,58	1,57	1,91
Manoel Urbano	1,90	2,11	1,67	2,29	2,34	2,08	2,16	2,06	2,09	2,11	2,11	3,50	1,63
Marechal Thaumaturgo	1,63	1,92	1,86	1,72	1,58	1,78	1,60	1,75	1,57	1,50	1,52	1,76	2,04
Plácido de Castro	2,33	2,38	2,37	2,57	2,41	2,00	2,00	2,19	1,84	1,78	1,70	1,58	2,08
Porto Walter	1,85	1,72	1,57	1,60	1,75	1,53	1,62	1,42	1,57	1,51	1,51	1,61	2,23
Rio Branco	4,76	4,39	4,26	4,46	4,31	4,01	4,21	3,98	3,87	3,95	4,24	3,50	3,91
Rodrigues Alves	1,78	1,75	1,87	1,90	1,83	1,81	2,07	2,03	1,87	1,69	1,78	1,96	2,02
Santa Rosa do Purus	1,85	2,66	2,52	0,07	2,46	2,19	2,05	1,96	1,92	2,45	2,20	2,24	2,35
Senador Guimard	1,78	2,36	2,22	2,25	2,17	2,37	2,33	2,01	1,93	1,94	1,94	1,99	2,72
Sena Madureira	2,79	2,76	2,82	2,78	2,97	2,38	2,51	2,35	2,44	2,34	2,00	1,64	1,31
Tarauacá	3,34	3,31	2,61	3,52	2,73	2,42	2,57	2,46	2,35	2,23	2,24	2,36	2,45
Xapuri	1,85	1,92	2,02	2,17	2,33	2,32	2,28	2,21	2,08	2,15	2,29	2,02	2,28
Porto Acre	2,78	2,40	2,21	2,59	3,08	2,45	1,82	1,99	1,92	1,55	2,10	2,01	2,04
Rondônia	3,80	3,67	3,61	3,72	3,35	3,37	3,48	3,52	3,32	3,16	3,21	3,06	3,24
Acre	4,29	3,97	3,87	4,04	3,92	3,65	3,81	3,60	3,48	3,49	3,69	3,11	3,47
Amazonas	3,90	3,51	3,38	3,53	3,37	3,39	3,40	3,29	3,15	3,08	3,20	3,25	3,27
Roraima	4,52	4,41	4,41	3,99	3,65	3,84	4,01	4,00	3,89	3,96	4,08	3,79	3,78
Pará	3,20	3,10	3,19	3,26	3,18	3,25	3,25	3,31	3,23	3,09	3,24	3,09	3,09
Amapá	5,03	4,78	4,84	4,76	4,66	4,58	4,66	4,90	3,33	3,16	4,71	4,73	4,89
Tocantins	3,31	3,30	3,37	3,92	3,72	3,25	3,72	3,75	3,50	3,46	3,44	3,52	3,57
Norte	3,64	3,48	3,48	3,60	3,44	3,41	3,50	3,50	3,30	3,20	3,39	3,29	3,35
Nordeste	2,97	2,92	2,98	3,06	2,92	2,90	2,98	2,93	2,88	2,85	2,91	2,78	2,81
Sudeste	4,02	3,84	3,83	3,91	3,72	3,71	3,79	3,77	3,58	3,52	3,56	3,42	3,32
Sul	3,88	3,63	3,64	3,72	3,55	3,59	3,66	3,67	3,57	3,56	3,58	3,45	3,37
Centro-Oeste	5,83	5,53	5,45	5,37	5,03	4,90	4,87	4,92	4,73	4,51	4,61	4,31	4,27
Brasil	4,07	3,88	3,88	3,93	3,73	3,70	3,76	3,76	3,61	3,53	3,61	3,45	3,42

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 37 – Percentual de trabalhadores formais com ensino superior na agricultura

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	0,00	0,00	1,59	0,00	2,08	1,80	1,74	0,00	1,02	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	2,33	2,63	1,32	1,92	3,08	5,26	2,44	1,27	0,00	0,00
Bujari	1,42	1,18	1,43	0,47	0,45	0,80	1,46	1,63	0,92	0,86	1,15	2,99	3,15
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,00	0,00	1,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	0,74	0,00	0,00
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,15	1,73	5,51	2,13	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,83	0,86	0,75	0,00	0,00	0,00	0,88	0,66	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	6,11	7,12	6,54	1,95	1,65	2,36	2,69	2,23	8,57	8,53	8,17	2,23	1,85
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24	0,91	0,71	0,98	1,14	2,08
Sena Madureira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,36	0,67	0,36	0,32	0,74	0,34	0,35	0,00	1,40
Tarauacá	0,00	1,01	1,18	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Xapuri	1,32	1,27	1,34	2,40	2,08	1,82	1,92	0,82	0,86	1,73	2,12	2,12	2,63
Porto Acre	1,79	0,00	0,00	0,00	0,79	0,00	0,58	1,51	1,61	1,88	1,52	3,16	1,86
Rondônia	1,15	1,22	1,31	1,51	1,37	1,72	1,53	2,03	1,94	2,03	2,48	2,57	2,99
Acre	4,06	4,37	3,93	1,19	1,03	1,35	1,55	1,27	4,10	4,20	3,74	1,53	1,60
Amazonas	1,74	2,12	1,65	1,78	2,03	2,63	2,18	2,30	2,71	2,86	2,96	3,19	3,34
Roraima	3,43	3,93	2,92	3,35	3,60	3,93	6,27	6,61	2,82	3,10	3,13	2,94	3,19
Pará	1,10	0,88	1,52	2,78	2,61	2,78	2,92	2,75	2,80	2,80	2,95	2,14	2,46
Amapá	1,01	0,94	1,06	0,63	1,01	3,47	3,06	1,54	1,77	6,80	1,90	2,05	2,14
Tocantins	1,00	1,15	1,12	1,37	1,52	1,91	2,07	2,26	2,39	2,41	2,76	2,77	3,07
Norte	1,27	1,21	1,53	2,22	2,17	2,45	2,55	2,52	2,64	2,72	2,87	2,38	2,70
Nordeste	1,68	1,81	1,73	1,86	1,83	2,11	2,10	2,17	2,33	2,58	2,61	2,82	2,98
Sudeste	1,97	1,97	2,26	2,23	2,53	2,82	3,03	3,01	3,34	3,20	3,44	3,33	3,76
Sul	2,15	2,23	2,38	2,56	2,70	2,90	3,05	3,18	5,61	3,56	3,80	3,77	4,25
Centro-Oeste	2,60	2,58	2,85	3,42	3,58	4,00	4,25	4,11	4,50	4,56	4,74	4,86	5,23
Brasil	1,94	1,96	2,15	2,46	2,56	2,85	3,00	3,00	3,68	3,32	3,49	3,43	3,78

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 38 - Percentual de trabalhadores formais com ensino superior no comércio

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,71	0,00	0,00	0,00	1,57	1,97	2,28	0,97	1,01	4,02	7,69	8,70
Assis Brasil	0,00	1,19	0,00	0,00	0,00	1,30	2,33	1,41	1,37	4,00	2,78	11,11	7,14
Brasiléia	0,50	0,89	0,95	0,58	1,08	2,92	3,13	3,79	3,08	4,06	3,51	4,53	4,87
Bujari	0,00	0,00	2,33	0,00	4,55	1,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,29	4,94
Capixaba	0,00	1,89	1,69	2,00	1,33	1,18	2,25	3,08	1,19	1,79	2,84	5,26	7,55
Cruzeiro do Sul	0,70	0,66	0,80	1,74	1,83	2,14	2,58	2,40	2,48	3,44	4,40	5,17	5,96
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,86	1,28	2,12	1,51	2,08	2,94	2,32	2,36	3,43	3,96	3,93
Feijó	1,23	2,04	2,38	2,27	1,42	4,43	4,00	3,13	3,20	4,92	3,86	4,10	6,93
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	0,00	1,92	0,96	0,82	0,82	0,68	0,76	0,62	0,65	5,44	5,33
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,55	5,41
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,17	9,23
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,44	0,45	1,01	0,50	0,49	0,50	1,11	3,01	3,89	4,86
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	1,57	1,88	2,35	2,56	2,80	3,29	3,61	3,91	4,26	4,93	5,69	6,53	6,65
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,69	10,53	25,00	38,89
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,50
Senador Guimard	0,00	0,54	1,44	1,95	3,42	3,48	2,32	2,97	4,83	4,94	6,41	5,93	8,97
Sena Madureira	0,37	0,00	0,28	0,24	0,19	0,58	0,55	0,64	0,35	0,18	0,73	2,01	3,55
Tarauacá	0,70	0,66	0,83	1,00	0,47	1,66	1,63	1,66	1,65	1,18	1,52	2,85	3,72
Xapuri	1,11	3,00	2,27	2,86	4,83	3,21	3,57	3,70	4,29	6,29	10,00	7,39	7,56
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,38	1,20	1,60	1,14	2,00	2,09	3,45	3,35
Rondônia	1,88	2,76	2,84	2,95	3,16	3,62	3,75	4,18	4,55	4,95	5,67	6,01	6,44
Acre	1,32	1,59	1,99	2,29	2,49	2,97	3,24	3,46	3,68	4,34	5,09	6,00	6,34
Amazonas	2,65	2,79	3,08	3,36	3,58	3,99	4,32	4,52	4,96	5,84	6,33	7,09	7,60
Roraima	1,67	1,77	2,04	2,58	2,82	3,45	3,93	4,14	4,50	5,16	5,90	6,28	6,33
Pará	2,49	2,78	2,89	3,09	3,37	3,59	4,12	4,40	4,69	5,03	5,32	5,75	5,93
Amapá	2,22	2,26	2,69	2,81	3,02	3,61	3,96	3,99	4,75	5,41	5,83	6,25	6,75
Tocantins	4,02	3,85	3,86	3,52	3,41	3,80	4,01	4,46	4,94	5,60	6,31	6,41	6,71
Norte	2,47	2,77	2,93	3,09	3,30	3,66	4,03	4,32	4,69	5,22	5,71	6,18	6,49
Nordeste	3,27	3,44	3,61	3,83	4,02	4,22	4,55	4,77	5,22	5,67	6,03	6,23	6,46
Sudeste	5,23	5,51	5,78	5,89	6,32	6,81	7,41	7,73	8,33	8,71	9,04	9,23	9,51
Sul	4,39	4,69	5,01	5,08	5,40	5,73	6,14	6,58	7,06	7,67	8,18	8,39	8,73
Centro-Oeste	3,95	4,23	4,51	4,69	5,12	5,31	5,65	6,05	6,58	7,03	7,62	7,91	8,21
Brasil	3,86	4,13	4,37	4,51	4,83	5,14	5,56	5,89	6,38	6,86	7,31	7,59	7,88

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 39 - Percentual de trabalhadores formais com ensino superior na construção civil

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,00	7,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasiléia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,55	0,00	0,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	1,39	1,05	1,05	2,81	3,67	3,59	2,45	2,59	2,76	5,32	3,48	3,88	2,53
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijó	2,35	1,54	1,72	3,95	5,88	0,00	1,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	4,00	6,67	11,76	4,17	5,88	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	17,86	17,65	25,00	28,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	2,29	2,14	2,74	4,32	3,46	3,13	4,45	5,86	4,93	6,70	6,52	7,59	10,29
Rodrigues Alves	0,00	0,00	3,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	0,55	0,16	0,18	0,43	4,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3,70	6,67	0,00	0,00
Sena Madureira	3,85	4,41	2,00	0,00	0,00	0,00	0,66	2,22	0,00	5,36	2,38	2,17	0,00
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,29	9,09	15,38	0,00	0,00
Xapuri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rondônia	2,59	2,58	2,52	2,41	2,89	7,64	2,57	3,24	4,18	3,49	3,82	3,38	4,16
Acre	2,14	1,97	2,49	4,03	3,43	3,10	4,14	5,38	4,62	6,38	6,14	6,88	9,73
Amazonas	3,78	3,51	4,16	3,71	4,01	3,97	5,29	5,06	5,89	6,03	5,86	6,08	6,83
Roraima	2,93	2,57	2,84	3,70	2,64	2,99	3,02	3,52	3,58	3,93	4,54	4,33	3,75
Pará	2,51	2,53	2,87	3,29	2,90	3,29	2,85	3,17	3,64	3,85	3,90	4,18	4,21
Amapá	1,87	2,32	3,10	2,76	2,26	2,64	2,74	3,24	2,35	2,97	3,19	3,37	3,49
Tocantins	4,92	4,82	3,03	3,61	3,13	3,54	3,55	4,18	4,02	4,12	3,76	4,73	4,66
Norte	3,06	2,90	2,97	3,19	3,08	4,12	3,24	3,63	4,09	4,30	4,30	4,56	4,89
Nordeste	3,80	3,87	3,50	3,52	3,91	4,36	3,86	4,22	4,70	4,74	4,84	4,70	4,81
Sudeste	4,63	4,60	4,86	5,00	5,27	5,63	5,90	6,25	6,78	6,84	6,91	7,14	7,13
Sul	2,98	3,20	3,19	3,20	3,44	3,80	3,93	4,16	4,53	4,59	4,90	5,02	5,04
Centro-Oeste	4,31	4,24	5,09	4,99	4,51	4,87	5,37	5,84	6,18	6,33	6,45	6,38	6,58
Brasil	3,76	3,76	3,92	3,98	4,04	4,55	4,46	4,82	5,26	5,36	5,48	5,56	5,69

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 40 - Percentual de trabalhadores formais com ensino superior na indústria

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	0,00	0,79	0,62	0,52	0,52	0,00	0,00	0,54	0,63	1,20	2,70	2,14	2,99
Assis Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasília	1,43	1,15	1,69	0,59	1,06	2,14	1,88	1,88	2,49	5,04	4,68	4,30	5,00
Bujari	0,00	0,00	0,00	0,00	3,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capixaba	2,91	1,22	2,03	3,31	2,92	5,13	2,02	1,74	2,40	4,62	4,76	0,00	0,00
Cruzeiro do Sul	0,00	0,63	0,85	1,28	1,99	2,02	0,93	1,02	1,16	0,86	1,13	3,23	3,76
Epitaciolândia	0,00	0,00	0,00	2,44	2,27	1,37	1,15	0,00	0,00	3,45	6,52	6,00	4,44
Feijó	0,00	2,94	3,33	6,90	4,92	1,06	0,00	0,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2,13
Jordão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mâncio Lima	0,00	0,00	8,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manoel Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,90	2,38
Marechal Thaumaturgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plácido de Castro	0,00	0,00	0,00	0,00	1,06	1,82	2,59	2,44	0,00	0,00	1,60	1,77	1,96
Porto Walter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	3,74	4,79	4,35	6,33	7,35	7,95	13,97	9,28	14,66	11,04	11,32	9,73	8,76
Rodrigues Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Guiomard	1,44	1,83	1,60	2,06	0,70	1,73	2,92	4,29	4,48	4,28	3,85	2,11	2,30
Sena Madureira	0,00	0,00	1,64	0,00	0,00	1,50	0,00	0,80	0,00	0,83	0,56	1,25	1,57
Tarauacá	0,00	0,00	0,00	0,00	1,27	0,82	0,68	2,80	4,04	1,49	1,39	1,54	6,32
Xapuri	0,00	0,58	1,56	2,67	2,33	3,25	2,27	1,45	0,00	1,85	1,53	3,13	3,95
Porto Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	0,00	0,00	3,45
Rondônia	2,90	3,42	3,54	3,88	3,37	4,33	11,03	4,98	14,23	6,67	7,62	6,44	6,28
Acre	3,12	3,93	3,65	5,13	5,78	6,32	10,39	7,30	11,24	8,72	8,92	7,74	7,08
Amazonas	6,63	7,14	7,58	7,78	8,77	8,73	10,04	10,88	11,90	12,10	13,24	12,91	12,67
Roraima	6,69	6,41	6,96	7,04	7,59	8,26	8,30	9,33	9,76	10,97	11,76	9,99	11,41
Pará	4,64	4,84	4,83	5,48	15,35	6,97	9,38	6,95	9,77	8,23	8,92	8,54	8,82
Amapá	7,80	7,70	8,26	8,10	9,14	9,82	10,00	9,75	10,02	10,64	11,58	12,46	13,86
Tocantins	4,57	5,09	4,97	5,39	6,08	6,11	6,21	5,68	7,52	7,10	7,42	7,16	7,46
Norte	5,30	5,65	5,85	6,35	10,13	7,40	9,67	8,13	11,02	9,43	10,26	9,81	9,87
Nordeste	4,46	4,48	4,63	4,86	5,75	6,01	6,89	6,85	7,38	7,99	8,38	7,35	7,42
Sudeste	9,15	9,44	9,79	10,22	11,61	11,60	13,15	12,96	14,03	14,33	14,76	14,09	14,17
Sul	5,38	5,72	6,00	6,35	6,72	7,25	7,98	8,29	10,36	9,35	9,88	9,64	9,71
Centro-Oeste	5,47	5,74	5,97	6,06	6,59	6,82	11,20	7,93	14,04	9,19	9,93	9,17	9,23
Brasil	5,95	6,21	6,45	6,77	8,16	7,82	9,78	8,83	11,36	10,06	10,64	10,01	10,08

Fonte: RAIS/MTE (2022).

Tabela 41 - Percentual de trabalhadores formais com ensino superior no setor de serviços

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acrelândia	44,01	41,46	7,52	12,50	22,28	39,68	40,44	42,79	44,74	45,21	43,66	44,31	43,59
Assis Brasil	8,00	8,23	8,11	11,54	11,06	39,29	20,80	20,82	20,93	17,62	25,00	47,77	34,25
Brasília	10,29	11,69	14,25	24,94	14,92	27,36	26,83	26,60	30,13	29,32	29,11	29,43	34,81
Bujari	7,95	6,41	8,05	12,19	11,57	21,40	13,97	6,53	14,20	15,12	15,04	13,16	22,60
Capixaba	9,14	8,87	8,31	7,69	5,88	24,80	27,64	28,13	28,93	32,37	31,50	36,56	33,07
Cruzeiro do Sul	16,77	16,30	15,04	14,72	15,74	19,28	19,17	18,88	20,72	22,87	23,51	23,10	23,35
Epitaciolândia	33,59	28,33	23,33	22,29	22,83	31,98	33,23	31,01	34,76	33,19	33,23	34,18	34,78
Feijó	9,86	20,31	19,19	19,36	10,22	16,32	17,29	18,61	11,80	12,25	15,05	18,37	19,82
Jordão	0,59	5,50	10,62	11,09	13,40	16,06	30,11	16,98	24,08	23,43	23,99	4,26	22,82
Mâncio Lima	16,22	17,42	17,51	24,12	36,66	32,19	31,30	31,62	32,71	34,25	36,99	36,93	36,44
Manoel Urbano	3,07	50,00	47,55	53,90	31,19	26,24	24,35	24,21	25,61	40,64	38,44	49,83	48,44
Marechal Thaumaturgo	1,90	2,03	11,28	24,60	28,45	2,53	8,27	9,05	21,34	25,79	37,02	36,20	45,80
Plácido de Castro	9,24	9,55	10,13	28,96	30,63	21,57	21,50	28,86	28,81	22,53	21,76	22,07	20,56
Porto Walter	0,93	3,00	2,27	1,74	3,70	10,49	13,82	13,74	13,46	15,38	15,88	15,68	36,39
Rio Branco	21,99	25,01	31,83	33,04	33,37	33,45	34,29	41,44	43,17	45,04	43,59	46,39	46,54
Rodrigues Alves	4,91	52,86	14,22	15,82	16,52	17,64	38,17	40,38	40,03	36,57	37,71	39,11	39,15
Santa Rosa do Purus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,98	0,97	0,50	2,64	2,02	1,97	2,02	1,19	1,63
Senador Guiomard	17,51	9,78	33,25	15,54	11,39	34,15	33,90	28,78	33,79	33,40	36,96	37,19	38,55
Sena Madureira	11,07	11,98	11,95	11,24	13,58	32,92	27,36	31,89	27,51	26,89	24,13	21,37	25,89
Tarauacá	5,26	9,30	18,70	11,64	19,79	17,55	18,84	21,44	21,51	23,44	24,49	52,12	50,51
Xapuri	15,76	18,20	3,44	5,32	5,26	28,01	34,65	31,68	34,34	34,69	46,15	46,39	46,88
Porto Acre	4,98	14,07	2,93	3,03	19,51	4,28	21,19	10,73	10,79	13,44	27,23	31,87	35,81
Rondônia	18,49	19,48	21,21	21,24	22,01	23,36	24,22	25,19	25,80	40,23	27,69	28,86	29,42
Acre	20,38	23,53	28,78	30,09	30,37	31,16	32,11	37,64	39,18	40,51	39,64	42,19	42,89
Amazonas	24,03	23,07	24,76	24,55	25,29	27,05	28,27	29,49	30,88	30,54	31,51	31,87	31,42
Roraima	20,46	26,10	31,67	29,38	30,99	35,72	38,07	40,55	41,17	41,48	41,44	36,81	37,53
Pará	20,67	21,13	21,09	21,82	22,95	25,59	26,48	27,71	29,23	29,83	30,00	29,26	29,49
Amapá	14,74	15,04	15,27	16,47	17,04	18,12	21,42	22,21	52,02	51,80	52,62	54,56	54,91
Tocantins	26,17	27,14	26,86	27,97	28,30	31,37	31,53	32,34	33,00	32,99	33,36	35,06	38,20
Norte	21,45	22,01	23,12	23,46	24,34	26,55	27,64	29,11	31,93	33,91	32,70	32,81	33,31
Nordeste	21,57	21,61	22,40	24,07	24,67	25,93	26,52	27,37	28,16	29,69	31,10	30,51	31,43
Sudeste	24,62	25,20	25,28	25,67	26,75	27,41	28,48	28,92	29,62	30,18	31,06	30,63	31,15
Sul	27,23	27,86	27,31	27,32	28,39	28,70	30,24	30,79	31,91	32,84	33,55	33,62	33,98
Centro-Oeste	26,90	27,66	27,85	28,76	28,99	29,80	29,52	31,84	32,71	32,98	34,20	35,82	35,20
Brasil	24,36	24,87	25,19	25,86	26,63	27,68	28,48	29,61	30,87	31,92	32,52	32,68	33,01

Fonte: RAIS/MTE (2022).

